



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 086 – TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PR)
2º VICE-PRESIDENTE Waldir Maranhão - (PR-ROB-MS) (3,4)	
SECRETÁRIO Cícero Lacerda - (PSDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC-DO-B-AM)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	

1. Em 29/03/2011, o Senador Gilmar Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme ROS nº 29/03/11, deferido na sessão de 29/03/11.
 2. Em 03/11/2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03/05/11.
 3. Em 08/11/2011, vago em virtude da licença do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 4. O Senador Waldir Maranhão foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal 16.11.2011.
 5. Em 08/11/2011, o Senador Gilmar Borges ad exequatur o mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 6. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)	Líder Jayme Campos - DEM (24)
.....	Vice-Líderes Aécio Gurgacz (29,39) Lídice da Mata (29,39) Edmundo Lira (29,39)	Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (23,39) Lúcio Viana (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33)
Líder do PMDB + 19 Renan Calheiros Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldir Maranhão Roberto Freire Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (17)	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líder do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Amílcar Diniz (25)	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35)
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)	Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
	Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30)	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13	Governo Eduardo Braga - PMDB (38)	PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13)
Líder Gilm Argello - PTB	Vice-Líderes Gilm Argello Bento de Lira	Vice-Líder Sérgio Petecão
Vice-Líderes Bira Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)	Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	
Líder do PTB - 6 Gilm Argello		
Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Bira Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41)		
Vicentinho Alves (42)		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	

Notas

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 01/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Demócratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 06/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador André Fogaça é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 06/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilmar Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme Requerimento nº 29/2011, aprovado na sessão de 29/03/11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03/08/2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 16 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 6/2011, lido na sessão do dia 16 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.12/2011-GSKABA).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. GLPPN N° 01/2011-GSKAPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. n° 1.327/2011-GSKABA, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança dos Demócratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PRB, conforme OF. GLPRB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Manoel da Costa é designado Líder do PR, conforme OF. GLPR N° 003/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDABAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. GLDABAG N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Manoel Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Manoel da Costa é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Manoel Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Paraíba a Agriculura (OF. n° 34/2012-GSKMC).
37. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
38. Senador Lúcio Vieira Lima é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. n° 004/2012-GSKAL.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. GLPPN N° 001/2012, lido na sessão ordinária de 27 de março de 2012, informado Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUFSF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUFSF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Mariza Rosângela Palocci Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Leite Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração "vglf g'lr'ipqk E'eqnc T'E'vpj c Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 100ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE JUNHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Necessidade de mudança nas regras de nomeação, pelos governadores, de membros do Ministério Público para o cargo de Procurador-Geral.

24761

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Apelo por redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos do setor agrícola no País.

24762

SENADOR PAULO PAIM – Importância da Carta da Terra nas discussões da Conferência Rio+20, a se realizar a partir do dia 13 do corrente.

24763

SENADOR WALTER PINHEIRO – Defesa da mudança do indexador da dívida pública dos estados para com a União.....

24772

SENADOR CASILDO MALDANER – Necessidade de investimentos em infraestrutura para o fomento do turismo em Santa Catarina.

24774

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Apelo, à Presidente Dilma Rousseff, pela conclusão da recuperação da BR 319, no Estado do Amazonas.....

24776

SENADOR JORGE VIANA – Registro da celebração, nesta semana, dos 50 anos da transformação do Território Federal do Acre em Estado; e outros assuntos.

24777

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Considerações sobre a importância da medida provisória que promove alterações na legislação florestal; e outro assunto.....

24779

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Defesa do fim da obrigatoriedade do voto secreto na apreciação da perda de mandato parlamentar.....

24780

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Defesa do voto aberto em todas as deliberações legislativas.....

24783

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 3 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56 e 113, de 2011, itens 4 e 5, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Del-

cido do Amaral, que acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.

24784

1.3.2 – Item 4 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 103 e 113, de 2011, itens 3 e 5, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico. Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.

24784

1.3.3 – Item 5 (Tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56 e 103, de 2011, itens 3 e 4, respectivamente) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte. Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.

24784

1.3.4 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimento

Nº 536, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, solicitando tramitação conjunta do Projeto

de Lei da Câmara nº 137, de 2010, com os Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007; 620, de 2011; e 182, de 2012..... 24785

1.4.2 – Discursos

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Inconformismo relativo a empréstimos a países menos desenvolvidos, mediante financiamento do BNDES, para a realização de grandes obras de infraestrutura. 24785

SENADOR ANIBAL DINIZ – Expectativa com a aprovação, pela CAE, de projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade do Enem a todos os estudantes concluentes do Ensino Médio; e outros assuntos. 24788

SENADOR JOSÉ AGRIPIINO, como Líder – Preocupação com os reflexos e com a postura do Governo Federal frente à crise econômica da Europa.. 24790

SENADOR CIRNO OGUEIRA – Considerações acerca do Relatório de Competitividade Mundial 2012, divulgado pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão de Negócios (IMD). 24792

SENADOR BLAIRO MAGGI – Defesa da renegociação da dívida dos estados com a União.. 24793

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Insatisfação com a edição de medida provisória que trata da remuneração e da jornada de trabalho de profissionais de saúde da esfera federal. 24796

SENADOR PEDRO TAQUES – Manifestação sobre a recorrente concessão de ajuda financeira do Banco Central a outras instituições financeiras brasileiras; e outros assuntos. 24799

1.4.3 – Leitura de requerimento

Nº 537, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda..... 24801

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação com a criação, pelo Ministério da Educação, de mais vagas para o curso de medicina no País; e outro assunto. 24803

SENADOR ANTONIO RUSSO – Registro da necessidade de mais investimentos em infraestrutura ferroviária, em especial, em trechos das Ferrovias Norte-Sul e do Pantanal. 24805

SENADOR VALDIR RAUPP – Apelo, ao Governo Federal, em favor da transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União.. 24808

SENADOR IVO CASSOL – Expectativa com a transposição de servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União..... 24810

1.4.5 – Pareceres

Nºs 665 a 667, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 476, de 2008; 614, de 2011; e 252, de 2009, respectivamente. 24814

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do

Senado nºs 476, de 2008; 614, de 2011; e 252, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (**Ofícios nºs 109 a 111/2012-CAS**)..... 24844

1.4.7 – Aviso do Ministro de Minas e Energia

Nº 80/2012, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.477, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves..... 24844

1.4.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 24844

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

2.1 – Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2012 24846

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 24856

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 24861

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 24867

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 24872

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 24876

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 24886

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 24892

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 24899

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 25004

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 25009

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 25012

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 25014

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 25015

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 25016

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 25016

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 25017

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 25019

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	25021	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	25030
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	25023	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	25031
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>			
8 – COMISSÕES MISTAS			
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	25025	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	25032
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	25028	9 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
		Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	25036
		Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	25037
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	25038

Ata da 100^a Sessão, Deliberativa Ordinária em 11 de junho de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Luiz Henrique, Walter Pinheiro, Jorge Viana,
Aníbal Diniz, Pedro Taques e Blairo Maggi*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 18 horas e 53 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

100^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 11/6/2012 07:35:45 até 11/6/2012 20:53:13

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	RR	ANGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PMDB	SC	CASILDO Maldaner	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X						
	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAZ	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X						
PV	RN	PAULO DAVIM	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X						

Compareceram: 43 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos: Senador Pedro Simon e Senador Luiz Henrique.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a V. Ex^a, Senador Sérgio, para uma comunicação inadiável.

Senador Luiz Henrique, com a palavra, como orador inscrito.

Como primeiro orador, para comunicação inadiável, Senador Sérgio Souza.

Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O segundo orador para uma comunicação inadiável é o Senador Walter Pinheiro.

Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Paulo Paim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o jornal *O Globo*, edição deste dia, na seção País, traz uma matéria importante para reflexão nesta tribuna nesta tarde.

A matéria escrita pelos jornalistas Sérgio Roxo e Thiago Herdy tem a seguinte manchete: “A atuação de procuradores-gerais é questionada”, e, no texto, os ilustres jornalistas dizem o seguinte:

Quase um terço (oito) dos atuais procuradores-gerais de Justiça do País chegou pela primeira vez ao cargo sem ter sido o mais votado na eleição interna do Ministério Público. Frente a esse quadro, a possibilidade de os governadores escolherem o nome daquele que poderá ou não investigá-los tem colocado a atuação dos chefes do MP em xeque. Há casos de engavetamento precoce de inquéritos, falta de iniciativa em assuntos sensíveis aos governos estaduais e omissão em relação a contratações irregulares.

Pela Constituição, o procurador-geral é a única autoridade que pode propor ação civil contra governadores, presidentes de as-

sembléias legislativas e tribunais de justiça. A escolha do ocupante é feita pelo governador a partir de uma lista tríplice formada em uma eleição interna do MP, e ele [Governador] não é obrigado a escolher o mais votado, o que tem levantado suspeitas sobre a atuação dos procuradores em vários Estados.

Leio essa matéria, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para enaltecer a importância desse assunto neste momento grave que vive a Nação, em busca da transparência, da visibilidade absoluta pelo povo dos atos dos seus governantes.

E o faço, Sr. Presidente, para salientar que, se essa não é uma conduta de um terço, não é a conduta de apenas um terço dos Srs. Governadores, de fato é a exceção, porque os outros dois terços, os outros 19 procuradores, segundo levantamento feito, foram os mais votados nas escolhas procedidas por seus pares.

Quando assumi o Governo do Estado de Santa Catarina, não tive dúvida nenhuma em nomear sempre o mais votado e, em quatro oportunidades, assim procedi. Foram dois procuradores eleitos e reeleitos que eu referendei como procuradores-gerais, acolhendo a vontade majoritária dos membros do Ministério Público catarinense.

Recentemente, houve uma nova eleição em Santa Catarina e o Governador Raimundo Colombo adotou o mesmo procedimento. De modo que, em Santa Catarina, embora não seja uma regra escrita, embora não seja uma norma procedural, embora não seja um mandamento constitucional, os procuradores mais votados pelo Ministério Público é que têm sido nomeados pelo Governador.

Essa matéria invoca uma velha tese no sentido de que se torne mandamento constitucional a nomeação do mais votado, para que a vontade do corpo profissional do Ministério Público seja chancelada, obrigatoriamente, pelo Governador do Estado, ou até mesmo que no futuro se dispense essa chancela para que a eleição indique diretamente o procurador, dentro do princípio de autonomia que a Constituição Federal outorgou ao Ministério Público.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, que tive a honra de, como Líder do PMDB na Câmara, durante o processo constituinte, acolher em meu gabinete grupo de procuradores que nos assessorou a nós, constituintes, na elaboração dos dispositivos que tornaram letra constitucional essa autonomia funcional do Ministério Público.

Ora, se existe uma autonomia funcional, como tal estabelecida no Texto Constitucional, é fundamental que essa autonomia ressalte o poder e a vontade da maioria quando da escolha de seus procuradores-gerais.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para, mais uma vez, cumprimentar os ilustres jornalistas do jornal *O Globo* por levantarem essa questão tão importante e, aqui da tribuna, dizer que a autonomia do Ministério Público vai ainda mais ser exaltada se a eleição do mais votado corresponder à nomeação do Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Luiz Henrique, pela coerência com que fez as indicações quando era Governador e pela coerência que tem adotado sempre na sua vida pública.

Para uma comunicação inadiável, passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente; Sr's e Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado; servidores desta Casa; senhoras e senhores, venho mais uma vez a esta tribuna para tratar do setor agrícola deste País, desta feita dos juros agrícolas, e, de forma mais específica, chamar a atenção do Governo Federal para a questão das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados à produção rural deste País.

Com grande satisfação temos presenciado a luta da Presidente Dilma para a redução dos juros cobrados no Brasil. Durante muitos anos, nosso País ostentou títulos de maior *spread* bancário e maior taxa de juros básicos mundiais. Felizmente, essa terrível situação começa a ser alterada, em grande parte, graças à determinação da nossa Presidente Dilma Rousseff.

Mas, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, se vários segmentos da produção nacional, bem como o cidadão comum, já vêm experimentando a redução das taxas de juros de forma consistente, até o momento, tais benefícios não se consagram nos financiamentos agrícolas. E justamente quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está prestes a lançar o Plano Safra de 2012-2013, é fundamental atentarmos para a importância de incentivar ainda mais a produção rural com taxas menores de juros nos financiamentos destinados ao setor.

Exatamente com essa motivação, Sr. Presidente, aprovamos recentemente um requerimento de minha autoria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para realizarmos uma audiência pública com a finalidade de discutir a redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados ao setor agropecuário.

Para tanto, sugerimos o convite ao Ministro Guido Mantega, da Fazenda; do Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro; do ex-Senador Osmar Dias, hoje Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil; da Senadora Kátia Abreu, como Presidente da CNA; do

Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; e, por fim, do Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que agora vivemos um bom momento e de que é uma excelente oportunidade para que os Senadores e as Senadoras possam contribuir para o desenvolvimento do nosso agronegócio. Contudo, penso que é absolutamente fundamental que façamos uma reunião antes do lançamento do Plano Safra, pois, assim, poderemos, por meio dos debates na Comissão de Agricultura, no Senado Federal, assegurar aos produtores rurais de todo o Brasil menores taxas de juros já nas novas linhas de financiamento que serão anunciadas brevemente pelo Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e pela Srª Presidente da República, Dilma Rousseff.

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em 2011, o PIB do agronegócio cresceu o dobro do PIB brasileiro calculado pelo IBGE. Enquanto o agronegócio avançou 5,73% (a preços reais), totalizando R\$942 bilhões, a economia como um todo se expandiu 2,7%, indo para R\$4,143 trilhões, segundo o IBGE.

Com isso, a participação do agronegócio no PIB nacional aumentou de 21,78%, em 2010, para 22,74%, em 2011. Ou seja, cresceu, em apenas um ano, 1%.

Além disso, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a balança comercial do agronegócio brasileiro mostra vigor e resguarda o Brasil de um perigoso déficit comercial. Desde 2001, quando a balança comercial tornou-se positiva, o desempenho do agronegócio tem sido apontado como o grande responsável pelo superávit brasileiro, pois, excetuando as exportações do setor, o resultado da balança comercial seria inequivocavelmente negativo.

Em 2011 a situação não foi diferente. A balança comercial brasileira teve superávit de R\$29,8 bilhões, enquanto o agronegócio sozinho, Sr. Presidente, foi superavitário em R\$77,5 bilhões. Não fossem as exportações brasileiras dos complexos agropecuários de R\$94,6 bilhões, a balança brasileira teria um déficit de aproximadamente US\$50 bilhões – faço uma errata, os números citados aqui são em dólares e não em reais, todos eles.

É inquestionável, portanto, a relevância do setor para o equilíbrio das contas externas do Brasil. Nos anos 80, por exemplo, o Brasil era cinco vezes maior que os Tigres Asiáticos juntos, segundo dados da Abimaq, em produção industrial. Hoje eles são, os Tigres Asiáticos, juntos cinco vezes maiores do que o Brasil, entretanto, setor da agropecuária é totalmente diferente e a situação é inversa do que vimos nos de-

mais setores da indústria brasileira. A agroindústria do Brasil cresceu dezenas de vezes desde os anos 80. O Brasil, que era importador de alimentos em poucas décadas, se tornou o segundo maior produtor mundial de alimentos, Sr. Presidente. E, sendo assim, no momento em que o Governo Federal empreende tremendo esforço, através de medidas de desoneração tributária e redução dos custos relacionados ao crédito, para manter o crescimento da economia nacional, garantindo a manutenção da renda e do emprego aos brasileiros, não podemos excluir dessa discussão um setor tão fundamental que é o agronegócio.

Tenho absoluta convicção de que a Presidente Dilma estará atenta às demandas do setor rural, mas, insisto, o Senado pode e deve dar a sua contribuição para este debate. A redução dos juros, em pelo menos um ponto percentual, é o que busca o setor neste momento.

No Plano Safra 2011-2012, foram mais de R\$100 bilhões disponibilizados aos produtores brasileiros. Estima-se que será um valor igual a esse ou superior para o Plano Safra 2012-2013.

A redução de 1% na taxa de juros agrícola representará uma economia ao brasileiro, ao cidadão, ao produtor brasileiro de R\$1 bilhão. Esse R\$1 bilhão ficará nas mãos do produtor, que sabe bem gastá-lo; gastará na compra de implementos agrícolas, gastará no incremento da sua propriedade, da melhoria da qualidade da sua produção e também do solo agrícola; incentivará o comércio das pequenas, das médias cidades, do Brasil por inteiro. No meu Estado, o Paraná, que toma quase 20% desse valor, nós teremos aí qualquer coisa em torno de R\$200 milhões que ficarão nos bolsos ou dentro da propriedade rural do cidadão paranaense.

Então, Sr. Presidente, neste momento, em que o Brasil vive um cenário histórico, em que a taxa Selic chegou a 8,5%, no momento em que se reduzem até mesmo os juros da poupança, no momento em que todos os juros têm tido uma drástica redução, o setor agrícola não poderia ficar de fora. Essa é uma reivindicação que faço, como membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, como coordenador político da Frente Parlamentar da Agropecuária brasileira, para que nós todos, juntos, possamos empunhar essa bandeira da redução dos juros em, pelo menos, um ponto percentual para o Plano Safra 2012-2013.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. PMDB – SC) – Agradeço e cumprimento ao ilustre Senador Sérgio Souza.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo prazo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Srs e Srs. Senadores, nesta segunda-feira como temos um tempo maior eu quero falar um pouco sobre a Rio+20.

No próximo dia 13, Sr. Presidente, quarta-feira, terá início uma conferência histórica dedicada ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza. Eu falo do evento Rio+20, a conferência que se estenderá até o dia 22 e que irá reunir os 193 países das Nações Unidas. Esse encontro terá como foco a expectativa das nações em relação aos próximos vinte anos. Afinal, em 2030, teremos um bilhão a mais de pessoas e precisamos pensar no que queremos, naquilo que precisa estar pronto até lá.

As Nações Unidas definiram assim os objetivos gerais da Rio+20: renovação dos compromissos políticos da Rio+20 com o desenvolvimento sustentável; avaliação do progresso nesta área; e a identificação de gargalos e novos desafios à implementação das ações previstas nas conferências anteriores.

O Brasil ocupa lugar privilegiado quando o assunto é natureza, ou seja, nós abrigamos, por exemplo, a maior biodiversidade e por consequência o maior banco genético do mundo. Nós temos a segunda maior cobertura florestal (60% ainda nativa). Nós possuímos também 11% da água doce e o maior rio da Terra. A nossa matriz energética é 46% renovável e a nossa emissão de CO₂ é a menor entre todos os países industrializados. Nós somos a sexta economia do Planeta, responsáveis por 2,9% do PIB mundial.

Brice Lalonde, Coordenador Executivo das Nações Unidas para a Rio+20, afirmou, em entrevista recente, que esse evento é uma oportunidade para o Brasil apontar caminhos e mostrar a sua liderança natural.

A vez é de vocês; mostrem-nos como viver. Vocês agora vivem um grande crescimento econômico, têm uma população que ama o seu país, a natureza, mulheres bonitas (...) [homens inteligentes; enfim as ruas estão coloridas]... É a vez de vocês nos mostrarem como fazer, como viver e se organizar.

O Brasil é mesmo assim. Nós temos uma reserva natural imensa, mas não deixa de ser um país em processo de amadurecimento, e, nesse processo precisamos amadurecer nossa consciência ambiental.

tal, pois, ao fazermos isso, vamos lidar melhor com os entraves a vencer.

Por exemplo, temos diante de nós o fato de que somente 3% do que é desmatado é destinado à produção de alimentos. O resto é para grandes pastagens de gado e carne para a exportação. Temos que encarar também o fato de que nós somos o país que mais joga agrotóxicos. São 760 milhões de litros por ano que estão contaminando o nível freático. Esses agrotóxicos correm para nossos rios e os animais vão saciar sua sede neles e, dessa forma, isso acaba atingindo a nossa saúde. Quando comemos a sua carne, comemos produtos vindos da lavoura.

Outro caso: o Ibama apreendeu recentemente – e isso é grave! – 7,7 toneladas de barbatanas de tubarão armazenadas em uma empresa de exportação de pescado em Belém, no Pará. A firma, que estava pronta para mandar o material para a China não podia, e não pode, comprovar a legalidade do produto.

Em todo o Planeta está ocorrendo um verdadeiro massacre que vem dizimando os tubarões. Nas últimas duas décadas, vem crescendo muito a demanda e o preço da barbatana do animal, que é usada para fazer uma sopa considerada uma iguaria na Ásia, EUA e Canadá. Como é obtida a barbatana? Geralmente, por meio de uma prática cruel: eles capturam o tubarão, cortam suas nadadeiras e jogam o corpo mutilado no mar, submetendo o animal a uma morte agonizante. Essa prática tem levado algumas espécies ao risco de extinção, já que muitos animais precisam, por essa agressão violenta, ser mutilados para obter uma quantidade razoável de barbatanas. São verdadeiros assassinatos.

Segundo o Ibama, desde 2009, já foram apreendidas 15,7 toneladas do material somente no Estado do Pará, e, para isso, cerca de sete mil tubarões foram mortos. Existe uma portaria do Ibama que determina que o peso das barbatanas não ultrapasse 5% do total de um lote de carcaças. No entanto, temos o problema de que é praticamente impossível fiscalizar todas as embarcações.

O massacre dos tubarões ameaça a existência de outros seres abaixo deles na cadeia alimentar porque quando eles são retirados de cena, ocorre um boom na quantidade de indivíduos de outras espécies.

Sr. Presidente, esses últimos dados que mencionei foram citados por nosso querido teólogo Leonardo Boff, em Entrevista Especial que a TV Senado realizou em 14 de maio. Para essa entrevista, foram convidados também o Ministro do STJ Hernan Benjamin e o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Eu cito essa entrevista porque quero falar especialmente, neste pronunciamento, sobre o tema que foi tratado lá: a Carta da Terra, documento da mais profunda importância para a Rio+20, para a realização dos nossos anseios em relação à defesa do nosso Planeta, documento fundamental para a elaboração de políticas públicas e para o próprio trabalho de legisladores e juízes que se dedicam à defesa do meio ambiente.

Na entrevista, Leonardo Boff chamou a atenção para o fato de que:

Nós encostamos nos limites da Terra. Nos demos conta de que a Terra é um planeta pequeno, já velho, com recursos limitados e que ela gasta um ano e meio para repor aquilo que nós tiramos dela durante um ano.

O Brasil precisa desenvolver a consciência de que nós somos o país decisivo para o equilíbrio global do planeta Terra.

A Carta da Terra é a busca de uma nova relação com a natureza, que seja eco-amigável.

O Ministro Hernan Benjamin lembrou que:

O Brasil é um dos países que tem a melhor legislação do mundo, tanto no plano constitucional, são regras extraordinárias, como também nas várias normas que regem os fundamentos do meio ambiente.

A Carta da Terra entra como uma espécie de cola que une as várias facetas que dialogam com a crise ambiental, e o Direito, então, se aproveita da Carta da Terra [para garantir a defesa do Planeta].

Para nós, brasileiros, a Carta da Terra não inventa a roda, ela apenas põe numa perspectiva ética, de sustentabilidade, como o Leonardo sempre diz não é do desenvolvimento sustentável, mas da sociedade sustentável. Ela põe a nossa Constituição, as nossas leis, numa perspectiva universal, de trabalhar com a comunidade em defesa da vida.

Rodrigo Rollemberg, nosso Senador, disse:

A Carta da Terra pode ser um bom guia, um bom instrumento para apontar caminhos para a Rio+20. Ela é uma declaração de amor ao Planeta, uma declaração de amor a todas as formas de vida. Ela aponta caminhos indispensáveis para a continuidade da vida em sua plenitude.

Sr. Presidente, a Carta da Terra, como eu disse, é um texto de imensa riqueza para nós. Em 1992, por ocasião da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, foi proposta a construção desse documento, mas a ideia

não vingou. Em seu lugar, foi adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. dessa forma, a Agenda 21, o documento mais importante da Eco-92, ficou privado de uma fundamentação e de uma visão integradora.

Veio então a ideia de se criar um movimento mundial para formular uma Carta da Terra que nascesse de baixo para cima. Essa carta deveria recolher o que a humanidade deseja e quer para sua casa comum, a Terra.

Depois de reuniões prévias e muitas discussões, criou-se, em 1997, a Comissão da Carta da Terra, da qual faziam parte 23 personalidades dos vários continentes para acompanhar uma consulta mundial e redigir o texto final da Carta da Terra. O teólogo Leonardo Boff integrou a Comissão pelo Brasil.

Leonardo Boff informou que foram realizadas reuniões que envolveram 46 países e mais de 100 mil pessoas, desde favelados, comunidades indígenas, universitários e centros de pesquisa, até que, em início de 2000, no espaço da Unesco, em Paris, o texto final da Carta da Terra foi aprovado.

E o que diz a Carta da Terra? Vou me utilizar das palavras de Leonardo Boff para termos uma visão mais ampla sobre esse documento tão importante.

Ele disse que a Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

Ela busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações, olhando os rios, os mares, os animais, a fauna, as florestas, enfim, toda a vida do Planeta.

É uma visão de esperança. É um chamado à ação.

A Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. E, desse modo, ela oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético, para guiar a transição para um futuro sustentável.

Precisamos mudar a maneira como pensamos e vivemos, e a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um caminho melhor, um caminho correto, um caminho honesto, um caminho certo. Precisamos de uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas em todo o mundo. A educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, e a Carta da Terra oferece um instrumento educacional fundamental, valioso.

Sintetizando o que diz o texto da Carta da Terra, já no preâmbulo:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. Para seguir adiante, devemos reconhecer que somos uma família [...] e uma comunidade terrestre com um destino comum.

Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global, fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.

No subtítulo Terra, Nossa Lar, podemos ler que a Terra, nossa lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável.

A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

Sr. Presidente, os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, esgotamento de recursos e uma maciça extinção de espécies. Comunidades inteiras estão sendo arruinadas.

Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de grandes sofrimentos.

O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado o sistema ecológico e trazido problemas para o social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis. Tudo depende de nós.

Quanto aos desafios futuros, Sr. Presidente, a escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções inclusivas.

Para realizar essas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre como um todo, bem como com nossas comunidades locais.

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha respon-

sabilidade pelo presente e pelo futuro, buscando o bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos.

O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza.

Sr. Presidente, princípios resumidos da Carta da Terra:

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as atuais e futuras gerações.
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for imitado, assumir uma postura de precaução, [de prevenção].
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e ampla, aplicando o conhecimento adquirido.
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde, combater a violência e buscar oportunidades [para todos].
12. Defender, sem discriminação, os direitos das pessoas de viverem em um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas [quilombolas, enfim], das minorias.

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência, prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

15. Tratar os seres vivos com respeito e consideração.

16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

Sr. Presidente, terminaria dizendo que, como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos dessa Carta. Isso requer uma mudança na mente e no coração, requer um novo sentido de interdependência, uma visão global e de responsabilidade universal.

Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar essa visão.

Devemos aprofundar e expandir o diálogo global que gerou a Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir dela.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação dos esforços pela justiça, pela paz e alegre celebração da vida.

Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, só posso bater palmas para a Carta da Terra.

Espero que a Organização das Nações Unidas, que está construindo um documento com propostas para a Conferência segundo entidades das sociedade civil e militantes dos Direitos Humanos, acompanhe e use a Carta da Terra com esse objetivo.

Estados Unidos, França, Canadá e Austrália negam-se a tratar o acesso aos recursos naturais, por exemplo, como um direito humano, com o que não podemos concordar.

Por conta das retiradas de direitos básicos, representantes da sociedade civil endereçaram carta, com o apoio de mais de 500 organizações de 67 países, ao Secretário-Geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang. Afirmaram aí, Sr. Presidente, outras entidades à defesa da Carta da Terra.

E aqui termino, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que considere, na íntegra, o meu pronunciamento. Já usei mais que o limite, pela tolerância de V. Ex^a e, por isso, não lerei, na íntegra, o documento. Vou para a

última parte, Sr. Presidente, se me permitir. Pulei dez folhas aqui, porque já usei mais de 30 minutos, pela tolerância do nosso Presidente.

Sr. Presidente, o que diz a última página? É a Oração da Amazônia, da CNBB:

Deus criador, Pai da família humana,
Vós formastes a Amazônia, maravilha
da vida,
bênção para o Brasil e para o mundo.
Despertai em nós o respeito e a admiração pela obra
que vossa mão entregou aos nossos cuidados.
Ensinal-nos a reconhecer o valor de cada criatura
que vive na terra, cruza os ares ou se move nas águas.
Perdoai, Senhor, a ganância e o egoísmo destruidor;
moderai nossa sede de posse e poder.
Que a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida,
seja também o chão da partilha fraterna,
pátria solidária de povos e culturas,
casa de muitos irmãos e irmãs...

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a porque sei que exagerei no tempo.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre Rio + 20, Carta da Terra, Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia próximo 13, quarta-feira, terá início uma conferência histórica dedicada ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza.

Eu falo do evento Rio + 20. A Conferência, que se estenderá até dia 22, irá reunir os 193 países das Nações Unidas.

Esse encontro terá como foco a expectativa das Nações em relação aos próximos 20 anos.

Afinal, em 2030 nós teremos 1 bilhão a mais de pessoas e precisamos pensar no que queremos, naquilo que precisa estar pronto até lá.

As Nações Unidas definiram assim os objetivos gerais da Rio+20: renovação do compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável; avaliação do progresso na área; e a identificação de gargalos e novos desafios à implementação das ações previstas nas conferências anteriores.

Sr. Presidente, o Brasil ocupa lugar privilegiado quando o assunto é natureza, ou seja, nós abrigamos, por exemplo, a maior biodiversidade e, por consequência, o maior banco genético do mundo.

Nós temos a segunda maior cobertura florestal (60% ainda nativa).

Nós possuímos, também, 11% da água doce e o maior rio da Terra.

A nossa matriz energética é 46% renovável e nossa emissão de CO₂ é a menor entre os países industrializados.

Nós somos a sexta economia do planeta, responsável por 2,9% do PIB mundial.

Brice Lalonde, coordenador executivo das Nações Unidas para a Rio + 20, afirmou em uma entrevista que esse evento é uma oportunidade de o Brasil apontar caminhos e mostrar sua liderança natural. Disse ele:

“A vez é de vocês; mostre-nos como viver. Vocês agora vivem um grande crescimento econômico, têm uma população que ama seu país, a natureza, mulheres bonitas nas ruas... É a vez de vocês nos mostrarem como fazer, como viver e se organizar”.

O Brasil é mesmo assim. Nós temos uma reserva natural imensa.

Mas, não deixa de ser um país em processo de amadurecimento e nesse processo precisamos amadurecer nossa consciência ambiental, pois ao fazermos isso, vamos lidar melhor com os entraves a vencer. Por exemplo, temos diante de nós o fato de que somente 3% do que é desmatado é destinado à produção de alimentos. O resto é para grandes pastagens de gado e carne para a exportação.

Temos que encarar também, que nós somos o país que mais joga agrotóxicos. São 760 milhões de litros por ano que estão contaminando o nível freático.

Esses agrotóxicos correm para nossos rios e os animais vão saciar sua sede neles e, dessa forma, isso acaba atingindo a nossa saúde quando comemos a sua carne, e assim por diante.

Outro caso: o Ibama apreendeu recentemente 7,7 toneladas de barbatanas de tubarão armazenadas em uma empresa de exportação de pescado em Belém, no Pará. A firma, que estava pronta para mandar o material para a China não podia comprovar a legalidade do produto.

Em todo o planeta está ocorrendo um verdadeiro massacre que vem dizimando os tubarões.

Nas últimas duas décadas, vêm crescendo muito a demanda e o preço da barbatana do animal, que é usada para fazer uma sopa considerada uma iguaria na Ásia, EUA e Canadá.

Como é obtida a barbatana?

Geralmente por meio de uma prática cruel em que eles capturam o tubarão, cortam suas nadadeiras e jogam o corpo mutilado no mar, submetendo o animal a uma morte agonizante.

Essa prática tem levado algumas espécies ao risco de extinção, já que muitos animais precisam ser mutilados para obter uma quantidade razoável de barbatanas.

Segundo o Ibama, desde 2009 já foram apreendidas 15,7 toneladas do material somente no Estado do Pará e para isso cerca de sete mil tubarões foram mortos.

Existe uma portaria do Ibama que determina que o peso das barbatanas não ultrapasse 5% do total de um lote de carcaças. No entanto, temos o problema de que é praticamente impossível fiscalizar todas as embarcações.

O massacre dos tubarões ameaça a existência de outros seres abaixo deles na cadeia alimentar porque quando eles são retirados de cena, ocorre um boom na quantidade de indivíduos de outras espécies.

Sr. Presidente, esses últimos dados que mencionei foram citados por nosso querido teólogo, Leonardo Boff, em Entrevista Especial que a TV Senado realizou em 14 de maio.

Para essa entrevista foram convidados também, o Ministro do STJ, Hernan Benjamin e o Senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Eu cito essa entrevista porque quero falar especialmente, neste pronunciamento, sobre o tema que foi tratado lá; a Carta da Terra, documento da mais profunda importância para a Rio + 20, para a realização dos nossos anseios em relação ao nosso planeta, documento fundamental para a elaboração de políticas públicas e para o próprio trabalho de legisladores e juízes em matéria ambiental.

Na entrevista Leonardo Boff chamou a atenção para o fato de que:

“Nós encostamos nos limites da Terra. Nos demos conta que a Terra é um planeta pequeno, já velho, com recursos limitados e que ela gasta um ano e meio para repor aquilo que nós tiramos dela durante um ano...

O Brasil precisa desenvolver a consciência de que nós somos o país decisivo para o equilíbrio global do planeta Terra...

A carta da Terra é a busca de uma nova relação com a natureza, que seja eco-amigável”...

O Ministro Hernan Benjamin lembrou que:

“o Brasil é um dos países que tem a melhor legislação do mundo, tanto no plano constitucional, são regras extraordinárias, como também nas várias normas que regram os fundamentos do meio ambiente...

A carta da Terra entra como uma espécie de cola que une as várias facetas que dialogam com a crise ambiental, e o Direito, então, se aproveita da Carta da Terra...

Para nós, brasileiros, a Carta da Terra não inventa a roda, ela apenas põe numa perspectiva ética, de sustentabilidade, como o Leonardo sempre diz não é do desenvolvimento sustentável, mas da sociedade sustentável. Ela põe a nossa Constituição, as nossas leis numa perspectiva universal, de trabalhar com a comunidade da vida”...

O Senador Rodrigo Rollemberg disse que:

“A Carta da Terra pode ser um bom guia, um bom instrumento para apontar caminhos para a Rio + 20...

Ela é uma declaração de amor ao planeta, uma declaração de amor a todas as formas de vida. Ela aponta caminhos indispensáveis para a continuidade da vida em sua plenitude”...

Antes de seguir falando sobre a Carta da Terra, eu quero aproveitar este momento para cumprimentar os entrevistados por sua postura consciente e engajada em relação ao desenvolvimento sustentável.

A Carta da Terra, como eu disse antes, é um texto de imensa riqueza para nós.

Em 1992, por ocasião da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, foi proposta a construção desse documento, mas a ideia não vingou.

Em seu lugar foi adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desta forma a Agenda 21, o documento mais importante da Eco-92, ficou privado de uma fundamentação e de uma visão integradora.

Veio então a ideia de se criar um movimento mundial para formular uma Carta da Terra que nascesse de baixo para cima.

Essa carta deveria recolher o que a humanidade deseja e quer para sua casa comum, a Terra.

Depois de reuniões prévias e muitas discussões, criou-se em 1997 a Comissão da Carta da Terra, da qual faziam parte 23 personalidades dos vários continentes para acompanhar uma consulta mundial e redigir o texto da Carta da Terra.

O teólogo Leonardo Boff integrou a Comissão pelo Brasil.

Leonardo Boff informou que foram realizadas reuniões que envolveram 46 países e mais de 100 mil

pessoas, desde favelas, comunidades indígenas, universidades e centros de pesquisa, até que, em início de março de 2000, no espaço da Unesco, em Paris, o texto final da Carta da Terra foi aprovado.

E o que diz a Carta da Terra?

Vou me utilizar das palavras de Leonardo Boff para termos uma visão mais ampla sobre esse documento tão importante.

A carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

Ela busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações.

É uma visão de esperança e um chamado à ação.

A Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis.

E, desse modo, ela oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

Precisamos mudar a maneira como pensamos e vivemos e a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um caminho melhor.

Precisamos de uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. A educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial e a Carta da Terra oferece um instrumento educacional muito valioso.

Sr's e Srs. Senadores, vou tentar sintetizar um pouco o texto da Carta da Terra:

Em seu PREÂMBULO ela diz que:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. Para seguir adiante, devemos reconhecer que somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.

Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.

No subtítulo TERRA, NOSSO LAR podemos ler:

A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável.

A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo.

A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

No subtítulo A SITUAÇÃO GLOBAL consta:

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, esgotamento dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas.

Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de grande sofrimento.

O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

DESAFIOS FUTUROS

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções inclusivas.

RESPONSABILIDADE UNIVERSAL

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre como um todo, bem como com nossas comunidades locais.

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos.

O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza.

Princípios resumidos na Carta da Terra:

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a viver em ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

E ao final, em: O CAMINHO ADIANTE, consta:

Como nunca antes na História, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal.

Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão.

Devemos aprofundar e expandir o diálogo global que gerou a Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca conjunta em andamento por verdade e sabedoria.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação

dos esforços pela justiça e pela paz e a alegre celebração da vida.

Sr. Presidente, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero registrar aqui minha preocupação com a retirada, por parte de alguns países, do tema direitos humanos da agenda do evento Rio + 20.

A Organização das Nações Unidas está construindo um documento com propostas para a Conferência e, segundo entidades das sociedade civil e militantes dos Direitos Humanos, há várias omissões.

Estados Unidos, França, Canadá e Austrália, negam-se a tratar o acesso aos recursos naturais, por exemplo, como um direito humano.

A exclusão de questões como segurança alimentar, erradicação da pobreza, direito das mulheres e necessidade de haver responsabilidade dos países com o desenvolvimento sustentável também nos preocupa.

O direito à alimentação e nutrição adequadas, além do acesso à água potável e ao saneamento básico também não estão inclusos no documento atual. A sustentabilidade mundial deve ser garantida.

Por conta das retiradas de direitos básicos, representantes da sociedade civil endereçaram carta, com o apoio de mais de 500 organizações de 67 países, ao secretário geral da Rio + 20, o chinês Sha Zukang.

Afirmaram na carta, tratar-se de uma situação que ameaça gravemente os direitos de todas as pessoas e compromete a relevância das Nações Unidas.

Em um dos trechos consta: "das cinzas da Segunda Guerra Mundial, a humanidade se reuniu para erguer instituições com o objetivo de construir a paz e prosperidade para todos, evitando mais sofrimento e destruição"

Direitos humanos são direitos de todos. E a própria exclusão dos princípios de país poluidor-pagador, da precaução ambiental, mostram que é preciso cuidado ao elaborar um documento com tamanho impacto como o que está sendo construído pelas grandes nações.

Faço questão de repetir que a Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis.

Meus colegas Parlamentares, os Senadores integrantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal brasileiro formularam um documento final da Conferência Rio+20 com os pontos que eles desejam ver contemplados:

Renovação do compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, consideradas, no mínimo, suas três dimensões principais: crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social.

Reafirmação dos princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, firmada durante a Conferência Rio'92.

Avaliação do andamento das medidas previstas na Agenda 21 e dos resultados obtidos na promoção do desenvolvimento sustentável desde a Rio'92.

Identificação de novos desafios ao desenvolvimento sustentável e atualização das estratégias traçadas na Agenda 21, inclusive com uma reflexão profunda sobre os atuais padrões de produção e consumo da sociedade.

Conceituação mais precisa da economia verde e da sua importância como instrumento para a promoção do crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social.

Definição mais precisa dos elementos da economia verde, para que os países possam traçar suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Criação de uma estrutura institucional internacional que atribua igual relevância, no mínimo, às dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância das constantes interações entre elas.

Fortalecimento dos organismos ambientais internacionais, com a promoção da imprescindível articulação entre as estratégias de implementação dos diversos tratados ambientais internacionais.

Criação, quando inexistentes, e fortalecimento de instituições internacionais voltadas para a efetiva promoção da inclusão e da justiça social.

Criação de indicadores e objetivos de desenvolvimento sustentável, a serem atingidos por todos os países até 2030.

Indicação da necessidade de se firmarem convenções internacionais sobre águas, responsabilidade socioambiental das empresas e florestas, inclusive com a criação da área de preservação permanente mundial.

Definição de mecanismos de financiamento do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento, inclusive com a reafirmação dos compromissos assumidos desde 2002, na Conferência de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento.

Criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento e transferência de tecnologias verdes para os países em desenvolvimento.

Indicação da necessidade de criação de mecanismos de regulação e controle do mercado financeiro internacional, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, quero parabenizar meus colegas de Senado que apresentaram esse documento revelando a preocupação e a atenção que o tema merece.

Sr's e Srs. Senadores, ao final desta minha fala quero abordar ainda, o Código Florestal...

Quero reiterar minha postura quanto às mudanças que a Câmara fez em relação ao Código Florestal, aprovado aqui no Senado.

Nós sabemos que o texto aprovado não foi o ideal, mas a Câmara esculhambou com o Código só pensando no poder econômico.

A vida está em primeiro lugar. Nós não podemos fazer com que o Código Florestal seja um código do poder econômico para atropelar a natureza pensando somente no lucro.

Eu quero um Código Florestal moderno com o qual a gente possa chegar na Rio + 20 e dizer com orgulho: O Brasil tem uma legislação que defende o planeta.

Essa é a razão de ter me engajado no movimento 'Veta Dilma'.

E muitas pessoas estão apoiando esse movimento.

Recebi correspondência chamada *Apelo público dos ex-ministros*, em que eles dizem:

Nós, do Fórum dos Ex-Ministros do Meio Ambiente do Brasil, dirigimos um apelo público à presidente da República a respeito do projeto de lei 1976/99, aprovado pela Câmara dos Deputados com alterações ao Código Florestal.

Pedimos à presidente Dilma o voto integral dos retrocessos contidos no projeto de lei aprovado pela Câmara, que reduz a proteção às florestas solicitamos que a presidente, em coerência com o seu compromisso e com os anseios da sociedade, vete integralmente toda e qualquer norma de caráter permanente ou transitório que:

– Sinalize ao país a possibilidade presente e futura de anistia;

– Permita a impunidade em relação ao desmatamento;

– Descaracterize a definição de florestas, que está consagrada na legislação vigente;

– Reduza direta ou indiretamente a proteção do capital natural associado às florestas;

– Fragilize os serviços prestados por elas;

– Dificulte, esvazie ou desestimule mecanismos para a restauração;

– Ou, ainda, fragilize a governança socioambiental.

Ao mesmo tempo, nós entendemos que continua necessário construir um quadro de referência normativo estratégico, alinhado com os desafios contemporâneos, de modo a valorizar o conjunto de nossas florestas.

Para tanto, a partir da experiência acumulada no serviço público ao longo de tantos anos, assim como da diversidade de seus membros, o fórum se coloca à

disposição para apoiar, da forma que for julgada mais oportuna, a elaboração e tramitação no Legislativo de uma proposta que vise uma política florestal sustentável e que, portanto, valorize as funções de conservação, de recuperação e de uso econômico do capital natural associado às nossas florestas.

Sr. Presidente, o Planeta Terra, com sua natureza gigante, infinitamente bela, nos dá a água que corre nos rios da nossa Amazônia, as geleiras da Patagônia que protegem o meio ambiente do aquecimento global, o mar que embala as Ilhas Gregas, as pedras que, postas umas sobre as outras, formam as magníficas Pirâmides do Egito, o sol que, por horas, perdura sobre o deserto do Saara.

O Planeta Terra é um ato da criação do Ser Divino. É um presente para nós que somos o maior gesto de amor do Criador.

Nós fomos criados para a felicidade, pensados em cada célula, em cada vértebra, em cada parte do nosso organismo.

Nós fomos criados com a capacidade de escorrer entre abrir nossas mãos para o bem ou recolher-las ao egoísmo.

Nós nascemos parte da natureza e estamos conectados a ela. Somos uma só energia.

Como eu disse no início, nós, brasileiros, fomos ricamente abençoados. Nossa natureza é vasta. Nossa fauna e nossa flora são de uma diversidade incrível.

Eu quero deixar pra todos que aqui estão e para aqueles que me escutam em suas casas um trecho de uma oração muito especial. Uma oração de gratidão e de apelo ao despertar da consciência.

É a Oração da Amazônia, da CNBB:

Deus criador, Pai da família humana,
Vós formastes a Amazônia, maravilha
da vida,
bênção para o Brasil e para o mundo.
Despertai em nós o respeito e a admiração pela obra
que vossa mão entregou aos nossos cuidados.
Ensina-nos a reconhecer o valor de cada criatura
que vive na terra, cruza os ares ou se move nas águas.
Perdoai, Senhor, a ganância e o egoísmo destruidor;
moderai nossa sede de posse e poder.
Que a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida,
seja também o chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs...

Eu finalizo desejando que assim seja e que nós saibamos cuidar de tudo que nos foi dado.

Vamos convidar o mundo para esta jornada diária de amor à natureza. Amor à Energia que faz de cada um de nós e, assim, do todo, uma única e imensa Família.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Luiz Henrique deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Sr. Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que, na forma regimental, vamos dar acolhida à sua solicitação. V. Ex^a sabe, já falei também aqui da tribuna, que sou um dos signatários da Carta da Terra e a distribuo no meu gabinete aqui, em Brasília, e no Acre. Não haveria momento mais apropriado para V. Ex^a, que luta tanto pelos direitos humanos, pelo direito à vida, trazer para o plenário do Senado um tema tão importante.

Agora, para uma comunicação inadiável, convido para usar a tribuna o Senador Walter Pinheiro, nosso Líder nesta Casa, que tem algumas dificuldades, como eu, por conta do fim de semana, que não foi, do ponto de vista futebolístico, tão adequado para nós, para o Bahia dele e para o meu Botafogo, mas isso é assunto que a gente já tratou nos bastidores.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, pelo tempo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^ss e Srs. Senadores, Senador Jorge Viana, no futebol é sempre assim: as alegrias, às vezes, vêm misturadas com momentos de tristeza, tanto para a Estrela Solitária, que V. Ex^a defende, apoia, o Botafogo, quanto para o nosso Bahia.

Por outro lado, vamos vivendo outras alegrias. Esse final de semana foi muito feliz, até para mim, do ponto de vista pessoal, Jorge. No domingo, tive oportunidade de comemorar os 87 anos de minha mãe, com uma alegria sem igual, o maior vigor, meu caro Casildo.

O mais importante – dizia a meus irmãos no momento dessa comemoração – é o fato de ela chegar aos seus 87 anos com vigor físico impressionante e, principalmente, sintonizada com os temas, mantendo, ainda, a posição de firmeza, de fé que sempre norteou a vida de minha mãe, a Sr^a Anatildes Pinheiro. Portanto, esse foi um motivo de alegria para todos nós.

A minha mãe tem oito filhos, que já dão, como fruto, netos. São 23 netos e 11 bisnetos. Eu até tive oportunidade de contribuir com a mais nova, a minha netinha Júlia, que vai completar dois meses no próximo dia 13 e que já estava nos braços da bisavó – a mais nova de uma safra de 11 bisnetos.

Perdemos nosso pai. Ele não está mais conosco. Mas é motivo de alegria pela garra, pela tenacidade, pela luta que meus pais empreenderam ao longo de toda a vida, para que nós, inclusive, tivéssemos oportunidade. Sou filho de retirantes, um dos mais sortudos, Jorge, porque, como sou um dos últimos, tive oportunidade de nascer em Salvador, em um período bem melhor do que aquele que meus irmãos enfrentaram. Não que nascer no interior seja difícil, mas a jornada de meus pais foi intensa e recheada de dificuldades. Meu pai parou em Salvador, virou ferroviário. Mas eu peguei uma fase – até brinco com meus irmãos – mais doce. No inicio da vida, meu pai andava na feira, era *merchant*, matava animais, e havia a história da rapadura. Então, meus irmãos pegaram a fase mais dura; eu, a mais doce. Portanto, foi um final de semana muito feliz.

Mas quero, aqui, Jorge, além desse registro, que, para mim, é muito importante, não do ponto de vista das questões pessoais, mas de a gente poder registrar, nesse tempo do Brasil, a longevidade, a forma como as pessoas conseguem viver nesse novo tempo. Então essa é uma oportunidade ímpar na história do nosso País. E tenho essa experiência dentro de casa com a figura das mais importantes da minha vida, e, obviamente, numa escala direta mais importante, o início de tudo. E é importante a gente fazer esse registro com alegria.

Mas quero, Senador Jorge Viana, tocar muito rapidamente em um tema que aflige a todos nós e que tem causado certa movimentação tanto nesta Casa quanto nos governos. Refiro-me à dívida dos Estados, meu caro Casildo. Nós falamos hoje em R\$435 bilhões. É mais ou menos o que se estima da dívida de Estados e Municípios com a União. Se desses bilhões, abatidos forem os créditos, quanto têm para receber da União, por exemplo, os Estados, nós poderíamos chegar a uma cifra de R\$404 bilhões, sendo que 90% dessa dívida são com a União, 10% dessa dívida se relaciona com bancos, instituições de fomentos, enfim, instituições financeiras.

É bom salientar, meu caro Casildo, nós que somos de Estados menores, que 90% dessa dívida se concentra, tem a sua maior parcela nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São responsáveis por 90% dessa dívida. Então, é importante a gente salientar isso ate para fixar claramente qual deve ser o esforço que devemos

empreender nesta Casa, com a aprovação de matéria que nos levem, efetivamente, a uma leitura e até uma solução para esse gravíssimo problema, que é o problema da dívida pública.

Mas há um debate que se faz nesta Casa do qual não podemos fugir. Este é um ano para colocarmos o dedo na ferida nessa questão da dívida pública. E estamos fazendo isso com uma dose, eu diria, de acerto na medida em que várias propostas já tramitam aqui na Casa e tratam dessa questão. Quero chamar a atenção dos diversos projetos, mas a renegociação da dívida com a União passa exatamente pela mudança do indexador.

Há uma proposta aqui na Casa apresentada pelo Senador Dornelles; a Comissão de Notáveis apresentou também a mudança do indexador para o IPCA, que seria IPCA mais 3%, portanto, com juros muito mais próximos da realidade. Isso resolveria problemas enormes de diversos Estados. Além do indexador e da taxa de juros, estamos brigando muito para que, verdadeiramente, a gente consiga ter também o alongamento dessas dívida de Estados e Municípios.

Então, eu quero dar só um dado aqui para a gente entender como é que isso se posiciona. A Bahia, por exemplo, tem uma dívida consolidada de R\$10,4 bilhões. A dívida líquida nossa consolidada é de R\$8,919, portanto, quase R\$9 bilhões a dívida líquida consolidada do Estado da Bahia, para uma receita corrente líquida, meu caro Casildo, de R\$19,2 bilhões, o que significa claramente, se trabalharmos a relação dívida/receita, uma relação de 50,8% ou, se for a dívida líquida consolidada com a receita líquida, uma relação de 37% de comprometimento. Então, isso leva o Estado da Bahia a um sofrimento enorme. Este ano, por exemplo, a Bahia terá que desembolsar R\$1,6 bilhão para honrar compromissos da dívida, e só poderá fazer investimentos na ordem de R\$1,5bilhão.

Se nós tivéssemos esse alívio – eu estou falando agora, em um somatório direto, de investimentos da ordem de quase R\$3,2 bilhões. Portanto, é fundamental que aprovemos aqui a nova regra, um novo indexador e que também adotemos uma postura na mudança desse caráter de parcelamento da dívida de Estados e Municípios com uma parcela fundamental, para contribuirmos tendo em vista essa história de novo pacto federativo.

Portanto, esse é o elemento do pacto federativo que nós vamos ter que tratar nesse momento aqui no Congresso Nacional. Já tratamos da Resolução nº 72, vamos votar amanhã ou na quarta-feira a proposta de comércio eletrônico, portanto, mais uma forma de arrecadação. E é importante que fixemos um novo indexador com novas condições, com juros muito mais

baixos, com alongamento dessa dívida para permitir que Estados e Municípios ganhem capacidade de investimento, a partir da sua receita, para melhorarem a qualidade dos serviços prestados à população.

Era isso. Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, nobre Líder Senador Walter Pinheiro. Quero parabenizá-lo pela reunião também e o privilégio desse fim de semana em família, na Bahia, e cumprimentar V. Ex^a também pela luta que tem feito por um Brasil melhor para todos, especialmente nessa área que V. Ex^a conhece tão bem.

Antes de conceder a palavra ao Senador Casildo Maldaner como orador inscrito, queria, com muita honra, registrar a presença, nas galerias do Senado Federal, dos estudantes de Direito da Univates, de Lajeado, no Rio Grande do Sul.

Sejam bem-vindos! O Senado é uma Casa, é uma Instituição legislativa do País e está sempre de portas abertas para visitas como esta de hoje.

Passo agora a palavra, pelo tempo regimental, ao orador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, eu ia exatamente fazer esse registro. Se V. Ex^a me permitir, não repetirei as suas palavras, mas está aqui o resuminho que V. Ex^a já fez. Vou recebê-los agora no cafezinho para falarmos um pouco sobre a importância do Senado.

Agradeço ao Presidente e digo da alegria recebê-los aqui, vocês que são lá do meu Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Temos um orador na tribuna, mas ressalto que é muito importante o registro do Senador Paim, e sei do orgulho que V. Ex^a está sentindo com a visita dos estudantes de Direito de Lajeado, Rio Grande do Sul.

Obrigado, Senador Paim.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, e caros colegas, trago um tema que para nós, catarinenses, para nós do Sul, nessa época do ano, não deixa de ter a sua significação. Para nós é importante, em função até das características, adentrarmos, em poucos dias, o inverno propriamente dito. Eu até diria que, em Santa Catarina ou mesmo no Sul, nós vivemos bem nitidamente as quatro estações do ano, nós as temos bem claras, e, agora, de acordo com o calendário, no próximo dia 21, vamos adentrar o inverno. Mas já estamos sentindo isso. Por essa razão, trago aqui algumas coisas sobre nosso Estado.

Os campos brancos, cobertos de uma fina camada de gelo, revestem-se de beleza singular. Nos

termômetros, as temperaturas alcançam quase dez graus abaixo de zero. Tamanho frio só arrefece diante de uma boa lareira, com um café bem quente ou uma taça de um bom vinho.

Este cenário idílico que acabei de relatar, senhoras e senhores, poderia ter lugar nas mais belas paragens europeias, mas está logo aqui, ao alcance de todos os brasileiros: em Santa Catarina e, especialmente, em nossa região serrana, a mais fria do Brasil, que reserva uma série de atrativos para os turistas que desejarem conhecer paisagens de cartão postal e, com sorte, até neve!

Senador Buarque, neste último final de semana, nossa Estado deu a largada na temporada de inverno que, oficialmente, só chegará dentro de dez dias. O frio chega a todos os nossos Municípios, mas é na altitude de nossa região serrana que atinge força maior. No último sábado, por exemplo, o Município de Bom Jardim da Serra registrou a temperatura mais baixa do Brasil nos últimos 20 anos: 9,2°C negativos, com sensação térmica chegando a 25°C abaixo de zero!

Os visitantes que resolveram encarar o desafio foram brindados com a geada que deixava os campos e prados cobertos de uma fina camada branca, embelezando ainda mais a paisagem. A umidade do ar ainda não permitiu a formação da neve, mas deu lugar a outro fenômeno climático, chamado de sincelo.

O acontecimento é comum na Europa e nos Estados Unidos, mas raríssimo e restrito a um único lugar no Brasil: no Morro das Antenas, em Uruupema, que fica na grande São Joaquim. Uruupema é um Município jovem, desmembrado de São Joaquim.

Muito semelhante e tão bonito quanto a neve, o sincelo é um nevoeiro, ou seja, uma nuvem próxima ao solo que, em dias de temperaturas muito baixas, congela ao tocar a superfície.

A diferença da neve é que esta é uma precipitação que vem congelada das nuvens, localizadas em altitude bem maior. Os fatores fundamentais para os dois fenômenos são praticamente os mesmos: frio e umidade, com a diferença que a neve exige mais do segundo elemento.

Além do clima, a riqueza da serra, com sua geografia marcante, sua cultura e culinária complementam as atrações do visitante. Multiplicam-se os hotéis fazenda, onde se pode vivenciar um pouco de vida no campo, desfrutando de conforto e da rica gastronomia campeira. As atrações espalham-se por cidades como São Joaquim, Uruupema, Urubici, Bom Jardim da Serra e Lages, só para citar algumas.

A novidade dos últimos anos também está aquecendo corpos e almas dos brasileiros. Além das maçãs serranas, já conhecidas mundialmente por sua quali-

dade, chegou a vez do vinho catarinense. Conhecidos como vinhos de altitude, pois as uvas são cultivadas a mais de mil metros acima do nível do mar, nossas vinícolas atingiram elevado padrão de excelência, com sabores marcantes e únicos.

Contudo, nobres colegas, ainda temos muito que avançar. Nossa infraestrutura ainda precisa receber investimentos federais que permitam a expansão da atividade turística, especialmente em nossas rodovias. Santa Catarina aguarda, ansiosa, a conclusão da duplicação no trecho sul da BR-101, além de melhorias das BRs 470, 282, 280, 153 entre outras. Nossos aeroportos ainda são poucos e acanhados, penando uma eterna espera pelas anunciadas obras de ampliação. Trens de passageiros, então, até me envergonha em falar: os projetos de carga ainda engatinham...

A carga tributária é outro fardo. Neste ponto, abro um breve parêntese: recentemente apresentei nesta Casa um projeto de lei prevendo alteração no Simples Nacional, de forma a permitir a inclusão de micro e pequenas cervejarias e vinícolas. Trago este tema por entender que está diretamente relacionado com o turismo: quando visitamos uma região, como a serra catarinense ou gaúcha, a exemplo do que ocorre na Europa, as vinícolas ou cervejarias tornam-se importante atrativo aos visitantes.

A inclusão no Simples, que desburocratiza e reduz a carga de impostos, já se converteria em importante incentivo ao turismo, esta indústria limpa e sustentável que emprega milhares de pessoas.

É importante destacar que o Brasil possui um potencial gigantesco no setor, mas historicamente está aquém dessa capacidade. Recebemos, ao ano, pouco mais de cinco milhões de visitantes, ou seja, 5% do fluxo turístico internacional. Nossa balança comercial ainda está deficitária: enquanto mandamos divisas para o exterior, por meio das viagens dos brasileiros, não recebemos visitantes na mesma medida.

Aliadas às essenciais reformas estruturais, que podem dar vigoroso impulso ao turismo, como redução da carga tributária e melhorias na infraestrutura logística, o Ministério do Turismo deve ser mais efetivo na elaboração e execução das políticas públicas do setor.

O turista estrangeiro tem grande importância, sem dúvida, mas é preciso mostrar aos brasileiros as riquezas e a imensa diversidade de atrações nacionais disponíveis. Afinal, em que outro país podemos encontrar, no mesmo final de semana, os campos brancos catarinenses e o calor das praias do litoral nordestino?

São essas considerações, caro Sr. Presidente, nobres colegas, que trago nesta tarde. Vivenciamos, no último final de semana, o frio praticamente chegando, o que tem atraído pessoas. O inverno, de acordo com

o calendário, ainda não adentrou, mas as perspectivas são essas. Diria que nós vivemos no Brasil, ou podemos viver, uma espécie de continente europeu: se quiser o gelo, a neve, o frio, se quiser o calor, isso, aquilo, a praia, nós temos. Temos, nitidamente claras, as quatro estações muito evidentes, muito patentes em nosso País.

De Santa Catarina trago essas características, por quê? Um Estado com um território pequeno, 1,3% do Território Nacional, mas com características muito claras, muito nítidas. Com a serra vivendo uns nichos de mercado de *terroir* de vinhos de altitude e maçãs extraordinárias, já com o plantio de oliveiras para fazer o azeite, que já estamos começando a produzir; enfim, tudo isso atrai também. A pera, produzida inclusive...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente, começo a concluir.

Inclusive, há as características da Serra, da pera, e já começa o aproveitamento da pera, fazendo até o *poire* – o famoso *poire* de Ulysses Guimarães, como é conhecido. Então, é uma espécie de artesanato. São valores que se agregam à própria economia do turismo.

Sei que muitas pessoas perguntam. Quem não conhece aqueles caminhos vai querer conhecê-los: os caminhos das neves, os caminhos dos frios, os caminhos da altitude, os caminhos diferentes, com aqueles hotéis-fazenda, com as vinícolas, com as cantinas. E o frio acaba se envolvendo com aquele tipo característico de bem receber, que aquece com o calor humano. Então, são coisas que nós detemos. E esse Sul nosso é extraordinário em relação a isso.

Por isso, digo que o Brasil é uma minieuropa, é um país, de certo modo, continental, mas em que podemos sentir todas as características.

Não pude deixar, ao encerrar, Sr. Presidente, nobres colegas, de fazer o registro...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – (...) dessas características que nós temos em Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Querido Senador Casildo Maldaner, obrigado a V. Ex^a por estar aqui, como sempre, defendendo o povo de seu Estado e dessa região Sul. Sei dos extremos a que a temperatura levou a população do Sul nesse fim de semana. Todos nós acompanhamos com preocupação. Com alegria, em parte, por conta do turismo, também vinculado, mas com preocupação com as famílias mais pobres, que enfrentam muita dificuldade nesse período do ano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ser inscrito pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador. Na forma regimental, V. Ex^a está inscrito, como Líder, para fazer uso da palavra.

Agora, convidado para fazer uso da palavra, como Líder, o Senador Alfredo Nascimento, pela Liderança do PR.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quantos outros Líderes estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há mais o Senador Eduardo Braga inscrito e, logo em seguida, V. Ex^a, intercalando, como é de praxe fazermos, com os oradores inscritos. O próximo orador serei eu.

Peço até, se for possível, ao Senador Anibal Diniz que possa assumir aqui a Presidência, e, assim, a Presidência do Senado seguirá no Estado do Acre, já que estamos na semana... Com todo respeito ao Senador que está na tribuna, esta semana estamos comemorando 50 anos do Acre Estado, no próximo dia 15. E, na segunda-feira, dia 18, por indicação minha, assinada pelo Senador Anibal e por tantos outros, inclusive o Presidente desta Casa, teremos uma sessão solene pelo transcurso dos 50 anos da autonomia do Acre Estado.

Se o Senador Anibal puder, eu gostaria que ele assumisse, já que, daqui a pouco, vou fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento, pelo tempo regimental, falando como Líder do PR.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR-AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^ss e Srs. Senadores, o Amazonas continua sendo, Sr. Presidente, um Estado isolado do resto do Brasil por falta de infraestrutura. A despeito de suas dimensões continentais, temos apenas três rodovias, e todo o transporte de pessoas, produtos e bens é feito majoritariamente por nossos rios e por via aérea.

O sonho do amazonense é ver nossas estradas em condições de tráfego. Sonho que eu também alimentei em um período que fui Ministro de Estado dos Transportes do governo do Presidente lula e da atual Presidenta Dilma Rousseff.

Fazer infraestrutura no Brasil não é uma tarefa fácil, mas no Amazonas é um desafio ainda maior, pelas longas distâncias e dificuldades para mobilização dos insumos materiais, tecnológicos e humanos que permitem a implantação de projetos de logística. mas não é impossível.

Nós fomos surpreendidos, dias atrás, pela decisão do Governo Federal de suspender a alocação de recursos para à conclusão da reconstrução da BR-319. Trata-se da mais importante rodovia de nosso Estado, que liga o Amazonas a Rondônia e abre nossas portas tanto para a saída quanto para a entrada de pessoas e produtos em nosso Estado. É a rodovia que liga o Amazonas ao resto do Brasil. A surpresa não é só minha, mas certamente de toda a população e dos usuários de outras regiões que precisam e tentam trafegar por essa estrada. Pois foi publicado no *Diário Oficial da União* o cancelamento do repasse de 90 milhões de reais para a obra por falta de licenciamento ambiental.

Eu pergunto ao Governo: por quê?

Por que, passados quase dez anos de gestão, a 319 não sai do papel?

Eu conheço esse projeto como a palma da minha mão e liderei o esforço para torná-lo viável durante anos. Para que V. Ex^as tenham uma ideia, as extremidades já foram restauradas e falta apenas o trecho do meio. São 400 quilômetros de uma rodovia que foi implantada na década de 70 pelos militares. Não será necessário derrubar uma única árvore para recuperar esse trecho da rodovia. O licenciamento ambiental desse trecho tramita no Ministério do Meio Ambiente há mais de seis anos – repito, há mais de seis anos. Já estamos no terceiro Ministro e ninguém tem coragem nem de autorizar, nem de recusar o licenciamento. Então, empurram com a barriga, repetindo exigências e exigindo novos estudos.

É uma vergonha manter o Amazonas no isolamento é uma vergonha para o País!

A conclusão da BR-319 é um compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com o povo do Amazonas. Não é justo, agora, suspender uma obra fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado e para a cidadania do meu povo. A conclusão da BR-319 exige vontade política e esforço administrativo. É uma obra desafiadora, sim, mas reúne todas as condições de ser concluída. Não pode ser empurrada desse jeito!

Eu conheço a determinação de Sua Excelência a Presidenta Dilma, a sua capacidade de enfrentar desafios. Por isso, peço à ela que assuma o comando desse projeto, que libere o licenciamento ambiental – um dos projetos mais bem feitos e completos já produzidos pelo Ministério dos Transportes – e coloque, Senhora Presidenta, máquinas na pista.

Ela tem uma dívida, a Presidenta Dilma, com nosso Estado. Ela se comprometeu, ainda em campanha, a acompanhar pessoalmente a reconstrução da 319, remover os obstáculos e concluir a obra. É isso que eu, como Senador da República, e o povo do Estado do Amazonas, esperamos da Presidenta Dilma: que

assuma para si a responsabilidade de concluir essa obra, porque foi uma promessa de campanha quando se candidatou à Presidência da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alfredo Nascimento, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Alfredo Nascimento.

Agora com a palavra, como orador inscrito, o Senador José Viana, do PT do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero agradecer, daqui da tribuna do Senado, as manifestações do Acre inteiro e daqui, por conta dos problemas de saúde enfrentados na minha família, devido à enfermidade de meu pai, que já, se Deus quiser, na próxima quarta-feira, deverá estar voltando ao Acre; daqui a pouco, amanhã, deve estar voltando a São Paulo, e logo deve estar voltando ao Acre, terra que ele tanto adora. Agradeço a todos.

Quero também lamentar e prestar, da tribuna do Senado, toda solidariedade aos familiares, aos amigos de Rio Branco e de Sena, que sofreram, juntos com todos nós, o registro de um gravíssimo acidente automobilístico, na BR-364, entre Sena Madureira e Rio Branco, e, em decorrência desse acidente, perdemos seis pessoas. Foram seis mortes, uma verdadeira tragédia. Lamentavelmente, no Brasil, os acidentes de carro envolvendo moto se multiplicam a cada dia e exigem, certamente, de todos nós legisladores, dentro do possível, mesmo tendo limitações, um aperfeiçoamento da legislação ligada ao trânsito.

Queria também, antes de fazer meu pronunciamento, dizer que esta é uma semana muito especial para o nosso País, porque vamos inaugurar a Rio+20. É mais uma oportunidade que o mundo, o Brasil e todos nós temos para nos reencontrarmos e pensar no equilíbrio no Planeta e na atividade humana relativa ao uso dos recursos naturais. Vou me pronunciar certamente, ao longo da semana, sobre este tema.

Mas venho à tribuna do Senado, Senadoras e Senadores, para fazer o registro de que, nesta semana, temos o privilégio de estar celebrando 50 anos da transformação do Território Federal do Acre em Estado. Já se passaram 50 anos de uma história de luta do nosso povo, e eu queria contextualizá-la no tempo regimental.

O Acre é o primeiro território federal da história do Brasil. Até a anexação das terras acrianas ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, que completa 108 anos no

próximo dia 17 de novembro, não havia na legislação brasileira, qualquer menção a esse sistema. Portanto, o sistema territorial foi criado de encomenda para o Acre e, depois, espalhou-se, com a criação de territórios, no caso, os Territórios do Amapá, de Rondônia, de Roraima e de Fernando de Noronha.

O que pode à primeira vista parecer motivo de orgulho, absolutamente não é. O regime político implantado no Acre foi no mínimo estranho, já que tínhamos recém-criado a República Federativa do Brasil. E nem poderia ser diferente. Os brasileiros do Acre, que haviam lutado tanto para retirar essas terras do domínio da Bolívia e do Peru, viram seus sonhos desmoronarem.

A insensatez do Governo Federal desconhecia completamente as necessidades daquela população. Com a criação do Território Federal do Acre, seus habitantes foram condenados a serem cidadãos de segunda categoria. Não podiam ser votados ou votar em seus governantes. Não podiam estabelecer suas leis nem arrecadar seus próprios impostos. Viviam dos repasses do Governo brasileiro. O Acre não possuía nenhum dos direitos dos outros Estados brasileiros.

Parecia um castigo por ter lutado tanto para fazer parte da República Federativa do Brasil. Os nossos heróis acrianos, que lutaram tanto para estender as fronteiras do Brasil e para fazer da Amazônia uma região importante para nosso País e para o mundo, sempre enfrentaram muitas dificuldades até alcançar sua autonomia administrativa e política.

Prevaleceu a ganância sobre a imensa riqueza proporcionada pelos impostos arrecadados com a exportação da borracha acriana, que deviam encher os cofres públicos federais, como acontecia. Mas o povo acriano nunca se conformou com essa situação e, mais uma vez, foi à luta, da mesma maneira que fez quando da Revolução Acriana.

Em 1910 aconteceu, em Cruzeiro do Sul, a primeira revolta autonomista, que durou cem dias, mas o movimento foi sufocado pelas tropas federais. Em 1912 foi a vez de Sena Madureira realizar sua revolta autonomista, mas durou pouco: por falta de apoio das outras cidades acrianas, o movimento também não teve êxito. Rio Branco, a capital, fechou o ciclo das revoltas no fim da mesma década: foi uma guerra quase desconhecida entre os dois lados da cidade de Rio Branco.

O fim do ciclo da borracha e a crise econômica que se abateu sobre o Acre nos anos 20 e 30 não foram suficientes para acabar com os anseios autonomistas. Prova disso foi a criação da Legião Autonomista no início da década de 30.

Foi somente no fim da década de 50 que a criação do Comitê Pró-Autonomia sinalizou com uma possibilidade concreta de acabar com a tutela federal sobre a

sociedade acriana. Depois de cinco anos de intensos debates políticos, coube ao Presidente João Goulart... Na época tínhamos como Primeiro-Ministro Tancredo Neves. Não sei se o hoje Senador Cristovam já estava trabalhando como funcionário federal, mas foi nessa época em que João Goulart era Presidente e em que Tancredo Neves era Primeiro-Ministro que, a partir de uma iniciativa do então Senador Guiomard dos Santos, foi sancionada a lei que, em 15 de junho de 1962, transformou o Território Federal do Acre em Estado.

Foram cinco anos de um belíssimo debate que consta dos Anais desta Casa. De um lado, os que eram contra a autonomia político-administrativa do Acre e, de outro lado, os que buscavam essa autonomia. O Senado Federal, inclusive, por iniciativa do Presidente Sarney – quero agradecer a Fernando Cesar Mesquita e a toda a equipe –, fez um belíssimo documentário, que deverá ser exibido ainda agora, como parte da programação das comemorações do cinquentenário do Acre, um documentário que resgata toda a história desse importante e pioneiro processo legislativo vivido por esta Casa, o Senado Federal.

Como prêmio por esses 58 anos de luta autonomista, a sociedade acriana pôde, pela primeira vez, eleger Deputados constituintes e o seu primeiro governador constitucional, no caso, José Augusto de Araújo. Obviamente, logo depois, entramos num período muito difícil e tivemos novamente essa autonomia ferida, com a chegada do regime militar.

Então, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para dizer que, para mim, é uma satisfação enorme, como acriano – sou um daqueles acrianos apaixonados pela história da minha terra –, Deus me ter concedido a honra de ter sido governador do Estado exatamente quando o Acre completou 100 anos da Revolução Acriana, evento fundador de nossa sociedade; e também de ser hoje Senador da República pelo Estado do Acre, justamente quando se comemora o cinquentenário da história da democracia do Acre, ou seja, no aniversário de 50 anos em que o Território do Acre foi elevado à categoria de Estado e pôde, enfim, exercer o direito de escolher seus governantes, como falei ainda há pouco.

Eu queria cumprimentar também a Presidência do Senado por nos ter dado o privilégio de, no próximo dia 18... Eu sou signatário e proponente, ao lado do Senador Aníbal, que preside esta sessão, e de outros colegas, inclusive o próprio Presidente Sarney, da sessão solene que ocorrerá aqui no Senado no próximo dia 18 e que contará com a presença do Governador Tião Viana.

Queria também dizer que as transformações do Acre foram enormes nos últimos anos, graças às

lideranças que nós tivemos desde o sonhador Chico Mendes, a ex-Ministra Marina Silva, o Governador Binho e o atual Governador Tião Viana – o Governador Tião Viana inclusive com envolvimento pessoal. Ele e eu aprendemos com nosso pai, Wildy Viana, a ter amor, aprender e ler a história acriana, a reconhecer a saga desse verdadeiro povo brasileiro que lutou para ser brasileiro. O Governador Tião Viana está envolvido pessoalmente na programação que faz parte da celebração do cinquentenário do Acre. Vamos ter um número enorme de eventos em Rio Branco e também aqui em Brasília no próximo dia 18.

Queria, por fim, fazer um registro daqui da tribuna do Senado: a nossa homenagem a todos que lutaram pela autonomia do Acre, àqueles que sempre acreditaram no Acre, que, quando tiveram oportunidade ou foram chamados, souberam fazer a boa luta para que o Acre possa viver o momento que vive hoje. Hoje, o Governo liderado por Tião Viana segue, leva adiante um projeto que se iniciou comigo e teve sequência com o Governador Binho, mas, essencialmente, sempre foi conduzido pelo próprio povo acriano. Um projeto que mudou a história do Acre, que mudou os indicadores sociais e econômicos do Acre, além dos ambientais, e que faz do Acre, hoje, uma referência de Estado, que desmontou o crime organizado, reencontrou-se com a institucionalidade e, mais do que isso, tem um propósito só, conduzido agora pelo Governador Tião Viana, que é o de buscar melhorar a vida do nosso povo e fazer do Acre um Estado à altura de sua própria história.

A história do Acre, sem dúvida, é a mais singular história dos Estados brasileiros, mas ela só é singular porque se confunde com a luta da saga dos nordestinos, de pessoas de diferentes partes do Brasil que chegaram ao Acre para nos ajudar a construir uma referência de população, de sociedade. E é isso que o Acre vive hoje.

Tive a honra de ficar oito anos no governo e sei que as mudanças que promovemos no Acre são reconhecidas não só pelos acrianos e pelas acrianas, mas também por toda a população brasileira e até fora do Brasil. Esse Estado celebra, com altivez, 50 anos de sua história.

Aqui da tribuna do Senado, na semana em que estamos abrindo solenemente a Rio+20, digo que estou certo de que o Acre é um dos protagonistas dessa autoridade que o Brasil tem na abertura da Rio+20, porque o Acre é pioneiro na busca do desenvolvimento sustentável, de uma economia de baixo carbono e alta inclusão social. O Acre é pioneiro em não abrir mão do cumprimento das leis e da Constituição, nossa Lei Maior, quando combateu o crime organizado, quando se livrou da corrupção e quando se livrou também

dos piores indicadores socioambientais e também econômicos do Brasil. Hoje o Acre começa a ser uma referência positiva, começa a alcançar indicadores que são referência, graças à união e à transformação política que vivemos.

Agradeço, Sr. Presidente, a compreensão de V. Ex^a para que eu possa concluir meu pronunciamento.

Daqui da tribuna, parabenizo toda a população acreana com um grande muito obrigado a todos que ajudaram a construir essa saga dos acreanos e essa história tão bonita de um dos Estados da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Os cumprimentos da Mesa pelo belo pronunciamento em homenagem aos 50 anos do Acre Estado.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Braga, como Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, participantes das redes sociais, dois eventos de repercussão mundial e nacional marcam, eu diria, mais do que as comemorações do Dia do Meio Ambiente, que aconteceu no último 5 de junho, mas, uma semana ou um mês de atividades, não só pelo País, mas pela comunidade internacional, para o meio ambiente. Refiro-me à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontecerá entre os dias 13 e 22 de junho corrente na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de mais de cem chefes de Estado e de milhares de integrantes de delegações estrangeiras, especialistas e representantes de organizações não governamentais do mundo inteiro.

O segundo evento, de crucial importância para o Brasil, é a tramitação, na Câmara dos Deputados e depois neste Senado, da Medida Provisória 571, de 2012, que promove alterações no novo Código Florestal, sancionado com vetos pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 25 do mês passado.

Essa Medida Provisória, Sr. Presidente, introduz mais de trinta alterações na Lei 12.651, de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal, restabelecendo muitos dos dispositivos que introduzimos aqui nesta Casa e que foram rejeitados pelos ilustres deputados federais.

O interesse em torno dessa matéria pode ser medido pela reapresentação de nada mais nada menos do que 620 emendas à referida MP 571, cujo Relator é o eminentíssimo Senador Luiz Henrique, por parte dos deputados, bem como dos senadores.

Os itens mais sensíveis dessa medida provisória tratam, Sr. Presidente, do reescalonamento da recomposição obrigatória de faixas de florestas ao longo de rios, de acordo com o tamanho das propriedades; do restabelecimento dos princípios da nova legislação florestal; e da regulamentação do uso de áreas costeiras para a produção de camarão e sal.

Já o desafio da Rio+20 é produzir um documento final que preserve as conquistas obtidas vinte anos atrás, na Rio-92, e avance em temas cruciais como a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Esta Casa participará ativamente – não tenho a menor dúvida – dos eventos através de uma delegação especial de 24 senadores, que se juntará às demais delegações parlamentares das nações participantes da Rio+20 para oferecer uma contribuição do parlamento mundial às discussões.

Sr. Presidente, no momento em que comemoramos mais um Dia Mundial do Meio Ambiente, volto meu coração e minha mente para o meu querido Amazonas e reafirmo o meu compromisso inalienável, tantas vezes mencionado nesta Casa, de defender a maior floresta tropical do mundo e garantir os direitos de cidadania: direito à saúde, direito à educação, direito ao saneamento, direito ao emprego e direito à informação aos 25 milhões de amazônidas que vivem em nossas cidades e florestas.

É importante, Sr. Presidente, destacar que o relatório Focus do dia de hoje, mais uma vez, reposiciona a previsão de crescimento do PIB para nada mais nada menos do que 2,53 para o ano de 2012.

Portanto, as medidas que foram adotadas pela Sr^a Presidenta, na semana passada, no que diz respeito ao fortalecimento da Zona Franca de Manaus e do Polo Industrial de Manaus, em relação à questão dos ciclomotores, das motonetas, como são conhecidas, em relação à questão do ar-condicionado *split*, dos micro-ondas e, principalmente, Sr. Presidente, na reposição – e aqui quero fazer uma justiça ao Ministro Guido Mantega – das condições de competitividade para o arranjo produtivo do concentrado de bebidas não alcoólicas na Zona Franca de Manaus. Refiro-me mais especialmente ao guaraná, uma fruta tipicamente amazonense e amazônica, que produz o seu extrato de guaraná na cidade de Manaus e gera milhares de ocupações econômicas no interior do Estado do Amazonas, sem que isso, Sr. Presidente, provoque e aumente o desmatamento e, ao mesmo tempo, melhora a condição de renda, a condição de desenvolvimento humano e as possibilidades de melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

Temos repetido à exaustão que é bem mais fácil ser ambientalista em Copacabana e na Avenida Paulista do que nas florestas do Amazonas e da Amazônia.

Não se trata, portanto, Sr. Presidente, de uma mera figura de retórica, mas do resultado da experiência por mim acumulada ao longo de mais de uma dezena de anos em contato direto com os desafios de implementar práticas de desenvolvimento humano e sustentável no Amazonas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar aqui inúmeras dessas ações. Criamos novas áreas de unidade de conservação, para que pudéssemos formar um mosaico de unidades de conservação que pudesse proteger a Floresta Amazônica do avanço da fronteira agrícola de forma indiscriminada. Implementamos diversos mosaicos de unidades de conservação, como verdadeiro laboratório a céu aberto, dominado por florestas de terra firme, altas e ricas em espécies de plantas, florestas, de igapó ao longo dos rios e manchas de cerrado isoladas no mar de floresta, que são sinais da mudança climática ocorrida há milhares de anos no que chamamos de campos naturais da Amazônia.

Isso, Sr. Presidente, leva-nos à conclusão de que a Amazônia precisa não só de desenvolvimento sustentável, mas também ser compreendida cada vez mais, não apenas por parte do Brasil, mas principalmente pelas comunidades internacionais, que são muito bem-vindas à Rio+20, mas está na hora de olhar para a Amazônia não apenas como uma área de preservação ambiental, mas, acima de tudo, como uma área de conservação e desenvolvimento sustentável, onde a figura do ser humano, do cidadão, do pai, da mãe, dos filhos, daqueles que guardam a floresta brasileira – este que é o maior patrimônio da biodiversidade da humanidade e do Brasil – possa, efetivamente, ter novas oportunidades de emprego e de renda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Por isso, para encerrar, Sr. Presidente, quero aqui louvar a iniciativa da Presidenta, na semana passada, em relação ao Polo Industrial de Manaus, que é responsável por boa parte da conservação e do financiamento do desenvolvimento econômico da nossa região e do Amazonas.

Noventa e oito por cento da nossa floresta encontra-se preservada. Boa parte disso porque nossa atividade econômica advém de um polo industrial que não se utiliza da pressão sobre a floresta para sua atividade econômica.

Portanto, valorizar o guaraná, valorizar o arranjo produtivo do açúcar mascavo, valorizar os produtos sustentáveis da floresta por meio da Zona Franca de

Manaus, por meio daquilo que chamamos de Zona Franca Verde, é fundamental para que possamos implementar uma economia verde que combata a pobreza, que combata a miséria e que crie novas expectativas de desenvolvimento humano.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar e saudar um companheiro amazônida como nós, Senador Anibal, o nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, que hoje está aniversariando. Em que pese à ausência do nosso querido e permanente Senador Mozarildo Cavalcanti, quero, em nome da Liderança do Governo, cumprimentá-lo, nosso companheiro, nosso colega do PTB de Roraima, o nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, desejando-lhe saúde, paz, prosperidade e que Deus possa abençoar a ele e a sua família com grande bondade.

Portanto, Sr. Presidente, que Deus abençoe a Amazônia e que Deus toque o coração das lideranças internacionais para que o protagonismo brasileiro, que o protagonismo da liderança da Presidenta Dilma, possa fazer com que as lideranças internacionais reconheçam a importância da valorização do desenvolvimento de políticas sociais, ambientais e econômicas para a conservação da floresta Amazônica e para a criação de uma nova fronteira de economia, baseada na biodiversidade da nossa Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

E agora, com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança, depois da Ordem do Dia, se não chegar o horário da inscrição feita.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para registrar que o Senado tem uma grande oportunidade nesta semana de aprofundar a democracia no nosso País.

Eu tenho dito – e reitero – que nós evoluímos muito nos últimos trinta anos. É importante registrar que há pouco mais de trinta anos nós vivíamos numa ditadura. Hoje, além de ter uma imprensa livre e que pode se manifestar abertamente, nós evoluímos com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, com a Lei da Transparência, com a Lei de Acesso à Informação, com a instalação da Comissão da Verdade, e isso não é pouca coisa para um País, que, como eu disse, há trinta anos, vivia numa ditadura. É importante registrar que todos esses avanços contaram com o apoio do Congresso Nacional, ou tiveram origem, alguns deles, no

Congresso Nacional, a iniciativa foi de origem do Congresso Nacional, ou, como no caso da Lei da Ficha Limpa, a partir de uma grande mobilização nacional.

É importante registrar também que as últimas manifestações da população brasileira, especialmente dos jovens que foram às ruas defender a democracia, defender o aprofundamento da democracia, tinham como uma de suas grandes bandeiras o voto aberto e o fim da corrupção.

É claro que a Lei de Acesso à Informação como a Lei da Transparéncia contribuem, efetivamente, para a redução, para o controle da corrupção no nosso País ao colocar luzes sobre os processos administrativos e ao permitir que qualquer cidadão possa ter conhecimento dos atos da administração pública. Ou seja, aprofundando os instrumentos de controle social da nossa população.

E, agora, o Senado tem uma grande oportunidade porque o Presidente Sarney, ouvindo o apelo de diversos parlamentares desta Casa – e eu me incluo entre eles –, de colocar para a apreciação do Plenário do Senado Federal proposta de emenda à Constituição, que já está pronta há muito tempo, para ser apreciada por este Plenário, que termina com o voto secreto, instituindo o voto aberto.

Temos diversas proposições. Temos uma mais adiantada, na Câmara dos Deputados, que já foi aprovada em primeiro turno – e que bom que a Câmara dos Deputados, respondendo a um estímulo do Senado Federal, esteja se adiantando e se articulando para votar em segundo turno a PEC do voto aberto naquela Casa, o que permitiria que, rapidamente, esse tema pudesse ser apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Mas temos aqui, também, duas proposições prontas para serem apreciadas e votadas pelo Plenário do Senado Federal. Duas delas de autoria do ex-Senador Sérgio Cabral e do Senador Alvaro Dias, que foram apensadas e que tem um substitutivo do Senador Antônio Carlos Valadares, que abre todas as votações para governador de território, para presidentes e diretores do Banco Central, diretores titulares de outros cargos que a lei determinar, chefes de missão diplomática de caráter permanente, perda de mandato parlamentar e rejeição de veto presidencial e mantém o voto secreto apenas para aprovação de magistrados ou ministro do Tribunal de Contas da União e procurador-geral da República.

A outra, de autoria do Senador Paulo Paim, torna aberto todas as alternativas, todas as votações no âmbito do Congresso Nacional, consagrando o voto aberto em todas as votações, que é o mesmo texto aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados.

É importante, Sr. Presidente, que o Senado definitivamente se debruce sobre esse tema e possa aprová-lo, na quarta-feira, na minha opinião. Faço aqui essa sugestão aos líderes partidários, solicitando a quebra do interstício para que ela já possa ser apreciada também em segundo turno na mesma quarta-feira, e assim possamos ter aprovado o voto aberto no âmbito do Plenário do Senado Federal e conclamando a Câmara dos Deputados a apreciar a matéria aprovada pelo Senado. Mas, se também a Câmara Deputados aprovar a PEC em segundo turno e ela vier para o Senado, também sugiro que possamos priorizar essa pauta no Plenário do Senado Federal para a instituição do voto secreto.

Agora, Sr Presidente, Sr^ss e Srs. Parlamentares, conversando com alguns senadores, a gente percebe que há um sentimento majoritário de apoio ao voto secreto, embora alguns entendam que o voto secreto deva ser – como no caso do Senador Paulo Paim – para todas as votações, alguns entendem que deve ser preservado o voto secreto para apreciação de vetos da Presidência da República, pela força de pressão que o Poder Executivo pode exercer sobre a vontade do parlamentar; alguns defendem também que se mantenha secreta a apreciação de ministros de tribunais superiores, mas o que entendo que é absolutamente inadmissível, que só um corporativismo ultrapassado, um corporativismo que precisa ser extirpado definitivamente é a utilização do voto secreto para apreciação de perda de mandato parlamentar. Não vejo sentido algum na permanência dessa opção, dessa determinação de voto secreto na apreciação de perda de mandato parlamentar por falta de decoro. Entendo que isso precisa ser modificado e o Senado tem que dar um exemplo em relação a isso. E digo mais, Sr Presidente, como a Constituição define, determina que nós tenhamos a liberdade de expressão, eu entendo que todo senador tem o direito de expressar a sua posição no ato de votação, entendendo o voto secreto como um direito que o representante tem de usar no momento de sua votação até para se precaver contra eventuais pressões. Mas isso não pode ser uma obrigação do parlamentar, Senador Pedro Taques, porque entendo que a obrigação do voto secreto – especialmente no caso da perda de mandato parlamentar – estaria infringindo um direito do senador como representante da população de expressar livremente a sua opinião, a sua posição como expressa a Constituição do Brasil.

E ouço com muita alegria o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg, este é um tema, hoje, precioso nesta Casa. Nós temos que mudar a realidade do que

é escondido, temos que mudar a realidade daquilo que é escamoteado porque é sigiloso, secreto, reservado. Não há razoabilidade para que um senador possa votar e não revelar em que votou, de que maneira votou. A Constituição estabelece algumas exceções do segredo, do secreto, do reservado. Por exemplo, derrubada do voto, está lá no art. 66, § 4º, está lá a derrubada do voto. Na derrubada do voto, nós temos aí a força do Executivo e de outro lado um parlamentar que vai infirmar o que disse o presidente da República ao vetar. Aqui nós temos um Poder e desse lado o parlamentar na sua hipossuficiência nessa relação, vamos chamar assim. Outro exemplo, o art. 52 da Constituição fala a respeito da votação de autoridades por esta Casa. Nós votamos aqueles indicados pelo Presidente para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Imaginem, o Senador vota e daí a pouco ele é julgado por aquele ministro. Eu penso, já encerro, para não atrapalhar a vossa fala, que a votação do parlamentar na cassação de mandato, esta tem que ser uma votação aberta, em nome da República, não só em razão desse famoso caso que estamos a viver, não só em razão disso, mas em razão da necessidade de que nossos eleitores possam saber de que maneira nós votamos em casos concretos, como é caso da cassação de mandato. Quero parabenizá-lo por isso. Vou votar favoravelmente a esta PEC. Hoje, penso, não exista nenhuma proposta de emenda à Constituição mais importante do que esta porque é o momento de afirmação desta Casa como uma Casa republicana, como uma Casa que defende os ideais que estão previstos no art. 1º da Constituição da República. Parabéns pela sua fala; nós precisamos ter coragem de avançar e a coragem para avançar, neste momento, é a votação desta PEC.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ouço o Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Caro Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente, eu quero fazer parte dessa discussão, até porque vi na tribuna, na semana passada, também outros colegas fazendo as considerações a respeito desse tema. É um tema interessante, apaixonante aqui para a nossa Casa, para o Senado Federal. Eu concordo com o Senador Pedro Taques que nós podemos, sim, votar o voto aberto para a cassação de parlamentares, para mim não há dificuldade nenhuma nesse sentido. Mas acho que simplesmente o Senado abrir mão de algumas prerrogativas que tem de voto secreto é dar ao governo, e aí não interessa quem está do outro lado aqui no Planalto, a possibilidade de, na hora de votarmos os vetos, e que é uma coisa que não funciona, quer dizer, temos vetos de mais de dez anos que estão na prateleira e não trazem aqui para o plenário do Con-

gresso Nacional para a gente deliberar sobre eles, se derrubamos ou não. Então, eu gostaria de deixar o meu ponto de vista no sentido de que não sou favorável à abertura absoluta e total das ações aqui da Casa. Há coisas que devem ser preservadas. Deve-se dar a liberdade ao parlamentar para que não sofra pressão da mão maior que está do outro lado da rua. Sei que a mão do governo é uma mão forte e, quando quer, faz pressões, às vezes, injustas, mas faz. Então, eu gostaria de expor o meu ponto de vista no sentido de que para cassação de mandato de parlamentares não há qualquer dificuldade de fazer esse apoioamento, de dar esse voto também. Mas, já nas outras coisas, eu gostaria de colocar minha posição de que não devemos abrir mão da prerrogativa que temos hoje, sob hipótese de enfraquecermos a própria democracia. Acho que o voto secreto, como na urna, ele também é importante para preservar todas as garantias, aqui também deve ser. Parabéns pelo seu discurso.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo, vou subir, daqui a pouco, à tribuna. Vou falar sobre o assunto, mas, tendo em vista a fala dos dois últimos apartes, quero entrar nessa disputa para discordar deles. Eu acho que temos que acabar com todo o sigilo da votação nossa. Eu não posso acreditar, Senador Pedro Taques, que, amanhã, um ministro do Supremo tome posição contra mim porque votei contra ele numa sabatina. Se esse risco existe, nós estamos numa situação muito mais grave do que se imagina. E aí o que a gente tem que fazer é mudar a maneira como se escolhe um ministro do Supremo. Façamos concurso, se for o caso. E não estou propondo isso. Eu não posso imaginar que, na hora de votar um voto contra o Poder Executivo vou votar com medo do Poder Executivo. O medo que tenho é do eleitor. Essa é que é a mão forte: a do eleitor. Não é a do governo federal. Se o governo federal não fica satisfeito com o voto que eu dou, ele me põe na oposição. Faz parte da democracia situação e oposição. Então, sou favorável a abrir todo tipo de sigilo. E vou adiantar mais um ponto que direi no meu discurso: sou a favor do voto obrigatório aqui no plenário. É preciso acabar com essa vergonha de voto de liderança, que termina servindo como cobertor para esconder em quem cada um da gente votaria. Não, não podemos ter voto nem secreto nem escondido. Por isso, defendo a proposta da Emenda nº 40, do Senador Paim, que é a mais radical de todas: acaba com todo tipo de sigilo do nosso voto. O eleitor tem o direito de saber como a gente vota para a escolha de ministro do Supremo, como a gente vota na hora de discutir os vetos do governo, como a gente vota para

escolher os presidentes e diretores de agência e como a gente vota para escolher os embaixadores.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado ao Senador Cristovam.

Vou concluir, Sr. Presidente, registrando que concordo com a posição do Senador Cristovam de que devemos abrir o voto, dando direito a que o eleitor conheça, com profundidade e em sua totalidade, a posição do seu representante.

Agora, quero dizer mais: entendo que devemos aprovar o voto aberto, esta semana, aproximando-nos cada vez mais da vontade da população. E, se o consenso para avançar, neste momento, for de aprovar a emenda à Constituição, o substitutivo do Senador Antonio Carlos Valadares, que o aprovemos, que torna as votações abertas para governador de território, para presidentes e diretores do Banco Central, titulares de outros cargos que a lei determinar, chefes de missão diplomática de caráter permanente, perda de mandato de parlamentar e rejeição do voto presidencial.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – E concluo, Sr. Presidente, dizendo que realmente, Senador Pedro Taques, é claro que a aprovação dessa PEC, e o fato de se acabar com o voto secreto para a apreciação de perda de mandato parlamentar, não tem a ver diretamente com o caso concreto que o Senado deverá analisar, nos próximos dias, a depender do resultado do Conselho de Ética, da cassação do mandato do Senador Demóstenes. Mas é claro que isso enseja uma circunstância política, uma conjuntura política e um movimento da opinião pública e que coloca esse assunto novamente na pauta do Senado. E o Senado não pode abrir mão de tomar uma decisão que será histórica e importante, no sentido do aprofundamento da democracia no nosso País.

Por isso, entendo que devamos aprovar o voto aberto já. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Rolleberg.

Agora, com a palavra, pela liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, como disse há pouco o Senador Pedro Taques, esse é um dos assuntos mais prementes que nós temos. Até porque, nos próximos dias, vamos ter que fazer aqui votações importantes e é fundamental que o eleitorado brasileiro saiba como vota cada um dos seus representantes.

Senador Pedro Taques, não há democracia sem o eleitor ter direito ao voto secreto, mas não há de-

mocracia se o eleito se esconde por trás do voto secreto. Ao mesmo tempo em que se garante o segredo do eleitor, deve-se garantir a transparência dos votos dos eleitos. E a única maneira clara que a gente tem de prestar contas ao nosso eleitorado é dizendo como vota. Isso não quer dizer que a gente deva votar conforme a vontade de um, dois, três, quatro, cinco eleitores, até porque os eleitores pensam diferentemente. Nós temos que votar com a nossa consciência, mesmo que o eleitor não goste, mas que ele saiba que a gente votou dessa maneira; que ele possa ter o direito de, na próxima eleição, dizer: esse aqui votou de maneira diferente da que eu esperava.

Eu aqui não me sinto obrigado a fazer pesquisa de opinião entre os eleitores de Brasília, para saberem como votar. Quero votar sem trair nada dos meus compromissos de campanha e nada da minha consciência; e meus compromissos de campanha estão sintonizados com a minha consciência, mesmo que muitos tenham votado em mim porque achavam que o outro era pior e não porque achavam que eu fosse o bom. Isso acontece em toda eleição.

Eu quero votar “sim” na PEC nº 50, do Senador Paulo Paim, porque acaba o segredo em todas as votações. E essa eu acho que é a correta. Não vejo por que, uma instituição que funciona bem, ao eleger um ministro do Supremo, ele venha a tomar posição contrária a um senador que faça uma sabatina dura contra ele. É até possível que isso aconteça, mas as instituições é que estão ruins. Não é a transparência do voto que está ruim.

Além disso, se for assim, os que são da sabatina não têm direito ao segredo, e não tem como ter direito ao segredo. Acho que quem vota aqui tem direito, já criamos dois tratamentos diferentes entre os Senadores, os da CCJ e os outros. Nós temos que acabar com o medo. O medo é a guilhotina do mandato; o medo é a guilhotina, portanto, da democracia.

Não podemos ter medo de que o Governo Federal, o Poder Executivo vá impor a sua vontade na hora de votarmos um voto. Pode acontecer, sim, porque a democracia é frágil. Mas o que pode fazer o Poder Executivo se a gente não votar como ele? Considerar-nos de oposição. Muito bem. Está aqui entrando o Senador Alvaro Dias. O senhor é de oposição e não tem nada... Isso é até bom. Felizmente, aqui há oposição. Então, a gente tem que votar, quando for preciso, contra o voto. Aí, alguns vão dizer: eu sou do Governo e quero votar contra o Governo, mas não quero que ele saiba. O nome disso é covardia. E essa covardia é a guilhotina do bom exercício do mandato.

Por isso, a proposta que vou defender aqui – e eu espero que seja amanhã ou quarta-feira – é a de

acabar todo sigilo. Nós votamos aqui os embaixadores. Será que algum embaixador cujo nome a gente votou contra vai tratar mal a gente quando a gente for ao país dele? Se ele fizer isso, primeiro, ele merecia o nosso voto contrário; segundo, a gente pode viajar sem precisar de embaixador dando apoio à gente, mas, sobretudo, sem precisar vender o nosso voto para ter esse apoio dele.

Mas eu quero dizer, Senador, que vou defender uma coisa a mais, embora não esteja na PEC: fazer obrigatório o voto dos Parlamentares em todas as decisões que passam aqui. O eleitor é obrigado a votar. O eleitor que falta à votação tem que pagar multa. Aqui, nós podemos faltar à votação, e não há nenhuma punição. Mais que isso: nós não precisamos nem votar; o Líder vota por nós. Essa vergonha do voto do corpo: "quem estiver de acordo fique como está". Eu quero votar é com a minha cabeça, com o meu cérebro, apertando com os dedos o painel publicamente. Eu não quero continuar votando com o corpo, ficando parado para ser a favor. Mas é assim que a gente faz aqui. Temos de fazer o voto obrigatório. E alguns dizem: o Senado, nessas condições, pararia de funcionar, porque, se formos obrigados a votar aqui, nunca haverá quórum para nada. Então, mudemos o Regimento do funcionamento do Senado, mas acabemos com essa prática de voto secreto e voto escondido. O voto secreto é aquele que é dado sem que o eleitor saiba como você votou; o escondido é aquele em que você fica por trás do seu Líder e deixa que o Líder vote, e você não assume a sua posição diante da opinião pública e do eleitor. Fim do voto secreto e início da obrigatoriedade do voto do Parlamentar em todas as questões que precisem passar pelo voto.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria manifestar em relação ao voto que darei esta semana ainda, eu espero, no tocante ao segredo do voto de Parlamentar. Segredo para nada!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vamos abrir a

ORDEM DO DIA

Mas, como não há quórum para deliberar sobre as Propostas de Emendas à Constituição referentes aos itens nºs 1 e 2, vamos transferir a Ordem do Dia para amanhã.

Se bem que estamos abertos à discussão para o Item 3 da Ordem do dia, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011.

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que *acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.*

Parecer sob nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

São os seguintes os itens que tramitam em conjunto

Item 4:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.*

Item 5:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII*

do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria constará da Ordem do Dia, durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço no mínimo da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358, do Regimento Interno.

As propostas foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4, de Plenário.

Discussão da proposta e emendas.

Algum orador inscrito para tratar da matéria?
(Pausa.)

Nenhum orador inscrito.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreendidas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro sig-

natário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 536, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010 com os Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007 (e seu apenso PLS nº 620/11) e 182, de 2012, por versarem do mesmo assunto. – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Voltamos à lista dos oradores inscritos.

Agora fala, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, creio que, há pelo menos seis anos, tenho comparecido a esta tribuna para manifestar inconformismo em relação a empréstimos do BNDES a países, especialmente, da América Latina, pequenos países. O que se verifica é que grandes empreiteiras vêm, há algum tempo, cooptando governos de países menos desenvolvidos para a realização de grandes obras de infraestrutura, mediante financiamento do BNDES e mediante o compromisso do direcionamento dos contratos de execução.

Na semana passada, o Governo anunciou financiamento para o aeroporto em Gana, na África, mediante empréstimo do BNDES de US\$174 milhões. Os aeroportos no Brasil? Um caos. O Governo privatiza aeroportos por falta de recursos e financia a construção do aeroporto em Gana, na África, com US\$174 milhões, a taxas de juros subsidiadas do BNDES.

É evidente que as grandes empreiteiras fazem a cooptação desses governos, e eles acabam concordando porque as obras, geralmente, são necessárias, e o dinheiro fica garantido. Assim, as empreiteiras fazem os seus acertos com calma, sem pressa e mediante, inclusive, o apoio do Ministério da Indústria e Comércio e do Itamaraty.

Os projetos básicos e executivos, usualmente, são oferecidos pelas próprias empreiteiras, que também elaboram os orçamentos das obras e criam os editais de licitação, com os devidos direcionamentos e facilidades.

Alguns dos países contemplados com a benesse são produtores de petróleo e pagam o empréstimo mediante triangulação com a Petrobras, que importa o óleo e paga direto para a empreiteira no Brasil ou em outro País que for incluído.

Recentemente, a Transparência Brasil denunciou que essas obras realizadas nesses países afrontam um acordo celebrado pelo Brasil no sentido de combater a corrupção internacionalmente. Afrontam porque esse modelo proporciona a corrupção em países menos desenvolvidos. Com as facilidades oferecidas em função do empréstimo oferecido pelo BNDES, evidentemente, se instala um propinoduto nesses países.

Enquanto o Brasil anuncia o financiamento de um aeroporto em Gana, os aeroportos brasileiros estão em situação de pré-colapso. Não é uma afirmação da oposição. Segundo estudo do Ipea, dez dos principais aeroportos já estão operando com capacidade máxima. Eu recordo que um relatório do BNDES, de 2009, apontava que, dos 20 principais aeroportos brasileiros, 19 apresentam algum tipo de gargalo – pista, pátio ou terminal de passageiro. A exceção é Viracopos.

A falta de recursos, conjugada a projetos escassos e planejamento insuficiente, é entrave que nos coloca em situação preocupante no tocante à infraestrutura.

Como a firma o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura Adriano Pires, o Governo deveria promover um grande programa de investimento em infraestrutura com medidas a estimular a iniciativa privada a fazer a sua parte, em vez de anunciar planos que são uma colagem de vários projetos individuais. Exemplo: o PAC.

O total aplicado no País em infraestrutura é de 2% em relação ao Produto Interno Bruto. Na avaliação de Adriano Pires, para alcançar um patamar confortável, o Brasil precisaria elevar esse percentual para 6% do Produto Interno Bruto. Portanto, de 2% para 6%. Não podemos contemporizar com o cenário de colapso dos portos, aeroportos, estradas. A redução dos custos de transportes, de energia e de logística, para que a produção brasileira tenha mais competitividade, é urgente.

A média de investimentos em infraestrutura, ao longo do Governo Lula, foi de aproximadamente 1,8% do Produto Interno Bruto. E como é possível admitir que o Brasil financeie obras de infraestrutura em outros países?

Os investimentos do BNDES na América Latina, no primeiro mandato do Presidente Lula, foram além de US\$1,41 bilhão. No segundo mandato alcançaram cerca de US\$2,5 bilhões.

Os aportes financeiros oferecidos pelo BNDES à Venezuela são frequentes e expressivos. Um dos útimos empréstimos foi no valor de US\$746 milhões, concedidos para ampliação do metrô de Caracas – e os metrôs brasileiros estão parados; a Ferrovia Norte-Sul está parada; as obras de infraestrutura no País, quase todas elas, estão paralisadas. Outra obra que contou com financiamento naquele país foi a hidrelétrica de La Vuelta. Estão sendo negociados mais US\$4,3 bilhões para projetos de infraestrutura e de indústrias de base do país com o BNDES – eu disse US\$4,3 bilhões.

Os financiamentos concedidos pelo BNDES ao Paraguai são igualmente significativos. Uma das últimas operações de peso foi a oferta de financiamento de US\$1 bilhão para projetos de industrialização naquele país.

Não são apenas os países do nosso entorno os beneficiados: os que mais receberam do BNDES, entre 2007 e 2009, são a República Dominicana, com 19,9% dos investimentos; o Chile, com 10%; Venezuela, 9,8%; e outros países, com 4,7%.

Em 2009, Argentina, República Dominicana, Equador, Venezuela e Chile lideraram a lista dos tomadores de empréstimos do BNDES. O Banco financiou obras do metrô de Santiago.

O BNDES está presente no financiamento das Hidrelétricas Pinalito, Palomino e Las Placetas, na República Dominicana, do Aqueduto Noroeste e do projeto de sinalização viária de estradas em Santo Domingo.

O BNDES está presente na ilha de Fidel Castro. Em 2008, foi autorizada a abertura de linhas de financiamento do banco para Cuba, com recursos de um US\$1 bilhão, a serem aplicados em obras de infraestrutura naquele país.

No continente africano, a linha de crédito criada pelo BNDES para obras de infraestrutura em Angola foi de US\$1,5 bilhão. O BNDES financia obras de infraestrutura também em Moçambique: a transformação da base aérea de Nacala em aeroporto civil internacional (US\$80 milhões). O empréstimo, esse enquadrado numa linha de crédito de US\$300 milhões aberta pelo governo do Brasil para apoiar projetos em Moçambique.

O registro surreal: o BNDES vai financiar US\$814 milhões para a Venezuela comprar 20 aeronaves Embraer. As aeronaves integrarão a frota da companhia estatal venezuelana Conviasa. Disse Hugo Chávez durante seu programa dominical Alô, Presidente: “Agra-

decemos muito à Presidente brasileira Dilma Rousseff pelo crédito que vai nos dar".

Outro registro surreal: mesmo após o Presidente do Equador, Rafael Correa, ameaçar dar um calote no BNDES e expulsar empreiteira brasileira, o Banco analisa uma linha de financiamento no valor US\$124,8 milhões para a construção da hidroelétrica Manduriacu.

Registro surreal número três: O BNDES financia uma polêmica rodovia na Bolívia que se tornou pivô de protestos em todo o país. Além do impacto ambiental e invasão de áreas indígenas, a estrada facilitaria o transporte da folha de coca.

A estrada foi projetada inicialmente para ter 306km e foi dividida em três partes, sendo que o trecho dois, de 177km, atravessaria o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (Tipnis). A obra, orçada em US\$ 415 milhões, conta com um financiamento de US\$332 milhões do BNDES.

O confronto aberto entre Evo Morales e grupos indígenas em torno da polêmica estrada ganhou contornos preocupantes. O caso é tão rumoroso que o BNDES se viu compelido a propor um novo contrato para a execução da rodovia – a construtora OAS executa a obra.

Sr. Presidente, há um bom tempo nós estamos tratando desse assunto. Já encaminhamos ao Tribunal de Contas da União solicitação de auditoria em relação aos contratos celebrados pelo BNDES com outros países através de empreiteiras brasileiras. Já fizemos ao BNDES, através do Ministério correspondente, o Ministério da Fazenda, os questionamentos por meio de requerimento de informações, e as informações são, evidentemente, uma fuga ao fato concreto.

Esta Casa já tentou instalar... O Partido Democratas tomou a iniciativa de liderar a coleta de assinaturas para uma CPI do BNDES, mas também não foi bem sucedido.

Há uma caixa-preta que precisa ser arrebatada para que possamos revelar as razões desses empréstimos, as condições em que eles são celebrados com outros países, haja vista o desvio de finalidade de um banco idealizado com objetivos sociais, com o objetivo, evidentemente, de construir uma infraestrutura competente no País. O "S" ao final da sigla significa que ele também abriga pretensões de natureza social.

Mas seria melhor que o banco extirasse da sigla, que o Governo extirasse da sigla o "S" final, porque há muito tempo deixou de ser o banco social e passou a ser um banco de grandes negócios, favorecendo grandes empresários no Brasil e no exterior. No exterior, governos alimentam grandes empreiteiras na realização de obras, facilitando a propina, já que a empreiteira que leva o benefício do empréstimo

obtém o favor da execução da obra, muitas vezes superfaturada. E o Brasil, através do BNDES, estimula a corrupção em nações vizinhas.

O suporte legal do banco é o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 2002. O parágrafo único do seu art. 2º permite ao banco não apenas atuar, como também criar subsidiárias no exterior, nos termos da autorização constante do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.662, de 1971. Contudo, o art. 3º do Estatuto deixa claro que o BNDES tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do nosso País e isso não tem sido feito.

O art. 9º do Estatuto reitera a atuação do banco no exterior e dispõe sobre o financiamento e a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País – essa ressalva é muito importante –, financiamento e fomento à exportação de produtos e serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior associadas à exportação. Portanto, a porta está muito aberta, está escancarada para a evasão de recursos fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, recursos que faltam aqui.

O item VI do art. 9º dispõe sobre a contratação de estudos técnicos e a prestação de apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina.

Ora, o que se percebe mediante a farra de investimentos do banco pelo mundo afora é que as suas permissões estatutárias estão sendo ampliadas sem muita cerimônia mediante livre interpretação.

Destacamos que essa relação que diz respeito à integração do Brasil à América Latina parece ser um balizador que não autoriza investimentos na África por exemplo. E o que nós estamos anunciando hoje aqui é um investimento de mais de US\$140 milhões na África. Vamos parar por aqui, mas o que se percebe mediante a farra de investimentos é muito grave. O banco poderá alegar que o financiamento do aeroporto de Gana atende à política de incentivo à exportação de serviços e produtos brasileiros, mas essa é uma questão que deve estar comprovada tecnicamente no processo de concessão do financiamento.

E quem autoriza esse financiamento? E quem analisa, tecnicamente, o financiamento, os termos do financiamento? Assim, estando o BNDES sob a supervisão do Ministério da Indústria e Comércio, também está sujeito às fiscalizações e auditorias do Tribunal de Contas da União, que poderá, a qualquer momento ou

mediante requisição do Congresso Nacional, realizar diligência/auditoria para verificar a idoneidade, sob o ponto de vista legal e estatutário, das atividades do BNDES no exterior.

Seria importante, agora, Sr. Presidente, pedir ao Tribunal de Contas da União que se manifestasse sobre esse novo empréstimo. Há indícios de irregularidades no empréstimo concedido ao país africano, porque o Estatuto não autoriza. Há uma ressalva que diz respeito ao relacionamento do Brasil com países da América Latina, o que leva o Governo a interpretar a seu bel-prazer para fazer concessões e oferecer benesses que não são oferecidas aos brasileiros, gerando empregos lá fora quando poderia gerá-los aqui, no nosso País. Mas, neste caso, sobretudo, este fato que nos autoriza vir à tribuna para protestar diz respeito a um novo empréstimo que extrapola os limites da América Latina e chega à África, exatamente em Gana, para a construção de um aeroporto por US\$174 milhões do BNDES.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, mais uma vez protestando contra esse desvio de finalidade. O BNDES não foi criado há tanto tempo para fazer favores a países vizinhos. Antes dos deles, os nossos interesses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Alvaro, pelo pronunciamento.

Falará agora, como orador inscrito, o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, Srs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, quero aproveitar a primeira etapa deste meu pronunciamento, para dizer que existe uma proposta de minha autoria em apreciação na Comissão de Educação que tem por objetivo tornar o Enem obrigatório a todos os estudantes concluintes do ensino médio, exatamente para tirar aquela maquiagem de as escolas escolherem seus melhores e os orientarem a fazer o exame do Enem de tal maneira que não haja clareza absoluta quanto ao verdadeiro nível e a qualidade de ensino médio praticado no Brasil.

Se tornamos o Enem uma obrigatoriedade para todos os estudantes concluintes do ensino médio, teremos um retrato mais preciso da qualidade do ensino no Brasil.

Acredito que a aprovação dessa matéria seja uma contribuição importante do Senado, do Congresso Nacional. Esse projeto, certamente, entrará na pauta da reunião de amanhã da Comissão Educação, e espero contar com o voto da maioria dos Senadores para tê-la aprovada.

Ao mesmo tempo, gostaria de lembrar que o Secretário de Educação do Acre, Daniel Zen, juntamente com a Reitora da Universidade Federal do Acre e alguns integrantes da Bancada Federal do Estado, Deputado Sibá Machado, Deputada Perpétua Almeida, trouxeram ao conhecimento do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) que três, dos 22 Municípios do Acre, não são contemplados com as provas do Enem. Foi feita uma solicitação por parte da Universidade Federal do Acre e do Governo do Estado, para que esses Municípios também tenham o direito de realizar esses exames, uma vez que o deslocamento dos alunos concluintes do ensino médio para os municípios próximos é muito difícil. Se há algum tipo de dificuldade para que o Inep execute ou faça o deslocamento de aplicadores para os Municípios de Santa Rosa, Jordão e Marechal Thaumaturgo, Municípios que não têm ligação rodoviária

Santa Rosa, Jordão e Marechal taumaturgo, que são Municípios que não tem ligação rodoviária, teriam que fazer ou via aérea ou pelos rios, o Governo do Acre se propõe até a ajudar no deslocamento desses avaliadores, aplicadores das provas, mas o fundamental é que haja prova do Enem em todos os Municípios do Acre.

Como a gente imagina, também, o ideal é que essas provas sejam aplicadas onde houver uma escola de ensino médio no Brasil. O ideal é que todas as escolas de ensino médio em todos os Municípios brasileiros tenham oportunidade de fazer o teste do Enem com os seus alunos, tanto para provar a qualidade do ensino praticado na instituição quanto para oportunizar a esses alunos acesso à universidade pública a partir das suas notas no Enem.

Hoje à tarde, eu tive uma conversa com o Sr. Marcos Soares, que é chefe de gabinete do Presidente do Inep, Prof. Luiz Cláudio Costa, e ele disse que esse tipo de pleito, na realidade, na medida do possível, está sendo atendido pelo Inep, e a gente fica na esperança de que os Municípios de Santa Rosa, Jordão e Marechal Taumaturgo, nos termos do que foi pedido pelo Governo do Estado do Acre, através da Secretaria do Estado de Educação e da Universidade Federal do Acre, também sejam atendidos com a realização das provas do Enem e a gente vai ficar na expectativa de que as autoridades do MEC, principalmente do Inep, viabilizem o atendimento a esse pleito, que é justíssimo por parte dos alunos de ensino médio desses Municípios.

Gostaria de aproveitar a sessão de hoje, Sr. Presidente, para registrar o meu cumprimento ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, pela oportunidade histórica que ele está nos oportunizando de votarmos aqui no Plenário, a partir desta semana, matérias que tratam da extinção ou da limitação do voto secreto nas decisões do Senado e da Câmara, inclusive para a perda de mandato parlamentar. Na prática, na próxima quarta-feira, depois de amanhã, dia 13, começaremos a votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim. Temos ainda tramitando a PEC nº 38, de 2004 e a PEC nº 86, de 2007, do Senador Álvaro Dias.

Politicamente, na quarta-feira este Senado deverá começar a votar iniciativas absolutamente sintonizadas com o atual momento da democracia do nosso país.

As propostas que estabelecem o voto aberto do Legislativo sobre a perda de mandato de deputado ou senador estão alinhadas com os desejos da sociedade brasileira, que reivindica mais transparência nas decisões do Senado Federal e da Câmara,

Devemos estabelecer, hoje, dois cenários para o voto.

O voto secreto do eleitor é uma conquista do povo brasileiro. Como já sublinhou desta tribuna o nobre Senador Pedro Simon e outros senadores, como o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Cristovam Buarque, que hoje mesmo se manifestou a esse respeito, os quais tenho a honra de citar, e me somo a cada uma dessas pessoas que fazem essa defesa, o voto do eleitor deve ser secreto para que ele possa votar sem pressões, sem possíveis ameaças à sua liberdade.

O voto secreto do eleitor é o direito de votar sem que outros saibam qual foi essa escolha a menos que ele próprio o diga.

No Brasil, o voto secreto do eleitor foi implantado pela primeira vez no pleito de 1925 do Centro Acadêmico XI de Agosto, entidade que representa até hoje os estudantes da Faculdade de Direito da USP, a Universidade de São Paulo.

Posteriormente, houve uma experiência em Minas Gerais, em 1929, em uma votação suplementar para vereador. E foi institucionalizado, em 1932, pelo primeiro Código Eleitoral do Brasil.

A votação secreta para o eleitor também tem o objetivo de proibir a compra de votos, garantindo a democracia total.

No entanto, o voto de representantes públicos, no exercício de sua função, deve ter outra natureza.

Vale ressaltar a este respeito do voto secreto do eleitor que, lá no Acre, quando houve aquele combate frenético ao crime organizado, com a contribuição

importante do Senador Pedro Taques, que à época era procurador da República, uma das investigações e um dos crimes praticados era justamente o do aliciamento do voto a partir da captura dos títulos dos eleitores. Havia uma prática de seqüestro dos títulos dos eleitores e a ameaça direta aos eleitores no seguinte sentido: nós sabemos onde você vota, qual é a sua seção e nós vamos saber se há ou não o voto para o candidato A ou o candidato B.

Um dos crimes praticados que ficou amplamente conhecido naquele momento. Então é mais do que justificável que o eleitor tenha o seu voto absolutamente secreto, porque é uma questão de segurança e de total liberdade para ele poder votar com suas convicções, com suas certezas e, ao mesmo tempo, se for do seu interesse, de sua intenção tornar pública essa sua intenção é um direito que lhe assiste. Mas o fundamental é que para o seu eleitor comum é lícito, é correto e é salutar para a democracia que ele tenha mantido o seu voto como secreto.

Agora, para o eleito realmente o melhor é que ele preste conta aos seus eleitores sobre quais são as suas posições em cada um dos assuntos que são discutidos no Parlamento, seja aqui no Senado, seja lá na Câmara Federal. É importante que os eleitos prestem contas do seu voto.

A Constituição estabelece o voto secreto nas seguintes deliberações: perda de mandato (artigo 55); apreciação de veto presidencial (artigo 66); e para a indicação de magistrados, ministros do TCU (Tribunal de Contas da União); Governador de Território; Presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República e chefes de missão diplomática (artigo 52). A análise dessas indicações é competência privativa do Senado Federal.

As Propostas de Emendas à Constituição que entram em pauta acabam, essa semana, com o voto secreto nas decisões sobre a cassação de mandatos parlamentares.

Defendemos que esse voto deva ser aberto justamente para que possa ser acompanhado e fiscalizado pelos eleitores. Isso é ético e justo que os eleitos prestem contas aos seus eleitores sobre cada uma das suas posições.

Não há mais espaço para que no Brasil, possa haver votação secreta para perda ou não do mandato parlamentar. Se houver pressão de qualquer tipo sobre o parlamentar para que ele vote de uma forma ou de outra, será sempre uma opção do parlamentar rejeitá-la ou não.

Inclusive no debate de hoje nós ouvimos, Senador Pedro Taques, que Presidi esta sessão, manifestação do tipo: - Mas se nos demais assuntos a base aliada

votar de um jeito e houver pressão do Governo pode causar um desconforto.

Na realidade o direito ao voto aberto é direito à transparência e está absolutamente sintonizado com tudo que a gente está vivendo neste momento. Quando já tivemos aprovada e sancionada a lei de livre acesso à informação, quando tomamos atitudes importantes no sentido de tornar o Parlamento e os organismos governamentais mais transparentes, então é justo que encaremos de frente essa discussão no sentido de pôr fim, em definitivo, ao voto secreto.

Nesse ponto, quero citar aqui a contribuição de todos os integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui no Senado, porque todos com quem eu conversei manifestaram essa posição de apoio à proposição do Senador Paim. E também quero fazer coro com os nobres Senadores Pedro Taques, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e vários outros que se manifestaram a esse respeito, a favor do voto aberto e de que este Senado é o Senado da República e não o Senado do sigilo.

Cabe a nós Parlamentares uma votação com responsabilidade, consciência e transparência, somando às leis de transparência, da ficha limpa, de livre acesso à informação o voto favorável às emendas à Constituição que tratam do voto aberto no Legislativo, que representará mais um exemplo do avanço democrático da Legislação brasileira.

Era o que tinha a dizer a esse respeito, Sr. Presidente. E agradeço a oportunidade do pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Aníbal, pela sua fala.

Passo a palavra ao Senador Agripino Maia, que falará pela Liderança do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os jornais de ontem e de hoje, nas suas manchetes principais, estão cheios de menções à crise na Europa e ao socorro à bola da vez – no sentido negativo, lamentavelmente –, que é a Espanha. E os jornais de hoje exaltam o pedido de socorro que a Espanha teve a coragem de fazer. Coloca nestes exatos termos: a Espanha teve a coragem de fazer. O Presidente Rajoy teve a coragem de pedir 100 bilhões de euros para salvar a banca espanhola.

E alguns jornais do Brasil tecem comentários positivos à iniciativa do governo espanhol pelo fato de afastar da perspectiva de dificuldades um banco espanhol que, na verdade, tem um *branch*, um ramo brasileiro, que é o Santander, que não é um banco como o Cruzeiro do Sul. É um banco que está na asinha do automóvel de Fernando Alonso, na Fórmula 1. Tem agência pelo Brasil inteiro. Tem milhares de depo-

sitantes e milhares de aplicadores pelo Brasil inteiro. É lucrativo no Brasil.

Falo isso porque a crise espanhola deve significar um alerta real para os brasileiros e para o Governo do Brasil. Se o Governo do Brasil adota posturas responsáveis, e precisa fazê-lo, tem a obrigação de botar uma lupa no que está ocorrendo neste momento na Espanha.

Presidente Pedro Taques, esse socorro de 100 bilhões de euros, que não sei se vai ser concedido pelo Banco Central Europeu ou pelo FMI, mas alguma coisa virá para evitar uma convulsão na zona do euro, porque a Espanha é a quarta economia da zona do euro. Não é Portugal nem a Irlanda. É a quarta economia. Esse socorro virá, mas virá obrigado a que a Espanha faça agora o dever de casa, ou seja, que discipline o gasto público, que tenha receitas maiores do que as despesas, de modo a sobrar dinheiro para honrar seus compromissos com quem vai emprestar.

Quem vai pagar o pato é o contribuinte espanhol, que ou vai ter sobretaxação ou serviços públicos menos expressivos, mas o que é fato é que a Espanha vai ter que apertar o cinto se quiser sobreviver. E quero eu que sobreviva bem.

E o Brasil? Ah, não, o Brasil é a quinta economia do mundo. Que quinta! Fragilidade pura, Presidente Pedro Taques. Era a quinta com dólar a R\$1,70. Com dólar a R\$2,05 já é a oitava ou a nona. Veja a fragilidade. Não mudou nada. Mudou só o câmbio, por razões que vou procurar abordar.

Só com a mudança do câmbio o Brasil despenhou de quinta para sétima, oitava economia do mundo, sem mudar nada aqui dentro. Ou seja, é uma situação absolutamente artificial. Artificial por quê? Porque a economia do Brasil está fundamentada em coisas que temos que avaliar. Avaliar para consertar.

Por que o PIB do Brasil cresceu 7% em 2010? Porque as *commodities* estavam com preços ótimos, minério de ferro, soja, carne; o mundo comprador; a Europa ainda com uma crise pouco esboçada nos seus grandes compradores; a China a pleno vapor; e por aí vai. Então, o Brasil bombando, pelas nossas *commodities*, que só nós quase temos, e vendíamos às toneladas, gerando dólar, divisa, porque o Brasil adotou o modelo de subsidiar as compras com crédito interno. Que tipo de crédito? Crédito consignado ou Bolsa Família.

O que é Bolsa Família? É uma coisa boa? É boa sim, porque dá ao pobre a condição de comprar. Agora, é sustentável ou é uma simples doação em que as pessoas não mantêm a capacidade daquela renda pelas suas próprias iniciativas? É uma doação, é uma coisa artificial, como era o Brasil quinta economia, e

caiu, em função do câmbio, para a sétima, oitava, e daqui a pouco será a décima.

O crescimento do PIB, fundamentado na venda das *commodities*, fundamentado no Bolsa Família e no crédito consignado, que fazia com que as pessoas tivessem dinheiro para comprar, comprar tendo como pagar, mas comprar da produção interna, quando havia, ou comprar dos chineses, quando a produção interna não havia, e decorrente de investimentos externos.

Houve um momento em que o Brasil foi a bola da vez. Eram toneladas, bilhões e bilhões de dólares que entravam aqui. Daí o dólar ter chegado ao patamar de R\$1,70. Eu me lembro, Senador Pedro Taques, do dólar a R\$3,50. Eu me lembro de ter viajado e comprado o dólar a R\$3,50. Lá atrás. Há cinco anos. E o dólar a R\$1,70. Por conta de quê? Por conta de uma circunstância completamente artificial.

A taxa de juros contribuía um pouco para esse capital especulativo? Contribuía, mas houve um momento em que, pelo mercado interno que se estabeleceu, em decorrência de fundamentos não sustentáveis, quais sejam, um, crédito consignado, e, dois, Bolsa Família, havia uma demanda, e o crescimento do PIB era por demanda não sustentada. O que está acontecendo agora, lamentavelmente? A inadimplência em função do crescimento da oferta dos créditos não pagos. E as pessoas são as mesmas. Quanto mais você empresta sem aumento de renda, mais as pessoas perdem a condição. Se a pessoa continua a comprar perde a condição de pagar porque topou a sua renda. Não tem renda adicional. Topou. Topou gera aumento de inadimplência, que é um sinal de alerta de que a economia, pelos seus fundamentos de crescer pela demanda, encostou no limite.

O que está ocorrendo agora? Nossas *commodities*, com o crescimento a menor da China, com a crise da Europa, com índices menores de crescimento dos países asiáticos, nossas *commodities* estão em baixa. Em função disso, já ocorreu o fato. O mundo percebeu – e o capital não é tão vasto –, o mundo já entendeu que o Brasil não é essa bola da vez toda e já começa a diminuir o fluxo de investimentos.

Este mês, o fluxo de investimentos só foi positivo porque ainda houve um superávit da balança comercial, mas a diferença entre o capital que entrou e o capital que saiu, sem considerar a balança comercial, já foi deficitário em US\$3 bilhões. Incrível. Há um ano, era superavitário em US\$5 bilhões, US\$6 bilhões, US\$10 bilhões. Já foi, lamentavelmente, deficitário em US\$3 bilhões. Ainda bem que nossas exportações foram maiores do que as importações e compensaram essa sangria de cambiais.

Falo isso porque é muito importante para o Brasil olhar o que está ocorrendo no mundo. Nessa crise da Espanha, o remédio que o Banco Central, que os órgãos de controle da zona do euro estão impondo à Irlanda, a Portugal, à Grécia – nem se fala – e que vão impor à Espanha, para que os empréstimos aconteçam, é o cinto apertado. E cinto apertado significa disciplina de gastos públicos. É aí onde está o nó.

Onde é que eu defendo crescimento do PIB? Crescimento de PIB é pela oferta, Sr. Presidente. Crescimento do PIB é sustentado pela oferta, pela capacidade de ofertar produtos que se consiga vender, como a China faz. Queira ou não queira, a China cresce, cresce, como está crescendo, porque é capaz de, com produtividade, com competitividade – por razões diversas, algumas louváveis outras não –, oferecer ao mundo produtos a preços competitivos. Aí, pela produção, mantém o crescimento do PIB permanente.

Por quê? A começar que o nível de investimentos na Índia anda mais ou menos em 30% do PIB. Na China, chega perto de 50% do PIB. No Brasil, 19% do PIB. Com investimentos menores do que 25% de PIB não se cresce a 3%, 4% por ano. Nunca.

O Brasil não aprendeu ainda que é preciso ter uma sobra de recurso para investimento. Mas não. Investe 19% do PIB porque gasta demais em despesas correntes permanentemente. Arrecada pouco? Arrecada muito, só que não gasta corretamente o muito que arrecada. E como não gasta corretamente, porque é perdulário, porque o Estado está aparelhado, não gera dinheiro para fazer infraestrutura e para diminuir a carga tributária, que é o que dá competitividade a um país.

O que era preciso é que o Brasil agora, até espelhado no que está ocorrendo com a Europa, com a Espanha, começasse a apertar o cinto. Pela qualificação do gasto público, por diminuir o perdularismo do dinheiro da máquina pública, para que pudesse ter dinheiro para investimento, subir de 19% para 20%, 21%, 23%, 25%, chegar perto de um número civilizado que, aí, produzisse, pela oferta, pela produção, pela capacidade de competir e, ai sim, tivesse um PIB civilizado de 3% ou 4%, porque estaria fazendo o dever de casa. Tendo sobra entre despesa e receita do suficiente para investir 25% do PIB, diferente dos 19% de hoje, que não vão gerar, por hipótese alguma, crescimento de PIB sustentado.

Estou fazendo essas observações porque é dever do meu Partido defender uma carga tributária civilizada. Não esta louca, como a que continuamos a ter, uma das mais altas do mundo, que torna o Brasil incompetitivo.

Presidente Pedro Taques, minha nora mora nos EUA com o meu filho e há anos eles vêm ao Brasil.

Há cinco anos, eles iam a Natal, o filho, a nora e os netos, a nora ia ao *shopping* de Natal, entrava nas lojas de sapatos – há uma marca de que gosta muito – e comprava sapatos que me dizia serem de ótima qualidade e de preço excepcional. Há cinco anos. Ela esteve em julho do ano passado no Brasil e não comprou mais nada. Sabe por que, Senador Lindbergh? Porque o Brasil virou um país caro. Infelizmente. Ela não comprou mais nada. Os sapatos da Mr. Cat e da Arezzo – estou aqui até fazendo publicidade das marcas –, não comprou mais nada. Porque lá onde ela mora, em Nova York, a produção gera produto de qualidade igual ou melhor por preço muito mais baixo.

O grande perigo, o que me apavora hoje é que o Brasil virou um país caro. E, virando um país caro, não vamos ter, no futuro, a capacidade de nos projetarmos como a poderosa quinta economia. Vamos cair. Desta crise da Europa, da crise do *subprime* de cinco anos atrás, vão resultar exitosos os que forem competitivos. Competição é produto de disponibilidade, de preparo de sua população, de nível educacional que se dê à população, principalmente jovem, da carga tributária que se impõe à produção, dos estímulos que se possa dar à produção, e alguns, até reconheço que, timidamente, o atual Governo vem dando como a desoneração da folha de pagamento – antes tarde do que nunca –, mas longe de fazer aquilo que é o mais importante.

Vê-se, Presidente Pedro Taques, toda hora, providências do Governo que, na minha opinião, são perfumarias simples. Não se vê nenhum decreto rígido, nenhuma tomada de posição firme, como a que foi tomada com o corte dos juros, que aplaudo. Não vejo nenhuma atitude firme com relação ao corte do gasto público, a contenção do gasto público. A curva do crescimento do PIB é esta, a curva do crescimento das despesas correntes é esta. Esta conta não vai fechar nunca. O PIB crescendo aqui, o gasto corrente crescendo aqui. Quanto mais as curvas se distanciem, quanto mais o Brasil for um país caro, perdulário, menos competitivo será e mais próximos estaremos do que está passando hoje a Espanha.

Antes que seja tarde, portanto, trago a minha palavra, o meu protesto e a minha reiterada recomendação. Antes que seja tarde, o Brasil precisa acordar, vendo o que está ocorrendo no mundo desenvolvido, em países como Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia e tantos mais, com PIB *per capita* superior a US\$20 mil, com uma qualidade de vida excepcional, mas onde os protestos de rua vão se suceder por uma razão muito simples: os governos não fizeram o dever de casa, como o Brasil não está fazendo o dele. E, antes que seja tarde, aqui está a nossa palavra de alerta e de protesto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Agripino, pela fala.

Passo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Pedro Taques, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Relatório de Competitividade Mundial 2012, divulgado recentemente pelo IMD – o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão de Negócios –, não trouxe boas notícias para o Brasil. Tal relatório, Sr. Presidente, é fruto de pesquisa realizada pelo IMD junto a 59 países e busca avaliar a competência de cada um deles para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios.

Para calcular o Índice de Competitividade de cada país, é analisado um amplo conjunto de fatores, que vão desde o Produto Interno Bruto, as taxas de juros, a inflação, os níveis de emprego e as políticas fiscais até as práticas de gestão, as atitudes e valores, os índices de produtividade e os padrões educacionais. Agrupados de acordo com suas características específicas, esses fatores dão origem a quatro indicadores básicos: a eficiência do governo, a eficiência empresarial, a performance econômica e a infraestrutura.

Pois bem, neste ano de 2012, Sr^{as}s e Srs. Senadores, entre 59 países, o Brasil ficou no quadragésimo sexto lugar. Em relação ao ano passado, quando estávamos no quadragésimo quarto lugar, tivemos uma queda de duas posições. E se olharmos para 2010, quando alcançamos o trigésimo oitavo lugar, vamos constatar que em dois anos despencamos oito posições.

Agora em 2012, o primeiro lugar foi conquistado por Hong Kong, com índice 100. Os Estados Unidos ficaram em segundo, com índice 97,8; a Suíça em terceiro, com 96,7. O Brasil, com índice 56,5, ficou atrás até de vizinhos da América do Sul como o Chile, com índice 71,3, e o Peru, com 58,7.

São números, Sr. Presidente, que nos convidam a uma reflexão, não para nos lamentarmos, muito menos para buscarmos responsáveis ou culpados, até porque todos sabemos que, em muitos aspectos, a evolução do Brasil nos últimos anos tem sido notável. Na verdade, a reflexão que julgo importante é aquela que, a partir das informações que constam do Relatório de Competitividade Mundial de 2012, aponte o que devemos fazer para tornar o Brasil mais competitivo do que é atualmente. Nesse mesmo sentido, os próprios indicadores do levantamento do IMD, que forjaram o resultado obtido no nosso País, dão uma boa ideia dos pontos aos quais precisamos dedicar mais atenção.

Nossa posição no ranking mundial de competitividade, Sr^{as}s e Srs. Senadores, foi fortemente influenciada, em primeiro lugar, pelos fatores que configuram a performance econômica, tais como o fluxo de

capitais, as finanças públicas, as taxas de câmbio, o custo de vida e as exportações com valor agregado e foi sensivelmente afetada também pelos aspectos relacionados à infraestrutura. Quanto a esse último item, penso que não deve ter sido grande surpresa, afinal, nas últimas décadas, parecíamos ter esquecido, no Brasil, o princípio básico de que o Governo, se quiser realmente melhorar a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, fazer com que o País atue como protagonista no cenário internacional, deve investir maciçamente em infraestrutura energética, de comunicações e de transporte.

Felizmente, ações como o Programa de Aceleração do Crescimento, em duas etapas já iniciadas, mostram que estamos mudando pelo menos a forma de encarar a questão. Há alguns meses, tive oportunidade de aqui, nesta tribuna, agradecer à Presidenta Dilma Rousseff a visita que fez às obras da ferrovia Transnordestina e também pelo seu empenho no sentido de que o projeto seja concluído o mais rapidamente possível. A ferrovia Transnordestina, Sr. Presidente, com os seus 1.728 quilômetros, que cruzam os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, é um belo exemplo de como um investimento benfeito pode alterar o quadro regional e, paralelamente, fomentar a competitividade do nosso País.

São projetos com esse perfil e com essa envergadura que podem fazer a diferença, permitindo ao Brasil exibir uma infraestrutura compatível com as suas ambições internacionais. Ao mesmo tempo, Srs. Senadores, não podemos desprezar outros aspectos igualmente importantes relacionados à área legal, institucional e administrativa.

Permito-me citar como exemplo do que pode ser feito nessas áreas outras preocupações que manifestei aqui cerca de dois meses atrás. Entre os 183 países pesquisados pelo Banco Mundial, o Brasil está à frente apenas de quatro quando se calcula o tempo exigido para a abertura de uma empresa. Eis aí, pois, outro vilão, tão prejudicial como a carência de infraestrutura, o excesso de burocracia estatal, sempre nocivo àqueles que desejam empreender em nosso País.

Como meu tempo é curto, Sr. Presidente, concluo fazendo um apelo não somente ao Governo, mas a todas as forças produtivas do País. Afastemos com maior urgência possível os obstáculos da competitividade, de modo que, quando forem divulgados os próximos relatórios do IMD, estejamos aqui para comemorar a subida do Brasil nesse ranking para posições muito mais condizentes com as nossas potencialidades e os nossos ideais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Ciro.

Falará agora, como orador inscrito, o Senador Maggi.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Peço para me inscrever no horário de liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim. V. Ex^a será inscrito na forma regimental. (Pausa.)

Senador Maggi, do maravilhoso e produtivo Estado de Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu concordo com sua frase. É um Estado abençoado por Deus, e é sobre esse Estado que vou falar hoje, Presidente. Fico particularmente feliz por ter V. Ex^a, um mato-grossense, na Presidência da sessão, na Mesa neste momento.

Eu quero falar um pouco, Presidente, sobre endividamento dos Estados. Eu vi e já ouvi muitos Senadores subirem a esta tribuna para fazerem referência ao que acontece com endividamento dos Estados e eu, como V. Ex^a sabe, elegi-me Governador do Estado de Mato Grosso – e tenho certeza de que com seu voto também – em 2003, quando eu encontrei um Estado com uma dívida de R\$3,2 bilhões, dívidas com a União, fora outras dívidas em que o Estado de Mato Grosso era devedor naquele momento.

Mas, especificamente sobre essa questão da União, é interessante como os Estados não conseguem, Senador Pedro Taques, como eles não conseguem se livrar das dívidas. E o ouvinte e o telespectador que me está vendo em casa neste momento, assim como milhões de brasileiros tiveram uma experiência amarga com o sistema de financiamento da casa própria nos anos oitenta. E o que acontece com os Estados é mais ou menos a mesma coisa. Você trabalha, paga, paga, paga e, quando você vai ver, no final do ano você pagou sua dívida e está devendo uma outra dívida. Com o Estado de Mato Grosso e com os demais Estados da Federação não é diferente.

A dívida do Estado do Mato Grosso, em 1986, ano em que foi renegociada, era de R\$3,2 bilhões. Em 2003, quando assumi o Governo do Estado, a dívida já era de R\$6 bilhões. No período em que fui Governador, de 2003 a 2010, nós pagamos R\$5,9 bilhões. Quer dizer, devíamos R\$3,2 bilhões e pagamos R\$5,3 bilhões, quase R\$5,4 bilhões. Em dezembro de 2010, quando terminou esse período a que estou me referindo,

o Estado do Mato Grosso ainda devia R\$4,99 bilhões. Quer dizer, entrei, como Governador devendo R\$3,2 bilhões, pagamos R\$5,4 bilhões e estamos devendo – nós, mato-grossenses, eu e V. Ex^a, uma parte disso – mais R\$4,99 bilhões ou R\$5 bilhões. Não é possível os Estados brasileiros sofrerem dessa maneira como sofrem com essa dívida que têm com a União!

Eu diria que, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso reestruturou as dívidas, em 1996, naquele momento, o nosso Governador do Estado do Mato Grosso, hoje falecido, Dante de Oliveira – saudoso Dante de Oliveira – fez um bom negócio. Tanto o Fernando Henrique, como Presidente, quanto o Governador Dante tomaram a decisão correta de fazer a repactuação das dívidas, como os demais Estados também fizeram, porque a inflação, naquele tempo, era de 80% ao mês. Quer dizer, estávamos todos quebrados: a União e o Estado.

Veio a repactuação das dívidas e, naquele momento, foi dito o seguinte: "Os Estados deverão pagar a sua dívida em 30 anos e devem comprometer, no máximo, 15% da receita corrente líquida do Estado, para fazer frente a esse pagamento."

Eu gostaria de explicar àqueles que estão nos ouvindo e nos assistindo o que é a receita corrente líquida de um Estado. A receita corrente líquida do Estado é toda a sua receita própria, mais as transferências que a União faz para o Estado, descontando-se as despesas previdenciárias e o Fundeb. Significa dizer o seguinte: mesmo quando a União transfere recursos para um Estado, para ele fazer obras ou convênios dessas obras, Senador Pedro Taques, o Estado é penalizado com a devolução de 15%, como devolução para que a União faça o desconto da dívida. Então, é um toma lá, dá cá: toma de uma mão e pega com a outra mão, e o Estado acaba não conseguindo avançar.

O pior de tudo, Senador – ou pode ser até melhor, a gente pode dizer –, é que nesse período, de 2008 a 2010, o nosso Estado multiplicou por três o seu PIB. Ele tinha um PIB de R\$21,8 bilhões, que, hoje, é de R\$65 bilhões. Então, o Estado cresceu nesse período graças ao trabalho do povo, da economia, de todos aqueles que trabalham no Estado do Mato Grosso, quer sejam agricultores, madeireiros, pecuaristas, profissionais liberais, professores; enfim, todos nós que temos uma função econômica no Estado fizemos com que esse PIB saísse de R\$21,8 bilhões para 65 bilhões de reais.

Nesse período, a economia do Estado do Mato Grosso teve um crescimento consistente de 8,76% ao ano. Se olharmos os Estados brasileiros, vamos ver que esse crescimento de 8,76% é o maior crescimento de todos os Estados da Federação brasileira e bem acima da média brasileira, muito acima da média brasileira.

Assim mesmo, não conseguimos baixar o principal da nossa conta. Sabe por que, Senador Pedro Taques, Presidente desta sessão? Porque, enquanto nós crescemos com fôlego de tigre asiático, de chinês – podemos dizer assim; crescemos 8,76% – nesse período a nossa dívida foi corrigida pela União com 16,77% ao ano. Esses são juros impagáveis. São juros de agiota. Tem que pôr a polícia nesse negócio!

Então, aquela intenção do Presidente Fernando Henrique, a que me referi, deixou de existir. Hoje o Governo diz que não pode mexer nesses índices em função da lei de responsabilidade Fiscal que temos. Graças a Deus e aos homens que estavam aqui no Congresso naquele período, tivemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela deu norte e responsabilidade às pessoas que, como Governadores ou Prefeitos, têm limites de endividamento e regras que devem seguir, porque antes era ao deus-dará, Senador Pedro Taques; na hora em que estava terminando o mandato, o governante, simplesmente, dava um aumento de 100% aos servidores públicos e deixava o problema para o outro resolver e ia para sua casa. Ele saía de bonzinho, e o outro Governador que entrava ficava em maus lençóis, porque iria ficar quatro anos para recuperar esse índice que foi dado.

Hoje, o Governo alega que a Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser mexida; eu discordo. A lei de Responsabilidade Fiscal é importante, foi, é e será sempre importante para a economia brasileira, mas não pode o Governo extorquir os Estados. Não é possível que continuemos a sofrer dessa maneira.

Eu entendo muito de agricultura e quase nada de economia, mas acho que qualquer pessoa mediana comprehende que isso é impagável, que não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, no período em que fui Governador, eu procurei instituições bancárias e fui perguntar a essas instituições, aqui no Brasil e fora do Brasil: "Estou devendo uma dívida, estou pagando 16,77% de juros ao ano, e quero saber..." A minha companhia, companhia Mato Grosso, o nosso querido Estado de Mato Grosso, hoje, tem Triplo B, quer dizer, tem uma economia saudável. O triplo B diz o seguinte: você pode contratar dívidas em longo prazo, porque você tem capacidade de fazer os pagamentos. Quem está emprestando dinheiro tem a tranquilidade de que esse Estado, bem gerido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que não me deixa sair dessa estrada que estou indicado a andar, me dá a garantia de dizer: olha, você pode emprestar dinheiro para o Estado de Mato Grosso, porque, daqui a dez anos, daqui a vinte anos, ele tem condições de pagar.

Nós começamos a andar em 2008 e achamos, naquele período, juros muito mais baratos do que esses

juros escorchantes, de 16,77%, na média; houve anos em que chegar a dar 18%, 20%, e assim por diante.

Eu fui à STN à época, fui então ao Presidente Lula, conversei com a Ministra-Chefe da Casa Civil naquele período e mostrei a eles essa disparidade. O Presidente Lula falou: “Não, Blairo, você tem razão”. A Presidente Dilma, então Chefe da Casa Civil, disse: “Vocês têm toda razão”. E eu disse: bom, se nós todos entendemos que temos razão, nós vamos então – entre aspas – “vender a dívida do Estado de Mato Grosso”. Eu vou tomar um dinheiro no longo prazo, dez anos, para pagar – porque o mercado, naquele período, dava essa condição –, venho aqui ao Tesouro Nacional e pago à vista a conta. Eu acho que é bom para todo mundo. O Brasil, que está ruim de caixa e não tem dinheiro para fazer investimento, pega o dinheiro que Mato Grosso tomou emprestado em outro lugar do mundo e põe esse dinheiro na mão de outros Estados e mesmo no Estado de Mato Grosso. E vamos fazer estradas, vamos construir escolas, vamos fazer pontes, vamos dar um dinamismo a essa política.

Bom, todo mundo tem o mesmo entendimento. Mas, aí, Senador Pedro Taques, Presidente desta sessão, desde 2008 – e aí veio a crise – as coisas se complicaram um pouco. Terminou o meu mandato. O Governador Silval Barbosa assumiu, continuou o processo, e até hoje nós não conseguimos arrancar essa autorização na STN para poder fazer essa renegociação da dívida do Estado de Mato Grosso.

Eu diria a V. Ex^a que esse modelo que o Mato Grosso encontrou – e não é que o tenha inventado; é o mercado. Ele está aí para ser feito todo dia. – é uma operação bancária normal em qualquer lugar do mundo. Quem tem mais capacidade de tomar dinheiro emprestado toma dinheiro mais barato e paga a dívida mais cara. É isso que o Brasil faz hoje. O Brasil está vendendo títulos no mercado internacional a 3,5% de juros em dólar mais Libor para resgatar em dez, quinze, vinte anos. Por que, então, um Estado, um membro da Federação, não pode fazer isso?

Senador, subo a esta tribuna hoje para relatar esses fatos porque não consigo falar com a Presidente. Então daqui eu quero dizer: Presidente, ou se alguém está me ouvindo: “A senhora que tem a mão de ferro no Governo, a senhora conhece o caixa do Governo, a senhora conhece a história de Mato Grosso e me conhece liga para o Arno Augustin, que é o chefe da STN, com quem, aliás, já tenho até amizade pessoal de tantas vezes que fui lá, porque eu não consigo. Parece que há, todo dia, uma postergação. Em um dia, não, os juros não podem ser de 10,5%, têm que ser de 10%. Lá vai o Estado correr atrás; chega ao mercado

e fala assim: “Está bom. Eu tenho juros de 10%.” Aí, mudou: não, não pode ser mais desse jeito.

O Secretário que cuida dessa área hoje, o Vivaldo Lopes, que é assessor do Governador, direto da Casa Civil, para tratar desse assunto, me disse que já por nove vezes mudaram-se os planos. Quando se chega à marca determinada, mudam-se as exigências. Então se fica de novo sem conseguir renegociar a dívida.

Então eu quero, aqui da tribuna do Senado, pedir encarecidamente, porque não é justo – e eu já ocupei várias vezes esta tribuna –, não é justo um Estado que é o maior produtor agrícola, que tem uma deficiência enorme em infraestrutura, não é justo que não tenhamos oportunidade de pagar a nossa dívida com a União e refinanciá-la em condições melhores, por prazo mais longo, com juros mais baratos.

E mais, Senador Pedro Taques, V. Ex^a sabe que a proposição do Governo, assim como era em 2008 e continua hoje, em 2012, não é pegar essa diferença que nós teremos ou a economia que teremos durante o ano, não é pegar isso e repassar em despesas correntes do Estado. A lei aprovada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso deixa claro: esse dinheiro economizado deverá ser aplicado em infraestrutura no Estado do Mato Grosso. Quer dizer, em rodovias, em pontes, para melhorar a nossa malha rodoviária asfaltada e não asfaltada, recuar e tapar os buracos daquelas que existem, construir novas escolas. Enfim, temos que aplicar na infraestrutura. Não é para sobrar mais dinheiro para fazer política. Não é isso! Tem que fazer política, mas a política do investimento, a política de aplicar bem o recurso próprio, o que vira um indutor do desenvolvimento.

E aí, meu caro colega Senador Pedro Taques, também do Estado de Mato Grosso, hoje o Estado de Mato Grosso tem proposta firme na mão de juros de 5% ao ano, mais variação cambial, e não tem mais Libor, não tem mais nada. São 5% ao ano, para renegociar a sua dívida. E Mato Grosso está pedindo não os R\$5 bilhões que ele está devendo hoje; ele está pedindo uma *tranche* de R\$1 bilhão, que vai dar uma economia, nesse período, de mais R\$300 milhões para investimento. Quer-se fazer, então, um plano piloto de R\$1 bilhão, e, se tudo funcionar de acordo, tudo estiver de acordo, Mato Grosso poderá buscar novos recursos fora do Brasil ou dentro do Brasil, porque, com juros de 10% ao ano, bancos brasileiros também recompram essa dívida do Estado de Mato Grosso.

E, para 2012, está previsto que vamos pagar dessa dívida antiga juros de 12%, porque é 6% mais IGP-DI. Como o IGP-DI está orçado em 6%, mais a dívida de 6%, são 12%. Então, 2% de juros, num ano,

de R\$1 bilhão são R\$20 milhões; não é qualquer dinheiro, não é dinheiro de se jogar fora.

Então, Senador Pedro Taques, meu tempo está findando, e eu quero aqui fazer um apelo, hoje, então, à Presidente da República, ao Ministro Guido Manteiga, ao meu amigo Arno Augustin, para que se deem um final para essa história de Mato Grosso. Nós estamos cansados; uma semana é isso, outra semana é aquilo. Eu vou dizer uma coisa para V. Ex^a e aproveito para dizer à Nação brasileira: se quisermos crescer, se quisermos ampliar os nossos negócios, se quisermos não deixar nosso País entrar em crise – e o Senador Agripino Maia fez aqui um alerta nesse momento; concordo com suas declarações: as nuvens que vêm vindo não são claras, são escuras. Dias piores chegarão ao nosso País. Dificuldades virão e virão de grande monta. – se quisermos aliviar, se quisermos passar, temos que investir em infraestrutura.

Não há outro caminho. Se quisermos fazer o dinheiro chegar a todos os lugares no Brasil, e se quisermos que o Brasil ande, vamos fazer ferrovias, vamos fazer hidrovias, pontes, rodovias que esse dinheiro vai circular pelo Brasil inteiro e melhorar a competitividade da economia brasileira. Não vejo outro caminho. Nós gostamos tanto de nos mirar no exemplo americano, e eles são bons nisso, conseguem sair das crises.

Em 2008, quando houve a maior crise depois dos anos 30, o que o governo americano fez? Investiu em infraestrutura. Senador Pedro Taques. O senhor conhece os Estados Unidos. A gente anda lá e acha que não tem nenhuma estrada mais para fazer porque tem uma ao lado da outra. Quando não tem uma duplicada, tem uma ferrovia do lado, uma hidrovia que funciona. E mesmo assim a saída do país da crise de 2008 foi investir em infraestrutura, em pontes, em estradas. Se já tem a ponte, reforma a ponte; reforma, porque ela vai cair daqui a dez anos. A nossa vai cair daqui a um ano, e não tem nada; não tem ninguém olhando por nada.

Então, venho à tribuna pedir. Vamos olhar pelo Estado que mais produz nesta Federação na área de agricultura, que é responsável por grande parte e será, segundo os levantamentos deste ano, responsável por 62% do saldo da balança comercial brasileira. Isso virá do Estado do Mato Grosso. Deem uma atenção, deem uma olhada para esse Estado porque ele será o exemplo para o Brasil para que ele não entre na crise que se avizinha ao nosso País, porque nós vivemos no mesmo mundo.

As questões ambientais que estão aí, o que acontece nos Estados Unidos afeta o Brasil, afeta a Argentina, e todo mundo nos cobra aqui no Brasil. E na economia não é diferente. A gripe nos Estados Unidos ou na Europa também chega ao Brasil; pode ser de

maior ou de menor intensidade, mas vai ocasionar a gripe igualmente.

Então, Senador Pedro Taques, agradeço a oportunidade de tê-lo como Presidente desta sessão porque tenho certeza de que as palavras que proferi aqui e que têm V. Ex^a e os outros colegas por testemunhas deverão ter algum eco na República do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Maggi, pelo lúcido pronunciamento.

Espero que sejamos ouvidos pela Presidente da República, mas algumas pessoas, por mais que tenham orelhas, não ouvem.

Parabéns pelo pronunciamento.

Falará, pela Liderança do PV, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques; Sr^ss e Srs. Senadores; os que me assistem pela TV Assembleia e os que nos ouvem pela Rádio Senado, o Brasil todo está acompanhando uma polêmica envolvendo os profissionais médicos de instituições federais que foram atingidos pela Medida Provisória nº 568, que já chegou ao Congresso Nacional e que traz prejuízos incontestes para a categoria.

Há uma mobilização nacional. Participei de mobilização no meu Estado, o Rio Grande do Norte, com os profissionais médicos e técnicos da Universidade Federal e de outras instituições federais. Há uma preocupação muito grande em função da chegada dessa Medida Provisória nº 568 ao Congresso.

Participei também de audiência pública, na quarta-feira passada, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, que contou com a presença maciça da categoria médica do Brasil. Estive em reuniões com o Relator, o Senador Eduardo Braga. Lá estavam presentes também o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Arlindo Chinaglia; lideranças médicas; instituições médicas; sindicatos; federação; associação; conselhos.

É uma preocupação muito grande. Qual é a polêmica dessa Medida Provisória? É exatamente por isso que estou aqui.

Atualmente, por força da Lei nº 9.436, de 1997, grande parte dos médicos do serviço público recebe remuneração equivalente a 40 horas para as demais categorias por jornada de 20 horas. Com a alteração, haverá redução da remuneração dos novos médicos. A situação dos atuais é garantida pela Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), como está descrito no art. 46, § 1º, da Medida Provisória. O art. 46, § 1º, diz o seguinte:

“Art. 46. (...)

§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, de proventos de aposentadoria ou de pensão em decorrência da aplicação das tabelas de que trata o caput, eventual diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza.”

Além disso, a diminuição do vencimento básico dos médicos de 20 horas, ainda que não reduza a remuneração total, em razão do disposto no art. 46, § 1º, da MPV, ocasionará um “congelamento” da remuneração dos médicos atualmente sujeitos ao referido regime, pois a VPNI absorverá qualquer aumento relativo à progressão na carreira e à promoção ordinária ou extraordinária e até mesmo relativa à reorganização ou reestruturação dos aludidos cargos, à concessão de reajustes ou vantagens de qualquer natureza.

Veja-se que “vantagens de qualquer natureza” é uma expressão bastante genérica, que pode abranger desde vantagens pessoais diversas até, por exemplo, gratificações ou adicionais por titulação.

Outra reclamação da categoria é que os futuros médicos de 20 horas estarão sujeitos ao novo vencimento básico, mas sem qualquer previsão quanto à VPNI, pois esta só se aplica a quem já é servidor, ativo ou não. Vale dizer que, para os futuros profissionais, ocorrerá uma diminuição do salário inicial da carreira, o que, não bastasse ser um ato de desprestígio para com a categoria, revela-se pernicioso no que diz respeito ao interesse público, uma vez que os salários dos médicos na rede pública, que já são muito baixos, serão reduzidos e exercerão ainda menor atração sobre os profissionais da área, desfalcando cada vez mais os quadros dos hospitais públicos, gerando, nos existentes, desmotivação, insatisfação e consequentes pedidos de exoneração e de licença, greves e protestos de toda natureza.

Embora compreendamos que a medida proposta pelo Governo Federal, no caso específico dos médicos, vise, em termos populares, “a pôr ordem na casa”, acreditamos que, se o Brasil tenciona, algum dia, tornar-se um país desenvolvido e se este Governo pretende ser a mola propulsora de tal desenvolvimento, há dois pilares das políticas sociais que não podem ser esquecidos: saúde e educação.

A nosso ver, reduzir os vencimentos básicos dos médicos da rede pública em um País em que deveria haver melhor distribuição dos médicos e profissionais mais qualificados e com melhor remuneração é, sob qualquer pretexto e circunstância, para dizer o mínimo, decisão desprovida de sensatez e de compromisso com o bem comum, reveladora de preocupante falta de visão, ou pior, de visão nefasta.

No que diz respeito à atuação parlamentar, só vislumbramos, para o caso, a possibilidade de emendas supressivas, pois a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. É nosso dever ainda lembrar a vedação à geração de despesas em emendas parlamentares.

Quanto aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, a Medida Provisória promove alteração na sistemática do seu cálculo. Atualmente, os referidos adicionais são pagos como percentual dos vencimentos básicos do servidor, na forma do art. 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, que, evidentemente, será revogada pela Medida Provisória, caso esta seja aprovada. Diz o art. 12 dessa Lei:

“Art. 12. Os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais:

I – cinco, dez e vinte por cento no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente.

II – dez por cento no de periculosidade.

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 4º O adicional de periculosidade percebido pelo exercício de atividades nucleares é mantido a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada e sujeita aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.”

Pela nova regra, Sr. Presidente, os adicionais serão pagos com valores nominais fixados nos incisos I a IV no art. 68 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, introduzida pela Medida Provisória. Ou seja, a

Medida Provisória muda a lei, que fica da seguinte forma – vou ler o que diz o art. 68 com a mudança dada Medida Provisória:

“Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres, perigosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional, conforme os valores abaixo:

I – grau de exposição mínimo de insalubridade: R\$100,00 [o valor é fixado em R\$100,00, mas, na verdade, deveriam ser 5% do vencimento básico].

II – grau de exposição média de insalubridade: R\$180,00 [deveriam ser 10% dos vencimentos básicos].

III – grau de exposição máxima de insalubridade: R\$260,00 [na verdade, deveriam ser 20% dos vencimentos básicos dos servidores].

IV – periculosidade: R\$180,00.”

Àqueles que já recebem valores maiores a esse título, tais valores serão mantidos artificialmente, mediante a complementação de uma VPNI. A regra só afeta os futuros servidores, bem como os atuais que porventura venham a fazer jus aos referidos adicionais e que receberão apenas e exatamente os novos valores.

Em nosso sentir, os valores adotados são muito baixos para compensar alguém em atividades insalubres ou perigosas.

Sr. Presidente, essa Medida Provisória, realmente, precisa ser rechaçada no Congresso Nacional. Como eu disse há pouco, há verdadeiramente redução de salário. A carreira de médico já é regulamentada pela lei do SUS, a Lei nº 8.080. Portanto, na hora em que se quer unificar técnico de nível superior com médicos, passa-se por cima dessa Lei, e isso não pode ocorrer.

Na verdade, o que vai acontecer? Para unificar os médicos com os técnicos de nível superior, o que o Governo propõe? Congelar os vencimentos básicos dos médicos e todo o reajuste, como li há pouco, à guisa de promoção, de reestruturação, de qualificação, do que for, o que será absorvido pela VPNI, ou seja, o que sobrar dos vencimentos básicos funcionará como gratificação, e os médicos só terão reajustes verdadeiros, reais, quando houver a equiparação real do salário dos médicos com o dos técnicos de nível superior.

O fato é que o Governo cria a carga horária de 20 horas para o médico, reduz pela metade o que o médico recebe hoje e ainda por cima mexe nas conquistas históricas da categoria e dos trabalhadores do Brasil, que são a insalubridade e a periculosidade, deixando

de ser percentual que incida sobre vencimentos básicos para ser um valor fixo.

O que vejo com isso? Vejo, primeiro, que essa Medida Provisória é passível de ações judiciais; segundo, que está investida de grande injustiça com a categoria médica; terceiro, que é uma medida que vai desestimular os profissionais médicos que trabalham no serviço público. Vai gerar pedidos de exoneração, licenças, afastamentos e greves. Vai ser mais um desestímulo para que o profissional médico trabalhe no serviço público.

Isso vai acontecer logo no Brasil, onde precisamos aprofundar a assistência médica no interior do País; onde há uma diferença abissal entre a qualidade do atendimento médico dos grandes centros e a das pequenas cidades; onde o trabalho médico é vilipendiado; onde o médico se submete a um local de trabalho insalubre.

Em vez de chegar a esta Casa, ao Congresso, uma medida provisória que tente corrigir essas distorções, que crie, por exemplo, uma carreira de estado para a saúde, que estabeleça um mínimo de condições para que o profissional médico exerça sua profissão, sua atividade, com segurança, em condições adequadas para responder aos anseios da sociedade, chega aqui uma medida que açoita mais ainda o profissional médico, que lhe usurpa direitos conquistados há muitos anos, que não estimula o médico nem incentiva ninguém a adentrar o serviço público. Muito ao contrário, é uma punição, é um castigo aos heróis, aos milhares de heróis que continuam no serviço público a despeito das condições desumanas de trabalho que não atendem, minimamente, à parte técnica da atividade. Mesmo assim, há um herói atendendo, cuidando da doença da legião de anônimos que procuram os serviços públicos de saúde.

Na semana passada, um programa da Rede Globo chamado Profissão Repórter mostrou um serviço de saúde no interior do Estado do Rio Grande do Norte, onde um profissional médico já havia atendido mais de 150 pacientes, e ainda existia uma fila de quase 200 pacientes. O repórter da TV, do programa, classificou aquele profissional como herói.

Infelizmente, esses atos de bravura, poder-se-ia dizer, não são enxergados ainda pelas autoridades sanitárias. Eu nem diria que não são enxergados pela Presidenta, pelo Ministro. Não! Isso é obra de técnicos, de tecnocratas, de assessores que jogam no papel seus pensamentos, mas que se esquecem de que o papel não sangra, o papel não chora, o papel não morre.

É muito fácil tomar medidas dentro de um gabinete, nos ares-condicionados dos gabinetes, debruçados sob calhamaços e calhamaços de orientações

econômicas ou de manuais de Economia, e em cima deles estabelecer medidas para economizar.

Eu gostaria de ver esses técnicos no *front*, atendendo ao enfartado que não pode ir para UTI por falta de vaga; atendendo à vítima de acidente de trânsito, à vítima de acidente de motocicleta que não pode ir para a UTI por falta de vaga; precisando operar um paciente, mas sem contar com equipamento cirúrgico; olhando a cara da morte; olhando a falta de brilho nos olhos daqueles condenados que aguardam, jogados à própria sorte, nos corredores dos hospitais. Aí eu gostaria de ver o espírito desses tecnocratas que têm a coragem de lançar uma medida dessas sem conhecer um terço da realidade que ultraja os profissionais de saúde no Brasil e que mata, desrespeitosamente, a população brasileira desassistida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Paulo Davim. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Convidado, como orador inscrito, o Senador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso, para proferir o seu discurso em vinte minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Blairo Maggi, Sr^{as}s e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo seu discurso anterior, com o qual concordo inteiramente. Mato Grosso está ajudando o Brasil, e o Brasil precisa ajudar o Estado de Mato Grosso. V. Ex^a bem sabe que Mato Grosso, hoje, produz mais do que 20 Estados da Federação juntos, e o Brasil precisa tomar conhecimento disso. Concordo inteiramente com V. Ex^a.

V. Ex^a afirmou que eu teria votado em V. Ex^a para o Governo do Estado de Mato Grosso. Quero recordar o Código Eleitoral que diz que aquele voto do eleitor é secreto e, se eu o manifestar, posso até ter o voto como nulo. Portanto, deixo aquele voto como secreto, como sigiloso.

Muito bem. Senhoras e senhores que nos ouvem pela Rádio Senado, que nos veem pela TV Senado, hoje, venho à tribuna para falar de um fato recorrente e preocupante, Sr. Presidente: a ajuda financeira do Banco Central a outras instituições financeiras brasilienses.

No atual contexto de instabilidade da economia internacional, aqui já levantado por V. Ex^a e pelo Senador José Agripino, a segurança do sistema bancário deve ser preocupação de primeira importância para qualquer governo nacional. O Brasil mostrou-se

capaz de resistir, até o momento, ao maremoto que assolou os sistemas financeiros da maioria dos países desenvolvidos, primeiro, nos Estados Unidos e Europa Ocidental, em 2008/2009, e, agora, ameaçando gravemente países inteiros do sul da Europa, como Espanha e Grécia. Esse maremoto que alguns já chamaram de marolinha ou coisa dessa qualidade.

Neste ambiente delicado, Sr. Presidente, somos surpreendidos com a notícia de uma intervenção do Banco Central do Brasil em uma instituição financeira, o Banco Cruzeiro do Sul, na forma do Regime de Administração Especial Temporária, em função de “descumprimento de normas aplicáveis ao sistema financeiro e da verificação de insubsistência em itens do ativo”. O que é isso? Explicaremos o que é isso na sequência.

A supervisão bancária necessitou chegar a medidas extremas para recuperar a situação de um banco, não por razões de instabilidade econômica ou de negócios, mas por graves fraudes na gestão da instituição – repito: graves fraudes na gestão da instituição –, pois “insubsistência em itens do ativo” nada mais é do que a prática de criação de ativos “fantasmas” para mascarar a insuficiência patrimonial ou de liquidez de um banco.

Trocando em miúdos, para que o cidadão bem simples possa entender: fraude bancária! O que a Lei 7.492, de 1986, a Lei do Colarinho Branco, estabelece como gestão fraudulenta. Isso é crime!

Não se trata de pouco: embora o tamanho desse bando seja pequeno em relação ao mercado e a suas contrapartes, o noticiário da imprensa dá conta de que o Fundo Garantidor de Crédito teria reservado até R\$4 bilhões para desembolso em favor do processo de saneamento do Banco Cruzeiro do Sul. Até R\$4 bilhões!

Fatos como este geram grande incerteza na economia, não pela intervenção em si – dado que o porte dessa instituição é muito pequeno em relação ao mercado –, mas pela inevitável pergunta: como é que essa prática não foi detectada antes, impedindo-se a exposição dos depositantes a um risco desse valor. Sr. Presidente? Como o Banco Central não constatou a realização dessas fraudes por anos a fio?! O Banco Central não constatou isso.

Que problemas na ação preventiva do supervisor bancário teriam permitido que este banco pudesse aprofundar fraudes nesse elevado montante, Sr. Presidente?

Se somarmos esse caso isolado com os recentes problemas do Banco Panamericano e do Banco Santos, todos ocorridos já sob as novas normas do Acordo de Basileia, dispondo o Banco Central de todos os meios de intervenção sobre o sistema financeiro, temos diante de nós a necessidade de compreender melhor o que

estaria ocorrendo na supervisão e nos mecanismos de auditoria, ressaltando-se, inclusive, que o parecer de auditoria independente das últimas demonstrações financeiras semestrais do mencionado banco foi emitido sem ressalvas, ignorando as chamadas “insubsistências de ativo” ora descobertas. Naquele momento da auditoria independente, isso não foi demonstrado e, agora, depois de a casa arrombada, é que nós vamos colocar tranca. Tratar-se-iam de casos isolados ou de algum sintoma de problemas regulatórios maiores, Srs. Senadores?

É preciso que o Congresso Nacional comprehenda o momento e assuma um papel proativo na avaliação da capacidade regulatória do organismo supervisor bancário brasileiro, antes que a resistência de nossa economia às já anunciadas turbulências internacionais – e aqui já reveladas por V. Ex^a – veja-se fragilizada em função de ilícitudes, de fraudes, que deveriam ser detectadas antes mesmo de ocorrerem.

Certamente, essa iniciativa não se resolve em meia dúzia de declarações ou conversas superficiais, exige um exame atento dos fatos que deram ensejo às irregularidades, acompanhando passo a passo a atuação da fiscalização a partir desse estudo de casos extremos.

Hoje, Sr. Presidente, apresentei requerimento à Mesa Diretora desta Casa, solicitando ao Ex^{mo}. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à decretação de administração especial temporária, pelo prazo de 180 dias, no Banco Cruzeiro do Sul:

1) Cópia integral dos processos administrativos que levaram à decretação do regime de administração especial temporária;

2) Cópia integral dos relatórios das ações de fiscalização ou supervisão, realizadas de 2010 até o presente momento, tendo por objetivo as instituições Banco Cruzeiro do Sul, Cruzeiro do Sul Holding Financeira S.A., Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias, Securitizadora de Créditos Financeiros;

3) Discriminação de cada parcela dos valores desembolsados ou reservados para desembolso pelo Fundo Garantidor de Crédito em benefício das instituições mencionadas e seus depositantes, indicando valor, beneficiário do desembolso, fundamento legal e razões técnicas para a sua realização.

Esse requerimento, Sr. Presidente, é a primeira etapa dessa avaliação e contempla cópias de todos os procedimentos que resultaram na decretação desse regime de administração, bem como da estimativa

detalhada do custo desse saneamento para o Fundo Garantidor de Créditos. A partir desses dados, Sr. Presidente, poder-se-ão lançar luzes sobre o funcionamento da supervisão e realizar os questionamentos pertinentes, com bases sólidas para as informações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um dia desses, assistindo a um desses programas da madrugada, vi uma festa maravilhosa numa ilha mais maravilhosa ainda, uma ilha baiana perto de Salvador. Nessa festa maravilhosa estava a ocorrer um campeonato de golfe ou de tênis e esse campeonato era bancado por essa instituição financeira. Ali estavam pessoas maravilhosas, show hollywoodiano de artistas internacionais. Essa é a função de uma instituição financeira, Sr. Presidente? Estamos aqui a tratar da socialização do prejuízo e capitalização do lucro. A sociedade brasileira não mais aguenta pagar a conta de alguns para que possam viver uma vida hollywoodiana.

Esta era a primeira parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

A segunda parte é, mais uma vez, pagar o compromisso que assumi com o eleitor na semana passada, com o cidadão da República Federativa do Brasil, para que nós possamos amanhã, Senador Romero Jucá, buscar a votação desta PEC para abertura do voto dos Senadores.

Amanhã, o Presidente Sarney, ao que consta, colocará a Proposta de Emenda à Constituição para que nós possamos aqui debater. Votação aberta já! O Senador e o Deputado devem ter responsabilidade de votar e o cidadão eleitor que aqui nos trouxe tem o direito constitucional de saber qual é a manifestação de cada um de nós a partir de sua votação.

Por isso, mais uma vez, cobro a necessidade de que esta proposta de emenda seja colocada em votação. Queremos crer que o Presidente Sarney já aceitou colocar em votação amanhã, para que nós possamos ao menos falar à sociedade que a República Federativa do Brasil, aqueles que são seus representantes, votam aberto, com responsabilidade, sem o temor, sem o receio de pressões.

E um último ponto da minha fala nesta tarde, Sr. Presidente, é que nós sabemos que, desde ontem, dia 10, já é possível a realização de convenções eleitorais para as eleições de 2012. Inicia-se o momento da traição, inicia-se o momento de Judas, inicia-se o momento de Silvério dos Reis, inicia-se o momento em que a facada nas costas começa. E nós temos que nos recordar do seguinte: a política e os políticos adoram a traição, mas abominam os traidores. Adoram a traição, mas abominam os traidores. A lealdade, a palavra empenhada, deve ser o único compromisso de um político. Porque o político não assina contratos, o político não

vai em cartório e passa uma escritura estabelecendo uma avença, um político dá palavra e, infelizmente, alguns não têm palavra na política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Pedro Taques e o cum-

primento pelo pronunciamento a respeito da questão das fiscalizações dos bancos. Acho que V. Ex^a tem toda razão de cobrar do Banco Central uma atenção especial sobre esses assuntos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 537, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à decretação, em 04/06/2012, de Regime de Administração Especial Temporária (RAET), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no Banco Cruzeiro do Sul S.A.:

I) cópia integral dos processos administrativos que levaram à decretação do Regime de Administração Especial Temporária (RAET), em especial os processos que resultaram na edição dos seguintes atos:

ATO	INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA
ATO-PRESI Nº 1.217, DE 04 DE JUNHO DE 2012	Banco Cruzeiro do Sul S.A. (CNPJ nº 62.136.254/0001-99)
ATO-PRESI Nº 1.218, DE 04 DE JUNHO DE 2012	Cruzeiro do Sul Holding Financeira S.A. (CNPJ nº 13.225.116/0001-70)
ATO-PRESI Nº 1.219, DE 04 DE JUNHO DE 2012	Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias (CNPJ nº 04.169.504/0001-90)
ATO-PRESI Nº 1.220, DE 04 DE JUNHO DE 2012	Cruzeiro do Sul S.A. DTVM (CNPJ nº 62.382.908/0001-64)
ATO-PRESI Nº 1.221, DE 04 DE JUNHO DE 2012	Cruzeiro do Sul S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (CNPJ nº 06.227.606/0001-40)

II) cópia integral dos relatórios das ações de fiscalização ou supervisão realizadas de 2010 até o presente momento tendo por objeto as instituições mencionadas no inciso I deste requerimento;

III) discriminação de cada parcela dos valores desembolsados ou reservados para desembolso pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) em benefício das instituições mencionadas no inciso I deste requerimento e seus depositantes , indicando valor, beneficiário do desembolso, fundamento legal e razões técnicas para sua a realização.

JUSTIFICAÇÃO

No atual contexto de instabilidade da economia internacional, a segurança do sistema bancário deve ser preocupação de primeira importância para qualquer governo nacional. O Brasil mostrou-se capaz de resistir, até agora, ao maremoto que assolou os sistemas

financeiros da maioria dos países desenvolvidos, primeiro nos Estados Unidos e Europa Ocidental em 2008-2009, e agora ameaçando gravemente países inteiros do Sul da Europa, como Espanha e Grécia.

Neste ambiente delicado, somos surpreendidos com a notícia de uma intervenção do Banco Central do Brasil em uma instituição financeira (Banco Cruzeiro do Sul), na forma do Regime de Administração Especial Temporária, em função de "descumprimento de normas aplicáveis ao sistema financeiro e da verificação de insubsistência em itens do ativo". A supervisão bancária necessitou chegar a medidas extremas para recuperar a situação de um banco não por razões de instabilidade econômica ou de negócios, mas por graves fraudes na gestão da instituição (pois "insubsistência em itens do ativo" nada mais é do que a prática de criação de ativos "fantasmas" para mascarar a insuficiência patrimonial ou de liquidez de um banco). Não se trata de pouco: embora o tamanho desse bando seja pequeno em relação ao mercado e a suas contrapartes, o noticiário da imprensa dá conta de que Fundo Garantidor de Crédito teria reservado até R\$ 4 bilhões de reais para desembolso em favor do processo de saneamento do Banco Cruzeiro do Sul.

Fatos como este geram tremenda incerteza na economia, não pela intervenção em si (dado que o porte dessa instituição é muito pequeno em relação ao mercado), mas pela inevitável pergunta: como é que essa prática não foi detectada antes, impedindo-se a exposição dos depositantes a um risco desse valor? Que problemas na ação preventiva do supervisor bancário teriam permitido que este banco pudesse aprofundar fraudes nesse elevado montante? Se somarmos este caso isolado com os recentes problemas no Banco Panamericano e no Banco Santos, todos ocorridos já sob as novas normas do Acordo de Basileia, dispondo o Banco Central de todos os meios de intervenção sobre o sistema financeiro, temos diante de nós a necessidade de compreender melhor o que estaria ocorrendo na supervisão e nos mecanismos de auditoria (ressaltando, inclusive, que o parecer de auditoria independente das últimas demonstrações financeiras semestrais do mencionado banco foi emitido sem ressalvas, ignorando as "insubsistências de ativo" ora descobertas). Tratar-se-ia de casos isolados ou de algum sintoma de problemas regulatórios maiores?

É preciso que o Congresso Nacional compreenda o momento assuma um papel proativo na avaliação da capacidade regulatória do organismo supervisor bancário brasileiro, antes que a resistência de nossa economia às já anunciadas turbulências internacionais veja-se fragilizada em função de ilícitudes que deveriam ser detectadas antes mesmo de ocorrerem.

Certamente, esta iniciativa não se resolve em meia dúzia de declarações ou conversas superficiais: exige um exame atento dos fatos que deram ensejo às irregularidades, acompanhando passo a passo a atuação da fiscalização a partir desse estudo de caso extremo. O presente requerimento é a primeira etapa desta avaliação, e contempla cópias de todos os procedimentos que resultaram na decretação do RAET, bem como da estimativa detalhada do custo desse saneamento para o Fundo Garantidor de Créditos. A partir desses dados, poder-se-á lançar luz sobre o funcionamento da supervisão e realizar os questionamentos pertinentes com bases sólidas de informação.

Sala das Sessões,

Senador **PEDRO TAQUES**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Convidado para usar da tribuna o Senador Romero Jucá, como Líder do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer dois registros que considero importantes.

O primeiro deles é para agradecer a indicação do Presidente José Sarney e do Governo brasileiro para eu ser um dos cinco membros do Senado que comporão a delegação brasileira no encontro da Rio+20, efetivamente, um encontro que pretende discutir a fundo o desenvolvimento sustentável e que, eu entendo, deve discutir com muita urgência fórmulas de desenvolvimento, principalmente para a região amazônica, para o nosso Estado de Roraima, para o Centro-Oeste, enfim, para os locais, as regiões, os Estados onde há uma reserva ambiental preponderante, mas há, também, a necessidade de se buscar o desenvolvimento, a geração de empregos, a atividade produtiva.

A discussão da Rio+20 tem permeado o debate no Estado de Roraima. Diversos segmentos, nas universidades, em setores sindicais, em associações de produtores, têm discutido fórmulas para que nós tenhamos, efetivamente, condição de preservar o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, de dar dignidade à população que mora, que reside, que vive nessas áreas, exatamente para se criarem as oportunidades que precisam ser criadas.

É importante registrar que a manutenção, que a preservação, que o cuidado com o meio ambiente é diretamente proporcional à condição de vida da população. Se nós tivermos uma população com condição de vida de se sustentar com dignidade, é claro que essa população vai preservar muito mais o meio ambiente.

Então, nós temos de, efetivamente, discutir, ampliar o debate, registrar os avanços do País nos últimos anos.

Eu participei da Eco-92, do encontro do Rio de Janeiro em 1992, e vou participar, agora, do encontro de 2012. Nesses 20 anos, todos nós, eu, pessoalmente, pudemos testemunhar os avanços do controle ambiental, do desenvolvimento sustentável, das noções de garantia da sustentabilidade, da condição de debate da sociedade. Tudo isso foi, de certa forma, ampliado, nesses 20 anos, de forma muito forte, sendo criada no País, inclusive, uma legislação moderna, uma legislação que, efetivamente, promove o trabalho de cuidar do meio ambiente.

A conferência é uma oportunidade de renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável também.

Nós temos de debater, como eu disse, profundamente, nesta semana, no Rio de Janeiro, e tirar lições, criar propostas no sentido de avançar e de dar condições para que, efetivamente, os países desenvolvidos possam também contribuir e participar desses acordos internacionais.

O outro registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é relativo ao Ministério da Educação. Quero aplaudir a decisão de criar mais vagas no curso de Medicina, em 2014. Isso é fundamentalmente importante para as regiões mais carentes do País, as regiões que não têm quantidade suficiente de médicos para atender as populações. Portanto, como representante da região Norte, como representante de Roraima, quero não só aplaudir a proposta do Ministério da Educação de criar os cursos de Medicina, mas também de registrar a necessidade de se implantar mais um curso de Medicina em Roraima, exatamente para que tenhamos condição de dotar o interior do Estado de médicos, de profissionais da saúde, a fim de atender a população.

Já é decisão do Governo que a maioria dos postos será criada em universidades federais e que o Governo vai beneficiar as regiões mais carentes de médicos. Portanto, Senador Blairo Maggi, as nossas regiões, Senador Russo, o Centro-Oeste e a região Norte, que efetivamente demandam mais médicos, precisam ser olhadas com prioridade na instalação desses cursos de Medicina.

Eram os registros que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Peço a transcrição da matéria: MEC vai criar 2.500 vagas em cursos de Medicina até 2014 e Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.)

Rio + 20, Romero Jucá integra delegação do Brasil

Brasília – O presidente do Senado, José Sarney indicou esta semana os cinco representantes do senado federal que participarão da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Farão parte da delegação do Brasil, os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Romero Jucá (PMDB/RR), Cícero Lucena (PSDB/PB), Roberto Requião (PMDB/PR) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF).

A Rio+20 será realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 junho de 2012 e, contará com representantes dos 193 Estados-membros da ONU e com milhares de participantes dos mais variados setores da sociedade civil.

“É com muito orgulho que irei representar a população de Roraima e do Brasil neste importante encontro. Sempre defendi o desenvolvimento sustentável de nossa economia, garantindo que os agricultores possam produzir e ao mesmo tempo conservar nossas riquezas naturais”, disse Romero Jucá.

Objetivo da Conferência

O objetivo da Conferência é assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes.

Temas da Conferência

Os dois temas em foco na Conferência serão: (a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e (b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Fátima Rocha

6-6-2012

MEC vai criar 2.500 vagas em cursos de medicina até 2014

Maioria dos postos será em universidades federais; governo quer beneficiar regiões mais carentes de médicos

Ampliação, criticada pelo conselho federal de médicos, começa neste ano e representa um aumento de 15%

Fábio Takahashi

De São Paulo

O Ministério da Educação anunciou ontem a criação de cerca de 2.500 vagas nos processos seletivos para medicina, o que representa um aumento de 15% na área.

Cerca de 2.000 novos postos serão oferecidos em universidades federais e outros 500 em particulares.

A ampliação começará no segundo semestre e se estenderá até 2014. Ainda não foram divulgadas quais escolas participarão do processo.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, diz que todas as regiões terão novas vagas, mas a prioridade serão áreas carentes, principalmente do Norte e Nordeste.

Desde a gestão Lula a abertura de postos em cursos de medicina tem sido freada. O CFM (Conselho Federal de Medicina) diz que já há profissionais demais no país.

Agora, o governo Dilma afirma que os dados mostram ser necessário aumentar o número de médicos formados.

No caso das federais, haverá investimento direto da União. Já para as particulares haverá liberação de pedidos de abertura de postos que estavam parados no governo.

NÚMERO DE MÉDICOS

Em apresentação ontem no Instituto Inspire, em São Paulo, Mercadante disse que há 1,8 médico para cada mil habitantes no Brasil, número abaixo dos EUA (2,4), Reino Unido (2,7) e Uruguai (3,7).

A expansão prevê ampliação de cursos (desde que não ultrapasse 12% de crescimento) e abertura de escolas.

A medida foi criticada pelo vice-presidente do CFM, Carlos Vital. Para ele, o país já é um dos recordistas em número de escolas médicas.

“Em qualquer área, se há mais mão de obra do que procura, há aviltamento das condições de trabalho, o que seria um risco à população.”

Ele diz que o governo deveria se concentrar em qualificar as escolas já existentes.

O ministro rebateu a crítica dizendo que só haverá expansão em faculdades de qualidade e onde haja estrutura para residência médica.

Federal do ABC também deve aderir à greve

terça-feira, 5 de junho de 2012

De São Paulo

Professores da UFABC (federal do ABC) prometem entrar em greve hoje.

A greve começou no dia 17 em outras instituições. Segundo Andes (sindicato docente), na sexta-feira passada havia paralisação em 46 universidades, ainda que parcial (balanço que ainda não contava a UFABC). A rede tem 59 instituições.

Os grevistas exigem melhorias nos planos de carreira. Dizem que o processo está parado desde 2011.

“O movimento me pareceu precipitado”, disse ontem o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Segundo ele, as negociações poderiam se estender até agosto e o novo plano de carreira entraria em vigor em 2013.

Ontem, os professores da Unifesp (federal de São Paulo) decidiram manter a paralisação.

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Conferência é oportunidade de renovar compromisso com desenvolvimento sustentável

Conceito se baseia nos pilares social, econômico e ambiental

A Conferência Rio+20 é um dos eventos de política internacional mais cruciais dos próximos anos, pois significa a renovação do compromisso com o de-

senvolvimento sustentável pelos próximos vinte anos, por meio da avaliação das ações já realizadas e da discussão de desafios para estabelecer a economia verde e para a erradicação da pobreza. Na Rio+20, assim como ocorreu na Rio-92, espera-se pensar o futuro. O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi apresentado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, como uma meta de suprir as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem as suas. Ele foi concebido na interação entre três pilares: o social, o econômico e o ambiental.

O grande desafio está sintetizado em um dos temas da Rio+20: “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. O Brasil propõe-se a facilitar as discussões, uma vez que o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento que seja ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente viável encontra-se em estágio inicial. Os líderes mundiais reunidos no Rio deverão tratar também da estrutura institucional para atingir os objetivos, o que levará à necessidade de fortalecimento do multilateralismo como instrumento legítimo para solução dos problemas globais.

Rio 92 - Em 1992, a Conferência foi o maior evento realizado no âmbito das Nações Unidas até então. Delegados de 172 países e 108 chefes de Estado, além de 10 mil jornalistas e representantes de 1,4 mil ONGs estiveram no Riocentro. Enquanto isso, membros de 7 mil ONGs e cidadãos brasileiros ou não reuniram-se no Fórum Global, no Aterro do Flamengo.

Na Rio-92, estabeleceu-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Dois anos depois, foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação. Além de princípios para promover a cooperação entre países, a Declaração do Rio consolidou a ideia de desenvolvimento sustentável e suas interfaces com temas como a participação de minorias e a promoção da paz. O princípio número 1 do documento diz: “Os seres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a Natureza.”

Protagonismo – Além de sediar as conferências mundiais, o Brasil se apresenta como referência em desenvolvimento sustentável. O País, por exemplo, detém 75% de todas as áreas protegidas criadas no mundo desde 2003. Os 2,6 milhões de quilômetros quadrados são uma área maior, por exemplo, do que a do território mexicano. Essas reservas são centrais

na estratégia nacional para reduzir o desmatamento e proteger os

recursos naturais. Além disso, a legislação brasileira estabelece a obrigação de preservar, pelo menos, 20% da área de todos os imóveis rurais, chegando a 80% para aqueles situados na Amazônia.

Pilar ambiental na lei brasileira

Durante as últimas décadas, o Brasil construiu sólido quadro regulatório e institucional para promover a sustentabilidade. O fortalecimento da governança ambiental no Brasil permitiu conquistas importantes na estratégia brasileira de desenvolvimento, como a redução do desmatamento, a expansão de áreas protegidas e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Por conta dessa estratégia integrada, o desmatamento da floresta amazônica está sendo reduzido desde 2004, atingindo 6.238 km² em 2011. O governo investiu em tecnologia no monitoramento, fiscalização, e também em iniciativas de auto-regulação para que os moradores da região consigam ter renda com a floresta em pé.

Clima - Em 2009, o Brasil assumiu o compromisso internacional voluntário de reduzir de 36,1% a 38,9% das emissões de gases de efeito estufa previstas em 2020, o que significa redução de cerca de 1,2 gigatonelada de CO₂ equivalente. Se nada fosse feito, o Brasil chegaria a 2020 com a emissão de 3,2 Gt e a meta é ficar em 2 Gt. Para cumprir esse compromisso, planos setoriais de mitigação estão sendo implementados para a agricultura, redução do desmatamento, setor energético, indústria, transporte e mineração.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador.

V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Gostaria de dizer que, nessa questão da Medicina, na semana passada, foi anunciada, para o Estado do Mato Grosso, a criação de novas vagas.

Desejo que o senhor tenha sorte em seu pleito.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Russo, pelo PR do Mato Grosso do Sul.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, mais uma vez, para falar sobre o desenvolvimento da infraestrutura em nosso País. Já ouvi os senhores e concordei plenamente com o que disseram sobre a malha ferroviária.

Estados Unidos, França, Inglaterra, China e Índia são exemplos de alguns países que bem sabem explorar um dos mais eficientes e baratos meios de transportes do mundo: o ferroviário.

É lamentável reconhecer que o Brasil segue bastante atrasado na utilização dos trens para transportes de cargas e de passageiros.

Nossa primeira ferrovia foi construída em 1854, ligando Porto de Mauá a Fragoso, no Rio de Janeiro. Hoje, mais de um século e meio depois, temos apenas 29 mil quilômetros de ferrovias no País, dos quais somente 11 mil são explorados. O restante está desativado ou subutilizado.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, ressaltar a minha crença de que podemos expandir o nosso desenvolvimento investindo na ampliação da malha ferroviária nacional.

Os Estados Unidos construíram a sua primeira ferrovia em 1830. Hoje, eles dispõem de mais de 226 mil quilômetros de estrada de ferro, o que lhes dá o título de país com a mais extensa rede ferroviária do mundo.

A Índia – país emergente como nós – tem mais de 63 mil quilômetros de ferrovias que interligam todo o país e transportam cinco bilhões de passageiros e 350 milhões de toneladas de carga por ano.

Apesar de já termos tido 37 mil quilômetros de ferrovias no início da década de 50, a construção de rodovias pelo País, a partir do governo de Juscelino **Kubitschek**, eclipsou o arcaico sistema ferroviário nacional e mostrou as suas muitas deficiências.

A privatização de nossas estradas de ferro começou em 1996. Esse processo praticamente acabou com o transporte ferroviário de passageiros no País – que seria definitivamente encerrado com o fim do Trem de Prata, entre Rio e São Paulo – e culminou com a extinção oficial da Rede Ferroviária Federal, em 2007. Vale ressaltar que, entre 1998 e 2003, foram construídos apenas 215 quilômetros de ferrovias em bitola larga no Brasil.

Somente no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é que os investimentos ferroviários começaram a acontecer novamente. Entre 2003 e 2010, foram construídos 504 quilômetros de estradas de ferro em bitola larga, e estavam em obras, no fim do seu governo, mais 1.908 quilômetros, feitos com investimentos públicos e privados.

É muito positivo que esses investimentos estejam sendo ampliados no Governo atual, da Presidente Dilma Rousseff. O PAC 2 prevê recursos de R\$46 bilhões até 2014 para a construção de ferrovias. Com isso começa a ser construída uma matriz ferroviária no País que pretende elevar dos 25% atuais para 32%, em 2020, a participação desse modal no transporte nacional de cargas. Nesse ano, projeta-se que tenhamos 40 mil quilômetros de estradas de ferro. Fazem parte dessa matriz as três maiores obras ferroviárias

do mundo na atualidade: a ferrovia Norte-Sul, a Oeste-Leste e a nova Transnordestina.

Mas, Sr. Presidente, venho defender, aqui desta tribuna, a construção de dois trechos de ferrovias fundamentais para a região Centro-Oeste e para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Refiro-me a traçados da ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia do Pantanal.

O governo estadual e nós, Parlamentares sul-mato-grossenses, defendemos e pleiteamos que a construção do segmento da ferrovia Norte-Sul compreendido entre Estrela do Oeste e Panorama seja todo desenvolvido em território do nosso Estado, passando pelos Municípios de Aparecida do Taboado, Selvíria e Três Lagoas, chegando a Brasilândia. Defendemos que esse traçado demonstra a melhor viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Reforço aqui, Sr. Presidente, os argumentos de nosso Governador, André Puccinelli, de que a região que engloba esse trecho da ferrovia Norte-Sul é um grande polo produtor brasileiro que precisa de infraestrutura adequada. Vemos no traçado que passa pelos Municípios sul-mato-grossenses uma oportunidade ímpar de impulsionar o desenvolvimento econômico e social e de promover ainda mais a interiorização do Brasil, elevando o índice de desenvolvimento urbano.

Nessas cidades estão instaladas as grandes fábricas de celulose – papel, de fertilizantes da Petrobras e de desenvolvimento de polo siderúrgico. Além disso a região concentra indústrias de processamento de grãos, açúcar e álcool, madeira de um modo geral e de outros produtos de exportação. Ou seja, quando construída no eixo da ferrovia Norte-Sul já haverá um montante de mais de dez milhões de toneladas a serem transportadas por ano. A viabilidade da ferrovia Norte-Sul se dará notadamente com a contribuição de Mato Grosso do Sul.

Importante para o nosso Estado é também a Ferrovia do Pantanal, que se conectará ao traçado da ferrovia Norte-Sul, na região de Brasilândia. Estudo de viabilidade econômica e ambiental da Ferrovia do Pantanal indica que a melhor opção é a passagem pelos Municípios de Maracaju, Dourados, Nova Andradina, Bataguassu e Brasilândia, na fronteira com o Estado de São Paulo, nas proximidades de Panorama. A Ferrovia do Pantanal vai atravessar o Mato Grosso do Sul de oeste a leste e será fundamental para o escoamento da produção dessa região do Estado. Além de ligar essas cidades à hidrovia do Paraguai, que dá acesso aos países do Mercosul, a Ferrovia do Pantanal permitirá o acesso aos portos da costa brasileira, por meio da ferrovia Norte-Sul.

Outra obra ferroviária de suma importância para o nosso Mato Grosso do Sul e para o Brasil é a Ferro-

este, ligando Dourados a Cascavel, no Paraná, onde ela se articulará com o trecho ferroviário já existente, de Cascavel ao Porto de Paranaguá. A Ferroeste, com cerca de 350 quilômetros dentro de Mato Grosso do Sul, também se interligará a hidrovia Tietê-Paraná, em Guaíra, no Paraná.

Penso que seja desnecessário mencionar a importância desse sistema ferroviário que interligará as regiões produtoras de Mato Grosso do Sul de leste a oeste.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a...

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Além de permitir o escoamento da produção de algumas das mais ricas regiões produtoras de Mato Grosso do Sul, eles interligarão duas das mais importantes hidrovias do País e, além disso, conectarão as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre si e ao norte do Brasil, permitindo o transporte de nossas riquezas dentro do País e facilitando a exportação e a importação.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Antonio Russo, na hora em que o senhor...?

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Perfeitamente. É um prazer.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado. V. Ex^a aborda, nesta tarde, da tribuna do Senado Federal, uma questão muito importante, muito relevante para o nosso País. Eu já venho falando, há algum tempo... Está, neste momento, na Presidência do Senado Federal, o Senador Blairo Maggi, ex-Governador do Estado de Mato Grosso por dois mandatos, empreendedor, homem de visão, assim como V. Ex^a. Essa questão das ferrovias eu acho que é imperativa para o desenvolvimento do Brasil. Os outros países todos na posição do Brasil, alguns até em posição bem inferior à do Brasil, têm as suas malhas ferroviárias bastante evoluídas. Da mesma forma as duplicações de rodovias. O Brasil tem 65 mil quilômetros de rodovias federais e apenas cinco mil duplicadas. É uma vergonha! Eu já falei muito da tribuna do Senado, nas comissões, já falei com a Presidente da República, no início deste mandato, já havia falado antes, no Governo Lula, que o Brasil precisa ousar um pouco mais nessa área de duplicação de rodovias e na construção de ferrovias. São modais de transporte muito importantes para o Brasil que se interligam, como V. Ex^a está colocando no seu pronunciamento, as hidrovias, as ferrovias, as rodovias. Um país de dimensões continentais como o Brasil não pode sobreviver com esta nossa malha de transportes seja ela rodoviária, ferroviária e até hidroviária. Precisamos avançar muito para termos um modelo eficiente de modo a termos mais ganhos, mais competitividade. V. Ex^a aborda essa questão, e eu queria inserir, se V. Ex^a me permite, no seu pronunciamento desta tarde, a nossa ferrovia Transcontinental. Transcontinental

a longo prazo. Fui Relator do Plano Ferroviário Nacional aqui no Senado Federal. O Deputado Jaime Martins, de Minas Gerais, foi Relator na Câmara e eu fui Relator aqui no Senado. Foi sancionada na íntegra pelo Presidente Lula. Então, toda a malha ferroviária nacional projetada hoje passou pela nossa relatoria. E eu pude inserir essa ferrovia que considero de suma importância para o desenvolvimento do País, todas são importantes, mas essa que liga o Norte, liga Rondônia, o Acre, o Mato Grosso está parada e tem que chegar então a Lucas do Rio Verde; de Lucas do Rio Verde tem que chegar a Vilhena, que já está no PAC, divisa de Rondônia com Mato Grosso; depois estou pedindo e estamos trabalhando já no pré-estudo já com viabilidade positiva para chegar até Porto Velho. Não que ela vá talvez de Vilhena a Porto Velho, mas que venha de Porto Velho para Vilhena porque de nada adianta construir trechos de ferrovia que levam de nada a lugar nenhum. Então é importante que as ferrovias saiam do porto, que elas saiam de onde vai ser escoada a produção, que elas saiam do porto de Porto Velho, venham no sentido Mato Grosso passando por Ariquemes, Ji-Paraná, chegando a outra cidade de Rondônia, margeando a BR- 374 e chegando na divisa do Mato Grosso com Rondônia, na cidade de Vilhena e depois estendendo até a região da soja, onde o Senador Blairo planta e compra soja, onde há vasta produção de soja. Então, essa ferrovia já demonstrou, em seus pré-estudos, a viabilidade econômica. Agora vai ser feito o estudo de viabilidade e o projeto executivo para talvez daqui a dois anos se abrir a licitação. Outra coisa, se me permite V. Ex^a, é que nossos projetos demoram muito. O mal deste País hoje são projetos. Há projetos que demandam três, quatro, cinco anos. Não dá! É muito tempo. Tem que haver maior celeridade. O Dnit, o Ministério dos Transportes, a Valec têm que ter equipes; se não tiverem, que contratem empresas especializadas, mas que os projetos saiam mais rapidamente para ganharmos tempo. Nós estamos demorando aí três, quatro anos para fazer um projeto de uma ponte em Rondônia, de uma ponte, da divisa de Rondônia com o Acre, o único o rio que não tem ponte na rodovia chamada Rodovia do Pacífico. Tem outra ponte binacional cujo projeto já faz cerca de três anos que estamos trabalhando nele; o Lula prometeu, a Dilma reafirmou o compromisso, mas o projeto ainda não sai. Então o projeto, hoje, está demorando muito. Portanto parabenizo V. Ex^a pelo apelo que está fazendo nessa questão da malha ferroviária brasileira. Precisamos avançar se o Brasil quiser ser um país competitivo; somos a sexta economia do mundo, mas estamos patinando. Eu tenho falado que a infraestrutura deste País está travada, e sei que a Presidente está se empenhando, juntamente com os seus ministros das áreas da infraestrutura, para destravar a infraestrutura brasileira. E precisa urgentemente destravar

sob pena de a nossa economia padecer e patinar como está patinando hoje. Parabéns a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Senador Valdir.

V. Ex^a é muito feliz quando fala em infraestrutura, e eu tenho visto diversas vezes as suas reivindicações, como vimos ainda hoje nosso Presidente Blairo Maggi falar sobre as nuvens que aí estão e que virão. Nós estamos resolvendo problemas, Presidente, de curíssimo prazo e podemos alertar o Governo – esta é a Casa em que nós o alertamos – para a infraestrutura, para a pavimentação. Enquanto nós não tivermos uma dedicação da Presidente na execução desses projetos – só recorrer e acudir determinados setores, sempre aqueles setores que já estão se exaurindo –, nós poderemos ter problemas sérios a longo prazo.

Não é por outra razão que o Governador André Puccinelli tem lutado incansavelmente, desde seu primeiro mandato, pela construção dessas importantes ferrovias. Seja em audiências com ministros de Estado ou com os Presidentes Lula e Dilma Rousseff, seja por meio de reiterados ofícios e exposições de motivos, tem trabalhado, com o nosso permanente apoio, para que essas obras ganhem prioridade no âmbito do Governo Federal.

No final de março eu, o Senador Moka e a maior parte dos Deputados Federais de Mato Grosso do Sul acompanhamos o Governador Puccinelli e o Secretário estadual de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Carlito, em mais uma audiência. Desta vez com o Presidente da Valec, José Castello. Ele e os técnicos da Valec expuseram as alternativas de traçado da ferrovia Norte-Sul, contemplando uma delas a nossa proposta. Saímos satisfeitos com a garantia do Dr. Castello Branco de que os estudos serão encaminhados considerando o grande potencial e a contribuição efetiva de carga de Mato Grosso do Sul.

Nossa reivindicação vai bem além de cálculos matemáticos. Estamos falando de um grande potencial de crescimento da melhoria da qualidade de vida do brasileiro, que será direta e indiretamente afetada pela escolha feita aqui em Brasília do traçado da ferrovia.

O Mato Grosso do Sul tem atraído diversos empreendimentos, como as fábricas de fertilizantes e de celulose. Além disso, produzimos dez milhões de toneladas de grãos e mais de um bilhão de litros de etanol. Essa produção não pode ser escoada de caminhão. O que queremos é a garantia de infraestrutura logística adequada para impulsionar o crescimento do nosso Estado no Centro-Oeste do Brasil.

Há muito o que fazer em matéria de transporte ferroviário no País, mas é inegável a importância estratégica que essas ferrovias terão para o País. É por isso que quero lançar aqui o meu apelo ao Sr. Ministro

Paulo Passos, dos Transportes, e à própria Presidente Dilma Rousseff, para que vejam, com olhos de estadistas, esses projetos. Peço à União que se empenhe na construção dessas ferrovias como prioridade deste Governo. Mato Grosso do Sul e o Brasil agradecerão e terão muito a ganhar com elas.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Eu concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol, que terá...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, não. Desculpe. É o Senador Valdir Raupp. O senhor está inscrito. É que eu me confundi, porque você fez um aparte que parecia um discurso há pouco, não é? Então, desculpe.

E antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu peço à Taquigrafia que faça uma correção no discurso que eu proferi anteriormente. Onde eu falei 3,2 bilhões, acrescente o ano de 1986, que foi o ano da renegociação. E na data de 2003, no lugar desses três bilhões, por favor, vocês coloquem R\$6 bilhões. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB nacional.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente Blairo Maggi. Quando eu olhei o painel e vi que o Senador Antonio Russo tinha muito tempo, porque vinte minutos é muito tempo, eu fiz um aparte longo. E como tem poucos oradores também para concluir a sessão, fiz esse aparte longo, por ser um tema interessante: ferrovias, hidrovias, rodovias no nosso País.

Mas subo à tribuna, Sr. Presidente, para falar sobre transposição. E, quando falamos em transposição, muitos pensam que é a transposição do rio São Francisco, a transposição de algum rio importante do Brasil. Mas não é; é a transposição de servidores. Servidores sofridos, servidores que foram para Rondônia num chamamento para construir um Estado, para integrar o Estado de Rondônia ao País, para não entregar. Esse era o lema do governo militar da época, que levou milhares e milhares de profissionais liberais, de trabalhadores de todas as partes do Brasil. Do Nordeste ao Rio Grande do Sul, de todas as partes do Brasil tem gente lá em Rondônia. Foram por causa de um sonho, e esse sonho era servir o País, servir Rondônia.

Sempre falo que Roraima e outros Estados mais jovens conseguiram esse benefício na Constituinte de 1988. Um benefício justo, que foi a transposição dos

servidores dos ex-Territórios de Roraima e Amapá para a União. Rondônia, por um lapso naquele momento, ficou de fora. Isso já faz 23 anos.

Depois, a Senadora Fátima Cleide, que esteve em conversa com as lideranças do governo na época do Governo Lula, entrou com uma PEC aqui no Senado. Eu, o Senador Amir Lando e outros Senadores assinamos também essa PEC de transposição dos servidores de Rondônia para os quadros da União. De lá para cá, isso tem virou uma verdadeira novela, com muitos capítulos. Nunca vi uma novela durar tanto tempo como essa!

E quero dizer da minha indignação: respeito a posição do Governo, em alguns aspectos, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento. Mas estive algumas vezes em todos esses lugares – tanto eu quanto a Deputada Marinha, que é coordenadora da bancada; o Senador Cassol, que está aqui no plenário; o Senador Acir; os Senadores que já saíram e que não estão mais aqui;; os Deputados que já saíram e que estão aqui ainda –, todos nós já estivemos, por algumas vezes, afundando caminho – Casa Civil, Ministério da Fazenda, do Planejamento, Advocacia-Geral da União e por aí vai, em todos os órgãos afins para resolver esse problema.

E já falei aqui que, se não tivesse acontecido a morte súbita do Dr. Duvanier, Secretário Nacional de Recursos Humanos, talvez o desfecho teria sido diferente, porque ele estava inteirado de tudo, ele sabia o que era possível ou não, poderia até orientar as lideranças maiores do Governo. A Presidenta Dilma esteve em Rondônia junto com ele, assumiu compromisso, assinou decreto de regulamentação. Enfim, creio que se o Dr. Duvanier não tivesse nos deixado o desfecho teria já acontecido e seria muito diferente. Fato é que há resistência de setores do Governo em conceder esse benefício justo aos mais de 20 mil servidores de que já falei e que desbravaram Rondônia.

Alertei, na semana passada, que estavam vindo em caravana – e já não é a primeira vez – novamente para Brasília mais de vinte ônibus. Em torno de 900 servidores estão em Brasília para protestar. Sei que 900 ou 1.000 servidores não fazem muita pressão no Governo Federal, que trabalha com milhões de servidores em todo o Brasil, mas é uma forma que encontraram. Assim como vieram ao Congresso, à Câmara e ao Senado na época da aprovação desta PEC, estão vindo agora para protestar e reivindicar seus direitos. E temos que dar apoio. Dei apoio a todas as manifestações até agora e continuo dando apoio; só não posso apoiar uma das manifestações que estão querendo fazer, se por acaso não resolverem com essa manifestação que estão fazendo em Brasília, que é o fechamento das entradas das usinas do rio Madeira. São dois empreendimentos gigantescos de Brasil, de País, embora em Rondônia, com mais de 30mil trabalhadores.

Apoiarei todo e qualquer tipo de protesto e manifestação, menos esse. E falei para eles, reunidos em dezoito sindicatos em Rondônia, há duas semanas, que, por ser uma autoridade federal, do Senado Federal, não poderia dar esse tipo de apoio, mas estou apoiando integralmente essa manifestação composta de mais de vinte ônibus que vieram de Rondônia para Brasília. Hoje me falaram que 28 sindicatos, Senador Cassol, estão aqui representando com esses quase mil servidores os servidores de Rondônia.

Quero mais uma vez fazer um apelo. Conversei e agradeço, porque tem sido muito atencioso o Ministro Luís Adams, Advogado-Geral da União, assim como o Dr. Fernando Albuquerque, Advogado-Geral Adjunto. Ambos têm sido muito atenciosos conosco, inclusive nos recebendo diversas vezes.

Desci no aeroporto às 17h e liguei para o Ministro Luís Adams, que me atendeu ao telefone. Marcou uma audiência para amanhã, às 15h, para levar toda a bancada. A Deputada Marinha veio pedir-me, pela manhã, quando eu ainda estava em Porto Velho, para marcar essa audiência. Chegando aqui, liguei, e S. Ex^a imediatamente nos atendeu. Ficou para amanhã, às 15h, uma reunião com os 11 Parlamentares de Rondônia – três Senadores, oito Deputados Federais e uma representação de três ou quatro pessoas dos sindicatos, se não vai muita gente. Não dá para levar 40, 50 pessoas, para uma sala de audiência, mas poderemos levar toda a bancada e uns três ou quatro representantes de sindicatos. A Deputada Marinha, juntamente com eles, deve tirar essa representação até amanhã.

Soube também que houve um apelo, uma diretriz da Presidente da República para que esses órgãos se reunissem hoje. Parece-me que já se reuniram hoje à tarde para resolver essa questão. Houve uma determinação do Palácio do Planalto para que o Ministério do Planejamento, da Fazenda, a Advocacia-Geral da União e a Casa Civil se sentassem para resolver o problema. Afinal de contas, a Presidente esteve em Rondônia no ano passado – vai fazer um ano agora no mês de julho –, onde assinou, em meio a mais de dez mil servidores e todas as autoridades do Estado e federais, um decreto de regulamentação. Falta apenas o parecer da AGU e a instrução normativa do Ministério do Planejamento.

Então, não dá mais, como tenho falado, para aguentar essa situação. É uma humilhação, uma desmoralização. Ninguém acredita mais, já está virando chacota essa questão lá no meu Estado. Não queremos mais que isso continue dessa forma, sob pena de os manifestos – como aqui já falei – ficarem cada vez mais pesados, mais fortes. Então, não é bom que isso continue do jeito que está. Acho que é importante que essa questão seja resolvida o mais rapidamente possível, afinal de contas é

muito pouco para um País que tem trilhões de orçamento, que tem US\$400 bilhões em reservas, que é a sexta economia do mundo. Não pode ficar esticando a corda por anos e anos a fio com uma questão tão pequena quanto essa transposição de apenas vinte mil servidores do Estado para os quadros da União. A grande maioria desses servidores já está prestes a se aposentar. Muitos já se aposentaram, outros estão prestes a se aposentar. Logo os seus pagamentos irão para outros cofres que não mais os da União. Vão para a Previdência etc. Então, acho que é importante que se resolva essa questão o mais rapidamente possível.

Fica aqui esse apelo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, e o nosso compromisso de continuar lutando não só por essa causa da transposição, mas por todos os projetos do interesse do Estado de Rondônia e da nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra, agora, de verdade, ao Senador Ivo Cassol.

Quase criei um conflito estadual. Peço desculpas ao Senador Valdir Raupp.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero aqui cumprimentar este grande parceiro do povo do Mato Grosso, este grande Governador que foi do Mato Grosso, o Governador Blairo Maggi, um dos maiores produtores de alimentos do mundo e do nosso Brasil. E, neste momento de pujança que o Brasil vive, da produção agrícola, produção agropecuária, da agricultura, é com alegria que quero aqui mandar meu abraço a todos os amigos e às amigas dos quatro cantos do meu Estado de Rondônia.

E quero também, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, deixar o meu abraço, cumprimentar os amigos que me assistem, que me acompanham e que me ouvem lá no Estado do Rio Grande do Sul, Estado do Senador Paim, da Senadora Ana Amélia, que há poucos dias fez uma visita de trabalho pela Comissão de Agricultura ao nosso Estado de Rondônia, quando me visitou.

Mando um abraço especialmente a todos aqueles que me acompanham nos demais Estados desta Federação brasileira, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, o Nordeste, a todos os rincões brasileiros.

O Estado de Rondônia serviu de modelo da reforma agrária, Senador Raupp, e esse modelo serviu para que o Governo Federal, na época da ditadura militar, implantasse um dos projetos mais audaciosos de reforma agrária.

Temos mais de 17 mil pequenas propriedades e Rondônia era, na verdade, um território federal. Eu, jun-

tamente com a minha família, ao completar 18 anos de idade, deixei de fazer um curso de nível superior que queria fazer – e eu fazia em Santa Maria, no Rio Grande do Sul o curso de Medicina – para acompanhar meus pais a Rondônia, na busca desse novo eldorado brasileiro.

Nesses trinta e poucos anos de atividade particular, e já praticamente com mais de 16 anos na vida pública, acompanhei passo a passo o desenvolvimento e o progresso do meu Estado, e sempre lutei pelas realizações e compromissos que os homens públicos têm que ter com o nosso povo. Para quem não me conhece, eu sempre dizia para o meu pai, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, para o meu irmão César Cassol, que foi Prefeito de Santa Luzia e, hoje, é um pré-candidato a Prefeito da Cidade de Rolim de Moura, onde já fui Prefeito, eu não gostava de política, Senador Paim. Eu dizia para todo mundo que eu era o único lúcido da família. De tanto cobrar dos homens públicos estrada, saúde, educação e não ver resultado foi que entrei para a vida pública para descobrir se eu, Ivo Cassol, era exigente demais, ou, na verdade, os homens públicos, boa parte deles, eram bons para tomar café, para bater nas costas, para enrolar. E consegui descobrir quando assumi a Prefeitura e o Governo do Estado de Rondônia que, infelizmente, boa parte dos políticos municipais, estaduais e federais, leva a gente com o peito e empurra com a barriga. E, aí, não dá para admitir.

Quando fui Prefeito de Rolim de Moura, transformei a cidade, fiz uma das 22 melhores saúdes do Brasil. Rolim de Moura virou um pólo de saúde na zona da mata.

Em 2002, concorri ao Governo do Estado de Rondônia contra grandes políticos que se perpetuavam ano após ano no nosso Estado. Bati no peito e disse que ia consertar e moralizar aquele Estado. Nessa caminhada, levei esperança, credibilidade, expectativa e o povo pôde sonhar e realizar. Em toda a minha caminhada política, todos os compromissos que eu fazia quando batia no peito, eu falava que ia fazer porque ia fazer e, quando não tinha condições, sempre fui um homem público que disse que não tinha condições de fazer. A pior coisa que existe na vida pública são os agentes públicos, sejam secretários, ministros, prefeitos, governadores, Presidente, quando assumem um compromisso com a sociedade e não realizam. Sou da base do Governo Federal, sou da base da Presidente Dilma, e sei da postura que ela tem no comando deste Brasil. Ela é, na verdade, mais técnica do que política. Ela tem o mesmo estilo meu. Como a gente sempre disse: "Nós somos muito práticos e muito objetivos e não somos muito de ficar mandando." Um dia eu disse a ela que ela era a Ministra do Presidente Lula que menos mandava. Ela mandava uma vez; da segunda vez, ela atropelava quem não fazia o serviço.

E assim eu conduzi também o Estado de Rondônia como Governador. Hoje, infelizmente, vejo com decepção um trabalho que não começou por mim, mas que começou lá atrás com a expectativa de agraciar mil e poucos servidores. E aqui nesta Casa a audácia do projeto era pequena, a expectativa era grande. O Deputado Federal Nilton Capixaba, naquela época em que ainda era Deputado, pois ficou fora quatro anos e agora voltou, fez um projeto na Câmara e começou, de lá para cá, de 1987 a 1991, a incluir servidores públicos do antigo Estado de Rondônia.

Os outros Estados da região amazônica já foram contemplados. O nosso Estado de Rondônia, infelizmente, não foi contemplado. Por que a regra do jogo para um Estado, como Amapá e outros, é uma e para o Estado que serviu de berço para a reforma agrária é outra?

Eu me recordo, quando eu era Governador, e esta Casa, para poder aprovar a transposição, precisou que servidores públicos se deslocassem de nosso Estado e eu, como Governador do Estado de Rondônia, juntamente com Neudir e demais Deputados Estaduais, colocamos aqui em Brasília mais de mil servidores públicos; visitamos os gabinetes de cada Estado para convencer esses servidores de que o Estado de Rondônia precisava repassar ao quadro federal esses servidores públicos. E tivemos êxito, tivemos sucesso: a PEC foi aprovada.

Após a aprovação da PEC, até 1991 – o entendimento foi até 1987 – novamente foi preciso fazer uma lei para regulamentar. Mas, num acordo na calada da noite, naquela época, no governo passado, feito lá no Palácio do Planalto com alguns de nossos representantes, que se dizem pai e mãe da transposição, eles apresentaram uma emenda dizendo que até os aposentados iriam para a transposição.

Olha, minha gente, meu povo, não tenho diploma nenhum, o meu diploma é o da vida, mas, pelo menos um pouquinho de leis eu entendo. Quando a PEC dizia que vão para a transposição os servidores até 1991, não se discute se é preto, se é branco, se é amarelo, se é gordo, se é magro, em que partido está e se ele está aposentado ou não. Senador Raupp, infelizmente, alguns políticos que se dizem o pai da transposição, fizeram um acordo de apresentar essa emenda. E o ex-presidente Lula votou essa emenda que dizia que os aposentados também iam para a transposição. O resultado? Tirou direito dos servidores públicos do nosso Estado de Rondônia. Aqueles que vão se aposentar tão logo a transposição aconteça ficam na insegurança jurídica de quem vai pagar a aposentadoria, porque o Iperon não tem dinheiro, todo mundo sabe. Só entrou dinheiro no caixa do Iperon, no Estado de Rondônia, de 2003 para cá. A Previdência Social quer que alguém cubra esse débito e a equipe do Governo Federal está com muito peito e com muita barriga, porque nos domina com o peito e nos empurra com a barriga o tempo todo.

Um dia eu visitei o Secretário Executivo Duvanier e disse a ele, Senador Raupp, nosso Presidente Blairo Maggi, que ele não poderia faltar com a verdade com um Senador. Perguntei a ele até onde ele tinha interesse, na verdade, que essa transposição acontecesse. Ele falou: "Nenhum, mas você não pode tornar isso público" E eu disse: eu quero saber da garantia, Duvanier. Qual é a garantia que nós temos se é até 1987 ou até 1991? E ele me disse: "Até 1987, mas eu te peço encarecidamente que não fale isso na reunião." Mas eu quero que você me responda mais uma pergunta audaciosa, Duvanier. Ele não está aqui, ele morreu por falta de atendimento em um hospital aqui em Brasília. Ele tinha um plano de saúde, mas um hospital não atendia e o outro deixou de atender. Ele foi claro e disse: "Infelizmente, nós não podemos assumir a aposentadoria dos servidores que vão para a transposição, só a partir do momento da aprovação da PEC para cá." E muito me estranha que um dia, quando eu estava numa reunião com Deputados da nossa bancada, e um parlamentar do nosso Estado, o Deputado Federal que se diz defensor dos funcionários públicos, pediu que eu não fizesse pergunta difícil, que eu não levantasse a lebre, para que deixasse passar despercebido. É como se aqui em Brasília só houvesse bobo. Os mais bobos somos nós, que somos Senadores, Deputados Federais e a Presidente Dilma, que se eleger Presidente do Brasil. Aqui não tem bobo, aqui tem gente que sabe conviver no dia a dia da sociedade, é brincar com quem está aqui em Brasília.

Em nenhum momento eu criei expectativa falsa. No ano passado, quando a Presidente Dilma esteve no nosso Estado para assinar o decreto da transposição, alguns servidores, sindicalistas... Nenhum sindicalista me defendeu, porque eles também estão gostando que atrase um pouco tudo isso, porque eles ganham diária, ganham hotel, têm tudo. Podem achar ruim, mas é verdade. Prepararam uma vaia para mim em Porto Velho porque eu sou verdadeiro, eu não escondo, eu não fico enrolando. Porque lavar cabeça de burro perde água e sabão. Então, não adianta, tem que sempre dizer a verdade: quem quer é quem quer e quem não quer é quem não quer. E hoje, tudo aquilo que eu disse lá atrás está acontecendo, Sr. Presidente. Está acontecendo. Não há interesse em fazer a transposição. Vão engolir goela abaixo e o Estado de Rondônia precisa.

Eu poderia estar aqui fazendo um discurso ao contrário, mas é preciso que o Governo, que criou a expectativa de uma nova Rondônia – o que hoje, infelizmente, é um pesadelo –, pelo menos crie expectativa de novos concursos. Só na Polícia Militar vão aposentar mil policiais. Se hoje há criminalidade – a exemplo de Ariquemes, cidade com maior criminalidade do País – imaginem amanhã, com menos mil policiais? E aí o que os servidores querem? Querem a garantia não só de ter um salário melhor, mas querem também, Sr. Presidente, a garantia de poderem ter uma aposenta-

doria digna. A expectativa desses servidores – quem está me assistindo – é vir para o quadro da União e dobrar o salário. Mas quem vai pagar a aposentadoria de vocês? É uma pergunta que eu não deveria fazer. Eu não sou candidato a nada. Uns são candidatos na capital e ficam criando expectativa mentirosa. Eu sou verdadeiro, doa onde doer. Chega de, em época de eleição, político subir num tamborim, em cima de um poleiro, ficar fazendo em cima dessa transposição sempre um palanque eleitoral e não acontecer. Por incrível que pareça, ainda tem gente que se ilude com isso.

Servidores públicos, vocês já têm direito pelos votos que já deram; os servidores, os sindicalistas e os políticos que cumpram esse compromisso. “Ah, mas agora estão vindo 21 ônibus.” Ótimo, precisa. São mil servidores. Também está bom. Mas que despesa extra estão dando para nós! Que despesa extra nos estão dando!

Os servidores, nesses dias, trancaram por uma hora a BR-364. Que transtorno já deram! Já está tudo programado para trancarem também as usinas. É o País que vai perder com isso, gente! Para que deixar o boi com corda e tudo para, depois, querer amarrá-lo num toco? Amarrem-no logo! Defina logo quem é o responsável por essa área: a Ministra do Planejamento. Digam logo o que vocês querem! Até 1987? Então, façam logo até 1987, que, depois, vamos brigar na Justiça para ser até 1991!

Não pode ficar nesse chove não molha. É uma enganação, é uma enrolação, é como se nós, políticos, não tivéssemos nada o que fazer em Brasília, gente! Tem de haver um mínimo de respeito por nós, os três Senadores e os oito Deputados Federais.

Digam o que vão fazer! A pior coisa para um homem, a pior coisa para o ser humano é ele fazer papel de besta, papel de bobo. Não aceito esse tipo de papel! Nós queremos definição. O que nos derem no direito, nós vamos buscar na Justiça, porque a Justiça foi constituída nesta Casa para isso. Mas não podemos deixar o Estado estagnado, nessa expectativa, sem rumo e sem definição.

Ao mesmo tempo, há uma pergunta que não cala. Os servidores estão aqui, chegaram aqui mais de mil servidores. Estamos esperando o parecer da AGU, estamos aguardando esse parecer enviado pelo Ministério do Planejamento, que é a instrução normativa para a assinatura, para definir isso de uma vez por todas. Mas só isso basta? Só isso basta? É o que pergunto. Não, não basta. Quero saber como vai ficar situação dos servidores que vão se aposentar. São quase 20 mil servidores, gente. Desses 20 mil servidores, 80%, 90%, Sr. Presidente, aposentam-se no outro dia. São pessoas que já poderiam ter se aposentado há dois ou três anos. Se for pelo veto, quem se aposenta não tem direito. E como vão fazer?

Espero que a nossa Presidente Dilma, essa mulher guerreira, dê de presente para o povo do Estado de Rondônia essa compensação pelas usinas, assumindo de vez esses servidores, assumindo-os com mala, calça, cuia, tudo que tiverem de direito, passando-os para os quadros da União e pagando suas aposentadorias, como compensação pelas usinas, porque as usinas estão deixando um déficit muito grande em nosso Estado. Há um déficit social, um déficit criminal. São compensações de todas as ordens e de toda natureza.

Esse será um grande presente. Nós ajudamos a fazer desse grande Território do passado esse grande Estado, que é hoje Rondônia.

Sr's e Srs. Senadores, no mês que vem, vai fazer um ano que foi assinado esse decreto em Porto Velho, mas nenhum servidor foi para a transposição. Por acaso, alguém está aguardando para, na véspera da eleição, ir lá e fazer, mais uma vez, uma gracinha? Houve políticos que usaram isso nos quatro cantos de Rondônia para voltar para cá, para assumir o meu lugar, mas que não trabalharam nos outros oito anos, e o povo de Rondônia os mandou de volta, para que começassem do zero. Nem com a transposição no colo e nos ombros, nem como autora do projeto, obteve sucesso. Então, como parlamentar...

O projeto fundamental, o embrião, servia a pouco mais de mil pessoas, não a isso tudo, mas, no meio do caminho, foi mudado. Mas o pior de tudo isso é o fato de essas mesmas pessoas terem feito um acordo, na calada da noite, com técnicos e com a equipe do Palácio do Planalto, no governo passado, para colocar essa emenda de que aposentados não iriam para a transposição. Que belo presente de grego deram ao povo do Estado de Rondônia! E são as mesmas pessoas – aliás, não todos, porque um, infelizmente, faleceu – que estão por lá e ainda posam de bonzinhos e de santinhos nos quatro cantos do nosso Estado.

Como Senador do Brasil pelo meu Estado, Rondônia, peço à Ministra do Planejamento e ao nosso Ministro da AGU que deem uma atenção especial a essa questão.

A Presidente Dilma já determinou à sua equipe que trabalhe diuturnamente para evitar que esses mesmos servidores venham a interromper o trabalho nas duas obras das usinas hidrelétricas do nosso Estado, venham a trancar e a paralisar o nosso Estado. Essa não é melhor forma de agir; nisso, não têm meu apoio. Nós, Senadores, temos a obrigação de prevenir o que poderá acontecer amanhã sob pena de o custo ser muito maior para depois remediar o estrago feito no meio do caminho.

Mil servidores chegaram a Brasília. São mil servidores ainda da época do território de Rondônia. São mil servidores que aguardam pelo menos ter, com dig-

nidade, na sua velhice, uma aposentadoria decente, Senador Raupp, Senador Blairo Maggi, Senador Paim.

Infelizmente, aqui, o que nós, que somos da base, vemos é isso ser empurrado com a barriga com descaso. Infelizmente, isso ocorre e é triste. Mas a nossa luta não cala.

Quero pedir a todos os senhores, a todas as senhoras, aos jovens e às crianças que, na igreja ou mesmo em casa, nas suas orações, orem por isso.

Vou pedir só mais dois minutos ao Presidente, porque está encerrando o meu tempo. Se me permitir, já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está liberado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui fazer um pedido especial. Na próxima segunda-feira, dia 18, no nosso Estado – na época em que eu era governador, assinei um decreto –, será comemorado o Dia Estadual do Evangélico. Quero fazer um pedido especial não só aos evangélicos, mas também aos protestantes, aos luteranos, aos adventistas, aos católicos, a todas as denominações religiosas, porque o nosso Pai Celestial é um só. Peço que, na igreja ou em casa, os senhores, as senhoras, os jovens e as crianças orem pelas nossas autoridades, orem pela Presidente Dilma e por toda a equipe, para que a gente possa ter sucesso, para que a gente possa avançar e, ao mesmo tempo, ter sucesso nessa expectativa criada não por um pai de família ou por uma mãe de família, mas por milhares de pais de família que fazem parte da administração e que ajudaram a fazer esse Estado tão pujante, que é o Estado de Rondônia.

Faço este pedido para que todo mundo continue orando também para o Senador Ivo Cassol e para os demais Senadores, para que possamos, nessa caminhada pacífica e ordeira, reivindicar nossos direitos e fazer do nosso Estado de Rondônia um Estado respeitado, com os mesmos benefícios desfrutados pelos demais Estados da Federação brasileira.

Um abraço a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol. São reivindicações e pontuações bem compreensíveis. Eu, que não sou do Estado de Rondônia, como eu estava falando ao Senador Valdir Raupp, já conheço a história da transposição há alguns anos, por ouvir os discursos e os pleitos a respeito desse assunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Senador Blairo Maggi, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um

registro sobre a situação dos funcionários da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev).

Na semana passada, em meu gabinete, recebi o Sr. Américo Campos e a Srª Socorro Lago, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, e também o Sr. José Brandão Ferreiro, do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo. Com eles conversamos sobre a recente onda de demissões imotivadas da empresa Dataprev.

O Movimento Sindical, ali presente, manifestou sua discordância e sua indignação contra a postura adotada pela empresa, especialmente porque, segundo o Movimento, essa postura de demissão fere o acordo coletivo de trabalho e fere também a política de expansão da empresa.

Já foram demitidos 70 trabalhadores em menos de 40 dias. Os sindicalistas mostram que esse é um contrassenso se comparado com o lucro superior a R\$150 milhões, ocorrido em 2011.

Em 2011, após uma grande greve durante a campanha salarial, que acabou sendo julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, os trabalhadores conquistaram três meses de estabilidade, prazo que se encerrou em março de 2012. Logo após o término da estabilidade, as demissões recomeçaram em Santa Catarina, na Bahia, em Alagoas, no Rio de Janeiro, no Paraná e na Paraíba.

Enfim, o Movimento Sindical não aceita essas demissões da forma que estão sendo feitas, na contramão do momento democrático que vive o País.

O que eles pretendem, Sr. Presidente, com esta minha fala, é apenas a abertura do diálogo, para que se encontre o entendimento para esse conflito instalado entre a direção e os trabalhadores, na linha do que manda o próprio acordo coletivo julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Os sindicatos foram orientados a não homologar as demissões, que estão sendo homologadas agora na Delegacia Regional do Trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer um apelo na busca do entendimento, do diálogo, do bom senso, para que empregados e empregadores cheguem a um acordo, a fim de que se evitem as demissões, apontando, a partir desse movimento, o sucesso da empresa e a garantia do ganha-pão de cada dia para os assalariados.

Era isso o que tinha a dizer.

Agradeço a tolerância de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 665, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Accidente.

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR "AD HOC": Senador CYRO MIRANDA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Accidente.*

O eminente autor pretende que seja alterada a redação do § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 1991, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86.....

(.....)

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a 50% do salário-de-benefício, observado o limite mínimo de um salário mínimo e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado."

Na versão atual, que vigora com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997, o texto é o seguinte:

"Art. 86.

(.....)

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinqüenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do inicio de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado."

O cotejo dos dispositivos em tela evidencia que a alteração proposta concentra-se na expressão “*observado o limite mínimo de um salário mínimo*” contida na nova redação proposta.

Os argumentos em prol da alteração, vertidos na justificação da proposta, informam que o benefício do auxílio-acidente só teve estabelecidas restrições a partir da promulgação da Lei nº 8.213, de 1991.

Assim, o benefício que antes era vitalício passou a ser temporário e se revogou a possibilidade de dois auxílios-acidente em caso de duplo infortúnio.

Por esta razão, é possível afirmar, segundo o autor, que já houve evidente “economia” aos cofres da Previdência Social, em detrimento dos direitos do trabalhador acidentado.

Por fim, sustenta que o auxílio-acidente concedido em valor inferior ao de um salário mínimo ofende o disposto no § 2º do art. 201, da Constituição Federal que consigna que “*nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.*”

No ano de 2011 formulei, com o apoio do Senador Cyro Miranda, o Requerimento nº 71, de 2011-CAS, convertido no Requerimento nº 1.591, para solicitar ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre o impacto financeiro da aprovação da presente proposição nas contas da Previdência Social, com o objetivo de instruir o meu relatório.

Aprovado o Requerimento, vieram as informações solicitadas por intermédio do Ofício nº 040, datado de 3 de abril de 2012, que abordaremos mais adiante.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer, em decisão terminativa, sobre o presente projeto de lei.

A forma de cálculo e o valor mínimo atribuído ao auxílio-acidente previstos no Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 1991) harmonizam-se com área de competência desta Comissão. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta, estando apta a proposição para a sua regular tramitação, assim como o substitutivo apresentado pela CRA.

Os acidentes de trabalho alcançaram índices alarmantes no Brasil. Foram 3,8 milhões no período de 2005 a 2010 que resultaram na morte de 16,5 mil pessoas e geraram a incapacidade de 74,7 mil trabalhadores.

Estamos em quarto lugar no mundo em ocorrências desta natureza. Ainda bem que este tema está presente em nossas atividades legislativas, pois recentemente tivemos a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, presidida pelo Senador Paulo Paim, para fazer alusão ao dia 28 de abril como *Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho*, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É neste contexto de fatos que discutimos a presente proposição.

Antes de relatar a matéria tive a preocupação de pedir ao Ministério da Previdência Social informações sobre a repercussão financeira no caso de sua aprovação.

A posição do Ministério da Previdência Social é contrária a aprovação da matéria pelo fato de a duração média desses benefícios atingirem 17,7 anos.

O impacto financeiro, por sua vez, seria da ordem de R\$ 31,5 milhões em 2011, com possível incremento, em 2012, de até vinte por cento deste valor, considerando-se sempre o novo valor do salário mínimo pela política em vigor.

Portanto, o aumento da despesa neste particular é ridículo, uma vez que a arrecadação líquida da Previdência Social estimada para 2012 é de mais de R\$ 60 bilhões, ou seja significativamente menor do que um por cento, algo em torno da metade de 0,001%.

Não vislumbro, portanto, óbice de natureza financeira para aprovação da proposição, restando a análise jurídica.

Importante ressaltar que o auxílio-acidente corresponde atualmente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente, e será devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. O seu pagamento é mensal e deve ser efetuado até o último dia de vida do segurado acidentado. Trata-se, por óbvio, de benefício de natureza personalíssima, não sendo transferível aos dependentes do segurado no caso de falecimento do segurado.

O que se discute e se debate é se o auxílio-acidente pode ter valor inferior ao de um salário-mínimo. O § 2º do art. 201 da Constituição Federal de 1988 estabelece, como princípio de Previdência Social, a garantia de que a renda mensal do segurado não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo, no que tange aos benefícios substitutivos do salário-de-contribuição.

Não há argumento plausível que me convença de que um benefício previdenciário de prestação continuada, como é o caso do auxílio-acidente, possa ser concedido e pago em valor inferior ao de um salário mínimo.

Há uma inversão total de valores na análise e interpretação do texto constitucional, pois mesmo que se diga que a natureza do benefício é indenizatória, ainda assim ele não pode ser inferior a um salário mínimo.

O auxílio-acidente tem natureza previdenciária, pois é devido de forma definitiva e pago continuamente ao segurado e, além disso, está alicerçado em custeio adicional, que é devido pelo empregador, de acordo com o risco da atividade econômica desenvolvida.

É claro que o auxílio-acidente substitui a renda (salário-de-contribuição), pois impede que o segurado desempenhe com completa autonomia sua atividade profissional. E o mínimo de retribuição nestes casos não pode estar em patamar inferior ao do salário-mínimo.

Antes da regra contida no § 1º do art. 201 da CF está o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, inserto no inciso III do art. 1º da Constituição, combinado com outros inúmeros dispositivos (art. 1º, IV; art. 3º, I; art. 6º; art. 7º, XXII) dentre outros.

Cabe ressaltar, por derradeiro, que não existe óbice de qualquer natureza, seja de ordem jurídica ou constitucional, para que o Congresso Nacional, no exercício pleno de sua atividade legislativa, possa fixar um patamar mínimo para que um determinado benefício previdenciário tenha como piso o valor mínimo de um salário mínimo.

Apresentamos, ao final duas, emendas de redação com objetivo de aprimorar a ementa da proposição e substituir a expressão “50%” por “cinquenta por cento”

III - VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 1 - CAS

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor que o auxílio-acidente será concedido em valor nunca inferior ao de um salário mínimo."

EMENDA N° 2 - CAS

O § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 36.

(1)

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinqüenta por cento do salário-de-benefício, observado o limite mínimo de um salário mínimo, e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.”

Sala das Sessões, 6 de junho de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

. Presidente

3 - 1000000

Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2008

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 06/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR: Adão Góes Miranda

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)

Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
VAGO	7. VAGO

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 476 DE 2008

TITULARES		SUPLENTES		ABSTENÇÃO		SIM		NÃO		AUTOR	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)		X					
PAULO PAIM (PT)				1- EDUARDO SUPlicY (PT)							
ANGELA PORTELA (PT)				2- MARTA SUPlicY (PT)							
HUMBERTO COSTA (PT)				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)							
WELLINGTON DIAS (PT)	X			4- ANA RITA (PT)		X					
JOÃO DURVAL (PDT)				5- LINDBERGH FARIAS (PT)							
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)							
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)				7- LÍDICE DA MATA (PSB)							
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)				Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)							
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			1- VITAL DO RÉGO (PMDB)							
PAULO DAVIM (PV)	X			2- PEDRO SIMON (PMDB)							
ROMERO JUCA (PMDB)				3- LOBAO FILHO (PMDB)							
CASILDO MALDANER (PMDB)				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)							
RICARDO FERRACO (PMDB)				5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)							
ANA AMELIA (PP)	X			6- BENEDITO DE LIRA (PP)		X					
VAGO				7- VAGO							
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)				Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)							
CICERO LUCENA (PSDB)	X			1- AÉCIO NEVES (PSDB)							
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)							
CYRIO MIRANDA (PSDB)	X			3- PAULO BAUER (PSDB)							
JAYME CAMPOS (DEM)				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)							
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)				Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)							
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X			1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)							
JOÃO VICENTE CLAUDIO (PTB)				2- EDUARDO AMORIM (PSC)							
VICENTINHO ALVES (PR)				3- ANTONIO RUSSO (PR)							

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; — ABSTENÇÃO; — AUTOR; — PRESIDENTE; 1 SALA DA COMISSÃO, EM 06 / 06 / 2012
Obs.: o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 131, §ºº, RISF)

Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N° 1-CAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 476 DE 2008

TITULARES

SUPONENTES

		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	X					Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR
PAULO PAIM (PT)						1- EDUARDO SUPlicy (PT)	X		
ANGELA PORTELA (PT)						2- MARTA SUPlicy (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)						3- JOSÉ PIMENTEL (PT)			
WELLINGTON DIAS (PT)	X					4- ANA RITA (PT)	X		
JOÃO DURVAL (PDT)						5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)						6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
VANESSA GRAZZOTIN (PC do B)						7- LÍDICE DA MATA (PSB)			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	X					Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X					1- VITAL DO REGO (PMDB)			
PAULO DAVIM (PV)	X					2- PEDRO SIMON (PMDB)			
ROMERO JUCÁ (PMDB)						3- LOBÃO FILHO (PMDB)			
CASILDO MALDANER (PMDB)						4- EDUARDO BRAÇA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)						5- ROBERTO REQUÍAO (PMDB)			
ANA AMELIA (PP)	X					6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
VAGO						7- VAGO			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)						Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR
CICERO LUCENA (PSDB)	X					1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)						2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
CYRO MIRANDA (PSDB)	X					3- PAULO BAUER (PSDB)			
JAYME CAMPOS (DEM)	X					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)						Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)			
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)						2- EDUARDO AMORIM (PSC)			
VICENTINHO ALVES (PR)						3- ANTONIO RUSSO (PR)			

TOTAL: 1 SIM: 1 NAO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM De / C. / 2012.
 OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N° 2-GASA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 476 DE 2008

TITULARES		SUPLETIVOS							
		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)					Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPlicY (PT)	X			
ANGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPlicY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSE PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)	X			
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIA (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSD)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZOTIN (PC do B)					7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	X				Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)				
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÉGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	X			
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
VAGO					7- VAGO				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CASSIÓ CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X				1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDIO (PTB)					2- EDUARDO AMORIM (PSC)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- ANTONIO RIBISSO (PR)				

TOTAL: 1 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 08/06/2012.

Senador JAVME/CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 26/04/2012

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 476, DE 2008

Altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor que o auxílio-acidente será concedido em valor nunca inferior ao de um salário mínimo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86.....

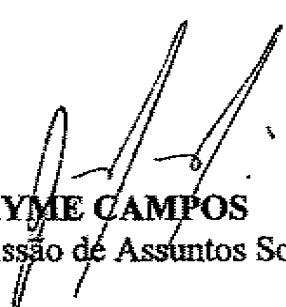
§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinqüenta por cento do salário-de-benefício, observado o limite mínimo de um salário mínimo, e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.”

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



OFÍCIO N° 109/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 6 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Accidente*, e as Emendas nº's 1-CAS e 2-CAS.

Respeitosamente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

-
- III - a dignidade da pessoa humana;
 - IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
-

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
-

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

-
- XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
-

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

PARECER Nº 666, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, do Senador Paulo Davim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.

RELATOR: Senador **CASILDO MALDANER**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 614, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, acrescenta o art. 199-A na Seção XV do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de determinar que é *obrigatória a imunização contra o tétano para os trabalhadores da construção civil, na forma do regulamento* (art. 1º).

O art. 2º prevê que a vigência da lei em que o projeto se transformar ocorrerá sessenta dias após a data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto – citando números e informações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) – explica que a incidência do tétano acidental tem decaído progressivamente no Brasil, sobretudo em decorrência da ampliação do acesso à vacinação antitetânica, que pode ocorrer tanto por meio da vacinação de rotina (de acordo com os calendários de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso) quanto da identificação e vacinação de grupos de risco, tais como os trabalhadores da construção civil.

O Senador Paulo Davim menciona que esses ~~grupos de risco~~, segundo levantamento do Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, representam pelo menos 18% dos acometidos por tétano acidental, chamando a atenção para a elevada letalidade da doença e para o fato de a maior parte dos casos ocorrer na faixa etária de 25 a 54 anos, que é justamente a de maior produtividade do indivíduo.

A proposição foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para receber decisão em caráter terminativo, não tendo sido objeto de emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria em pauta, cabendo-lhe, em face da natureza terminativa e exclusiva da deliberação a ser tomada, o exame de mérito bem como dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sem dúvida, a situação sanitária ideal seria aquela em que toda a população fosse imunizada contra o tétano e também contra todas as doenças imunopreveníveis. Assim, é inquestionável o grande mérito subjacente à idéia de submeter todos os trabalhadores da construção civil à vacinação antitetânica:

Contudo, algumas considerações fazem-se necessárias acerca da forma como o projeto busca avançar em direção a essa situação ideal.

O ponto mais importante a avaliar é que, no Brasil, atualmente, não existe vacinação legalmente obrigatória, ou seja, ninguém é obrigado por lei a se vacinar nem a submeter seus filhos à vacinação. Isso significa que a lei que rege a matéria não prevê nenhum tipo de sanção legal para o cidadão que deixar de vacinar a si mesmo ou a seus filhos. A despeito desse fato, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) alcança invejável grau de universalidade e tem a reputação de ser um programa sanitário de grande mérito e efetividade.

É verdade que existem formas infralegais de coerção, como, por exemplo, aquelas que impedem as crianças não vacinadas de serem matriculadas nas escolas públicas. Não obstante, o sucesso do PNI ocorre porque os brasileiros submetem a si mesmos e a seus filhos à vacinação por estarem convencidos da necessidade e dos benefícios de se vacinarem.

Assim, o projeto de lei sob análise vai de encontro ao princípio que rege o PNI ao tornar legalmente obrigatória a imunização contra o tétano para os trabalhadores da construção civil.

Caso se queira realmente tornar essa vacinação obrigatória por lei, outro problema que se vislumbra é a necessidade de prever sanção para quem descumprir a nova obrigação. Do contrário, a lei que a instituir será considerada injurídica por não atender ao princípio da coercitividade.

Observe-se que a citada Seção XV (*Das Outras Medidas Especiais De Proteção*) do Capítulo V (*Da Segurança e Da Medicina do Trabalho*) do Título II (*Das Normas Gerais De Tutela Do Trabalho*) da CLT, na qual o PLS propõe inserir o novo art. 199-A, apresenta somente o art. 200, que, em seus incisos, elenca situações e medidas de proteção sanitária sobre as quais cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho.

Já a Seção XVI (*Das Penalidades*) traz apenas o art. 201, cujo *caput* dispõe que *as infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de 3 (três) a 30 (trinta) vezes o valor de referência previsto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o mesmo valor*. O parágrafo único determina que *em caso de reincidência, embargo ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo*.

Como se vê, as penalidades dirigem-se ao empregador. Porém, no caso da vacinação antitetânica obrigatória, não é razoável impor-lhe tais penalidades, pois o empregador não poderia levar o trabalhador à vacinação contra a vontade deste, nem ser responsabilizado por sua eventual recusa. Assim, restaria ao projeto de lei sob análise impor algum tipo de sanção ao próprio trabalhador da construção civil, mas isso não parece razoável num contexto em que nenhum outro cidadão é punido por não se vacinar.

Há que considerar também que as leis são espécies apropriadas para dispor sobre normas gerais e abstratas. Nesse sentido, é preciso lembrar que os trabalhadores da construção civil não são os únicos profissionais sujeitos à contaminação por tétano acidental, pois incluem-se entre os vulneráveis também os trabalhadores rurais, os 57901.11087 indústrias, os mineradores e diversos outros profissionais. Igualmente, o tétano não constitui a única doença infectocontagiosa transmissível no âmbito profissional: a hepatite e a gripe, por exemplo, também o são.

Assim, diante desses argumentos, optamos por oferecer emenda ao projeto de forma a tornar sua redação geral e abstrata, aproveitando a idéia de incentivar a vacinação entre os trabalhadores sujeitos à transmissão de doenças infectocontagiosas no âmbito profissional. Nesse caso, os empregadores ficam obrigados, na forma do regulamento que venha a ser elaborado pelo Ministério do Trabalho, a “promover” ações de imunização entre os empregados, com o objetivo de orientá-los e incentivá-los a serem vacinados, e conceder incentivos aos trabalhadores imunizados, além de dar publicidade aos resultados dessas ações. A emenda proposta insere novo inciso no art. 200 da CLT e, em decorrência dessa modificação, altera a ementa do projeto para adequá-la ao novo texto.

Lembramos, ainda, que a vacinação antitetânica já é rotineiramente oferecida no âmbito do PNI, fazendo parte do calendário de vacinação do adulto. Isso significa que todo trabalhador que assim o deseje pode ser imunizado nos postos de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo e exclusivo por esta Comissão, assinalamos que não foram detectados óbices constitucionais a sua aprovação.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 614, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a promoção de ações de imunização~~à proteção~~ dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.”

"Art. 1º O art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

'Art. 200.

.....
IX – proteção do trabalhador exposto a risco de doença infectocontagiosa em seu ambiente de trabalho ou em decorrência de seu trabalho, mediante a promoção de ações de imunização necessárias a essa proteção, a concessão de incentivos ao trabalhador imunizado e a divulgação dos resultados dessas ações.

.....' (NR)"

Sala da Comissão, 6 de junho de 2012.

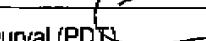
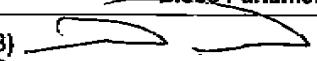
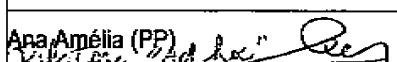
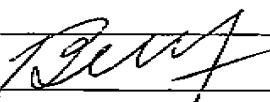
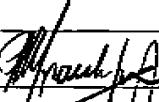
Senador JAYME CAMPOS , Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

 , Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 06/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: Senador Izalceir Gómez
RELATORA: "Ana Amélia" Graf

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) 
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT) 	4. Ana Rita (PT) 
João Durval (PDT) 	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) 	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) 	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP) 	6. Benedito de Lira (PP) 
VAGO	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) 	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) 	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM) 	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) 	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 614, DE 2011.

TITULARES		SUPLENTES			
		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	X				Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)
PAULO PAIM (PT)				1- EDUARDO SUPLÍCY (PT)	X
ÂNGELA PORTELA (PT)				2- MARTA SUPLÍCY (PT)	
HUMBERTO COSTA (PT)				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	
WELLINGTON DIAS (PT)	X			4- ANA RITA (PT)	X
JOAO DURVAL (PDT)				5- LINDBERGH FARIAS (PT)	
RODRIGO ROLEMBERG (PSB)				6- CRISTOVAM Buarque (PDT)	
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)				7- LÍDICE DA MATA (PSB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)				Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			1- VITAL DO RÉGO (PMDB)	
PAULO DAVIM (PV)		X		2- PEDRO SIMON (PMDB)	
ROMERO JUCA (PMDB)				3- LOBÃO FILHO (PMDB)	
CASILDO MALDANER (PMDB)				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)	
RICARDO FERRAÇO (PMDB)				5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	
ANA AMELIA (PP)			X	6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X
VAGO				7- VAGO	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)				Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X			1- AÉCIO NEVES (PSDB)	
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2- CASSIÓ CUNHA LIMA (PSDB)	
CYRO MIRANDA (PSDB)	X			3- PAULO BAUER (PSDB)	
JAYME CAMPOS (DEM)				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)				Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X			1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				2- EDUARDO AMORIM (PSC)	
VICENTINHO ALVES (PR)				3- ANTONIO RUSSO (PR)	

TOTAL: 11 SIM; 9 NÃO; — ABSTENÇÃO; — AUTOR; — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 06/06/2012.
 Obs.: o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYMÉ CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N° 1-CAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 614, DE 2011

		VOTOS TITULARES			VOTOS SUPLETIVOS				
		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)					Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ANGÉLA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSE PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)	X			
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)					Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)				
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÉGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBAO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
VAGO					7- VAGO				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)					Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÁNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)					Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)				
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X				1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2- EDUARDO AMORIM (PSC)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- ANTONIO RUSSO (PR)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 06/06/2012
 DS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, §º, risp).

Atualizada em 26/04/2012

Senador JAYME CAMPOS

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, DE 2011

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a promoção de ações de imunização necessárias à proteção dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

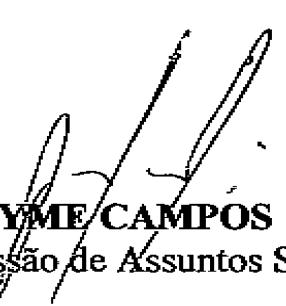
“Art. 200.

.....
IX – proteção do trabalhador exposto a risco de doença infectocontagiosa em seu ambiente de trabalho ou em decorrência de seu trabalho, mediante a promoção de ações de imunização necessárias a essa proteção, a concessão de incentivos ao trabalhador imunizado e a divulgação dos resultados dessas ações.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2012.


Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art . 199 - Será obrigatória a colocação de assentos que assegurem postura correta ao trabalhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, sempre que a execução da tarefa exija que trabalhe sentado.(Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Parágrafo Único - Quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

SEÇÃO XV**DAS OUTRAS MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO**

Art . 200 - Cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre: (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

I - medidas de prevenção de acidentes e os equipamentos de proteção individual em obras de construção, demolição ou reparos; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

II - depósitos, armazenagem e manuseio de combustíveis, inflamáveis e explosivos, bem como trânsito e permanência nas áreas respectivas; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

III - trabalho em escavações, túneis, galerias, minas e pedreiras, sobretudo quanto à prevenção de explosões, incêndios, desmoronamentos e soterramentos, eliminação de poeiras, gases, etc. e facilidades de rápida saída dos empregados; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

IV - proteção contra incêndio em geral e as medidas preventivas adequadas, com exigências ao especial revestimento de portas e paredes, construção de paredes contra-fogo, diques e outros anteparos, assim como garantia geral de fácil circulação, corredores de acesso e saídas amplas e protegidas, com suficiente sinalização; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

V - proteção contra insolação, calor, frio, umidade e ventos, sobretudo no trabalho a céu aberto, com provisão, quanto a este, de água potável, alojamento profilaxia de endemias;(Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

VI - proteção do trabalhador exposto a substâncias químicas nocivas, radiações ionizantes e não ionizantes, ruídos, vibrações e tremidações ou pressões anormais ao ambiente de trabalho, com especificação das medidas cabíveis para eliminação ou atenuação desses efeitos limites máximos quanto ao tempo de exposição, à intensidade da ação ou de seus efeitos sobre o organismo do trabalhador, exames médicos obrigatórios, limites de idade controle permanente dos locais de trabalho e das demais exigências que se façam necessárias; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

VII - higiene nos locais de trabalho, com discriminação das exigências, instalações sanitárias, com separação de sexos, chuveiros, lavatórios, vestiários e armários individuais, refeitórios ou condições de conforto por ocasião das refeições, fornecimento de água potável, condições de limpeza dos locais de trabalho e modo de sua execução, tratamento de resíduos industriais; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

VIII - emprego das cores nos locais de trabalho, inclusive nas sinalizações de perigo. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Parágrafo único - Tratando-se de radiações ionizantes e explosivos, as normas a que se referem este artigo serão expedidas de acordo com as resoluções a respeito adotadas pelo órgão técnico. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

SEÇÃO XVI

DAS PENALIDADES

Art . 201 - As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de 3 (três) a 30 (trinta) vezes o valor de referência previsto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concorrentes à segurança do trabalho com multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o mesmo valor. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Parágrafo único - Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

LEI N° 6.205, DE 29 DE ABRIL DE 1975.

Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei número 6.147, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2º Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único. O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajuste salarial a que se referem, os artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). (Vide Lei. nº 7.374, de 1985)

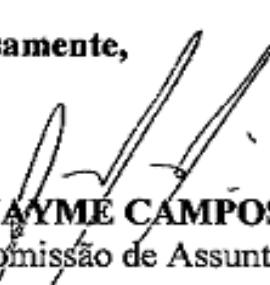
OFÍCIO N° 110/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 6 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil, e a Emenda nº 1-CAS.*

Respeitosamente,


Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER N° 667, DE 2012

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 252, de 2009, da Senadora Marisa Serrano, que assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Senador Cícero Lucena

I – Relatório

É submetido a exame, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, da Senadora Marisa Serrano. Pretende-se regulamentar a representação dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados, prevista no art. 11 da Constituição Federal.

A iniciativa tem a finalidade de promover o diálogo e o entendimento direto dos empregados com os empregadores, assegurando a eleição de um representante e de um suplente, no local de trabalho, no âmbito das empresas que possuam, por estabelecimento, filial ou unidade, o número de empregados previsto no referido artigo da Constituição.

Regulamentando essa modalidade de representação, o projeto também introduz normas sobre as atribuições dos representantes e suplentes, o processo de eleição, requisitos para a candidatura, duração do mandato e garantias ao pleno exercício das funções dos representantes e suplentes, entre outras disposições complementares.

A autora afirma, ao justificar a iniciativa, que a redação do projeto foi feita, originalmente, por acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, da Cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O texto foi, na sequência, objeto de adaptações e à observância das normas técnicas que regem a elaboração de leis.

Entre os argumentos da autora, destacamos a afirmação de que “em face da controvérsia estabelecida na doutrina e na jurisprudência trabalhista, além da reconhecida insegurança jurídica dos empresários, gerada em grande parte pela ausência de parâmetros legais e normativos sobre os procedimentos e as garantias que devem ser assegurados aos representantes dos trabalhadores no local de trabalho e ao processo de sua eleição, a norma constitucional contida no art. 11 da Constituição Federal restou praticamente ineficaz”

Também merece citação a referência que a nobre Senadora faz às normas internacionais: “No plano internacional, tais representantes gozam das garantias previstas na Convenção nº 135 da OIT e respectiva Recomendação nº 143, objetivando conceder facilida-

des aos representantes a fim de que possam cumprir, adequadamente, suas atribuições, podendo, ainda, alcançar a garantia de emprego como forma de livre exercício de suas atividades”.

Foram apresentadas, nesta Comissão, duas emendas de autoria do nobre Senador Roberto Cavalcanti.

Em 2009, o nobre Senador Cristovam Buarque, na qualidade de relator indicado da matéria, ofereceu minuta de parecer pela aprovação, com uma emenda de redação.

Em manifestação anterior, adotamos integralmente os argumentos e ponderações que constam do relatório do nobre Senador que nos antecedeu nessa análise.

Posteriormente, entretanto, reavaliarmos o conteúdo da proposta e chegamos a um convencimento contrário à aprovação da matéria, pelas razões que vamos expor na sequência deste Parecer.

II – Análise

Em análise da proposição, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, representação dos empregados em empresas com mais de duzentos empregados, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que está diretamente vinculada às relações de trabalho, que é um dos temas elencados no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nossa posição, quanto ao mérito, não é favorável à aprovação do texto proposto. Em primeiro lugar é preciso registrar que muitos doutrinadores entendem que o dispositivo constitucional, que se pretende regulamentar, não depende de regulamentação. É autoaplicável. Não há sequer previsão de norma regulamentadora no texto constitucional.

Sendo assim, apesar os nobres propósitos da autora, trata-se da introdução de mais normas legais no campo das negociações coletivas o que, em nosso entendimento, além de ser desnecessário, pode gerar conflitos de atribuições e discussões sobre quem são os legítimos representantes dos trabalhadores, em cada instância de negociação.

Essa medida contraria, ademais, a tendência vigente na América Latina no sentido de conceder aos sindicatos a exclusividade da representação dos trabalhadores. Eles detêm a competência para firmar os

instrumentos de negociação coletiva. A criação de uma instância extra sindical, então, instituiria dois níveis diferentes de negociação e de representação, dividindo ainda mais a classe trabalhadora. Chega, nos termos da proposição, a prever representantes diferentes para os trabalhadores da matriz e os trabalhadores de filiais ou unidades administrativas.

Tudo isso acaba por gerar insegurança jurídica, custos administrativos adicionais para os empregadores e fragilização do movimento sindical. Cria-se, ademais, uma estabilidade provisória para representantes dos empregados e seus suplentes. São novos encargos sociais que depois acabam causando perda de renda para todos os trabalhadores.

Sobretudo é preciso que haja amplo espaço e plena liberdade para o exercício das negociações coletivas. Quanto maior a ingerência legal nas tratativas

entre as partes, maior será a ineficácia do processo negocial. É preciso que os acordos e convenções sejam firmados por quem tem competência para fazê-lo. Caso contrário, estaremos criando ilusões para os trabalhadores e demandas que irão sobrecarregar o Poder Judiciário.

Finalmente, em decorrência de nossa posição contrária à aprovação da proposta, ficam prejudicadas as emendas apresentadas.

III – Voto

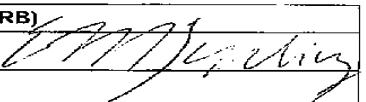
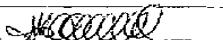
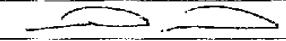
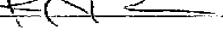
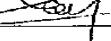
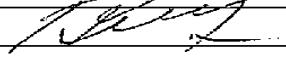
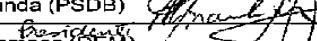
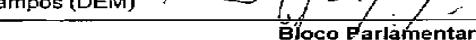
Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2012. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

**Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2009**

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 06/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
RELATOR: Senador Cícero Lucena

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Palm (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) 
Angela Portela (PT) 	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT) 
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) 	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) 	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP) 	6. Benedito de Lira (PP) 
VAGO	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) 	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) 	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM) 	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) 	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 252, DE 2009

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPlicy (PT)		X		
ÂNGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSE PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)		X		
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
YANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÉGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
RÔMERO JUÇA (PMDB)					3- LÓDÀO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRACO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)		X		
VAGO					7- VAGO				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LÚCENA (PSDB)	X				1- ÁRCIO NEVES (PSDB)				
LUCIA VÂNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRIO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X				1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2- EDUARDO AMORIM (PSC)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- ANTONIO RUSSO (PR)				

² TOTAL: 44 SIM: — NÃO: 10 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 16/06/2012.
 Obs.: o voto do autor da proposta não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum (art. 12, § 8º, risp).

Atualizada em 26/04/2012


 Senador JAYME CAMPOS
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

.....
Ofício nº 111/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 6 de junho de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, que assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Respeitosamente, Senador **Jayme Campos**, Presidente Comissão de Assuntos Sociais.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SE-
CRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RE-
GIMENTO INTERNO**

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, da Senadora Marisa Serrano. A iniciativa pretende regulamentar a representação dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados, prevista no art. 11 da Constituição Federal.

A proposta assegura a eleição de um representante e de um suplente, no local de trabalho, no âmbito das empresas que possuam, por estabelecimento, filial ou unidade, o número de empregados previsto no referido artigo da Constituição. A finalidade dessa representação é a promoção do diálogo e do entendimento direto dos empregados com os empregadores.

O projeto também dispõe sobre as atribuições dos representantes e suplentes, o processo de eleição, requisitos para a candidatura, duração do mandato e garantias ao pleno exercício das funções dos representantes e suplentes, entre outras disposições complementares.

A autora registra, inicialmente, que a redação do projeto foi feita por acadêmicos do curso de Direito da

Faculdade Estácio de Sá, da Cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Teriam sido efetivadas algumas adaptações de redação e o objetivo principal do acatamento da sugestão é dar efetividade à norma, com a regulamentação do citado dispositivo constitucional.

Da justificação consta, além disso, a ressalva de que “em face da controvérsia estabelecida na doutrina e na jurisprudência trabalhista, além da reconhecida insegurança jurídica dos empresários, gerada em grande parte pela ausência de parâmetros legais e normativos sobre os procedimentos e as garantias que devem ser assegurados aos representantes dos trabalhadores no local de trabalho e ao processo de sua eleição, a norma constitucional contida no art. 11 da Constituição Federal restou praticamente ineficaz”.

Da argumentação exposta, finalmente, destacamos a referência às normas internacionais: “No plano internacional, tais representantes gozam das garantias previstas na Convenção nº 135 da OIT e respectiva Recomendação nº 143, objetivando conceder facilidades aos representantes a fim de que possam cumprir, adequadamente, suas atribuições, podendo, ainda, alcançar a garantia de emprego como forma de livre exercício de suas atividades”.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Analisando os diversos dispositivos que constam da proposição, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, representação dos empregados em empresas com mais de duzentos empregados, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que está diretamente vinculada às relações de trabalho, que é um dos temas elencados no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, cremos que a regulamentação proposta é extremamente oportuna, ainda que possa parecer tardia, dados os vinte e um anos da promulgação da Constituição Federal. Ocorre que, durante esse longo período de tempo, houve uma inegável evolução nas relações entre empregados e empregadores, o que torna a instituição da representação dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados ainda mais relevante e urgente.

O movimento sindical passou a participar de forma mais ativa nas decisões políticas nacionais, mas é inegável que enfrenta problemas de representatividade. O número excessivo de entidades sindicais, as divisões dentro das categorias e a preocupação maior com as questões de âmbito nacional podem estar afastando as lideranças de suas bases. A própria democracia interna, nessas entidades, vem sendo frequentemente questionada.

Nessas circunstâncias, reivindicações isoladas e condições específicas do ambiente de trabalho, em empresas com mais de duzentos empregados, acabam não recebendo a atenção devida dos sindicatos maiores.

Ademais, muitas vezes, somente o grupo de empregados que trabalha naquela filial ou estabelecimento é capaz de conhecer as demandas que realmente farão diferença na qualidade de vida dos profissionais e na salubridade do exercício do trabalho diurno.

Além da necessidade reconhecida de uma representação nas empresas, devemos destacar a qualidade do texto proposto. Cremos que as normas que constam da iniciativa são aquelas efetivamente necessárias para dar aos representantes dos empregados e seus suplentes as condições para o exercício pleno da representação e para assegurar a democracia interna nas escolhas e nas substituições, quando necessárias.

Para uma representação efetiva, por outro lado, é fundamental a proteção contra a despedida imotivada e contra transferências unilaterais, além da garantia de liberdade de opinião e de uma dispensa remunerada para o trabalho decorrente do exercício do mandato. Essas garantias constam do art. 12 do projeto.

Finalmente, outro mérito da proposta diz respeito à plena eficácia da norma constitucional. Sabe-se, e a autora registra o fato, que muitas categorias já conseguiram, em acordos ou convenções coletivas, a representação por estabelecimento ou filial. Entretanto, as categorias menos organizadas ainda se ressentem da falta de representantes e são justamente elas que mais precisam deles e de uma sustentação legal para que o art. 11 da Constituição Federal deixe de ser apenas letra morta para um imenso contingente de trabalhadores.

Julgamos necessário apenas complementar o texto da ementa da proposição, de modo a explicitar com mais clareza o objeto da proposição, dando cumprimento ao que determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, na forma do texto proposto, com a seguinte emenda.

EMENDA N° – CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 252, de 2009, a seguinte redação:

Assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências – **Senador Cristovam Buarque, Relator.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, da Senadora Marisa Serrano é submetido à nossa análise, para decisão terminativa. Pretende-se regulamentar a representação dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados, prevista no art. 11 da Constituição Federal.

Com a finalidade de promover o diálogo e o entendimento direto dos empregados com os empregadores, a iniciativa assegura a eleição de um representante e de um suplente, no local de trabalho, no âmbito das empresas que possuam, por estabelecimento, filial ou unidade, o número de empregados previsto no referido artigo da Constituição.

Para regular essa forma de representação, o projeto também introduz normas sobre as atribuições dos representantes e suplentes, o processo de eleição, requisitos para a candidatura, duração do mandato e garantias ao pleno exercício das funções dos representantes e suplentes, entre outras disposições complementares.

Na justificação, a autora afirma que a redação do projeto foi feita, originalmente, por acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, da Cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O texto foi, na sequência, objeto de adaptações e à observância das normas técnicas que regem a elaboração de leis.

Entre os argumentos da autora destacamos a afirmação de que “em face da controvérsia estabelecida na doutrina e na jurisprudência trabalhista, além da reconhecida insegurança jurídica dos empresários, gerada em grande parte pela ausência de parâmetros legais e normativos sobre os procedimentos e as garantias que devem ser assegurados aos representantes dos trabalhadores no local de trabalho e ao processo de sua eleição, a norma constitucional contida no art. 11 da Constituição Federal restou praticamente ineficaz.”

Também merece citação a referência que a nobre Senadora faz às normas internacionais: “No plano

internacional, tais representantes gozam das garantias previstas na Convenção nº 135 da OIT e respectiva Recomendação nº 143, objetivando conceder facilidades aos representantes a fim de que possam cumprir, adequadamente, suas atribuições, podendo, ainda, alcançar a garantia de emprego como forma de livre exercício de suas atividades.”

Foram apresentadas, nesta Comissão, duas emendas de autoria do nobre Senador Roberto Cavalcanti.

Em 2009, o nobre Senador Cristovam Buarque, na qualidade de relator indicado da matéria, ofereceu minuta de parecer pela aprovação, com uma emenda de redação. Adotamos integralmente os argumentos e ponderações que constam do respectivo relatório.

II – Análise

Em análise da proposição, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, representação dos empregados em empresas com mais de duzentos empregados, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que está diretamente vinculada às relações de trabalho, que é um dos temas elencados no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nossa posição, quanto ao mérito, é favorável à aprovação da proposta.

A regulamentação da norma constitucional citada é oportuna, ainda que possa parecer tardia, dados os vinte e três anos da promulgação da Constituição Federal. Durante este período de tempo, houve uma inegável evolução nas relações entre empregados e empregadores, o que torna a instituição da representação dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados ainda mais relevante e urgente.

O movimento sindical passou a participar de forma mais ativa nas decisões políticas nacionais, mas é inegável que enfrenta problemas de representatividade. O número excessivo de entidades sindicais, as divisões dentro das categorias e a preocupação maior com as questões de âmbito nacional podem estar afastando as lideranças de suas bases. A própria democracia interna, nessas entidades, vem sendo frequentemente questionada.

Recentemente obras do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC foram paralisadas em face de manifestações espontâneas dos trabalhadores da

construção civil, esquecidos pelos seus representantes sindicais. É perceptível que reivindicações isoladas e condições específicas do ambiente de trabalho, em empresas com mais de duzentos empregados, acabam não recebendo a atenção devida dos sindicatos maiores.

E mesmo que as entidades sindicais redobrassem o cuidado com o contexto interno das empresas, somente o grupo de empregados que trabalha naquela filial ou estabelecimento é capaz de conhecer as demandas que realmente farão diferença na qualidade de vida dos profissionais e na salubridade do exercício do trabalho diurno.

Destaque-se a qualidade do texto proposto. As normas que constam da iniciativa são necessárias para dar aos representantes dos empregados e seus suplentes as condições para o exercício pleno da representação e para assegurar a democracia interna nas escolhas e nas substituições, quando necessárias. Por sua vez, a proteção contra a despedida imotivada e contra transferências unilaterais, além da garantia de liberdade de opinião e de uma dispensa remunerada para o trabalho decorrente do exercício do mandato, são importantes para a eficácia das normas.

Serão as categorias menos organizadas, que ainda se ressentem da falta de representantes, as maiores beneficiárias da regulamentação do art. 11 da Constituição Federal. Só com a aprovação de dispositivos regulamentadores o direito constitucional deixará de ser apenas letra morta para um imenso contingente de trabalhadores.

Na linha da análise efetuada pelo Senador Cristovam Buarque, julgamos também necessário complementar o texto da ementa da proposição, de modo a explicitar com mais clareza o objeto da proposição, dando cumprimento ao que determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A Emenda nº 1, do Senador Roberto Cavalcanti, propõe a supressão do inciso VIII do art. 3º do PLS. O referido dispositivo prevê, como atribuição do suplente, “fiscalizar e acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas e previdenciárias e dos acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho”. Argumenta o autor que a fiscalização é prerrogativa do Poder Público. Em nosso entendimento, o termo “fiscalizar” pode e deve ser entendido em sentido estrito como “tomar conhecimento” dos fatos e denunciá-los, se for o caso, às autoridades competentes.

Por sua vez, a Emenda nº 2, do mesmo Senador, suprime o inciso IV do art. 12 do PLS, que assegura ao representante “dispensa remunerada do trabalho por pelo menos quatro horas semanais destinadas ao pleno exercício de seu mandato”. Segundo o au-

tor da Emenda, esse direito deveria ser previsto em negociação coletiva e não deveria ser estendido aos suplentes que, afinal, não estão sempre no exercício das atribuições.

Para nós, a negociação coletiva para esse direito é desnecessária dado o reduzido impacto das quatro horas semanais de dispensa nos resultados do trabalho e, quanto, aos suplentes, eles na verdade atuam como parceiros dos titulares, que nem sempre podem estar presentes em todos os momentos e locais dos eventos.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, na forma do texto proposto, com a seguinte emenda de redação e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 (CAS), justificada na análise delas.

EMENDA N° — CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 252, de 2009, a seguinte redação:

Assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências.– Senador **Cícero Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 109 a 111, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 476, de 2008; 614, de 2011; e 252, de 2009**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 109/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 6 de junho de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor mínimo do Auxílio-Accidente, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 110/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 6 de junho de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 111/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília 6 de junho de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009, que assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com referência aos **Ofícios nºs 109 a 111, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 476, de 2008; 614, de 2011; e 252, de 2009**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia:

– **Nº 80, de 6 de junho de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.477, de 2011, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, DE 2011**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que *acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens*

e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Parecer sob nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2011**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.*

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 113, DE 2011**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.*

6**REQUERIMENTO N° 448, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 448, de 2012, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 369 e 552, de 2011, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,

também, a de Assuntos Econômicos (férias para empregados de uma mesma família).

7

REQUERIMENTO N° 450, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 450, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (veda promoção e comercialização de refeição rápida acompanhada de outras vantagens).*

8

REQUERIMENTO N° 472, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 472, de 2012, do Senador João Durval, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 155, de 2010; e, 577,*

de 2011 - Complementares, por regularem matéria correlata (adicional de insalubridade e aposentadoria especial a trabalhador que exerça atividades de coleta de lixo).

9

REQUERIMENTO N° 476, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 476, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2011, além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (obrigatoriedade de equipamentos elétricos e eletrônicos para uso doméstico serem bivoltos).*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está encerrada a presente sessão.
Boa noite a todos!

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 13^a REUNIÃO DE 2012

Ata Circunstanciada da 13^a Reunião de 2012, convocada para o dia 29 de maio de 2012, terça-feira; às 9h30, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, para oitiva do Senador Demóstenes Torres.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB

Renan Calheiros
Romero Jucá

Eunício Oliveira (Suplente)

PT

Humberto Costa
Wellington Dias
José Pimentel

Aníbal Diniz (Suplente)
Walter Pinheiro (Suplente)

PSDB

Mário Couto
Cyro Miranda

PTB

Gim Argello

DEM

Jayme Campos

PR

Vicentinho Alves

PP

Ciro Nogueira

PDT

Acir Gurgacz

PSB

Antonio Carlos Valadares

Estiveram presentes, também, os Senadores não membros do Conselho: Fernando Collor, Eduardo Suplicy, Pedro Taques, Aloysio Nunes, Alvaro Dias, Pedro Simon, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin e Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, Bloco/PSB – SE) – Há número legal, iniciamos os nossos trabalhos, mas suspenderemos por alguns instantes porque estamos aguardando a presença do Senador Demóstenes Torres, que irá depor nesta reunião do Conselho.

Vamos aguardar mais alguns minutos, ele já foi chamado, está a caminho, está aqui no Senado.

Convido o Senador Demóstenes a tomar assento à mesa e ao seu lado o Advogado, Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro.

Inicialmente, submeto a aprovação do Plenário a Ata Circunstanciada da 12ª Reunião deste Conselho.

Os Srs. Senadores que aprovam a Ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata vai à publicação.

Como é do conhecimento de todos os membros deste Conselho, esta reunião foi convocada para ouvir o Senador Demóstenes Torres, conforme aprovado na 8ª Reunião deste Conselho.

Esta Presidência informa o seguinte:

Em 24 de maio, foi protocolado um envelope lacrado, recebido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, em resposta ao Ofício nº 214 de 2012, atendendo ao Requerimento nº 15 de 2012 deste Conselho.

Determinei, na mesma data, com o cumprimento das normas legais, o encaminhamento ao Sr. Relator, Senador Humberto Costa, e ao Procurador do Senador Demóstenes Torres, Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro.

Também em 24 de maio foram protocolados envelopes lacrados, processos administrativos nºs 013164/12-0 e 013165/12-7, remetidos pela Presidência do Senado em resposta ao Ofício nº 218, de 2012.

Determinei, na mesma data, com o cumprimento das normas legais, o encaminhamento ao Sr. Relator, Senador Humberto Costa, e ao Procurador do Senador Demóstenes Torres, Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro.

Esta Presidência também informa que foi protocolado na Secretaria do Conselho, em 25 de maio de 2012, Ofício nº 60 de 2012, do Tribunal Regional

Eleitoral de Goiás, em resposta ao Ofício CEDAP nº 209 de 2012, que passo a ler. Eu gostaria de ter o Ofício que veio do Tribunal:

"Sr. Senador,

De ordem do Exmº Sr. Presidente deste Regional, e em resposta ao Ofício CEDAP nº 209/2012, proveniente da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, encaminho a V.Exº as cópias integrais dos processos relativos às prestações de contas de S. Exº o Sr. Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, referente às Eleições de 2002 (candidato ao cargo de Senador da República), 2006 (candidato ao cargo de Governador do Estado de Goiás) e 2010 (candidato ao cargo de Senador da República), conforme certidão circunstanciada em anexo."

Informo a esse Conselho que foi encaminhado, na data de ontem, cópia do referido Ofício ao Relator, Senador Humberto Costa, ao representado, Senador Demóstenes Torres, ao Procurador do representado, Sr. Antonio Carlos de Almeida Castro, e ao PSOL, autor da representação.

Eu recebi também da Empresa Sete Táxi Aéreo, através de seu Presidente, Luiz Roberto Vilela, um ofício contendo as informações das aeronaves, tempo de voo, relatório de voo, passageiros por percurso, um relatório completo das viagens empreendidas do dia 16/08/2010 até o dia 16/11/2010:

"Em que pese a solicitação contida no ofício em epígrafe, a Sete informa não ter condições de elencar os nomes dos acompanhantes, mas disponibiliza a esse Conselho o número de passageiros que embarcaram em cada voo, sendo essa a informação possível de ser prestada no momento.

A Sete Táxi Aéreo informa, ainda, que não houve pagamento dos voos acima elencados, pois essas horas foram doadas por ela para a campanha eleitoral do candidato Demóstenes Lázaro Xavier Torres, como prova a Nota Fiscal de Serviço de Transporte nº 0007218 em anexo.

Oportunamente esclarecer que, apesar de terem sido doadas 30 (trinta) horas de voo para a campanha da 'Eleição 2010 Demóstenes Lázaro Xavier Torres Senador', o candidato utilizou apenas a quantidade de horas acima descrita (19h50min).

Por fim, além dos voos acima descritos, a Sete Táxi Aéreo informa que no dia 23/03/2011 realizou um voo entre as cidades de Goiânia-Brasília-Niquelândia-Brasília-Goiânia, utilizando a aeronave de prefixo PT-WST. Referido voo, no valor de R\$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), foi contratado e pago pelo "Democratas Diretório Regional de Goiás", conforme Nota Fiscal de Serviço de Transporte nº 000 7805 em anexo.

Sendo o que nos cumpria reportar, colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos necessários.

Goiânia, 25 de maio de 2012.

Luiz Roberto Vilela
Presidente"

Esta Presidência informa, por fim, que foi protocolada na Secretaria do Conselho, em 28 de maio de 2012, o Ofício nº 186 da CPMI Vegas, do Presidente da Comissão Mista de Inquérito, Senador Vital do Rêgo, em resposta ao Ofício nº 207, de 2012, que passo a ler:

"Comunico a V. Ex^a, Sr. Presidente, que as informações solicitadas no Ofício CEDEP nº 207, de 2012, que encaminhou o Requerimento nº, de 2012, foram disponibilizados a esse Conselho nos exatos termos do Ofício n 43 da CPMI Vegas, de 16 do corrente, em anexo."

Eu gostaria de propor a este Conselho o seguinte procedimento para a presente reunião: primeiro será dada a palavra ao representado, Demóstenes Torres; segundo, será dada a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, para formular os questionamentos que entender necessários; terceiro, será concedido a cada membro do Conselho o prazo de até dez minutos, improrrogáveis, para a formulação de perguntas; quarto, a chamada para que os Senadores formularem as perguntas será feita de acordo com a lista de inscrição, titulares e suplentes, passando-se a palavra primeiramente aos membros do Conselho; quinto, após a manifestação dos titulares e suplentes, será concedida aos Senadores que não integram o Conselho o mesmo prazo concedido a seus membros para questionamentos; sexto, o representado não será interrompido, exceto pelo presidente ou pelo relator.

Se não houver objeção, esse será o procedimento a ser seguido.
(Pausa.)

Aprovado.

Srs. membros do Conselho, Sr. Senador Humberto Costa, Sr. Demóstenes Torres, V. Ex^a, Sr. Senador Demóstenes Torres, pode avaliar o quanto é grave e delicado este momento.

Os seus esclarecimentos são da mais alta importância para a formulação de um juízo justo e adequado do Relator e deste Conselho, porque nós esperamos – e V. Ex^a terá todo o tempo que achar necessário – que suas palavras simbolizem, única e exclusivamente, a verdade, que elas não sejam escamoteadas, que os esclarecimentos ou as justificativas meramente jurídicas que forem importantes não sejam o apanágio ou a principal prioridade de seu depoimento. Que V. Ex^a possa se deter no mérito, no conteúdo das acusações que lhe são imputadas.

Estamos todos aqui atentos ao seu pronunciamento. Ser-lhe-á dado todo o tempo que V. Ex^a achar necessário para a sua defesa, para os seus esclarecimentos, em obediência ao devido processo legal e aos princípios da ampla defesa. V. Ex^a, que, sem dúvida alguma, representou, durante o exercício de seu mandato aqui na Comissão de Justiça e no plenário, uma posição de destaque, chamando a atenção não apenas de seus Pares, como de toda a sociedade brasileira, como Senador que representava a ética, a integridade, a decência, agora, nesse seu depoimento, terá toda a oportunidade de, perante este Conselho, perante a sociedade e a Nação, confirmar ou não o conceito que tínhamos de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exmº Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, Sr. Relator, Senador Humberto Costa, Srs. Membros deste Colegiado, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, demais presentes, devo dizer a V. Ex^as que vivo o pior momento da minha vida. Vivo um momento pelo qual jamais imaginaria passar.

A partir de 29 de fevereiro deste ano – hoje estamos inteirando três anos, três meses do episódio, melhor dizendo –, eu passei a enfrentar o que nunca tinha enfrentado na minha vida: depressão, remédio para dormir que não faz efeito, fuga dos amigos e, talvez, a campanha sistemática mais orquestrada da história do Brasil.

Fui investigado indevidamente. Vou tocar nesse tópico apenas *en passant*, porque, como disse nosso Presidente, quero enfrentar o mérito, vou enfrentar o mérito, mas não poderia dizer que o primeiro encontro fortuito de uma ligação minha aconteceu no ano de 2008. Isso se prolongou até o ano de 2012. E nós sabemos muito bem que fortuito é antônimo de permanente. Pior do que isso: os vazamentos sistemáticos, programados, diários, diferentes com o único intuito de enxovalhar minha reputação. E nós veremos, durante tudo aquilo que eu vou expor, que muita coisa que foi dita é desmentida pelos próprios autos, muita coisa teve uma importância relevada e a grande maioria, a esmagadora maioria, senão a totalidade, não tem importância, ou relevância penal ou ética alguma.

Eu disse e repito: pai de família, com dois filhos, um de 26 e uma filha de 24 anos, uma menina adolescente de 11, uma enteada de 12, uma neta de cinco, tive que enfrentar não só os meus colegas, não só a desconfiança de todos; tive que enfrentar tudo.

Confesso para os senhores que pensei nas piores coisas, pensei em renunciar ao meu mandato. E o simples fato de eu ter contato com as pessoas, e depois eu pude ver o tanto que, às vezes, eu fui cruel com os outros, isso fazia com que essas pessoas pudesse ficar com uma imagem ruim. Dou o exemplo: eu que tenho uma família numerosa – e no meu Estado era assim –, somos dez irmãos, sete vivos, eu sou o penúltimo irmão; meu último irmão tem 49 anos, é Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás. Esse meu irmão seguiu os meus passos, sempre foi meu admirador. Eu fiz Direito, ele fez Direito; fui Procurador-Geral, ele é hoje Procurador-Geral, com mais de 70% dos votos da sua categoria. Meu irmão foi execrado pelo fato de ser meu irmão. Pedi a ele que recebesse duas pessoas, um vereador e um grupo de vereadores – a única coisa que pedi –, e ele foi junto comigo, desceu essa escada.

Mas eu espero, como disse o Senador Antonio Carlos Valadares, me soerguer. Eu tenho uma história. E, hoje, tudo que é divulgado é divulgado inclusive com muita maledicência. Quero dar um exemplo do meu patrimônio. Os documentos estão aqui, vou entregar ao Conselho de Ética.

Até fevereiro deste ano, eu morava na casa da minha enteada, no apartamento da minha enteada. Comprei um apartamento, ano passado, no valor R\$1,2 milhão, R\$400 mil pagos pela minha esposa, declarados no Imposto de Renda, transferência bancária correta, e R\$800 mil financiados pelo Banco do Brasil. Vou terminar de pagar a última prestação quando eu inteirar 80 anos de idade.

Saíram – saiu, melhor dizendo, ou saíram mesmo – manchetes dizendo que o apartamento é de 700 metros quadrados. O apartamento é grande, tem mais de 400 metros quadrados, como vou mostrar no documento, área privativa. Somaram a área privativa com a área comum para chegar a esse tamanho, até para dizer que era incompatível com o meu rendimento.

Disseram, ligaram para o meu advogado, que o meu advogado afirmou que isso era descontado em folha de pagamento. Eu estou provando que

isso é descontado em folha de pagamento e que eu recebo uma diferença em torno de R\$11 mil por mês do Ministério Público do Estado de Goiás, como receberam todos os Ministros do Supremo, do Superior Tribunal de Justiça, membros do Ministério Público, só que eu recebo parceladamente, não recebi de uma vez. E estou provando então que eu dou conta de pagar essa prestação. E saiu a manchete: "Demóstenes quadruplica o seu patrimônio". Sim, em trinta anos o meu patrimônio estará quadruplicado. Então, eu quero mostrar isso aos Senhores, mostrar que, muitas vezes, eu fui vítima também da maldade.

Eu não tinha a lanterna na popa, eu não podia adivinhar o que eu sei hoje. O que eu sabia, naquele momento, é que eu me relacionava com um empresário e que esse empresário também se relacionava com cinco Governadores de Estado, dezenas de parlamentares municipais, estaduais e federais, dezenas de outros empresários. Todas as outras pessoas que foram inquiridas a esse respeito confirmaram, sim, ele tinha vida social, ele era recebido em todos os lugares. Hoje, com essa lanterna na popa, eu dou conta de ver, mas, naquela ocasião, com a lanterna da proa, quem podia saber o que nós sabemos hoje? Reafirmo que tinha amizade com ele, sim.

Quero dizer aos senhores que, neste Senado, eu quero mostrar isso, eu tive uma atuação operosa. Eu relatei quase 1.300 proposições legislativas; eu apresentei 200 proposições legislativas; eu relatei os projetos ou muitos projetos extremamente importantes para o Brasil: Estatuto do Idoso, se aqueles que têm 65 anos de idade hoje recebem benefícios previdenciários, eu pude contribuir; a Lei da Ficha Limpa, eu pude relatar; a Lei de Acesso a Documentos Públicos; a prorrogação do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, que faz com que hoje milhões de pessoas recebam o benefício do bolsa-família e outros, eu também pude dar o meu quinhão.

Se eu resisti até este momento para chegar aqui, é porque eu queria responder às senhoras e aos senhores, responder às dúvidas que V. Ex^{as}s têm, que o Brasil tem, que a minha família também tem. Eu tenho orgulho do que eu fiz, da profissão que ocupei, do meu trabalho.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu só pude chegar aqui hoje porque quero dizer aos Senhores que redescobri Deus. Parece um fato ... pequeno diante ... mas acho que minha atuação era pautada mais pelos homens do que por Deus. Se eu cheguei aqui, foi porque eu readquiri a fé e graças a Deus eu posso estar aqui para conversar com as senhoras e os senhores.

Todas as leis relativas à pedofilia, combate à pedofilia, eu pude ajudar, e assim por diante; uma nova feição do Tribunal do Júri; o Código de Processo Penal, aprovado aqui; a Comissão de Constituição e Justiça, que eu tive a oportunidade de honrar.

Queria falar para os senhores, depois de fazer esse intrôito, sobre alguns assuntos dos muitos que foram abordados, e deixarei outros para as perguntas do Sr. Senador Humberto Costa, Sr. Relator, e dos demais Senadores.

Primeiramente, eu gostaria de falar sobre o Item 1, que destaquei, que é relativo aos 30% que eu teria recebido do esquema de jogo no Estado de Goiás. O site da revista *Carta Capital* conta que um informe – os senhores sabem muito bem o que é um informe, um informe é alguém que escreve qualquer coisa a respeito de outro e deixa ali para ser averiguado –, que um informe do delegado Deuselino Valadares diz que eu, Senador Demóstenes Torres, fiquei com 30% do

jogo em Goiás e o dinheiro seria utilizado no caixa dois da campanha para governador, em 2006. Essa informação teria sido dada pelo empresário Ruy Cruvinel quando preso por ser dono de cassino.

Eu queria dizer para os senhores que todas as autoridades – todas as autoridades – que atuaram nesse inquérito disseram textualmente – e eu vou ser até enfadonho porque eu quero ler tudo que está aqui – que eu não tenho nada a ver com o jogo. Devo essa explicação principalmente a minha mulher, que suportou comigo todos esses momentos, e aos meus filhos e às senhoras e aos senhores.

O Delegado Matheus Rodrigues, às folhas 5 e 6 do apenso 01 do volume 01 – se os senhores quiserem anotar, isso está dentro do inquérito, que está, por sua vez, dentro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que, por sua vez, teve autorizada a partilha de informações com este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – diz o Delegado:

[...] existem, em tese, outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos e pessoas que não diretamente ligados à investigação em andamento [...]. Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas nas conversas que possuem foro privilegiado (Senador, Promotor de Justiça, etc.) não são objeto daquela investigação [...].

[...] protestamos pelo sobrerestamento do início de tais investigações e/ou do envio desses indícios a outro juízo, visando primeiro o desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e para tanto pratica crimes correlatos tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando/descaminho, etc."

Isso, quem disse foi o Delegado Matheus Rodrigues no dia 19 de abril de 2011, e essas afirmações estão às folhas 5 e 6 do apenso 01 do volume 01 dos autos que se encontram na CPMI.

Já o mesmo Delegado, no dia 06 de maio de 2011, diz: "[...] existem, em tese, outras investigações [...]. Estou lendo aqui literalmente.

[...] existem, em tese, outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos [...] que não diretamente ligados [a pessoas] à investigação em andamento.

Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados [vejam que é um modelo padrão] [...] citadas nas conversas que possuem foro privilegiado (Senador, [...] etc.) não [...].

Cumpre consignarmos que os interlocutores [...] nas conversas que possuem foro privilegiado [...] não tiveram invadida sua privacidade [...].

[...] protestamos pelo sobrerestamento do início de tais investigações e/ou do envio [já se pedia para enviar ao Supremo] desses indícios a outro juízo, visando primeiro o desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização [...] essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e para tanto pratica crimes correlatos tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando/descaminho, etc."

O Procurador da República, Daniel de Resende Salgado, em 06 de maio de 2011, diz, às folhas 337, que estão no apenso 01 do volume 02...

A manifestação anterior do Delegado está às folhas 255 e 256, no apenso 01, volume 02.

Diz o Procurador da República, Daniel de Resende Salgado, em 06 de maio de 2011:

"O mencionado auto indica várias conversas telefônicas que não se relacionam com o objeto da investigação em tela (encontradas fortuitamente), mas podem sinalizar para a possível existência de outros crimes que devem [ser], futuramente, [apreciados] [...]."

Às folhas 340, 341, o Delegado Luís Oliveira, no apenso 01, volume 02, no dia 19 de maio de 2011, diz:

"Existe, em tese, [sempre sic] outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos e pessoas que não diretamente ligados à investigação em andamento nos autos [...]."

Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas [...] que possuem foro privilegiado (Senador, etc.) não são objeto daquela investigação."

Em seguida – perdão por ser enfadonho, mas quero trazer aqui todas as manifestações dos autos –, nas fls. 383, no dia 20 de maio de 2011, os Procuradores Daniel de Resende Salgado, Procuradores da República, e Marcelo Ribeiro de Oliveira, nas fls. 383, apenso 1 do volume 2, dizem:

"O mencionado auto indica várias conversas telefônicas que não se relacionam com o objeto da investigação em tela, encontradas fortuitamente, mas podem sinalizar para a possível existência de outros crimes, que devem, futuramente, ser apurados."

Nas fls. 386, 387, quatro Delegados (Matheus Rodrigues, Luís Oliveira, Ivon Silva e Rolando de Souza) dizem:

"Existem [vou ler corretamente], em tese, outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos e pessoas que não diretamente ligados à investigação em andamento nos autos. Os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas nas conversas que possuem foro privilegiado já admitiam que tinha o foro privilegiado] (Senador, etc.) não são objeto daquela investigação.

Protestamos pelo sobrerestamento do início de tais investigações e/ou envio desses indícios a outro juízo, visando primeiro ao desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto de outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho etc."

No dia 20 de junho de 2011, nas fls. 431 do apenso 1 do volume 3, o Delegado Matheus Rodrigues diz:

"Protestamos pelo sobrestamento do início de tais investigações e/ou envio desses indícios a outro juízo, visando primeiro ao desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras investigações, melhor dizendo) das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho etc."

Fls. 432. Procuradores da República Daniel Resende de Salgado e Léa Batista de Oliveira, no dia 20 de junho de 2011:

"O mencionado auto indica várias conversas telefônicas que não se relacionam com o objeto da investigação em tela, encontradas fortuitamente, mas podem sinalizar para a possível existência de outros crimes, que devem, futuramente, ser apurados".

Nas fls. 539 do apenso 1, volume 3. No dia 20 de junho, novamente – porque, nesse ato, é uma coincidência: foram protocolados dois pareceres, inclusive no mesmo dia e na mesma hora que os delegados de polícia, 20 de junho de 2011, às 17h30:

"O mencionado auto indica várias conversas telefônicas que não se relacionam com o objeto da investigação em tela, mas podem sinalizar para a possível existência de outros crimes, que devem, futuramente, ser apurados."

Nas fls. 542... 543. Delegado Matheus Rodrigues, no dia 4 de julho de 2011:

"Existem, em tese, outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos e pessoas que não diretamente ligados à investigação em andamento. Os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas nas conversas que possuem foro privilegiado (Senador, Promotor de Justiça) não são objeto daquela investigação dos autos supramencionados.
Protestamos pelo sobrestamento do início de tais investigações e/ou envio desses indícios a outro juízo, visando primeiro ao desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho etc."

Nas fls. 779, 780 do apenso 1, volume 4. Delegado Matheus Rodrigues, no dia 29 de julho de 2011.

"Existem, em tese, outras investigações a serem iniciadas acerca de outros fatos e pessoas que não diretamente ligados à investigação em andamento nos autos. Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados

ou pessoas citadas nas conversas que possuem foro privilegiado (Senador, etc.) não são objeto daquela investigação dos autos supracitados. Protestamos pelo sobreendimento do início de tais investigações ou o envio desse indício a outro juízo, visando, primeiro, o desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho, etc."

Nas fls. 1.240 e 1.257, apenso 1, volume 6, Delegados Matheus e Raul Alexandre Marques Sousa. Dizem os Delegados:

"Não vislumbramos vínculo das condutas de pessoas que possuem prerrogativa de foro com os fatos relacionados à investigação principal – corrupção praticada para a manutenção das atividades de jogos ilegais. Cumprę consignarmos que não identificamos vínculo de Cláudio Abreu, bem como das pessoas abaixo elencadas (Senador, Deputado, secretário de Estado, etc.), com exploração de jogos de azar, mas, sim, com suposta corrupção de servidores públicos, fraudes em licitações, tráfico de influências, etc."

Páginas 1.371, 1.372, os mesmos delegados, apenso 1, volume 7.

Conclusão:

"Não há elementos mínimos que demonstrem que alguma das autoridades supracitadas que possuem foro privilegiado faça parte da organização criminosa investigada nos autos principais, ou seja, nenhuma das pessoas citadas acima, inclusive eu, teria: a – explorado produtos contrabandeados, máquinas caça-níqueis; b – oferecido ou pago propina a qualquer das dezenas de agentes de segurança pública elencados na investigação principal; c – participado da lavagem de dinheiro, produto dos crimes investigados naqueles autos."

Então, os delegados dizem isso no dia 08 de novembro de 2011.

Depois, os Procuradores da República Daniel, Léa e Marcelo, já mencionados... Isso se encontra no apenso 1, volume 7. As folhas estão sem numeração, mas é ao final daqueles autos. Dizem os procuradores:

"Não há elementos mínimos que demonstrem que as autoridades supracitadas que possuem foro por prerrogativa de função teriam, de alguma forma, participação direta com o objeto da investigação de crimes perpetrados pelo grupo criminoso organizado, quais sejam: a – explorado produtos contrabandeados, máquinas caça-níqueis; b – oferecido ou pago propina a qualquer das dezenas de agentes de segurança pública elencados na investigação principal; c – participado de lavagem de dinheiro, produto dos crimes investigados naqueles autos."

Isso foi dito, no dia 24 de janeiro de 2012, pelos Procuradores Daniel de Resende Salgado, Léa Batista de Oliveira e Marcelo Ribeiro de Oliveira.

Em seguida, mais uma manifestação do Sr. Delegado Matheus Rodrigues, no dia 10 de fevereiro de 2012, em duas folhas completamente desconexas, as duas com numeração 4, mas eu leio, porque as duas concluem a mesma coisa.

"Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas nas conversas que possuem foro privilegiado (Senador, etc.) não são objeto daquela investigação dos autos supracitados. Protestamos pelo sobreendimento do inicio de tais investigações ou o envio desse indício a outro juízo, visando, primeiro, o desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho, etc."

A outra página, com a mesma numeração, evidentemente montada no mesmo dia, por isso desconexa:

"Cumpre consignarmos que os interlocutores dos investigados ou pessoas citadas nas conversas, que possuem foro privilegiado, Senador, etc., não são objetos daquela investigação dos autos supracitados. Protestamos pelo sobreendimento do início de tais investigações ou envio desses indícios a outro juízo, visando primeiro ao desfecho da investigação relacionada à organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, organização criminosa essa que, diferentemente do contexto das outras conversas constantes do auto anexo, explora máquinas caça-níqueis e, para tanto, pratica crimes correlatos, tais como corrupção ativa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho, etc."

O Juiz Paulo Augusto Moreira Lima, numa decisão, também no dia 10 de fevereiro, sem numeração, mas que é a última folha do Apenso 1, Volume 7:

"Após análise dos autos, como também dos relatórios produzidos pelo Ministério Público Federal e pelo Departamento de Polícia Federal, não vislumbro conexão com os fatos investigados nos presentes autos."

O Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, no pedido de abertura de investigação, item 20, que se encontra nas fls. 13 e 14 ou, na numeração a mão, 14 e 15. Diz o Dr. Gurgel:

"É importante registrar também que, em razão de o Parlamentar não ter atuação na atividade ilícita de jogos de azar, que constitui o fato investigado no IPL nº 089/2011, não se procedeu de imediato à análise de suas falas."

Nota do Sr. Ruy Cruvinel, que teria sido informante do delegado de que eu teria recebido ou que recebera 30% dos jogos em Goiás. Na coluna do jornalista Cláudio Humberto, no dia 15, melhor dizendo, no dia 25 de março de 2012, diz a nota do jornalista Cláudio Humberto:

"O advogado Ruy Cruvinel divulgou nota neste sábado, manifestando indignação em relação às mentiras divulgadas na revista CartaCapital. Ele se refere à reportagem em que a publicação atribui a ele declarações à Polícia, acusando o Senador Demóstenes Torres de ligações com o empresário de jogos Carlos Cachoeira e até de receber participação em negócios ilegais. A revista também afirmou que Cruvinel, dono de cassino, prestou tais declarações quando foi preso.

'Nunca fui preso nem tive cassino, muito menos estourado em operação policial', nega o advogado, que garante: 'Não fiz declaração acusando o Senador Demóstenes Torres e nunca estive pessoalmente como ele'. Além disso, Ruy Cruvinel fez um desabafo: 'A quem quer que seja para apresentar algum documento comprovando que fui preso ou prestei declarações acusando o Senador de participação ilícita exercida pelo Sr. Carlos Augusto Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira'".

No mesmo blog do jornalista, pode-se pegar a mesma nota que vou ler, que é a íntegra da nota dele:

"Nota de esclarecimento.

Manifesto minha indignação em relação às mentiras divulgadas na matéria da revista CartaCapital. Nunca fui preso nem tive cassino, muito menos estourado em operação policial e não fiz nenhuma declaração acusando o Senador Demóstenes Torres de qualquer ligação e muito menos participação em atividade ilícita com quem quer que seja. Não conheço o Senador Demóstenes Torres e nunca estive pessoalmente com ele. Desafio quem quer que seja a apresentar algum documento comprovando que fui preso ou prestei declarações acusando o Senador Demóstenes Torres de participação em atividade ilícita exercida pelo Sr. Carlos Augusto Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira ou por quem quer que seja.

Goiânia, 24 de março de 2012. Ruy Cruvinel Neto – advogado."

Por último, a entrevista da Subprocuradora da República Cláudia Sampaio ao jornal O Estado de S. Paulo, ao Jornalista Ricardo Brito. Diz a Sra Procuradora: "Demóstenes não participava do esquema de jogos ilegais objeto daquela apuração."

Fiz questão de ler todos os documentos que havia nos autos, Srs e Srs. Senadores, para dizer o seguinte: os procuradores, os delegados, o Procurador-Geral da República, a Subprocuradora podem até brigas, mas em um ponto eles convergem: eu jamais tive participação em qualquer esquema de jogos ilegais. Ao final, vou entregar esta pasta – alguns dos Srs. Senadores podem fazer o questionamento, então vou guardá-la por enquanto – ao Sr. Presidente para anexá-la aos autos da representação protocolada.

O item 2 diz o seguinte: Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, nos itens 35 e 36 do pedido de abertura de investigação, folhas 34, 35, na numeração manual, diz o Dr. Gurgel:

"Em diálogos captados entre os dias 22 e 23 de março de 2011, entre Cláudio Abreu, Geovani Pereira da Silva, Carlos Cachoeira e Rodrigo, é referido o valor de R\$1 milhão, que teria sido entregue ao Senador Demóstenes Torres."

E, no item 36, diz também o Dr. Gurgel:

"Em diálogo no dia 22 de março de 2011, às 11 horas, 18 minutos e 0 segundo, entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu, não degravado pela autoridade policial, é expressamente referido que o valor de R\$1 milhão foi depositado na conta do Senador Demóstenes Torres e que o valor total repassado para o Parlamentar foi de R\$3,1 milhões."

Estou entregando aqui a cópia das minhas duas contas, provando que, no período em que o Procurador pediu – podem quebrar em qualquer momento, posso até entregar as contas – em nenhum momento foi depositado R\$1 milhão na minha conta. Então, as provas documentais estão aqui e, ao final, entregarei a V. Ex^a, Sr. Presidente, para serem devidamente anexadas. É preciso dizer que nem R\$1 milhão, nem R\$1 mil, nem R\$3 milhões, nem nada, em nenhum momento isso entrou na minha conta ou me foi dado de qualquer outra maneira.

Quando ao uso do rádio Nextel, posso dizer exatamente a mesma coisa. Recebi um rádio, que foi utilizado para minha comodidade, um rádio que falava nos Estados Unidos, falava na Argentina, falava no Brasil. Eu falava, ao contrário do que dizem (que era com exclusividade), com muitas outras pessoas. O rádio, afirmam que era sigiloso. Nunca tive essa informação. Se era sigiloso, como foi grampeado? Além disso, a maneira mais fácil de fazer grampo é através de rádio, grampear sistema de rádio. Como eu disse, hoje é fácil verificar que foi um erro. Eu não imaginava a dimensão que isso teria, mas, como eu disse também anteriormente, não tinha a lanterna na popa e não tinha como adivinhar que isso também era utilizado para outras finalidades. Também, na mesma entrevista, a Subprocuradora Dr^a Cláudia Sampaio diz: "Cláudia tem a mesma opinião sobre o fato de o Senador ter recebido o rádio Nextel: não é crime." E não poderia imaginar jamais que 40 ou mais pessoas tinham esses rádios.

Quanto ao projeto de lei dos bingos, em que consta a expressão "isso te pega", faço uma retrospectiva do que aconteceu em relação aos bingos no Estado de Goiás. Dividi isso em três fases. Primeiro, uma fase legal que durou de 1995 a 2004.

Uma reportagem do jornal *Diário da Manhã* do dia primeiro de abril de 2004 diz o seguinte: o juiz da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual Ari Ferreira de Queiroz decretou ontem a nulidade do contrato entre a Loteria do Estado de Goiás, LEG, e a Empresa Gerenciamento e Planejamento Limitada, Gerplan. A decisão atende a ação cível pública movida pelo promotor de Justiça

Abraão Amis Neto, da Promotoria de Defesa do Cidadão. A LEG terceirizou operação de loterias e jogos em Goiás para a Gerplan. O primeiro contrato foi feito em 1995. Entretanto, em 1998, foi feita uma prorrogação de contratos com vigência até 2010.

O jornal *O Popular*, também do Estado de Goiás, publicou nesse último domingo uma cronologia também dessas atividades. Em 1995, o Governador Maguito Vilela sanciona lei autorizando ceder à empresa privada exploração de jogos lotéricos em Goiás. A Gerplan vence licitação para explorar loterias, contrato assinado em três de julho, com validade de 30 meses. 1996, decreto de janeiro, ainda do mesmo governador, institui na Loteria do Estado de Goiás o sistema de concurso de prognósticos que especifica. O texto inclui descrição rudimentar de caça-níqueis. E aí por diante.

No ano de 2004, o juiz Ari Ferreira de Queiroz anula contrato da Gerplan com o Estado devido a irregularidades da prorrogação feita em 1998; o termo aditivo não estava previsto no edital.

Em 2006, diz o jornal, o Estado continua repleto de caça-níqueis nas ruas com autorização do Tribunal de Justiça de Goiás.

Quando foi que terminou essa primeira fase? Terminou quando o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 30 de maio de 2007, cuja decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* do dia 06 de junho de 2007, editou a Súmula Vinculante 02, que dizia: é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

Nessa segunda fase, que eu coloco a partir de 2007 até o início de 2011, é que aparece uma ligação em que Carlos Cachoeira pede para que eu olhe um processo que se encontra na Câmara dos Deputados. Esse processo, é bom que se diga, foi aprovado no Senado no ano de 2002. Em 2004, ele recebeu um parecer e um substitutivo na Câmara dos Deputados e ficou sem movimentação até a data de hoje.

Nessa conversa, ele diz: "Olha, tem um projeto que transforma contravenção em crime". E eu digo: qual é a importância disso? Isso, inclusive, te pega. Você pode vir, você quer que a atuação seja legalizada, então não vai poder ter atividade. E ele, como bem observa o Sr. Relator Humberto Costa, muito mais informado do que eu diz: "Tem os artigos 4-A e 4-B, em que a loteria estadual é permitida."

Então, ai os senhores imaginam o seguinte: eu não tomei nenhuma providência em relação a isso. O projeto continua onde sempre esteve. E as maiores testemunhas disso, acho que são meus colegas Senadores. Nós temos colegas aqui de diversos partidos, da antiga legislatura e da atual. Eu indago a qualquer um: se eu procurei qualquer Senador, desta legislatura ou da outra legislatura, para discutir sobre legalização de jogos? Jamais fiz isso. Então, a prova negativa disto – de que eu era lobista e que eu queria a aprovação de jogos – são os Srs. Senadores que aqui se encontram e os que também não se encontram.

E mais, se toda conversa que nós tivermos com pessoas que têm um pleito aqui for levada para o lado da quebra de decoro, eu imagino onde é que nós vamos parar.

Por exemplo, está em discussão a descriminalização – vou usar esse termo, porque eu prefiro – do aborto. Então, quantas pessoas nós não recebemos aqui para conversar sobre aborto, para falar justamente: psicólogos, psiquiatras, médicos, ginecologistas – é uma discussão! – juristas. Se, em algum momento, alguém dessa discussão for ser revelado aqui, há dois, três, quatro, cinco anos, como o membro de uma clínica que realizava aborto clandestino, o Sr. Senador que o recebeu tem alguma culpa por isso? Quem discutiu essa matéria tem culpa disso?

Em relação a outro tema: a descriminalização de drogas. Alguém que recebe qualquer pessoa ou discute sobre a descriminalização recebe dezenas de pessoas. Depois se descobre, no futuro, que uma dessas pessoas fazia o tráfico de drogas. O Sr. Senador que recebeu essa pessoa tem qualquer responsabilidade sobre isso?

Então, em relação a todas essas atividades, não tenho nenhuma responsabilidade sobre a conversa que eu tive, até porque ela não teve consequência; eu não levei isso adiante. O projeto estava e esteve sempre no mesmo lugar.

Na terceira fase, que chamo no início de 2011, quando Carlos Cachoeira disse a mim e disse também ao Governador Marconi Perillo que ele não lidava mais com jogos. E o Governador Marconi Perillo disse isso numa entrevista à jornalista Christiane Samarco, no dia 9 de abril de 2012: "Encontrei Cachoeira em uma festa e, em uma conversa informal, ele me revelou que tinha abandonado o jogo, saído da contravenção, e que era empresário trabalhando na legalidade."

E diz ainda o governador: "Ele era um empresário conhecido, bem sucedido, dono de uma indústria grande de medicamentos."

Então, o que ele disse a mim, disse também a outras pessoas: que não lidava mais com jogos.

Ainda assim, posso dizer que, num dos momentos, que tem até uma transcrição, joguei verde em cima dele. Eu disse para ele: olha, tem uma operação conjunta da Polícia Federal com o Ministério Público; operação conjunta que nunca se realizou e nunca foi cogitada, conforme documentos entregues ao Conselho Nacional do Ministério Público, etc.

Então, ainda assim, eu fazia esses testes com ele.

E, no outro dia, eu disse: olha, isso me foi passado por alguém que tem informação, e esse alguém é um jornalista do Estado de Goiás, que também era do relacionamento dele, o que evidentemente eu desminto no outro dia, porque ele não ficou apavorado – a síntese de quem está nisso é ficar apavorado –, e menciono o nome de um Procurador da República e de um jornalista aqui de Brasília como tendo armado isso ou como tendo falado isso.

Mas, evidentemente, que o único propósito era para saber se ele realmente estava no jogo.

Então, eu digo aos senhores, pergunto novamente: que lobista sou eu que nunca procurei um colega Senador para aprovar jogo, qualquer que seja o partido, para discutir sobre legalização de jogo?

Eu peço a V. Ex^{as}s que eu seja julgado pelo que eu fiz, não pelo que eu falei que eu iria fazer. Como diria Ismael Silva, na década de 1930: nem tudo que se diz se faz. E isso é uma verdade inconteste. Muitas vezes, para se livrar de um interlocutor, para abreviar uma conversa. E os senhores vão ver que, ao longo de tudo que aconteceu, muitas vezes não aconteceu efetivamente nada, porque eu não fui atrás. Fazia isso por gentileza, como fazia com muitos outros.

Eu queria aqui depois, vou mostrar para os senhores, eu tive aqui 298 gravações, segundo a Polícia Federal; segundo os jornais, 416 gravações, com o Sr. Carlos Cachoeira. E vou mostrar que eu tive um número muito maior de ligações só em celular, ainda falta um celular, que não chegaram..., mais de 25 mil ligações no mesmo período. O meu gabinete recebeu, melhor dizendo, originou mais de duzentas mil ligações. E a gente sabe que nós recebemos mais ligações do que nós originamos, mas isso o Senado não tem como dizer quantas ligações nós recebemos. Então, é razoável dizer que eu fiz, só em relação a telefone celular, mais de 26 mil ligações. E possivelmente tenha feito ou recebido em torno de cem mil ligações nesse período, de um total de quinhentos mil ou mais, que o meu gabinete recebeu e que eu mesmo fiz.

Agora, como o grampo aconteceu em relação a um só interlocutor, não dá para se ter esse, esse padrão, porque com todos eu agia exatamente da mesma forma. Com todos que eu fui procurado, que me procuraram no Brasil: empresários, estudantes, professores, prefeitos, parlamentares. O que eu achava que era correto fazer, eu fazia. O que eu não achava que era correto eu não dava sequência e não dava andamento.

Quantos pleitos eu já recebi? Eu pergunto. Eu poderia ter feito, mas não fiz, e os autos confirmam que eu não fiz.

Srs. Senadores, esse era o meu padrão de atendimento, que, infelizmente, como não foram grampeados outros telefones, que deveriam ter sido grampeados, evidentemente fica-se com essa impressão. Mas, repito, não há quebra de decoro em se comentar um projeto com quem quer que seja.

Em relação ao avião, os três mil, da Sete Táxi Aéreo, evidentemente eu peço aos senhores o nosso... o perito contratado pelo Dr. Kakay já fez uma perícia prévia. Esse é um diálogo absolutamente truncado. A transcrição... na transcrição, é... a pergunta "quanto foi três mil?" Na realidade, uma pessoa – até já está na defesa –, uma pessoa pergunta, não é, cobra alguma coisa da Sete Táxi Aéreo ou de qualquer empresa correlata, e tanto é que eu pergunto para alguém que está ao fundo: "Quanto foi?" E a pessoa responde: "Três mil". E eu retransmito a ele a cobrança que foi feita, porque a pessoa sabia que eu tinha um relacionamento de amizade com ele.

Então, isso aqui, basta que os senhores procurem às folhas 1.032 dos autos. A degravação é do dia 22 de junho de 2009. Inicia-se às 14h41min47. E há prova de que esse áudio foi transcrito de forma errônea. Qualquer Senador que ouça os autos vai verificar que alguma pessoa pergunta, ao fundo, qual é o

valor. Eu pergunto para essa pessoa qual é o valor e a pessoa confirma que é um valor de R\$ 3 mil.

Quanto à servidora fantasma, que também é mencionada, é preciso dizer o seguinte: a servidora foi admitida no dia 6 de maio de 2008 e foi exonerada no dia 22 de maio de 2009.

No Senado, naquele instante, acontecia uma grande discussão. Qual é a grande discussão que acontecia no Senado? Todas as pessoas que trabalhavam no Senado, em qualquer gabinete, poderiam prestar serviço em qualquer lugar do Brasil, e alguns Srs. Senadores tinham funcionários até fora do Brasil, porque isso não era proibido. Com várias denúncias que apareceram, o Senado começou a discutir qual era a melhor maneira de fazer com que os servidores comissionados prestassem, efetivamente, serviço no gabinete do Senador.

Esse diálogo, então, fazia referência a um ato da Comissão Diretora que iria surgir em decorrência de todas as denúncias que apareceram. Esse ato apareceu, foi publicado no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do Senado no dia 24 de agosto de 2009 e passou a disciplinar a ida dos servidores comissionados dos Srs. Senadores onde deveriam prestar o serviço.

O art. 3º desse Ato da Comissão Diretora diz o seguinte: "Somente servidores ocupantes de cargo em comissão em exercício no gabinete dos Senadores poderão ser lotados no respectivo escritório de apoio, mediante solicitação à Diretoria Geral."

Então, a partir dessa data, os servidores comissionados teriam que trabalhar no Senado Federal, todos, e aqueles que fizessem parte do gabinete poderiam trabalhar no escritório de apoio do Sr. Senador.

Então, a atuação era preventiva, para que nenhum funcionário fosse considerado em situação de irregularidade, ou seja, quem trabalhava – meu Estado tem várias cidades – em Anápolis, Porangatu, etc., e não tivesse um escritório de apoio, esse servidor estaria em situação irregular.

Essa servidora trabalhava em Anápolis, onde não tinha escritório de apoio. Então, ela poderia ser considerada uma servidora em atividade irregular.

A partir, então, da data em que nós fizemos essa discussão, eu demiti vários servidores, para que eles não incorressem na irregularidade que o Senado viria a disciplinar, conforme nós discutimos naquele momento.

Em relação à interseção junto a autoridades: Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes: duas são as conversas em relação ao Ministro Gilmar Mendes. Em uma delas, eu converso com o Sr. Carlos Cachoeira. Digo o seguinte: "Conseguimos puxar aqui para o Supremo uma ação da Celg. O Gilmar deu repercussão geral para o "trem" ai. Pode, dependendo da decisão dele, pode ser que a Celg se salve". E ele diz: "Ah! Isso é muito bom. Eu acho que esse "trem" pode dar certo. Ele conseguir retirar dois a três bilhões das costas da Celg. Aí dá uma levantada, viu".

Para todo o mundo que não conhece Goiás, a Celg é Centrais Elétricas de Goiás, uma empresa de energia elétrica. A empresa estava em via de ser privatizada, melhor dizendo, federalizada, como foi federalizada. Por quê? Porque as dívidas se avolumaram e, ali, simplesmente eu comemorava uma

decisão de um ministro do Supremo de que poderia tirar das costas da Celg uma dívida de dois ou três bilhões de reais e que não diz respeito a ninguém. Quem toca a demanda? Quem toca a demanda é o Estado de Goiás ou a própria empresa, a Celg. Então, não há interesse de quem quer que seja, nem hoje, nem ontem, nem amanhã, a não ser o interesse público de que a empresa tire uma dívida imensa das suas costas e possa se viabilizar, lembrando que era a maior e ainda é a maior empresa do Centro-Oeste.

Então, esse diálogo aqui não quer dizer absolutamente nada. Não quer dizer *lobby*, não quer dizer nada, não quer dizer que eu procurei o Ministro Gilmar Mendes. E se o tivesse procurado era para uma ação de interesse do Estado de Goiás. O Sr. Carlos Cachoeira bem como nenhum outro têm interesse nessa demanda. É uma demanda entre o Estado e a União, onde se comemora o fato de ter subido uma demanda, uma ação que pode dar lucro para a empresa e para o Estado de Goiás. Não tem interesse privado nisso de quem quer que seja.

Repto: a ação não é demandada por um advogado particular; é pela empresa. E agora, possivelmente, pelo Estado de Goiás. Então, ali, veja que conversamos sobre vários assuntos. Quem pode, aqui é folha 1033, pegue a folha 1032; conversamos uma série de assuntos para chegar a esse assunto, que era um assunto do dia. O Ministro Gilmar Mendes... Até digo dando repercussão geral e não tem nada a ver com repercussão geral, um conflito entre Estado e União, e aí a competência originária do Supremo Tribunal Federal manda subir. Uma matéria que espero não intimide a quem quer que seja, porque o Estado de Goiás precisa ganhar esses dois ou três bilhões. A Celg precisa ainda se viabilizar.

Em relação também ao Ministro Gilmar Mendes, outra matéria que acabou ficando polêmica, uma viagem que eu fiz a Berlim e que me encontrei com o Ministro Gilmar Mendes. Conto a história como foi.

O Ministro Gilmar Mendes tinha, se não me engano, uma jornada acadêmica em Granada e eu ia a Praga. Praga, como os senhores sabem, fica perto de Berlim. O Ministro Gilmar Mendes tem uma filha que mora em Berlim. Então, o Ministro foi a Granada e eu fui a Praga; nos encontramos em Praga, pegamos um trem, fomos a Berlim; ficamos por algum tempo. Eu vim num voo e o ministro veio em outro voo. Por que surgiu essa história, uma história maliciosa? Num telefonema que Carlos Cachoeira dá para Wladimir no dia 18 de abril de 2011, às 18 horas, 8 minutos e 45 segundos, Wladimir pergunta se sabe onde eu estou. Carlos responde: "Demóstenes está em Berlim". E se ele diz que eu estou lá é porque, evidentemente, ele não está, não é verdade? Então, o Demóstenes está em Berlim. Mas, a prova maior disso vem. Como eu ia chegar cedo, tinha trabalho no outro dia, nós tínhamos um Senador aqui que era meu amigo e amigo também do Sr. Carlos Cachoeira. Eu pedi a ele... "Demóstenes está querendo vir de São Paulo no avião do Ataídes" – repito: Senador da República – mas não localizou o piloto e não localizou o Ataídes. E lá embaixo, em outra conversa entre eles, é dito: "Olha, não localizou o Ataídes, quem vai buscar é o avião do Rossini". E aí Wladimir pergunta: "Você quer o telefone do Demóstenes, que ele está falando? Me ligou de outro número". Carlinhos responde: "Já me deu, antes de ele ir, me deu o número". Então, evidentemente, ele não estava conosco em Berlim, não tinha razão nenhuma para isso e, evidentemente, o avião era de São Paulo

para cá, e eu utilizei o avião e não o Ministro Gilmar Mendes. Então, espero que essa história fique por vez esclarecida, até porque ela está esclarecida no processo, fls. 249, fls. 265. E é preciso dizer o seguinte: utilizei aviões de diversas pessoas no Estado de Goiás, não do Sr. Carlos Cachoeira, porque ele não tinha avião, e ele não pagou avião para mim, mas avião de empresários, de amigos, utilizei, vários. Acho que meu Estado é grande, se eu tiver que sair de Goiânia para chegar a Porangatu, tenho que demorar seis horas de viagem, não utilizei isso em troca do meu mandato parlamentar, então, eu utilizei aviões de empresários e amigos do Estado de Goiás que não o Sr. Carlos Cachoeira.

Em relação ao Ministro Fux, que eu teria interferido para que ele pudesse dar uma decisão em favor do Senador Marcelo Miranda, que pleiteava chegar aqui como Senador Marcelo Miranda. Jamais fiz isso. Recebi o pedido, e o próprio Ministro Luiz Fux desmentiu. Nunca estive com o Ministro Fux no Supremo Tribunal Federal, estive com o Ministro Luiz Fux no Superior Tribunal de Justiça várias vezes.

Ministro Toffoli, Ministro Toffoli, aí é que não aconteceu nada mesmo. O Ministro Toffoli ia assistir, como de fato assistiu, a um jogo do Brasil, se não me engano no dia 4 de junho de 2011. Deixe-me verificar aqui que é mais fácil. 4 de junho de 2011. O Ministro Toffoli me ligou para que o pegasse no aeroporto, se eu podia pegá-lo. Falei: perfeitamente. Eu nem ia ao jogo, acabei indo ao jogo, assisti ao jogo Brasil e Holanda, e peguei o Ministro. Nesse ínterim, me liga o Sr. Carlos Cachoeira dizendo que tinha saído uma matéria minha nas páginas amarelas da revista *Veja* e se eu tinha visto. Eu falei não vi porque o meu *iPad* deu pau. Até bom que eu esclareço duas coisas ao mesmo tempo. Minha filha mexeu na senha, e o *iPad* deu pau. Aí chega o Ministro Toffoli. Ele liga e diz: vou te mandar um *iPad* novo. Quando disseram que eu recebi um *iPad* de presente do Sr. Carlinhos Cachoeira. E, aí, na sequência dos diálogos, peço que os senhores vejam, página 439 ou 459 e seguintes, liga o Sr. Cláudio Abreu e fala: "olha, eu tô aqui, posso té emprestar o *iPad*". E o Ministro Toffoli tinha ido com a ex-mulher e com a filha que estuda artes, e me pediu, no dia anterior, se eu poderia conseguir levá-lo ao ateliê do artista plástico goiano Siron Franco, e eu disse sim, vou, se o Siron estiver aí, tenho certeza que ele te recebe. O Siron estava em Goiânia, e nós marcamos que, logo após a chegada do Ministro Toffoli, eu o levaria ao ateliê do artista plástico Siron Franco. E assim o fiz. O Cláudio me liga e diz: "eu estou aqui numa concessionária de caminhões que fica justamente, o Senador Cyro que é de Goiás sabe disso, na rodovia que leva a Aparecida de Goiânia, onde fica também o ateliê do Siron Franco. Eu falei: eu passo aí, então, e pego o *iPad* para ler a matéria. Passei, peguei com o Sr. Cláudio Abreu o *iPad*, que devolvi na segunda-feira, tudo constante dos autos. O Ministro Toffoli estava dentro do carro, cumprimentou a todos que ali se encontram, todos até consideraram o Ministro extremamente simples, cumprimentou a todos que ali se encontravam e nós fomos para o ateliê do Siron Franco, depois, fomos almoçar, depois fomos ao jogo e depois o Ministro foi para o aeroporto e foi embora.

Então, em relação ao Ministro Toffoli, não há nem conversa duvidosa, não há absolutamente nada.

Exatamente. Até dizia ontem com o Kakay, ele me lembra aqui, que o Ministro Toffoli nem desceu do carro. Quer dizer, cumprimentou todos que chegavam ali e tal. Então, nada, nada, nada em relação ao Ministro Toffoli.

Em relação ao Ministro Mauro Campbell. Eu pedi para o Ministro Mauro Campbell dar preferência para julgamento, isso é uma coisa que acontece muito em um julgamento, só que ele já tinha julgado isso há 9 dias, antes do pedido. Quer dizer, então, que, em relação ao Ministro, também isso faz parte dos autos e faz parte da decisão dele. E é uma decisão que ele deu contrariamente à vontade de quem teria pedido.

E é preciso dizer o seguinte também. Eu fui, aqui, no Senado, um interlocutor privilegiado dos ministros do Supremo, dos ministros do STJ, de outros, de desembargadores, de membros do Ministério Público. Conversei com praticamente todos. As demandas do Judiciário, repercussão geral, súmula com efeito vinculante e tudo o mais que dizia respeito ao Judiciário, desde criação de varas federais, interiorização de varas federais, processos de interesse do Poder Judiciário, aumento de vencimentos, para tudo isso eu era procurado por membros do Judiciário. Nunca tive uma conversa travessada com qualquer membro do Judiciário. Levei empresários do Brasil inteiro, de Goiás, de São Paulo, a membros do Judiciário, quando tinha uma demanda que eu achava que valia a pena. E nunca foi pedido nada a qualquer ministro ou a qualquer membro do Poder Judiciário. Porque quem tem conversa com membros do Poder Judiciário sabe muito bem como é que são as conversas; você discorre sobre o assunto; é como se fosse um memorial. Mas pleito? Nenhum. Zero.

Então, estive com praticamente todos os ministros do Supremo, só não estive com a Ministra Rosa, porque ela entrou recentemente. Com vários ministros, 80%, 90% dos ministros do STJ; nas sabatinas dos ministros, eu era o Senador procurado. Então, tive esse relacionamento, nesse padrão, com os ministros mencionados e também os não mencionados.

Autoridades e órgãos públicos. Ministro Haddad, que foi mencionado. O Ministro Haddad me... Procurei o Ministro Haddad várias vezes, me recebeu, ajudou o Estado de Goiás, as prefeituras do interior. Foram vários os ônibus de transporte escolar que ele arrumou para prefeituras de todos os Municípios de Goiás, aqueles que eu levei pleito, não só do DEM, do PT, de todo mundo. Fui, e o Ministro ajudou; ajudou republicanamente; ajudou dentro das suas atribuições.

Faculdade de Medicina Padrão, que fiz *lobby*. Poderia ter feito, porque fiz *lobby* para outras faculdades de Medicina do Estado de Goiás. O Estado de Goiás tem seis milhões de habitantes e tem três faculdades de Medicina. Então, trabalhei para que essas faculdades fossem implantadas e tivesse novas vagas. Fui procurado, sim, para resolver o problema da Faculdade Padrão, para criar um curso de Medicina, só que liguei para a assessoria do Ministro Haddad, e a assessoria me informou que não tinha mais jeito, que todos os pleitos estavam esgotados. O que eu fiz? Orientei para que entrasse com novo pedido, que é o que deve ter acontecido e deve estar até hoje.

Infraero. Infraero. Nunca fui à Infraero tratar de qualquer assunto e, na gestão do Brigadeiro José Carlos Pereira, não estive na Infraero. O Brigadeiro

me foi apresentado pelo Sargento da Aeronáutica Dadá. Dadá tinha relacionamento com todo mundo: com imprensa, com ministros. E ele me apresentou o Brigadeiro José Carlos Pereira, porque tinha a CPI do Apagão Aéreo. E, nessa CPI, o Brigadeiro teve um papel preponderante. Ele informava tudo aquilo que ele sabia para que nós descobrissemos a corrupção existente dentro da Infraero, tanto é que foi uma das CPIs que mais renderam para o Brasil, uma vez que o Ministério Público Federal pegou toda a documentação produzida – é assim que funcionam as CPIs, com delegados de polícia, com Ministério Público, e as pessoas descobrem os fatos – e várias ações foram propostas.

No momento, para se ter uma ideia do grau da informação que prestava em prol do Brasil o Brigadeiro José Carlos Pereira, quando aconteceu o segundo desastre, o desastre de Congonhas, o Brigadeiro estava na minha casa, e discutímos sobre a CPI do Apagão Aéreo. Não mandei ninguém atrás do Brigadeiro. Jamais pedi para que qualquer pessoa procurasse o Brigadeiro em qualquer circunstância.

Quanto à Anvisa e à atuação em favor da Vitapan, eu atuei em favor de todas as empresas do Estado de Goiás, todas que me procuraram. A Vitapan, que era de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, me procurou, sim, e fui lá. Mas todas as demais empresas do ramo farmacêutico do Estado de Goiás eu atendi e levei à Anvisa, porque a Anvisa, de 2003 para cá, passou por um processo que melhorou até a vida dos laboratórios. Na Anvisa não havia fila de andamento dos processos, e o que atuava lá era realmente *lobby*. Muitas vezes, um dono de empresa era prejudicado porque um processo dele ficava para trás. Aí ele tinha que fazer um novo exame, uma nova perícia, para que aquele medicamento voltasse à praça. Seis meses, um ano fazia com que ele perdesse recursos. Então, repito, para todas as empresas que me procuraram do Estado de Goiás eu fui à Anvisa.

Em relação ao Sr. Norberto Rech, esse senhor foi crucificado. Eu estive com ele uma vez e falei com ele por telefone. O que disse o Sr. Norberto Rech? Que ele queria fazer uma agenda programada para todos os laboratórios do Brasil. Como é isso? Alguém entra com um pedido e, no prazo x, esse alguém vai ter uma resposta positiva ou negativa, que é uma verdadeira revolução dentro da Anvisa; diminui, inclusive, a necessidade de os parlamentares frequentarem a Anvisa. E esse Norberto Rech foi crucificado. "Olha, ele fazia parte..." Fazia parte de nada. Como foi o Carlos Cachoeira que me ligou, eu falei: "Manda o seu técnico lá e fala com ele, porque ele quer fazer uma agenda programada". E falou-se inclusive: "Olha, ele está interessado – quem não está? – em montar também uma empresa em Santa Catarina, que é a terra dele". Quem é que não está... Eu estou interessado em montar diversas empresas no Estado de Goiás, assim como ele está interessado em montar empresas em Santa Catarina. Por essa conversa com o Sr. Norberto Rech – todo mundo que é mencionado é destruído –, é possível que esse senhor tenha sido destruído, sem nenhuma culpa e com uma bela ideia na cabeça, para evitar, inclusive, que parlamentares pudessem ir lá o tempo todo fazer pleitos, pleitos republicanos, a fim de que as empresas que eles conhecem não sejam prejudicadas.

Em relação à Ministra Izabella, só conversei com a Ministra Izabella, do Meio Ambiente, sobre Código Florestal e para tentar impedir a construção de uma usina hidrelétrica no rio Araguaia. Entendo que, no rio Araguaia, que é um rio que divide vários Estados, naquele trecho que divide Mato Grosso e Goiás, não pode ser construída uma usina hidrelétrica, porque ali há o Vale do Encantado e é uma região única, com biodiversidade única. E a Ministra ficou de mandar fazer um levantamento pericial. Nunca fui conversar com a Ministra Izabella sobre pleito de quem quer que seja, e a Ministra já disse isso publicamente.

Em relação ao Ibama, nunca fui ao Ibama para quem quer que seja. A única vez ou duas vezes que fui ao Ibama foi para tratar do lixão de uma cidade em Goiás chamada Inhumas. Então fui lá tratar, porque havia uma interdição, e precisava-se fazer um melhoramento, e então fui conversar. E conversei com a parte técnica. Não conversei nem com o Presidente do Ibama.

Em relação ao Ministro Padilha, jamais conversei com o Ministro Padilha sobre qualquer interesse que não fosse do Estado de Goiás. Por exemplo, tratei com o Ministro Padilha da construção de hospitais, de verbas para o Hospital do Câncer de Rio Verde e para reabrir uma indústria farmacêutica de Anápolis que se encontrava fechada e que não era, evidentemente, a Vitapan. Estive com o Ministro duas vezes e o Ministro confirmou isso.

Em relação ao Desembargador Alan Sebastião, do Estado de Goiás, não estive com o Desembargador. Como ele mesmo disse que não se lembra, eu não estive com ele. E ele votou contra. Então os senhores vejam que eu não estive mesmo.

Em relação ao meu irmão, Procurador-Geral de Justiça Benedito Torres Neto, e uma empresa chamada Gabardo, havia um pleito do Sr. Carlos Cachoeira para que essa empresa não ganhasse uma área no polo industrial de Anápolis. Nunca pedi nada ao meu irmão. Tanto é que o Ministério Público deu parecer para que a área ficasse com a empresa Gabardo. Pelo menos com o meu irmão eu tinha que ter prestígio.

Impedir a transferência de promotora de Catalão para Valparaíso. Não é uma conversa minha, é conversa entre terceiros. Nunca pedi isso e a promotora foi transferida conforme o pleito dela.

Operação Sexto Mandamento, em que eu fui demandado para que fizesse que o Ministério Público desse parecer favorável para que policiais de Goiás que estavam presos em Mato Grosso ligados a grupos de extermínio tivessem o parecer favorável do Ministério Público. Todos os pareceres do Ministério Público foram contra.

Café da manhã com vereadores em Goiânia. Sim. Pedi ao meu irmão para que fosse à minha casa conversar. E chegou lá tinha vereadores de Goiânia. E ele tem obrigação de receber vereadores, como recebeu o Vereador Elias Vaz também a meu pedido. Só. Audiência para vereadores.

Llicitação para a Copa do Mundo em Mato Grosso. Delírio. Um grupo de empresários me procurou para ir ao Mato Grosso. Eu sabia que ele tinha negócio em Mato Grosso. Perguntei a ele: tem como entrar em Mato Grosso? Resposta que recebi: "Não. Isso ai não é contratação, é licitação". Então, licitação... Tanto é que não houve nada. Isso se chama delírio.

Então, Srs e Srs. Senadores, eu peço desculpas aos senhores, mas realmente eu fui a praticamente todos os Ministros, ainda que sendo de oposição, ainda que quase sempre recebendo a resposta não, por quê? Porque entendi que essa era a minha obrigação. Entendi que eu devia assim proceder com Ministros, autoridades. Nunca com pleito escuso, nunca com pleito equivocado.

Eu respondo para os senhores aqui: eu tenho 26.289 ligações no telefone celular. No mesmo período – fora um celular que ainda não recebi –, 231.016 ligações foram originadas do meu gabinete e possivelmente muito mais recebidas. Então eu tenho que ter falado, nesse período, comprovadamente, no mínimo umas setenta, oitenta mil vezes e acredito que muito mais.

Eu, então, relatei 1.295 projetos, apresentei 200 proposições legislativas, fiz, com certeza, mais de 1.000 emendas – não tenho levantado – e outros substitutivos, até a pedido de outros Senadores, e entendo que agi de acordo com a minha atribuição nesses telefonemas que, infelizmente, não foram “grampeados” e, dos que foram “grampeados”, exceto nessas situações em que eu estou comprovando que não recebi dinheiro, estou comprovando... A matéria amanhã vai ser “Demóstenes diz que...”. Não, “Demóstenes comprova que...” Eu comprovei, estou entregando, que não recebi dinheiro e que não pertenço a jogo, que não recebi recurso para pagar avião dele. Os senhores podem ver no que está ali. Nas demais atuações, como eu atuei para o resto do Brasil, não só de Goiás. O Brasil! Eu fui a Ministérios, eu fui a agências, eu agi realmente dessa forma.

Em relação ao relacionamento com a empresa Delta. No Item 8... Melhor dizendo, no Item 23, do Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, folhas 14, manuscritas, 15, diz o seguinte: “Existe até suspeita, extraída de diálogos interceptados, que ele (Demóstenes) seria sócio oculto da empresa. Não parece absurda a ideia de que ele seria sócio oculto da empresa”.

No dia 22 de abril de 2012... Melhor dizendo... Está errado aqui. No dia 19 de abril de 2012, numa entrevista dada pelo Sr. Fernando Cavendish à jornalista Mônica Bergamo, de *O Estado de São Paulo*, ele diz: “Nunca vi Demóstenes”. “O Senador Demóstenes Torres é sócio oculto da Delta, como diz o Ministério Público?” “Não, nunca vi o Demóstenes. Ninguém é sócio da Delta. Põe isso na sua cabeça. Já inventaram dezenas de sócios para a Delta. O ex-Governador do Rio Anthony Garotinho foi sócio da Delta, o ex-Prefeito do Rio César Maia foi sócio. Esquece isso. Não existe. É factóide”. Como é que eu posso ser sócio de alguém que eu não conheço?

Jornal *Correio Braziliense* de domingo, 27 de maio: “A cobiça de Cachoeira pelas obras do Entorno”. “Em outra gravação, o ex-diretor da Delta, Cláudio Abreu, afirma que chegaram até a dizer que o Senador Demóstenes era sócio oculto da empresa para melhorar a correlação de forças com as outras empreiteiras”. Eu não posso ser responsável pelo que os outros dizem de mim.

E vou lhe dizer, Senador Randolfe: meu patrimônio – vou mostrar para V. Exª daqui a pouco – é um patrimônio de quinhentos e poucos mil reais e que será quadruplicado – não foi – dentro de trinta anos. Prestações pagas aqui, descontados na folha do Senado, e com a diferença que paga essa prestação que

eu recebo do Ministério Público e a documentação também se encontra e farei a anexação deles.

O Prefeito de Anápolis... Aliás, há também uma afirmação do Sr. Procurador-Geral, "na conversa do dia 9 de julho de 2011, além de transmitir conversa que teve com o Prefeito de Anápolis, o Senador anunciou a Carlos Cachoeira a possibilidade de um novo contrato, dessa vez mediante recursos obtidos pelo próprio Parlamentar, que, no entanto, condicionou a obtenção dos recursos à contratação da Delta para a execução dos serviços". Esse é o tal do tira hermeneuta, o policial que ouve e interpreta do jeito que quer.

Perdão por ter utilizado essa expressão de V. Ex^a.

Então, o que acontece. Primeiro, disseram que eu cobrei uma dívida da Delta, do prefeito. Primeiro, a dívida não era da Delta, mas da Queiroz Galvão, conforme diz a própria empresa Queiroz Galvão. Essa dívida é da empresa Queiroz Galvão que, inclusive, continua cobrando a dívida na Justiça. A dívida continua sendo cobrada na Justiça. E aqui também dizem que eu coloquei a emenda para a Delta, porque disse "pra vocês", pra vocês anapolinos, prefeita de Anápolis. E o Sr. Carlos Cachoeira também é de Anápolis. Então, a emenda foi colocada, possivelmente nem será empenhada depois disso, e Anápolis vai ficar sem um parque ecológico. O prefeito diz... Olha aqui em relação ao outro lado: "O prefeito de Anápolis Antônio Górnide diz que a dívida é de 2002/2003 e que ele assumiu em 2009. A própria empresa Queiroz Galvão nos procurou para um acerto, mas, como está rolando na Justiça, resolvemos deixar na Justiça". A Queiroz Galvão diz, em relação à dívida de Anápolis, que ajuizou ação de cobrança que tramita no Poder Judiciário. Então, como vou cobrar para a Delta uma dívida que é da Queiroz Galvão? Tudo foi feito com o intuito de me destruir.

O prefeito, então, diz claramente que procurou o Senador para pedir a liberação do recurso, mas nega que em troca teria que escolher a Delta para construir o parque. "O Senador Demóstenes nunca conversou sobre Delta comigo, em nenhum momento teve ligação entre Delta e Senador Demóstenes", afirma o prefeito, que é do PT de Anápolis. O projeto para construir o parque nunca saiu do papel.

Então, o sócio oculto da Delta não sou eu. Se tem algum sócio oculto da empresa Delta procurem com uma lupa maior aí porque efetivamente não sou eu.

E mais, numa conversa em relação à Delta e tudo mais, Marcelão e Dadá dizem o seguinte, agora, 5 de fevereiro de 2012, às 10h53min29: "O Demóstenes não tem dinheiro para dar para os caras, quem tem é a Delta".

Então, senhores, me desculpem, a primeira notícia que chegou é que eu tinha arrecadado 50 milhões com o jogo. Está aqui o pronunciamento de todos aqueles que trabalharam no processo dizendo que eu não tenho nada a ver com o jogo clandestino. Depois, baixou para 3 milhões e 100; 1 milhão na minha conta. Está aqui provando que não tem um centavo na minha conta. Depois, foram 3 mil. E agora que sou sócio oculto da Delta.

Então, não se sustenta. O próprio jornal *Correio Braziliense* deixa claro que na transcrição eles se utilizam do meu nome dizendo que sou sócio oculto da Delta para tentar fazer um conluio com outras empreiteiras.

O emprego é relativo ao Senador Aécio Neves. A primeira coisa é que quero pedir desculpas ao Senador Aécio Neves. Por quê? Como eu disse, eu não tinha naquele momento a dimensão do que estava acontecendo, mas pedir o emprego para uma vaga que era do DEM, de uma pessoa extremamente qualificada, que já tinha sido dirigente aqui de um órgão federal. Além do que se sabe hoje de tudo isso que foi divulgado. Naquela época, o Sr. Cachoeira andava no meio de todos nós – não aqui, no Estado de Goiás. Como disse, tinha relacionamento com cinco governadores, dezenas de parlamentares.

A pena não passa da pessoa do criminoso. A família do criminoso não pode sofrer. Hoje, eu sei isso, e olha que eu nem sou criminoso. A minha família sofre, comigo, os ataques que a cada momento eu sofro. Há consórcio nisso e há desrespeito completo, Senador Collor, desrespeito. No dia que eu fui sair daqui, cortaram a minha boca com um microfone.

Ora, se eu digo que quem vai falar é o meu advogado, quem vai falar é o meu advogado! Se o advogado existe, é para isto: para o cliente obedecer ao advogado. Existe uma pessoa que fala. Entramos em um acordo. O Kakay não queria que eu falasse aqui. Eu disse: vou falar para os meus colegas Senadores. Mas isso foi discutido. Eu respeito o meu advogado.

Então, eu digo para os senhores: quem vai falar é o meu advogado. Se os senhores quiserem cortar a minha boca de novo, tudo bem. Não tem problema. Agora, quem vai falar é o Kakay. Eu respeito, os senhores sabem que eu tenho o maior respeito pela imprensa. Tenho, sempre tive: Todas as votações aqui, inclusive da liberação dos documentos – eu fui o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, depois houve outros relatores em plenário –, mas o que eu queria dizer para os senhores é o seguinte: quem vai falar, os senhores têm a liberdade, podem perguntar, mas quem vai falar em meu nome é o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Em relação, então, ao emprego, eu arrumei mesmo e mais, arrumei emprego para muitas outras pessoas. Não é o meu principal foco de atuação, mas onde eu pude ajudar as pessoas que tinham qualificação ou que não tinham, eu arrumei, em Estados, Municípios, especialmente na iniciativa privada. No meu gabinete, era assim.

Então, estas três condições eu reconheço: andei de aviões de empresários em Goiás, que não o Sr. Carlos Cachoeira; arrumei emprego, não só esse em relação ao Senador Aécio Neves – a quem peço desculpas –, porque rendia desgaste para o Senador – e é um Senador que pode chegar à Presidência da República –; e também em relação a ir a autoridades, fui.

Em relação ao Sr. Gleyb ter me entregado R\$ 20 mil, em dinheiro, no dia 12 de julho de 2011. Aparece nos jornais todos: "Estou com um negocinho aqui para entregar". Vinte mil reais. Lembrar que no dia 12 de julho de 2011, era um dia antes do meu casamento, 13 de julho de 2011. O Sr. Gleyb foi me levar um conjunto com seis taças de vinho e me deu de presente. E o Gleyb também, desculpe-me, era uma espécie de serviçal. Ninguém imaginava que houvesse essa dimensão.

Aqui os senhores vão pegar, se puderem, naturalmente, o item 37 do Sr. Procurador-Geral da República, páginas 40, 41, a mão, e a seguinte:

Diálogo:

"Gleyb: "Demóstenes".

"Fala, Gleyb, e ai"?

"Estou com um negocinho para entregar. Queria ver com o senhor onde é que a gente pode, onde é que quer que eu leve. Eu dou o endereço do meu apartamento".

Isso no dia 12/07 às 13 horas e 36 minutos.

Depois, às 15 horas e 09 minutos:

"Carlinhos"?

"Oi, Negão".

"O problema é o seguinte: aqueles R\$ 20 mil lá, você deixa para ele entregar aqui".

Gleyb: – "Uai, eu tô aqui na porta quase da casa dele. Você marcou pra me pegar aqui, você quer que eu leve aí?"

Quero saber o seguinte: eles mandaram R\$20 mil ou eu mandei dar R\$20 mil para o Carlinhos? Porque aqui o tira hermeneuta – está sendo repercutido em todo lugar – interpretou dessa forma, não é?

Então, primeira fala: "tô com um negocinho pra entregar, queria ver com o senhor onde é que a gente pode, onde é que eu levo."

E a seguinte, Carlinhos com Gleyb: "Ô, negão, o problema é o seguinte; aqueles vinte mil lá você deixa pra ele entregar aqui."

Gleyb: – "Uai, eu tô aqui na porta quase da casa dele. Você marcou pra me pegar aqui, você quer que eu leve aí?"

Então, ele ia me entregar R\$20 mil ou ia pegar R\$20 mil comigo? Isso está escrito e está transcrito. Isso não é interpretação, isso é literal.

Então, evidentemente – evidentemente – há um massacre deliberado, os próprios procuradores e delegados frequentaram as redações de jornais e revistas. Então, é algo que evidentemente ficou desmoralizado.

Relatório do Senador Humberto Costa. Confesso que o Senador Humberto Costa é um jurista, um tremendo advogado de acusação. O Senador Humberto Costa foi atrás, procurou, foi atrás da minha atuação parlamentar. Como já disse aqui, é advogado; e, como todo advogado, trouxe elementos que precisam ser rebatidos. Diz o Senador Humberto Costa:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE.) – Senador Demóstenes Torres, quero lhe informar que o Senador Humberto Costa é médico, não é advogado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu sei, Senador, mas é tão talentoso que pode parecer um.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE.) – Então, meus parabéns ao Senador Humberto Costa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Parabéns, eu também o estou parabenizando. Fique tranquilo.

Senador Humberto Costa diz, em relação à Medida Provisória nº 168, de 2004.

Afirma o Senador Humberto Costa: "toda e qualquer autorização para a exploração desse tipo de aposta já havia expirado no final do ano de 2002."

Nessa tese, portanto, do Senador, quando assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 2003, Carlos Augusto de Almeida Ramos atuava em atividade empresarial ilegal (exploração de jogos de bingos presencial ou virtual, caça-níqueis, videopôquer e similares). Bom, se era ilegal, por que o Presidente Lula editou a Medida nº 168, de 2004, para proibir jogos de azar, se esses jogos já se encontravam proibidos? E aí – me dê o item 4, por favor – quero relembrar a sequência que os próprios jornais de Goiás fizeram: Jornal *Diário da Manhã*: "Justiça anula contrato entre LEG e Gerplan", 1º de abril de 2004, decisão de 31 de abril de 2004: "Juiz da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual, Ari Ferreira de Queiroz, decretou ontem a nulidade do contrato entre a Loteria do Estado de Goiás e a Empresa Gerenciamento e Planejamento Ltda, Gerplan. A decisão atende à ação civil pública movida pelo Promotor de Justiça Abrão Amisy Neto, da Promotoria de Defesa do Cidadão. Segundo Relatório feito pelo Ministério Público, a LEG terceirizou a operação de loteria e jogos em Goiás, tal e tal e tal. E o *Jornal Popular*, também do Estado de Goiás, traz o cronograma, reafirmando que o juiz, em 31 de março de 2004, deu a decisão que tirou a empresa da atuação e, em 2006, ainda continuava atuando com autorização do tribunal de justiça. Em 2007, evidentemente, apareceu a Súmula com Efeito Vinculante nº 2, de 30 de maio de 2007, publicada no *Diário Oficial da União*, de 6 de junho de 2007, que diz: "é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcio e sorteios, inclusive bingos e loterias". Então só a partir daí é que o Supremo decidiu essa matéria.

Ao contrário, como eu disse então, essas matérias mostram que a atividade foi legal até 2004 e que depois liminares ou a liminar do Tribunal de Justiça de Goiás permitiu a continuação, até que houvesse a Súmula Vinculante nº 2.

O Senador Humberto Costa diz que eu votei contra a medida, portanto votei a favor do jogo. Eu quero lembrar que votei contra a relevância e a urgência, que são preliminares de qualquer mérito em medida provisória por imposição constitucional, como já bem acentuou o Relator, porque não era mérito. Tratava-se de matéria preliminar, repito, de cunho constitucional e acompanhei orientação partidária, como bem mostram as notas taquigráficas daquela sessão.

Então eu quero até lembrar que naquele dia disse – eu queria que os senhores prestassem atenção nas notas taquigráficas – o Senador José Agripino: "Sr. Presidente, o PFL é contra a urgência e relevância".

O Sr. Efraim Moraes: "A Minoria vota Não, em defesa do emprego do trabalhador que foi demitido".

O Sr. Jefferson Péres: "Sr. Presidente, a medida provisória é mais um abuso do Governo, que usurpa do Congresso o seu direito e o seu poder de legislar. Ela não é urgente nem relevante. Ela é apenas casuística. O PDT recomenda o voto Não".

O Senador Romero Jucá, que era Líder do Governo, tem uma conclusão diferente do Relator. Ele diz: "Estamos votando a constitucionalidade e a urgência da matéria. Se essa matéria for rejeitada, cai a medida provisória e voltam a valer todos os tipos de jogos que foram proibidos, não somente os bingos, mas os caça-níqueis, os videopôquer, todas essas espécies".

Então, ao contrário do que disse o nobre Relator, não estava proibido o jogo a partir do final de 2002. Tanto é que o Presidente Lula editou uma medida provisória em 2004. E tanto é que o Líder do Governo na ocasião advertiu os seus liderados que se votassem o jogo voltaria a ser permitido como antes da medida provisória.

O Senador Arthur Virgílio diz: "O PSDB vota Não por uma razão muito simples: ele considera que a medida provisória não é urgente nem relevante".

E lembrem-se de que, no dia 15 de fevereiro daquele ano, na mensagem legislativa de abertura do Congresso, o Governo mandou a sua mensagem, dizendo que iria legalizar o jogo.

Em síntese, o resultado da votação.

Os senhores vão ver quem votou, para que não tivesse urgência e relevância: Aelton Freitas, Almeida Lima, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, César Borges, Demóstenes Torres, Edison Lobão, Eduardo Azeredo, Efraim Moraes, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Heloísa Helena, Heráclito Fortes, Jefferson Péres, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, José Agripino, José Jorge, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Mão Santa, Marco Maciel, Marcos Guerra, Papaléo Paes, Paulo Octávio, Reginaldo Duarte, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Teotônio Vilela Filho.

Ou seja, nenhuma dessas pessoas pode ser acusada de ter votado a favor do jogo, porque não se votou a favor do jogo. Votou-se contra a relevância e a urgência.

Diz o ilustre Relator que no dia 5 de novembro de 2008, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, votou e aprovou o PLS nº 274, de 2006, oriundo da CPI dos Bingos, relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, que criminaliza os jogos de azar e tornava mais eficiente a persecução penal para os casos de lavagem de dinheiro, e eu me encontrava ausente, não estava lá. Naturalmente, eu não podia estar mesmo lá porque eu representava o Senado na Assembleia-Geral da ONU, como faço todos os anos.

No requerimento do dia 14 de outubro, eu digo que fui designado pelo Presidente da Casa para participar como observador parlamentar dos trabalhos da 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, e que requeiro licença para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 9 de novembro de 2008, e que estarei ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro do corrente ano. E, de fato, no dia 30 de outubro, à noite, eu me ausentei do País, chegando até a trabalhar durante o dia, tendo registrado presença na Casa.

Aqui, o requerimento foi devidamente aprovado e quem presidia a sessão era o Senador Alvaro Dias:

"Em votação os Requerimentos nºs 1.215 e 1.217, de autoria, respectivamente, dos Senadores Romeu Tuma e Demóstenes Torres, lidos anteriormente.

*Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados.
(Pausa.)
Aprovados.*

Ficam concedidas as licenças solicitadas."

Então, nesse dia, eu não estava mesmo, porque estava nos Estados Unidos, na Assembleia-Geral da ONU.

O Sr. Senador diz ainda: "Nobre Relator, o PLS nº 274, de 2006, foi alvo de substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, para ficar mais rigoroso". Jarbas Vasconcelos o devolveu em 12 de março de 2009 e a matéria permaneceu sem distribuição até janeiro de 2011, ocasião em que foi arquivada por ser final da legislatura.

Sr^ss e Srs. Senadores, eu acho que muitos aqui presentes podem comprovar que, realmente, na CCJ, nós fizemos um trabalho eficiente em relação a tudo aquilo que nós poderíamos fazer. Posso dizer às Sr^ss Senadoras e aos Srs. Senadores que, nas estatísticas da CCJ, matérias aprovadas – isso aqui está no site do Senado – de 1º de janeiro de 2009 a 1º de janeiro de 2011, 1.318 matérias aprovadas contra 533 na legislatura anterior. Matérias aprovadas também pela Comissão, mais 366, inquestionavelmente aprovadas, contra 137, no biênio anterior. Também matérias terminativas, 57 aprovadas, contra nenhuma do biênio anterior. E, ainda assim, ficaram sem ser distribuídas 1.822 matérias.

Então, indago a V. Ex^as, e aqui tem diversos assessores que podem confirmar aos Srs. Senadores como é que era o sistema de distribuição. Se qualquer Senador pedia, imediatamente eu distribuía. Ou então havia uma reunião de assessores que decidiam quais eram as matérias mais importantes que deveriam ser pautadas. Assessores do Governo, Assessores da CCJ e assessores meus. E essas matérias foram, então, distribuídas nessa condição. Agora, os senhores imaginem o seguinte: se um Senador Presidente de Comissão puder ser responsabilizado no futuro porque não distribuiu uma matéria. Os Presidentes de Comissão. Hoje nós temos 5.444 matérias, segundo o site do Senado, até ontem, de 1º de janeiro de 2011 a 25 de maio de 2012, aguardando distribuição – 5.444 matérias. Os Srs. Presidentes são responsáveis por essa não distribuição das matérias?

Diz, ainda, o Sr. Relator, ilustre Relator Humberto Costa:

"Em 22 de maio de 2003, um requerimento de informações foi apresentado pelo Senador Demóstenes Torres para que o Sr. Ministro de Estado da Fazenda fornecesse documentação sobre a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Gtec."

Em 5 de agosto do mesmo ano, reclamo em plenário (eu) que a documentação veio completamente mutilada.

Em 17 de fevereiro de 2004, sem fazer qualquer referência ao escândalo Waldomiro Diniz, eu renovo o requerimento, solicitando peças adicionais. A partir daí, o Relator supõe que fiz tais pedidos por solicitação de Carlos Cachoeira.

Na realidade, Sr. Relator, Sr^ss e Srs. Senadores, eu fui procurado por um grupo de servidores da Caixa Econômica Federal que dizia o seguinte: no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a Gtec tentou renovar o contrato com a Caixa Econômica Federal com um deságio de 22%. Exemplificando: a cada

R\$1 milhão de lucro, se daria um desconto de R\$220 mil. Enquanto que, naquele governo de então, a Gtec conseguiu... O Fernando Henrique não renovou, mas o Governo renovou, imediatamente, com um deságio de 7%. A cada R\$1 milhão, um deságio de R\$70 mil.

E, para que isso não fique apenas como se fosse uma conversa fiada, em um discurso que proferi no dia... Está no *Diário Oficial*, na página 4.667, em fevereiro de 2004, e diz o seguinte:

"No dia 25 de maio do ano passado, apresentei um requerimento a esta Casa solicitando toda a documentação necessária para que se fizesse uma análise mais profunda, porque havia uma denúncia, que chegara até a minha pessoa e também ao Senador Arthur Virgílio, de que esse contrato, na realidade, teria sido feito de forma lesiva aos interesses do Brasil."

Então, isso foi dito lá atrás, em 2004. Não foi agora, não. Vinte e dois por cento teriam sido oferecidos de descontos pela empresa Gtec, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, para que o contrato fosse prorrogado. Apenas para exemplificar: a cada R\$1 milhão de lucro, se oferecia um desconto de 22% ou de 220 mil.

A denúncia dizia que o governo atual, aquele de 2004, fez a prorrogação desse contrato com o deságio de apenas 7%. Ou seja, a cada R\$1 milhão, um deságio de 70 mil, e não de 220 mil.

E, para confirmar o que eu disse, o Senador Arthur Virgílio, num outro aparte que fez a outro discurso meu, no dia 2 de março de 2004, diz o Senador Arthur Virgílio: "Eu estava, ainda há pouco, lendo um papel de minha assessoria, e lá havia um histórico. Em junho ou julho do ano passado, V. Ex^a e eu fizemos um requerimento sobre a tal Gtec, e não deram maior importância ao nosso alerta".

Na realidade, ele não fez; ele só recebeu o pessoal para fazer a denúncia. Mas veja que o Senador Arthur Virgílio confirma.

O resultado é que se avolumou o quadro de obscuridade, e a mesma comissão não foi capaz de dar informação ao nosso humilde requerimento. E assim por diante.

Então, é uma suposição, com todo o respeito ao ilustre Relator, que não encontra amparo nas provas que se encontram no Senado.

Diz, ainda, o nosso ilustre Relator que, no discurso de 2003, a pretexto de defender a escola em tempo integral, eu disse que "era favorável à legalização dos jogos". De fato disse, mas disse no contexto de que o dinheiro deveria ser utilizado para escola em tempo integral. E no mesmo ano, 2003, portanto, não 2004, quando estourou o escândalo Waldomiro Diniz, eu fiz outro pronunciamento e apresentei uma PEC (uma Proposta de Emenda à Constituição) em que não há qualquer menção à fonte de financiamento.

E aqui eu digo:

"Percebo o firme propósito do Ministro da Educação em instituir a escola de tempo integral e reconheço as dificuldades orçamentárias que impedem a sua implementação. De acordo com o Dr. Cristovam Buarque são

necessários dois bilhões de reais por ano para que se consiga contemplar toda a rede nacional de ensino fundamental até o ano de 2010. O Brasil, infelizmente, não pode esperar e precisa encontrar meios de financiamento capazes de encurtar o tempo. Acredito que uma maneira de obter os recursos suficientes para a instituição da escola em tempo integral é a legalização de todas as modalidades de jogos de azar."

E digo: para financiamento de escola em tempo integral.

No dia 5 de maio de 2003, digo:

"O caminho é a instituição definitiva da escola em tempo integral. A escola em tempo integral no Brasil contemporâneo vai além da perspectiva de emancipação e de formação do homem para se integrar à sociedade, como define o conceito clássico do sistema educacional. A medida tem um caráter eminentemente preventivo da criminalidade com afirmação de uma verdadeira pedagogia da segurança. Quando se fala em atenção integral das ações de educação está se propondo um modelo de escola capaz de trazer eficiência ao sistema, emancipar o aluno dos efeitos diretos da pobreza e cortar a linha alimentadora do narconegócio com a infância e a juventude."

"Acabo de protocolar, Sr^{as}s e Srs. Senadores, uma Proposta de Emenda à Constituição que institui a obrigatoriedade da escola em tempo integral, e cria um período de sete anos para a sua implementação plena, ou seja, até 2010."

No dia 7 de dezembro de 2005:

"A instalação da escola em tempo integral em toda a rede pública, uma medida a ser tomada com urgência, porque resolve problemas que não podem mais ser atenuados ou maquiados. Essa modalidade de ensino existe no mundo inteiro e é fundamentalmente, não apenas na política da educação, mas também de segurança pública, saúde, emprego, renda, esporte e lazer. Mas é preciso priorizar professores e estudantes, não a construção de prédios faraônicos, e esse início tem de ser para ontem, para já. É até um desrespeito aos direitos humanos, um crime de lesa sociedade ficar adiando o futuro das crianças, a esperança dos jovens e a felicidade das famílias. Toda expectativa de um amanhã melhor, principalmente nas camadas mais carentes é ligado à educação de qualidade".

"O Poder Público tem condições e obrigação de apanhar a criança em casa, ministrar as disciplinas normais do currículo escolar até o meio dia, oferecer-lhe alimentação e depois aulas de música, dança, informática, teatro e esportes. Assim nascem os campeões olímpicos e os artistas de sucesso. Mas, sobretudo, cidadãos preparados para a vida e o mercado de trabalho, as incertezas da economia."

Discurso de 22 de fevereiro de 2006:

"Fiz essa entrada na realidade para iniciar a discussão de outro tema da escola em tempo integral, que é a grande redenção do país. Todas as escolas têm de começar a implantar esse sistema gradativamente."

Discurso de 22 de março de 2006:

"Precisamos, Sr. Presidente, adotar as nossas crianças, estipular escola de tempo integral no 1º grau, pegando a criança às 7 horas da manhã e entregando-a para os pais às 6 da tarde, para proporcionar a elas alimentação, educação, cursos de língua estrangeira e computação, oportunidade de praticar esportes, enfim, lazer. Não apenas dez, cem, duzentas, trezentas escolas, mas todas as escolas brasileiras de 1º grau devem adotar o regime integral. Esse sim é o melhor remédio para combater tamanha iniquidade."

No discurso de 10 de junho de 2009:

"Eu acredito mesmo é na ação estatal de combate a criminalidade por meio efetivos de política de segurança pública, conjugados com iniciativa de prevenção de delito, a exemplo da Escola de Tempo Integral."

E a Proposta 94, de 2003, que já foi aprovada nas Comissões e se encontra no plenário, diz o seguinte, no projeto:

"Art. 1º O inciso I do art. 208 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 208.....
I – ensino fundamental obrigatório, gratuito e em período integral, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;" (NR)*

Art. 2º Acrescente-se o § 8º ao art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

*"Art. 60.....
§ 8º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser integralmente implementado de forma gradual pelo Estado até o ano de 2010. (NR)*

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação."

E explico:

"Agora é necessário instalar com urgência a Escola em Tempo Integral, que reúne todas as qualidades das melhores iniciativas contra o analfabetismo, a miséria, a violência e a chaga do milênio, as drogas. Nenhum governo, nos mais diversos níveis, é contrário à implantação de tal modalidade de escola, há deles inclusive que marcam data para sua efetivação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prescreve sua instituição, mas é necessário que a Lei Maior a consagre para eliminar possíveis dúvidas de que o Congresso está divorciado da realidade."

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu fui lobista da Escola em Tempo Integral e ainda sou, conforme mostram os Anais. E repito: Qual foi o Senador que eu procurei para aprovar proposta de legalização de jogo?

Com essas palavras... (Pausa.)

O advogado diz que já saiu na imprensa que eu não vou responder aos Senadores, mas o advogado...

Então, só para conferir: eu disse que vou responder aos Senadores e que quem responde à imprensa é o advogado. Imagino que tenha sido isso que eu disse. Se eu não disse, peço desculpas. Estou agora dizendo exatamente isso.

Agradeço, portanto, ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator e aos demais Srs. Senadores e me coloco à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Conforme o procedimento que aqui foi aprovado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, eu gostaria de ir ao banheiro, e em dois minutos eu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem toda a liberdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Conforme ficou aprovado aqui pelo Conselho, é um procedimento para a ouvida, em primeiro lugar, do Relator, que fará seus questionamentos; depois os Membros do Conselho e Suplentes; em seguida, Senadores que não fazem parte do Conselho, mas que têm interesse em participar desta reunião, fazendo perguntas.

O Senador Randolfe Rodrigues, que é o autor da representação, não é Membro deste Conselho. Naturalmente que, à primeira vista, ele teria condições de falar como prioridade.

Entretanto, Senador Randolfe, como nós aprovamos um procedimento antes de V. Ex^a chegar aqui, não podemos, então, abandoná-lo. Seria, para nós, uma satisfação muito grande ouvi-lo logo depois do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sigo a sequência respeitosamente, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, vamos aguardar um pouquinho o retorno do Sr. Demóstenes Torres.

Mas eu gostaria de afiançar o seguinte: a escolha do relator é feita, neste Conselho, por meio de sorteio, como ocorreu nesse caso da escolha do relator para o caso Demóstenes Torres. E não consta na Resolução nº 20 nem no Regimento Interno do Senado qualquer disposição que obrigue a que, sendo o representado um advogado, o relator tenha que ser um advogado.

Então, a referência do Senador Demóstenes Torres chamando o nosso Senador Humberto Costa de advogado nos parece despropositada, de vez que o Senador Humberto Costa está cumprindo com o seu dever religiosamente. Não se trata de fazer um papel de acusador, mas de, como relator, expor os fatos e dar o seu parecer, baseado no juízo pleno que consegue ao longo do processo disciplinar.

Senador Demóstenes Torres...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu estava aqui explicando ao Plenário – V. Ex^a estava ausente – que a escolha do relator não é propriedade nem atribuição do Presidente, nem sequer do Conselho; é feita a escolha por meio de sorteio. E essa escolha não deve recarregar obrigatoriamente, em sendo o representado um advogado, em alguém que tenha a profissão de advogado ou diploma de Bacharel em Direito.

Dessa forma, ao V. Ex^a afirmar, numa fase do seu depoimento, que o Dr. Humberto Costa era um advogado, aquilo soou como uma crítica, o que nós não podemos aceitar de forma alguma, já que, ao ser nomeado Relator, depois de escolhido em sorteio, S. Ex^a foi investido de todas as atribuições legais, constitucionais e regimentais para o cumprimento estrito do seu dever.

Todavia, como V. Ex^a reconhece, advogado que é e Membro da Comissão de Constituição e Justiça, que é assim que se procede, tenho certeza absoluta que esse assunto, a partir de agora, será tratado da forma como deve ser tratado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sr. Presidente, em todos os momentos em que usei da palavra, elogiei o Sr. Relator, porque não tenho críticas ao trabalho de S. Ex^a. Tenho pontos de vista diferentes. Se, em algum momento, dei a entender que houve uma crítica ao trabalho do ilustre Senador, eu desfaço esse mal entendido agora e peço desculpas ao Sr. Relator. Jamais! Durante toda a exposição, que foi transmitida, eu sempre fui respeitoso e quero manter o respeito com o Sr. Relator e também com o Sr. Presidente.

Peço, então, desculpas se houve um mal entendido, se alguém interpretou como crítica, se isso, em algum momento, pôde ter gerado mal estar. Eu apenas quis dizer que foi muito eficiente o Sr. Relator. Somente isso. Tenho elogios a dizer a S. Ex^a; não tenho qualquer crítica ou reparo a fazer ao seu trabalho, até porque não estou nessa condição.

Então, agradeço a todos, especialmente ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço os reparos feitos nesta reunião, porque V. Ex^a é aqui tratado com a maior dignidade, com todo o respeito, obedecendo a todos aqueles princípios que V. Ex^a conhece como advogado. Aliás, é princípio dos direitos humanos que o réu, o representado ou o depoente são tratados em condições de igualdade com aqueles que eventualmente estão na acusação.

Agora, concedo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, para fazer os seus questionamentos, os quais – pelo menos aqui, quando nós aprovamos o procedimento – não têm um tempo demarcado. Mas há um limite para os Senadores que, após o Relator, quiserem falar que será de dez minutos,

improrrogáveis. Então, assim como concedemos um tempo ilimitado, e o Senador Demóstenes Torres considerou necessário e suficiente, a mesma coisa nós fazemos com referência ao Relator, que é o verdadeiro responsável pelas investigações que estão sendo efetivadas, em razão, primeiro, de uma representação do PSOL, aqui representado pelo nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Senador Demóstenes Torres, eu queria, antes de tudo, repetir algo que tenho dito por mais de uma vez nesta Comissão, mas não tive oportunidade de dizer diante de V. Ex^a. Quero dizer a V. Ex^a que não me move aqui nenhum tipo de satisfação ou prazer de ocupar esta posição. Aceitei a condição de Relator, após um sorteio, por entender que tenho a obrigação constitucional, como Parlamentar, de assumir diversas responsabilidades, por mais penosas que elas possam ser, e por entender que os Senadores que, anteriormente a mim, declinaram de assumir esta relatoria o fizeram por razões perfeitamente aceitáveis, justificáveis e republicanas.

Portanto, quero dizer a V. Ex^a que não me move nenhum sentimento pessoal em fazer esse trabalho. E procurei fazê-lo com a maior cautela, com a maior preocupação, porque sei o que representa uma acusação infundada, uma denúncia não verdadeira, e, como tal, me cerquei de todos os cuidados para que não somente eu esteja bem com a minha consciência, mas que dê aos Senadores e Senadoras deste Conselho o absoluto conforto para votar no relatório que eu pretendo apresentar.

Quero aqui ressaltar, também, que tive certeza, na fala de V. Ex^a, que em nenhum momento V. Ex^a se referiu aos nossos Pares, quando falou do desrespeito, do sofrimento que lhe foi impingido. Esta Comissão, na figura do seu Presidente e de todos os seus componentes, sempre teve para com V. Ex^a uma atitude de absoluto respeito e de entendimento de que V. Ex^a tem o mais amplo direito de defesa. E assim sucedeu até o presente momento e, sem dúvida, sucederá daqui para frente.

Eu quero, portanto, iniciar os meus questionamentos a V. Ex^a e dizer, também, que em nenhum momento me senti constrangido ou imaginado que fosse algum tipo de ironia, tanto a colocação do Dr. Kakai quanto à de V. Ex^a, de que eu teria me revelado um bom advogado. Na verdade, não. Até porque nós não estamos aqui diante de um processo judicial. Nós estamos diante de um julgamento político, e o que usei foi a minha condição de jornalista de ter procurado investigar fatos e trazê-los aqui à realidade, o que muitos dos que estão aqui fazem com muita competência. Então, eu queria reafirmar isso porque não tenho a pretensão de ser advogado e nem o meu relatório é um relatório que vai ter como referência unicamente as questões legais, mas principalmente as questões políticas que dizem respeito à possibilidade de quebra ou não do decoro parlamentar por parte de V. Ex^a.

Pergunto a V. Ex^a: Quando exatamente, dia, mês e ano, em que ocasião V. Ex^a conheceu o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTEÑES TORRES (Sem Partido – GO) – Não sei não. Dia, mês e ano? Sei que foi durante o tempo em que eu era Secretário de Segurança Pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Esse período se estendeu de quando a quando?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – 1º de janeiro de 1999 a, acho, que 12 ou 13 de março de 2002.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – De imediato V. Ex^a estabeleceu com o Sr. Carlinhos Cachoeira uma relação de amizade?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Pártido – GO) – Não, ele cobrava... Como ele tinha exclusividade para exploração do jogo em Goiás, então o contrato, como foi dito aqui, feito em 95 e prorrogado depois, enquanto estava em pleno vigor, ele cobrava de mim e de outras autoridades a atuação contra outros exploradores que eram naquele contexto considerados ilegais, uma vez que ele detinha exclusividade da exploração.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pelo que V. Ex^a afirma, essa era uma amizade íntima. Se falavam muitas vezes, e muitas vezes por telefone, se visitavam mutuamente, as respectivas mulheres eram amigas. É isso mesmo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – É. Não tão assim, mas era. De certa forma, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a, no discurso proferido no dia 6 de março de 2012, asseverou o seguinte:

"O contato pessoal, ainda que frequente, não significa participação em seus afazeres ocultos, muito menos aprová-los quando eles vierem à luz. Nesta Casa, sempre me opus ao jogo, votando contra todas as iniciativas de legalizá-lo. Portanto, atuei às claras no combate às causas costumeiramente tratadas nos subterrâneos. Apesar do relacionamento de amizade, nunca tive negócios com o Carlos Cachoeira. Já expus em algumas entrevistas nomes e fatos de intimidade de pessoas próximas que não repetirei nesta tribuna, até porque sua relevância se restringe a manchetes. Porém, as ligações telefônicas apontam para conversas triviais e tiveram sua frequência ampliada durante o período em que eu e minha mulher interferimos numa questão pessoal da amiga dela, esposa de Carlos Cachoeira. O único episódio das gravações telefônicas, diretamente ligado a mim, é de ordem estritamente privada."

Eu pergunto a V. Ex^a: V. Ex^a mantém a versão de que todas as vezes que falava com o Sr. Carlinhos Cachoeira e se visitavam tratavam de assuntos triviais e da vida privada?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sim. Até como V. Ex^a diz, o discurso foi feito no dia 6 de março. Eu tive conhecimento das ligações telefônicas no final do mês de março. Então, até ali, era o que eu conhecia. Se V. Ex^a observar esse discurso é datado. Agora, no final do mês de março, o Supremo Tribunal Federal entregou ao meu advogado e a mim o que saiu. E mais, vem entregando ainda aos poucos. Vem entregando aos poucos. Uma última leva eu recebi na semana passada. Então tem documentos, tem

transcrições que eu ainda estou tomando conhecimento. Até aquele discurso, era justamente isso que está escrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas que essas gravações e esses telefonemas, portanto, não se tratavam apenas de assuntos triviais e da vida privada:

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Até aquilo lá era presente de casamento, depois apareceram outras coisas que eu já provei aqui que não são verdadeiras.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Então, V. Ex^a reconhece que a voz nos áudios dos diálogos publicados até agora é de V. Ex^a?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Por isso pedi perícia. Tem muita coisa editada, tem muita coisa truncada. Essa do avião dos 3 mil por exemplo tem uma voz ao fundo. O nosso perito demonstra que há edição. Então, evidentemente, muitas conversas eu travei. Agora, muitas conversas foram montadas, editadas. Por isso há um requerimento do nosso advogado na defesa, para que a perícia possa ser feita e dê tranquilidade à acusação, à defesa e a todos, porque, como bem lembrou V. Ex^a, o julgamento é político. Mas o julgamento político é uma espécie do gênero julgamento administrativo; e o julgamento administrativo não está desacobertado dos preceitos constitucionais que regem todo o processo judicial e administrativo: ampla defesa, contraditório e tal. Então, no processo político, que é uma espécie do gênero processo administrativo, também se admite a perícia, tanto é que é prevista, explicitamente, na resolução que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Essa relação de amizade que V. Ex^a mantinha com o Sr. Carlinhos Cachoeira era extensiva ao irmão de V. Ex^a, Benedito Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Não conhece. Nunca ouviu falar dessa amizade. Não conhece terminantemente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, acusa V. Ex^a de intermediar interesses de Cachoeira junto à Procuradoria-Geral do Estado, com o irmão de V. Ex^a, Benedito Torres...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Procurador-Geral de Justiça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Procurador-Geral de Justiça. Interceptações de conversas que aconteceram entre V. Ex^a e o Sr. Cachoeira, no dia 16 de maio de 2011, 20 de maio de 2011, e 6 de junho de 2011. Em algum momento, V. Ex^a solicitou ajuda do irmão de V. Ex^a, Procurador-Geral de Justiça, a pedido do Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Em hipótese alguma. Inclusive detalhei isso aqui. Vou voltar a detalhar neste exato momento.

Em relação aos diálogos ocorridos em que ele pede ajuda para que a empresa Gabardo não ganhe um terminal numa área no Distrito Agroindustrial de Anápolis, veja que a decisão do Ministério Pùblico foi exatamente o contrário – deu à Gabardo –, sinal de que jamais falei com o meu irmão a respeito disso.

Num segundo pedido, que não foi um diálogo travado comigo e o Sr. Cachoeira, mas uma menção do Sr. Cachoeira com outra pessoa, tem-se a pretensão de impedir a transferência de uma promotora de justiça de Catalão para Valparaíso. E isso também não aconteceu. A promotora foi transferida do jeito que ela pleiteou.

Em relação à Operação Sexto Mandamento, que era para impedir a transferência de policiais envolvidos com grupos de extermínio de Mato Grosso para Goiás, todos os pareceres foram contrários.

Em relação às audiências, à audiência para receber um vereador, sim, para que ele fosse à minha casa falar com outros vereadores, sim, porque eu achei que falar com vereador não macula quem quer que seja. Nesse caso do café da manhã, ele nem sabia que os vereadores estavam lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pergunto a V. Ex^a, voltando a um assunto que V. Ex^a tratou, mas que carece de melhor esclarecimento. Trata-se do tema do um milhão. Vários diálogos aparecem com essa tratativa sobre o um milhão. O primeiro ocorre em 22 de março de 2011, onde o Sr. Cláudio Abreu informa ao contador de Carlinhos Cachoeira, Geovani Pereira da Silva, que ele devia um milhão a ele – na verdade, à Delta. Carlinhos Cachoeira insiste em que esse um milhão pertence ao Demóstenes. Depois de várias trocas de telefonemas, o Sr. Cláudio Abreu conclui que o um milhão era dele. E Cachoeira assume que tinha repassado a V. Ex^a 2 milhões e 100 mil reais, e que tinha segurado um milhão. A minha pergunta é no sentido do seguinte: V. Ex^a, como prova de não ter acontecido esse repasse de um milhão, apresentou aqui os seus dados bancários de contas pessoais de V. Ex^a. Não poderia esse um milhão ser recurso de campanha oficial ou oficioso? Portanto, não estaria V. Ex^a esclarecendo, de forma definitiva, a que se refere esse recurso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – No Item nº 36, o Procurador-Geral da República afirma:

"Em diálogo, no dia 22 de março de 2011, às 11:18:00h, entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu, não degravado pela autoridade policial, é expressamente referido que o valor de um milhão foi depositado na conta do Senador Demóstenes e que o valor total repassado para o Parlamentar foi de R\$3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais)"

Essa é uma das raras oportunidades, no Direito Processual Penal, em que se dá a quem é investigado o direito de fazer a prova negativa. Eu estou provando que o Procurador-Geral não tem razão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas pergunto a V. Ex^a: Tendo o Procurador-Geral cometido um equívoco, existe a possibilidade que tenha recebido V. Ex^a, na forma de doação de campanha, seja por recursos oficiais ou por recursos não contabilizados, esses dois milhões e alguma coisa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Zero. Está tudo, tudo o que eu recebi, em todas as campanhas em que eu participei, minhas prestações de contas foram rigorosamente aprovadas pelo órgão competente da Justiça Eleitoral.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pergunto a V. Ex^a, que afirma que conheceu o Sr. Carlos Cachoeira no período em que era Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás. Era V. Ex^a detentor natural de informações da área policial, investigativa e de inteligência na esfera estadual. Segundo a denúncia apresentada pelos Procuradores da República, na 11^a Vara Federal de Goiás, contra Carlinhos Cachoeira e seu grupo criminoso, "os primeiros fatos evidenciados da gênese do grupo criminoso datam de 1999, com sua efetiva organização para manutenção da exploração da atividade espúria, em meados do ano de 2007".

V. Ex^a ficou amigo íntimo do Sr. Carlos Cachoeira, e não sabia que ele, já àquele tempo, era um contraventor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, excelência. Vamos por partes.

O Ministério Público trata, inclusive, da época em que era legal como contravenção. Porque são duas coisas distintas: ou é ilegal ou era ilegal. Se o grupo, se o Sr. Carlos Cachoeira começou a operar legalmente, em 1995, terminou, em 2004, e ainda obteve liminares da Justiça Estadual, como confirma matéria do jornal *O Popular*, então, aí o Ministério Público quis "pisar no acelerador". Então, só pode ser ilegal o que não é legal. E, se ele teve atividade legal, entre 1995 e 2004, possivelmente estendendo com liminares até 2006, e só a súmula com efeito vinculante de 2007 derrubou essa legalidade, então, nesse período, ele atuou legalmente. Então, as afirmações aí são mais afirmações de uma denúncia que não encontram consonância com a realidade, porque a atividade dele, naquele momento, era legal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas o Ministério Público, aqui, se refere à gênese do grupo criminoso. Quando se refere à gênese do grupo criminoso, está-se referindo a outras atividades criminosas que andam lado a lado com as atividades do jogo, do bingo, do videopôquer, tais como lavagem de dinheiro, tais como outros tantos crimes associados.

V. Ex^a, como Secretário de Segurança, não teve informação de que isso existia?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. E nem o Procurador-Geral da República nem ninguém, até hoje. É importante registrar também que, em razão de o Parlamentar não ter atuação na atividade ilícita de jogos de azar, que constitui o fato investigado, não se procedeu de imediato à análise de suas falas. Então, todas as autoridades dizem que eu não tenho relação alguma com o jogo, muito menos conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas não é isso o que eu perguntei a V. Ex^a. Eu perguntei a V. Ex^a se, na condição de Secretário de Segurança Pública, além de saber da atividade que era legal, como se refere V. Ex^a, do Sr. Carlinhos Cachoeira, se não tinha conhecimento de outras atividades criminosas que andam lado a lado com isso, que é o que se refere o Ministério Público aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Se a atividade é legal, então a remessa de dinheiro... Vai fazer lavagem de dinheiro com o quê, se o dinheiro oriundo do jogo era legal? Qual a lavagem que se faz

disso? Então isso é ilação, suposição, porque, conforme está provado e V. Ex^a pode pedir, creio, à Administração do Estado de Goiás, entre 95 e 2004, e, possivelmente, segundo o jornal *O Popular*, até 2006, com liminares do Tribunal de Justiça, o jogo era legal no Estado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu pergunto a V. Ex^a: Na condição de Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, que ações adotou para combater a exploração de jogos clandestinos no Estado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Clandestinos? Fiz ações. Isso está até... Jogo do bicho, por exemplo, fizemos uma série de ações. Está documentado em matérias de jornais. Se V. Ex^a quiser, posso até mandar para V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a teve conhecimento dos problemas que, naquela mesma época, o Sr. Carlinhos Cachoeira estava tendo com a Cirsa, uma empresa espanhola da qual Cachoeira seria sócio, na exploração de máquinas caça-níqueis em Goiás?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Problemas? Confesso que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a teve conhecimento, como Secretário de Segurança Pública, de um acordo entre Cachoeira, Alejandro Ortiz, José Renato Granado, para que mil máquinas caça-níqueis funcionassem em Goiás? Já ouviu falar da empresa Recreativos Franco, quando era Secretário de Segurança Pública?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu, de memória, não me lembro de nada disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a, quando Secretário de Segurança Pública, sabia da existência da Gerplan, empresa de Cachoeira que tinha como objetivo operar empresas lotéricas no Estado de Goiás...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sem dúvida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...e da Brasgame?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Gerplan, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Alguma vez, na condição de Secretário de Segurança Pública, V. Ex^a ouviu falar de uma empresa chamada Valecard, que seria responsável pela lavagem de dinheiro de Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Também não. Confesso a V. Ex^a que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a tem notícia da ligação tradicional da família de Carlinhos Cachoeira especificamente com o jogo do bicho?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tenho. Sei que, por reportagens, o pai dele lidou com o jogo do bicho no passado – não é? –, por matérias publicadas inclusive agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Já que V. Ex^a colocou que agiu duramente contra o jogo do bicho, na condição de Secretário de

Segurança Pública, V. Ex^a teve conhecimento das relações entre Carlinhos Cachoeira e o contraventor Anísio Abraão Davi, de Nilópolis?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca. Eu não tenho conhecimento de nada disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ainda segundo o Ministério Público, a organização estava em plena ação em 2007 e V. Ex^a, Senador da República daquele Estado e amigo íntimo do Sr. Cachoeira, não sabia que ele era um contraventor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. De forma alguma. Não sabia. Já disse isso. Não sabia que ele operava clandestinamente. E mesmo em 2011, está aqui inclusive uma transcrição do depoimento do governador, ele disse a nós que não lidava com jogo clandestino.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Sr. Carlinhos Cachoeira foi condenado pela Justiça do Rio de Janeiro, no início de março deste ano, a oito anos de reclusão, multa de R\$85 mil e 160 dias/multa pelos crimes contra a lei de licitações e de corrupção ativa. Como já salientado, o Sr. Cachoeira era e agora está formalmente condenado. Era o corruptor no processo trazido a público, por ele mesmo, em 2004, contra o Sr. Waldomiro Diniz. Nos debates que se sucederam à divulgação das gravações, V. Ex^a fez duríssimas e corretas críticas ao Sr. Waldomiro Diniz, mas poupou o corruptor. V. Ex^a acreditava que o Sr. Carlinhos Cachoeira era honesto ao tempo da divulgação do vídeo comprometedor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, é... O vídeo... Veja: V. Ex^a disse que ele foi condenado em março deste ano, não é isso? Portanto, após a prisão – ele foi preso em 29 de fevereiro. E no vídeo em que a Justiça o considerou corruptor, ele aparece naturalmente lidando com licitação, sendo que pediram para ele propina. Então acredito que, tanto quem pede quanto quem entrega estejam efetivamente envolvidos. Mas essa é uma questão judicial e, como V. Ex^a bem disse, a Justiça o condenou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas é estranho que V. Ex^a, sempre tão duro nas suas colocações – e o fez muito bem em relação ao Sr. Waldomiro Diniz –, não tivesse, diferentemente dos Pares de V. Ex^a, da Oposição especialmente, de alguma forma se referido ao Sr. Carlos Cachoeira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – De alguma forma, eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não há nenhum registro em que V. Ex^a dissesse que ele era um bandido, um contraventor, um corruptor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu acredito plenamente que posso não ter nominado, mas posso ter criticado a situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Afinal, quando V. Ex^a, um homem público que todos julgam bem informado e detentor de altos cargos no currículo, tomou conhecimento de que Carlinhos Cachoeira era um contraventor acusado de diversos crimes? Foi no dia 29 de fevereiro deste ano, quando, junto com todos nós, assistiu à sua prisão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ainda... Bem, V. Ex^a já tratou aqui do assunto do iPad, do fretamento dos aviões, mas quero perguntar a V. Ex^a sobre o Nextel.

V. Ex^a assumiu, na sua defesa prévia e aqui também, que ganhou de presente do amigo Carlinhos Cachoeira um celular rádio da marca Nextel. Sabe-se que o contraventor distribuiu esse presente entre membros de sua organização criminosa, porque imaginava, pelas informações passadas pelo Delegado da Polícia Federal Byron, que veio a ser cooptado pelo grupo, que eles não podiam ser interceptados; seriam, portanto, livres de gramos.

V. Ex^a pode nominar os outros presenteados por Carlinhos Cachoeira com o celular rádio Nextel, trazido dos Estados Unidos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, de forma alguma, até porque, como diz o Procurador-Geral, não faço parte do grupo. Eu recebi; por uma comodidade, fiquei, e conversei com ele. Conversei com outras pessoas também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Todos os demais presenteados pelo Sr. Carlinhos Cachoeira com o celular rádio marca Nextel são acusados pelo Ministério Público Federal do Estado de Goiás, na denúncia oriunda do inquérito que se originou da Operação Monte Carlo. V. Ex^a afirma que mantém com Carlinhos Cachoeira uma relação apenas de amizade. Eu quero fazer esta pergunta a V. Ex^a, informando-lhe de que a CPI já solicitou a quebra de sigilo de todos esses telefones.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Hâ, hâ...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Inclusive, V. Ex^a aqui afirmou que ligou para outras pessoas, desse Nextel, além dos integrantes desse grupo fechado. Eu pergunto: Por que V. Ex^a seria o único do chamado clube Nextel, presenteado pelo Sr. Carlinhos Cachoeira, que não fazia parte da organização criminosa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Acho que V. Ex^a devia pegar todas as afirmações de todos os delegados, procuradores, Procurador-Geral, Subprocuradora. Então, todos eles... Não sei de existência de grupo Nextel. O que eu sei é o que saiu no jornal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a reafirma que ligou para outras pessoas que não integrantes desse grupo, desse Nextel?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Todas as falas lidas por V. Ex^a fortalecem a afirmação, já feita aqui pela Polícia Federal, de que V. Ex^a não foi investigado por ser detentor de foro privilegiado. Mas alertavam nos relatórios circunstanciados que os chamados encontros fortuitos apresentavam crimes em tese e correlatos a serem verificados pela autoridade competente. Autoridade competente, no caso de V. Ex^a, é o Procurador-Geral da República, que ajuizou o Inquérito nº 3.430, pedindo investigação contra V. Ex^a. Portanto, o Procurador-Geral da República utiliza, na peça inicial, as provas das duas Operações da PF: Vegas e Monte Carlo. Significa que encontrou e acatou os indícios contra V. Ex^a.

Eu quero aqui, inclusive, registrar que V. Ex^a, no depoimento que aqui fez, por várias vezes citou gravações que fazem parte do processo. Eu já tive oportunidade inclusive de perguntar a V. Ex^a se reconhece a sua voz em várias dessas questões.

Portanto, entendo que essas gravações são também referências para o debate que esta Comissão deve fazer. É assim que V. Ex^a pensa também?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, as gravações são evidentemente ilegais. Há um conluio entre Ministério Público, Polícia Federal para se fazer uma investigação em cima de um parlamentar. A investigação deve ser feita pelo Supremo Tribunal Federal. Então, as provas são totalmente ilegais.

Veja que não sou eu que estou tratando de ilegalidade. Não vim aqui para isso. Vim aqui para tratar sobre o mérito, até porque meu advogado já trata desse assunto quanto à ilegalidade. Mas já que V. Ex^a me dá a oportunidade, V. Ex^a bem sabe que encontro fortuito é quando alguém é encontrado numa interceptação de outra investigação, e, imediatamente, se houver indício da prática de algum crime, se desloca para o foro competente. E veja que, já em março do ano passado, fora Vegas de 2009, já havia referência ao milhão. Ao milhão não é prova de corrupção? Então, o delegado já sugere que se remeta ao Procurador-Geral.

E o que me parece que é mais grave, Sr. Relator, o Procurador-Geral, no ofício resposta que enviou à Presidência da CPI, CPMI, diz o seguinte: "Que ele tomou conhecimento da investigação Monte Carlo em março do ano passado". Por que um Procurador da República, se não tinha importância nenhuma na investigação, ia levar ao conhecimento do Procurador-Geral da República aquela que ele diz que não é investigação? Não é investigação, são quinze páginas, são quinze volumes, V. Ex^a viu. Ali não é investigação. Houve a condenação. Eu estou cumprindo a pena. E agora eles estão montando o processo.

Então, a prova é totalmente ilegal e descabida. E mais, acho que... Eu tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal não vai dar guarda a isso.

Eu tenho condição de enfrentar todas as acusações no mérito. V. Ex^a viu que eu tenho condição de enfrentar a todos. A todas as perguntas eu posso responder, mesmo as de supetão. Agora, o fato é que a investigação é ilegal e coloca em risco a democracia no Brasil, porque, se o Supremo Tribunal Federal entender que a investigação pode ser feita pelo 1º Grau e só o julgamento deve ser feito pelo Supremo Tribunal Federal, nós vamos viver numa República comandada por delegados e procuradores membros do Ministério Pùblico. Nós vamos viver nessa República, que é perigosa. Por quê? O Supremo, inclusive no ofício que o Procurador-Geral da República também envia à CPMI, ele admite que é mais efetivo o trabalho da Policia e do Ministério Pùblico do 1º Grau do que o dos Ministros do Supremo. Ora, não é possível isso! Ministro do Supremo por acaso é desidioso e tudo mais? E esse vazamento seletivo, por minuto, a cada instante, só teve um objetivo: primeiro, a minha desmoralização integral, porque veja que muitas das coisas que estão contidas, exceto as denúncias que tenho que me defender, que estou me defendendo, mas são atividades corriqueiras que

eu fazia: ir a ministério... E aí me colocam como uma espécie de advogado dele, porque não quebraram os outros sigilos, porque eu fazia isso para todo mundo.

Então, o que quero dizer é o seguinte: vivemos um perigo. E a função principal é amedrontar os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Os Ministros estão com medo, por quê? Porque dá a impressão que o Senador era um bandido, que mexia com contravenção, que lidava com contravenção e que se aproximou dos Ministros com alguma finalidade até de se aproximar, de fazer a aproximação do contraventor com o Ministro do Supremo.

Então, as coisas precisam ser colocadas do jeito que elas são. Eu fui investigado clandestinamente. Quem vai decidir é o Supremo. Mas eu tenho condição de me defender no mérito. E já disse que muitas das coisas que aconteceram aqui foram edições. E quero sim, estou aqui para falar sobre o mérito. Não, não só apenas mencionei no início, mas quanto à ilegalidade, que eu não vim aqui falar, mas eu tenho muito a dizer. O processo foi todo montado. Isso aí, qualquer um que ler o processo, no mesmo dia, as páginas do Ministério Público são rabiscadas pela Polícia Federal, numeradas pela Polícia Federal. Eu nunca vi isso na minha vida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a me perguntou. Eu estou respondendo.

As páginas são numeradas pela Polícia Federal. Há despacho da Polícia Federal protocolado no mesmo dia e na mesma hora no Juízo Federal de Goiânia. Mesmo dia, mesma hora, mesmo carimbo. Quer dizer, como deu o Ministério Público parecer? Então isso eu vou deixar para discutir na Justiça.

Agora, o fato é que eu fui investigado clandestinamente. Não existe encontro fortuito, ainda que intercaladamente, de quatro anos. Fortuito é eventual, e a investigação foi permanente, e disse o Sr. Procurador-Geral da República Roberto Gurgel, no ofício que mandou, que, em março do ano passado, ele teve também ciência da investigação Monte Carlo. Então, não vou discutir. Repito. Estou falando a pedido de V. Ex^a. Mas a investigação foi totalmente clandestina e coloca em perigo o Estado democrático de direito, porque, da mesma forma que eu fui vítima agora, qualquer um pode ser vítima depois. E aí é de Ministro do Supremo a desembargador, a prefeito, a tudo. Ou seja, a investigação, ela tem que existir. Aquele que pratica um ato ilícito tem de pagar pelo que fez. Agora, existem os foros competentes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – E o foto competente para investigar e julgar parlamentar federal é o Supremo Tribunal Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

Volto aqui ao Nextel. Quando o Sr. Carlos Cachoeira lhe ofereceu o celular rádio Nextel, ele informou a V. Ex^a que o aparelho não podia ser grampeado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Qualquer aparelho pode ser grampeado. Eu fui Secretário de Segurança Pública. Fui a Israel, não é? Desde aquela época, qualquer aparelho de rádio podia ser

grampeado, isso em 1999 ou em 2000. Então, eu não aceitei o aparelho porque ele não podia ser grampeado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a não achou estranho um presente dessa natureza dada a sua condição de Senador da República?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não achei, porque, como eu disse, falava em qualquer lugar. Hoje, vendo daqui, como eu disse, voltando para o passado, é óbvio que eu jamais faria isso novamente. Mas, daquela época para cá, quem é que poderia ter a certeza ou a sensação de que aquilo era alguma coisa que também acontecia em outro tipo de situação de crime de bastidores? Jamais imaginei que isso pudesse acontecer. Porque hoje é fácil, é uma engenharia, é o chamado engenheiro de obra pronta. Está tudo pronto. Então, todo mundo tem um julgamento do que não se podia fazer naquela época. Então, recebi, conversei, tanto é que conversei sobre tudo, e, como eu disse, citando Ismael Silva, nem tudo que se diz se faz. Fiz aquilo que eu achei que era republicano. E o resto eu não fiz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Depois que V. Ex^a recebeu o celular rádio Nextel de presente, V. Ex^a conversava com o Sr. Carlinhos Cachoeira também por outros celulares que V. Ex^a eventualmente possuísse, o celular funcional, o celular pessoal? Ou as conversas sempre e exclusivamente eram feitas pelo Nextel?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eventualmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eventualmente.

Quem pagava a conta do celular rádio Nextel que V. Ex^a ganhou de presente do Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Ele. Imagino.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ele pagava?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Imagino. Cinquenta reais por mês, trinta reais por mês, quarenta reais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

V. Ex^a pode enviar a este Conselho os comprovantes do pagamento da conta do celular Nextel?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a mesmo já está respondido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Obviamente, não.

Após a prisão do Sr. Carlinhos Cachoeira, V. Ex^a continua a utilizar o celular rádio Nextel que ganhou de presente dele?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, eu imediatamente mandei devolver para esposa, né? Vi a gravidade da situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a é sócio de uma empresa chamada Instituto Nova Educação Ltda.?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quem são os sócios de V. Ex^a?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Marcelo Limirio e Renata.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Sr. Marcelo Limirio, seu sócio no Instituto, segundo informações públicas, é um milionário, ex-dono do Laboratório Neo Química, e sócio da Hipermarcas; também é sócio do Sr. Carlos Cachoeira no Instituto de Ciências Farmacêuticas de Estudos e Pesquisas Ltda., em Goiânia, com faturamento de 30 milhões em 2010, e além disso fornece testes para laboratórios, segundo informações do Inquérito nº 89/2011, na Operação Monte Carlo. Essa instituição, na verdade, estaria registrada em nome da ex-mulher de Sr. Cachoeira, Srª Andréa Aprígio de Souza.

V. Ex^a tem conhecimento desses fatos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Tenho conhecimento de que Marcelo, como disse V. Ex^a, é um milionário, é uma figura das mais respeitadas de Goiás, é um empregador, foi dono da Neo Química, vendeu para a Hipermarcas; ficou com um pedaço da Hipermarcas. É um homem de bem, é um homem honrado, decente, e prova tudo aquilo que eu disse, que o Sr. Carlos Cachoeira era tido em Goiás como um empresário, como um homem comum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mesmo tendo um sócio em comum, já que o Sr. Marcelo Limirio também é seu sócio, em nenhum momento os negócios de V. Ex^a se misturaram aos do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – É. Respondo com a pergunta de V. Ex^a: não se misturaram.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a recebeu algum outro presente do Sr. Carlinhos Cachoeira que ainda não tenha sido revelado e que queira revelar a este Conselho neste momento?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Tudo foi divulgado. Tudo que eu sei é o que os senhores sabem também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Sr. Gleyb comprou para V. Ex^a um som de R\$27 mil para sua residência?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Comprou, mas não entregou. Entregou uma parte do som, cabos e tudo o mais. Eu encomendei para ele, porque ele ia sistematicamente aos Estados Unidos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quem pagou?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu vou pagar, eu vou pagar. Está lá nas transcrições, para utilizar o cartão que eu iria pagar aquilo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quem teria pago uma mesa de US\$18 mil, adquirida por V. Ex^a na Argentina? Existiu isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Existiu, mas a mesa não veio por conta de problemas alfandegários. Então, a mesa acabou não vindo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quem pagou os fogos de artifício da celebração da formatura de sua senhora?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Carlos Cachoeira, porque, como disse V. Ex^a, e já foi divulgado, para a formatura; para ela, mas para utilizar na festa de formatura.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero perguntar a V. Ex^a, agora que V. Ex^a descobriu, sabe que ele possuía afazeres ocultos, tendo descoberto que ele é um infrator da lei, V. Ex^a se sente decepcionado com ele? V. Ex^a se sente traído pelo Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Acho que todo mundo, não é? E todo mundo que se relacionou com ele não tinha conhecimento porque todos nós ficamos na pior situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a considera que o Sr. Carlinhos Cachoeira usou V. Ex^a para tentar viabilizar seus afazeres ocultos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Acho que todos de Goiás – sou homem público –, todos aqueles que me procuraram... Afazeres ocultos, de forma alguma; agora, afazeres públicos, sim. Todos aqueles que me procuraram para laboratório, para ir a órgãos públicos e que eu considerei republicano, eu fiz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em outra conversa de V. Ex^a com o Sr. Carlinhos Cachoeira, que consta do inquérito do Procurador Geral da República, V. Ex^a trata do tema da exoneração de servidores do seu gabinete, porque estavam procurando servidores fantasmas nos gabinetes, fazendo uma caça às bruxas.

Antes de tudo, era bom referir aqui que, na verdade, nunca houve autorização por parte do Senado para que servidores da Casa trabalhassem ou ficassem cedidos para trabalhar no exterior ou em outros Estados, tanto é assim que o ex-Senador Arthur Virgílio chegou a ser representado no Conselho de Ética, exatamente em 2009, no período em que V. Ex^a mencionou, porque havia uma denúncia de que ele teria um servidor fazendo um curso no exterior. Apenas esse registro.

Mas eu pergunto a V. Ex^a: V. Ex^a contratou servidores em seu gabinete ou no gabinete da Liderança do Democratas a pedido do Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Contratei a Sr^a Kênia. Foi referida e...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Qual o nome completo dela e onde ela exercia as suas funções?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Kênia Vanessa Ribeiro; exercia as funções em Anápolis. E vou, só para complementar a resposta de V. Ex^a, mostrar o Ato do Senado Federal. O intuito era justamente regularizar as situações para que, no futuro, não houvesse qualquer legalização. A situação, naquele momento, era legal. Os Senadores podiam, em qualquer... Quem era funcionário da 1^a Secretaria, da 3^a Secretaria, da Mesa – estão aqui vários Senadores antigos que podem comprovar isso –, esses funcionários poderiam prestar serviço em qualquer lugar.

A partir do Ato da Comissão Diretora nº 16, do dia 24 de agosto de 2009, ficou estabelecido: "Art. 3º. Somente servidores ocupantes de cargos em

comissão em exercício no gabinete dos Senadores poderão ser lotados no respectivo escritório de apoio, mediante solicitação à Diretoria-Geral". Se não fosse assim, não precisaria ter regulamentado.

Então, é óbvio que todos aqueles que estavam aqui naquele momento sabem muito bem que houve uma investigação, houve denúncias e muita gente que não estava lotada no gabinete de apoio – havia gabinete de apoio só em Goiânia –, ou seja, todos os outros iriam ser considerados fantasmas. Para que isso não acontecesse, imediatamente, antes mesmo da edição do ato, eu providenciei que aqueles que trabalhavam em outros lugares que não Goiânia pudessem ser substituídos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – No dia 28 de junho de 2009, V. Ex^a exonerou sete servidores do Gabinete do Democratas e, no dia 15 de julho de 2009, 14 servidores de seu gabinete, conforme informação da Secretaria de Recursos Humanos.

Alguns servidores tiveram troca somente de lugar, mantendo nomeação e cargo em unidade diferente. A que se deveu essa exoneração em massa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Justamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Tem a ver com a caça às bruxas, a que V. Ex^a se refere no telefonema com o Sr. Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Com certeza. Isso quer dizer o seguinte: que esses servidores, alguns que foram remanejados certamente foram remanejados para o gabinete, a fim de poderem, efetivamente, fazer jus à nova resolução que seria editada. Então, repita-se: não havia nenhum servidor em situação irregular, mas, diante do que se discutia na Casa, era necessário, sim, que houvesse esse remanejamento para que, a partir da edição dessa resolução, todos estivessem efetivamente trabalhando de acordo com as novas regras do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria, antes de fazer a próxima pergunta, registrar para V. Ex^a que o nome da Sr^a Kênia, pelo menos, não consta da relação dos cargos que nos foi enviada pela Direção da Casa.

Mas eu queria perguntar a V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Mas eu tenho aqui os atos de nomeação e exoneração.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – E posso passar a V. Ex^a. Foi uma falha, então, da Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A Procuradoria Parlamentar é um dos órgãos do Senado Federal, instituída pela Resolução nº 40, de 1995, e composta por cinco Senadores, da qual V. Ex^a faz parte. Desde quando V. Ex^a ocupa cargo na Procuradoria Parlamentar do Senado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não me recordo, efetivamente, mas acho que fui convidado ou pelo Presidente Sarney ou pelo ex-presidente Renan, e desde aí ocupo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a nomeou servidores da sua confiança na Procuradoria Parlamentar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – É claro. Os cargos são todos de confiança.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Promoveu troca de cargos entre servidores de seu gabinete e a Procuradoria Parlamentar justamente nesse período de junho e julho de 2009?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Provável.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com as diversas exonerações ocorridas no gabinete de V. Ex^a, após 22 de junho de 2009, alguns servidores que estavam lotados em seu gabinete passaram a exercer cargos na Procuradoria Parlamentar e vice-versa. Houve algum motivo especial para essa movimentação?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sim, para que eles permanecessem trabalhando em Brasília.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A Procuradoria possui cinco integrantes, cinco parlamentares. Algum outro Senador, além de V. Ex^a, já indicou algum servidor para ocupar cargos nesse órgão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não sei. A indicação é feita ao Presidente da Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero tratar agora com V. Ex^a sobre as visitas do Sr. Dadá e do Sr. Gleyb ao gabinete de V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a conhece o Sr. Idalberto Matias de Araújo? Qual é a sua relação com ele? São amigos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não posso dizer amigos, mas tenho relação de cordialidade com ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quando se encontram, V. Ex^a e o Sr. Dadá, costumam tratar de que tipo de assunto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – O Dadá, como eu disse aqui em relação à CPI do Apagão, é um homem de informações, ou seja, ele tem informação e é fonte, acredito, de grande parte de jornalistas, membros do Ministério Público, como estão aqueles do Distrito Federal, constam dos autos, membros de outros lugares. E ele que trouxe, por exemplo, o Brigadeiro na CPI do Apagão Aéreo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a conhece o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz? Qual sua relação com ele? São amigos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, nenhuma, como eu disse, a relação é também de cordialidade. O Gleyb até, confesso, fiquei surpreso, porque a função dele, que conhecíamos, era de um leva-e-traz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quando se encontram, costumam tratar de que tipo de assunto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nada. Em encontro com Gleyb?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, ele veio aqui duas vezes, para trazer um cabo de som que eu tinha encomendado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a assumiu diversas conversas com o Sr. Carlinhos Cachoeira. Com o Sr. Gleyb, V. Ex^a já conversou por telefone?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Já.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Segundo informações obtidas junto à Policia do Senado, em documento que consta nos autos como resposta a requerimento aprovado neste Conselho de Ética, o Sr. Idalberto Matias de Araújo, vulgo Dadá, esteve em seu gabinete oito vezes nos anos de 2007 a 2011. As visitas ocorreram nos dias 10 de abril de 2007, 25 de setembro de 2007, 10 de outubro de 2007, 05 de dezembro de 2007, 13 de fevereiro de 2008, 14 de fevereiro de 2008, 26 de fevereiro de 2008, 12 de março de 2008. O que veio fazer aqui, em seu gabinete? Do que veio tratar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, acho que pode, talvez tenha sido a CPI do Apagão, mas tratava também de outros assuntos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a pode descrever?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Conversas sobre informações mesmo, um tema ou outro, não é, nada além. Deve até... Isso aí devem ser os dados oficiais, acredito até que ele veio mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ainda segundo informações oficiais junto à Polícia do Senado, o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz esteve duas vezes no seu gabinete o ano de 2011, nos dias 9 de junho de 2011 e 20 de setembro de 2011. V. Ex^a poderia dizer sobre o que veio ele tratar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, está até nos áudios: veio trazer o cabo de som mesmo. Então, está aí.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A Operação Monte Carlo e o depoimento do Delegado de Policia Federal à CPMI revelaram que o Sr. Idalberto Matias é o gerente operacional dos negócios ilícitos do Sr. Carlos Cachoeira. V. Ex^a tem conhecimento disso? Já tinha conhecimento desse fato quando o Sr. Idalberto Matias passou a frequentar seu gabinete?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca. Não tinha conhecimento de atividade ilícita dele nenhuma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas em 2004, o Sr. Idalberto Matias de Araújo, vulgo Dadá, respondeu a um inquérito por corrupção. No dia 5 de novembro de 2008, em busca e apreensão da Policia Federal, realizada em sua residência, foram encontrados diversos documentos e CDs de operações sigilosas da Policia Federal. Em 2009, o relatório final das escutas telefônicas chegou a indicá-lo por participação no vazamento de informações. V. Ex^a, como Senador da República, durante a ocorrência de todos esses fatos, tinha conhecimento desses fatos quando o Sr. Dadá frequentava o seu gabinete?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, quem é que pode ter conhecimento de busca e apreensão, inquérito que outros respondem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas, e de que ele chegou a ser indiciado pela CPI das escutas telefônicas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, se V. Ex^a está dizendo, eu acredito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – No depoimento a esta CPMI, o Delegado de Polícia Federal Raul Alexandre Souza revelou que o Sr. Idalberto Matias e o Sr. Jairo Martins de Souza sequestraram, em 2009, a mando de Carlos Cachoeira, um funcionário do grupo, que foi mantido em cárcere privado por desconfiança do bicheiro de fraudes no recolhimento de máquinas caçaniqueis. V. Ex^a tem conhecimento desses fatos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, francamente não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em 2008, o Sr. Idalberto Matias ou Dadá, e o Sr. Jairo Martins, outro envolvido, foram apontados como pessoas que arquitetaram o suposto “grampo”, envolvendo um Ministro do STF e V. Ex^a.

A matéria sobre o “grampo” nunca foi provada, mas saiu na edição 2.076 da revista *Veja*, de 03 de setembro de 2008.

A Polícia Federal divulgou, no final de 2010, o resultado de um inquérito dizendo, textualmente, que não encontrara nenhuma prova sobre a realização do “grampo”.

O Sr. Dadá frequentou seu gabinete, no ano de 2008, por quatro vezes, como já dito, e, também como já dito, é suspeito de ter armado o plano do falso “grampo” no mesmo ano.

V. Ex^a tem algo a dizer sobre a participação do Sr. Dadá no episódio da montagem do “grampo”?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a pode dizer quem é que tem a suspeição disso? V. Ex^a disse que ele é suspeito de ter montado. Quem suspeitou? V. Ex^a pode dizer quem é que suspeitou que ele fez um falso “grampo”? V. Ex^a disse...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A Polícia Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Mas está escrito isso no auto da Polícia Federal? V. Ex^a tem esse documento? Porque V. Ex^a está levantando algo muito grave.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu estou fazendo uma pergunta a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, V. Ex^a está fazendo uma pergunta, mas deve ter alguma base. A Polícia Federal... Onde é que disse isso a Polícia Federal? Eu acho que V. Ex^a entrou naquele negócio de tentar responsabilizar uma revista, um Ministro, um Senador e envolveu um araponga. São suposições que V. Ex^a está levantando. Isso não tem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Então V. Ex^a nega?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Totalmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a não tem base para fazer essa pergunta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quando o Sr. Dadá, por quatro vezes, só no ano de 2008, esteve no gabinete de V. Ex^a, sabendo-se ser ele um especialista em "grampeamentos", em alguma ocasião V. Ex^a conversou com ele sobre "grampos"?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Na representação da Polícia Federal ao juízo da 1^a Vara Judicial da Comarca de Valparaíso, em que foi determinada a prisão do Sr. Idalberto Matias, consta que ele é intimamente ligado ao núcleo político de Goiás¹ e DF. V. Ex^a conhece, sabe da existência desse núcleo político?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Sr. Gleyb Ferreira da Cruz, preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, é acusado de ser "laranja" de empreendimentos de Carlinhos Cachoeira. Gleyb aparece nas conversas interceptadas como elo entre Cachoeira e Deuselino Valadares, Delegado da Polícia Federal também preso na operação; e Gleyb aparece em conversas com V. Ex^a tratando de determinados pagamentos como em telefonema do dia 12/7, às 13:36h, tratando de R\$20 mil, aígo na residência de V. Ex^a. V. Ex^a aqui já confirmou a existência desse telefonema, mas disse V. Ex^a que, na degravação, fala-se de V. Ex^a entregar R\$20 mil. V. Ex^a disse que poderia ser essa hipótese. A título de quê?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, eu acho que V. Ex^a poderia ler os autos. O Item 37 da representação do Procurador-Geral da República, na página 40, rubricado, Item 41, diz o Procurador-Geral:

"Posteriormente, em julho do mesmo ano, foram captados novos diálogos, dessa feita entre o Senador Demóstenes Torres, Gleyb Ferreira da Cruz e Carlos Cachoeira, tratando da entrega [quer dizer, dele para mim] de R\$20 mil a Demóstenes Torres em sua residência."

Está aqui o diálogo transscrito a que V. Ex^a faz menção.

"Demóstenes: – Fala, Gleyb. E ai?"

"Gleyb: – Estou com um negocinho para entregar. Queria ver com o senhor onde é que a gente pode, onde quer que eu leve".

Eu dou o endereço da minha casa. E disse a V. Ex^a e a todos os Srs. Senadores que essa data, 12 de julho de 2011, às 13:36h, é uma data um dia antes do meu casamento, e que ele levou para mim seis taças de vinho.

Em seguida tem um diálogo, Carlinhos Cachoeira com ele, que diz o seguinte:

"Carlinhos: – Ô, negão, o problema é o seguinte: aqueles vinte mil lá você deixa para ele entregar aqui."

“– Uai, eu estou aqui na porta quase da casa dele. Você marcou para mim pegar aqui. Você quer que eu leve aí?”

Então, veja que os áudios são contraditórios, Senador. É isso que eu digo. Ele diz que... Vamos supor que eram os vinte mil que V. Ex^a diz, como disse o procurador. Então, se ele vai levar, como é que ele sai da minha casa levando vinte mil? Então, há uma contradição evidente aqui, por quê? Porque aqui é conversa de muitas outras coisas... Tanto é que ele menciona nomes aqui, na mesma conversa, de Mateus, Martins, Anac, Dona Célia, Argentina, Ibrahim...

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: nem eu recebi, nem entreguei nada. E os áudios são contraditórios, quer dizer: em um áudio, o Procurador diz: "Vai levar 20 mil"; noutro áudio, diz: "O Senador vai entregar 20 mil". Quer dizer, então, totalmente despropositado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O que V. Ex^a diz é que esses 20 mil não existem, nem de lá para cá, nem daqui para lá?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exatamente. Já havia dito isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a viajou logo em seguida à Europa em lua de mel. V. Ex^a levou dinheiro em espécie?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Levei dinheiro em espécie.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pode declinar quanto? Fez declaração de valor ao sair do Brasil?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não; eram cinco mil euros, eu e minha mulher... Acredito que quatro mil euros. Quatro mil euros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bem, em outra degravação feita pela Polícia Federal, consta que o Sr. Carlinhos Cachoeira solicita que V. Ex^a advogue interesses dele junto ao Tribunal de Justiça de Goiás. O pedido seria para que o TJ absolvesse pessoas condenadas por integrarem um grupo de extermínio. O Desembargador Alan Sebastião era o responsável pelo caso dos policiais torturadores. Ele já afirmou, em entrevista, que não se lembra se recebeu V. Ex^a em seu gabinete.

V. Ex^a se lembra de ter ido procurar o Desembargador para tratar desse tema?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, Excelência. São dois casos diferentes. V. Ex^a misturou os dois casos. Num caso, é 2009, Desembargador Alan Sebastião de Sena Conceição. E, noutro caso, 2011, grupo de extermínio. O Desembargador Alan Sebastião de Sena Conceição já disse que eu não o procurei. São áudios da Operação Vegas. Outros são áudios da Operação Monte Carlo.

No caso da Operação Monte Carlo, grupo de extermínio, os pareceres do Ministério Público foram todos contrários à transferência, como eu já disse aqui, e V. Ex^a pode até fazer um ofício ao Ministério Público de Goiás e pedir a cópia desses autos.

Mas houve aí, efetivamente, uma mistura desses dois casos, e em nenhum dos dois casos, como já disse o Desembargador Alan... E o pleito também o Desembargador Alan votou contra. Eu não o procurei. E, nos outros

casos, que era para transferência dos policiais, dois anos depois, um ano e meio depois, também os pareceres foram contrários, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador, eu entendo absolutamente legítimo que parlamentares possam recorrer a órgãos públicos, a estruturas administrativas no sentido do atendimento de pleitos de seus Estados, de seus Municípios; muitos deles envolvem, inclusive, investimentos privados – é perfeitamente justo e normal. No entanto, como eu já tive oportunidade de ler no discurso que fez a todos nós ali no plenário, V. Ex^a é peremptório em afirmar que jamais, em nenhuma condição, teve algum tipo de relação com o Sr. Carlos Cachoeira que extrapolasse o limite do privado. Portanto, quando V. Ex^a se dirige, por exemplo, à Anvisa e solicita audiências em nome do Laboratório Vitapan, sabidamente de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, ao menos isso é o que afirma a Polícia Federal, não estaria ampliando esse aspecto da sua relação privada para outro campo?

E pergunto mais: V. Ex^a disse que fez a defesa de várias empresas do Estado de Goiás – e todos nós sabemos que Goiás tem um grande polo farmoquímico –, no entanto, no requerimento que nós fizemos à Anvisa, solicitando todas as audiências de que V. Ex^a participou, solicitando atendimento a empresas, o único laboratório que consta como tendo solicitação de audiência por V. Ex^a é o Vitapan?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Em que ano, Excelência?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Estão aqui todos listados. Eu posso passar a V. Ex^a de imediato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Qual ano?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – São vários: reunião dia 21 de setembro de 2011. Temos aqui ata da reunião de 21 de setembro, temos a solicitação do dia 19 de setembro...

Deixe-me reunir aqui, porque aqui é o mesmo.

Aqui no dia 9 de fevereiro de 2011, no dia 22 de fevereiro de 2011. Não há uma contradição entre o que disse V. Ex^a e o que a Anvisa responde?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, Excelência.

Sugiro a V. Ex^a que procure também os demais anos que V. Ex^a vai encontrar a minha atuação em favor dos laboratórios do Estado de Goiás, de vários deles: Neoquímica, Farma Nostra, Greenfarma, que agora este fechado, onde estive com o Ministro Padilha.

Eu, realmente, trabalhei para o meu Estado. E fora levar, convidar presidente para ir participar de reunião com todos os empresários de Goiás.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Indo agora, Senador Demóstenes, ao tema dos bingos, eu gostaria, primeiro, de fazer algumas retificações ao que V. Ex^a colocou.

A CPI dos Bingos demonstra claramente que após 31 de dezembro de 2002 qualquer atividade de bingo é considerada ilegal. O fato de o Presidente Lula ter enviado ao Congresso Nacional uma medida provisória que proibia definitivamente essa prática era exatamente pelo fato de que tribunais regionais,

tribunais de justiça estavam concedendo liminares para o funcionamento de bingos e de outras atividades similares. Então, aquela medida provisória veio no sentido de tentar sanear definitivamente o problema, o que só vai acontecer justamente quando o Supremo Tribunal Federal estabelece a Súmula Vinculante, a que V. Ex^a se referiu.

Na verdade, o que eu gostaria de referenciar aqui é o fato de que V. Ex^a disse peremptoriamente, no discurso que fez no plenário do Senado, que sempre foi um militante na luta contra qualquer tipo de iniciativa de legalização do jogo.

Não era de se esperar que alguém que assumisse essa militância, por exemplo, em relação à medida provisória, pudesse até destoar de alguns de seus Pares?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Excelência, eu vou, então, falar novamente sobre o...

Primeiro, V. Ex^a afirma que os jogos eram ilegais a partir de dezembro de 2002. Veja que quando nós discutimos aqui em 2004, então, V. Ex^a disse que os jogos estavam proibidos. Eu quero usar a palavra do então Líder do Governo, Senador Romero Jucá, quando defende a aprovação da urgência e relevância.

Ele disse o seguinte:

"Estamos votando a constitucionalidade e a urgência da matéria. Se essa matéria for rejeitada, cai a medida provisória e voltam a valer todos os tipos de jogos que foram proibidos, não somente os bingos, mas os caçaniqueis, os videopôqueres, todas essas espécies."

Então, quero dizer o seguinte: se era proibido, por que o Presidente editou outra medida provisória proibindo?

Parece-me que está com a razão o Líder de então, que disse o seguinte: "Se caem a relevância e a urgência, evidentemente os jogos voltam a ser permitidos". Quer dizer – desculpe-me –, parece-me cristalina essa interpretação.

E mais: teve um juiz, no dia 31 de março de 2004, que teve de dar uma decisão, conforme eu mostrei aqui, que não tinha mais o Sr. Carlos Cachoeira que operar os jogos em Goiás. E houve, ainda, decisões do Tribunal de Justiça, conforme diz o jornal, que permitiram que os bingos ficassem abertos até 2006, e só em 2007, com a edição da Súmula Vinculante nº 2 pelo Supremo Tribunal Federal, é que essa matéria foi pacificada. Ou seja, os jogos são legais, só que quem pode disciplinar acerca disso é a União, através da Caixa Econômica Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador, eu tenho aqui parte do Relatório da CPI dos Bingos, que coloca claramente que "a partir de 31 de dezembro de 2001, ressalvadas as autorizações que estavam em vigor nessa data, a exploração de jogos de bingo voltou a caracterizar contravenção penal, tendo em vista não existir mais a legislação especial que a autorizava, voltando a incidir a lei geral, o art. 50 da LCP, que tipifica como contravenção a exploração de jogos de azar".

As últimas autorizações tiveram seu prazo expirado em 2002.

Mas eu quero retomar um assunto aqui sobre o qual V. Ex^a falou: o projeto que tramitava na Câmara dos Deputados.

Esse projeto havia sido votado no Senado Federal antes que V. Ex^a chegasse ao Senado. Foi em junho de 2002, tendo como Relator o Senador Luiz Octávio.

V. Ex^a leu parte do relato, da degravação da conversa que teve V. Ex^a com o Sr. Carlos Cachoeira sobre esse tema. Vou ler integralmente:

"Carlos Cachoeira diz: "Escuta, aquele negócio que eu pedi pra você olhar lá, já checaram lá, lá, daquela lei do Maguito".

Demóstenes: "Já checaram a lei do Maguito. O que é que acontece? Ela tá na Câmara. Ela tá arquivada no Senado. É porque ela saiu do Senado, mas ela tá na Câmara. Falta votar no plenário. Ela não tá arquivada mesmo, na realidade, não. Ela foi arq... [Aqui não foi possível degravar.]

"Consulta no Senado, dá arquivo, porque todo projeto que sai do Senado dá como arquivado. Não sabia disso. Então, na realidade, ele já passou lá. Passou na CCJ e vai para o Plenário, certo? Então ele tá na Câmara, já último estágio."

Aí Carlos diz: "Pois é. Na, na, na, agora, pois é. Você que tinha que trabalhar e sair com o Michel, né? Pra pôr em votação. Isso aí seria interessantíssimo, né? Quando vai no Plenário da Câmara? É ela. Ela me conta um negócio quando vai para o plenário da Câmara. Ela precisa. É. Tem que ter um relator no plenário."

Aí Demóstenes: "No Senado é o mesmo da CCJ. Agora é lá. Isso pode passar por votação simbólica, como passou já no Senado. Se foi modificado volta para o Senado. Você entendeu? Para optar pelo texto da Câmara ou do Senado. Aí tem que pegar aquele pessoal que é, tá trabalhando no negócio, e verificar se o texto te agrada e também se satisfaz aquele presidente lá do negócio, porque se não ele consegue barrar lá. Então trabalha nesse negócio pra gente ver como é que faz. Eu vou lá e consigo pautar."

Aí Carlos diz: "Ah, excelente! Então, então tá bom. Vamos falar então. Obrigado, doutor. Um abraço. Tchau."

Eu pergunto a V. Ex^a se esse diálogo não reflete claramente uma ação desenvolvida por V. Ex^a para facilitar a votação desse projeto de lei, inclusive dito textualmente: "Eu vou lá e consigo pautar". Essa é ou não uma gestão em tomo da aprovação de um projeto do interesse do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu perguntaria a V. Ex^a o seguinte: antes dessa conversa, o projeto, onde ele se encontrava? E depois dessa conversa, onde o projeto se encontra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Excelência, quem veio aqui para responder foi V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exatamente. Então, exatamente no mesmo lugar. Ou seja, o que podemos dizer é o seguinte: ele me ligou, evidentemente, para ver o andamento de um projeto de lei acerca dos bingos. E esse projeto de lei, ele, ainda pergunta: Mas qual é a importância disso, uma vez que criminaliza os jogos? A contravenção vai se transformar em

crime. Isso vai inclusive te pegar, porque você quer legalizar os jogos e isso não. E ele me explica. Estava muito melhor informado que eu. Está aí nas transcrições também que existe o art. 4-A e 4-B que permite aos Estados que também façam a legalização dos jogos, e não só a União.

Então, Excelência, o que eu quero dizer é o seguinte – é o que disse, é o que eu já disse anteriormente: nem tudo o que se diz se faz. Então, eu não fiz nada e repito: a prova maior são os Srs. Senadores que aqui se encontram; e que foram meus colegas na legislatura passada. Qual o Senador que eu procurei aqui para legalizar jogo em algum momento? Nunca. E mais: conversar com alguém que atue da área que tenha interesse não quer dizer absolutamente nada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas V. Ex^a, nesse caso, pelo diálogo, não estaria talvez até se apresentando para interferir junto ao Presidente da Câmara à época, que era o Deputado Michel Temer? Aqui se fala claramente no nome de Temer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – O Presidente Michel Temer já negou, já deu declaração pública a respeito disso, Senador Humberto Costa, que jamais houve essa atuação. Então, evidentemente que isso aí não aconteceu nada. Então, nós estamos discutindo a interpretação de frases, estamos discutindo, evidentemente, o que não aconteceu. O projeto estava lá parado e continua parado. E não é quebra de decoro dar informação a quem quer que seja sobre andamento de processo. E não me movimentei para que o processo andasse, tanto é que ele não andou. Além do que nem eu, acho que alguns têm essa influência. Que influência eu tenho aqui, ou antes, para fazer com que qualquer projeto ande dentro da Câmara? Então, evidentemente nada disso aconteceu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Outra acusação que é imputada a V. Ex^a é de que V. Ex^a teria passado informações sigilosas acerca de eventuais operações a serem desenvolvidas pela Polícia Federal, pelo MPF em conjunto com o MP estadual.

Aqui eu tenho uma degravação cujo resumo é o seguinte: Demóstenes avisa a Carlinhos sobre intenção de o MPF fazer operação de caçaníquel em conjunto com o MP estadual. O diálogo é o seguinte, V. Ex^a diz:

“Deixa eu te falar uma coisa. Eu fui informado que o MPF aí em Goiás vai fazer uma operação conjunta com o MP estadual é em cima de caçaníquel, viu? Parece que tem. Eles tinham uma investigação independente, independente mesmo daquela outra que foi para a Justiça Federal. Certamente eles vão usar a PF, né? Então, você fica de olho aí.”

Aí o Carlinhos diz:

“Hum, tá. É provável. Mas isso aí, vamos ver. Quem te falou? O de sempre.

[Aí o Carlinhos diz:]

“Ah, tá. Mas já tem alguma coisa, grampo, alguma coisa?”

“Bom, ele falou. Eu não sabia que eles tinham investigação, então ele não sabe o tamanho que é, né? Chamaram para fazer a operação. Possivelmente, ele já tem tudo pronto, né?”

Então, tá. Vou ver amanhã.

Eu pergunto a V. Ex^a: Quem é o "de sempre"? V. Ex^a disse que, na sua fala – infelizmente em um momento em que eu saí rapidamente –, teria travado esse diálogo com o Sr. Carlinhos Cachoeira exatamente para jogar uma verde, para saber se o Carlinhos Cachoeira realmente era um meliante. Mas como entra esse "de sempre"? Houve algumas outras operações reais ou fictícias que esse "de sempre" tenha avisado a V. Ex^a ou ao Sr. Cachoeira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, como eu disse a V. Ex^a, a todas as Senhoras e aos Senhores Senadores, isso aqui foi realmente foi jogar verde, porque ele tinha dito ao governador – o governador disse isso, disse a mim também – que ele não lidava mais com o jogo. Então, o "de sempre" é sempre um jornalista do Estado de Goiás que eu sabia que tinha relacionamento com ele, e o objetivo era saber se realmente ele não lidava. Tanto é que eu disse que eu tenho uma informação, não é verdade? Então, eu tenho a informação de que vai acontecer uma operação. E essa operação aconteceu?

Na outra página, eu não vou mencionar o nome do procurador, mas se V. Ex^a procurar aí... Essas aí são as folhas nº 556; nas folhas nº 567:

"Demóstenes: Rapaz, eu estive pensando uma coisa aqui. O fulano de tal [que é um Procurador da República] acabou de chegar aí, né? É amigo do fulano jornalista. Isso pode ser armação dos dois, não?"

Se eu tenho um informe, eu não posso duvidar do meu informe e dizer que é armação de quem quer que seja. Então, evidentemente, aqui foi realmente jogar verde, tanto é que nenhuma operação aconteceu. V. Ex^a pode oficiar à Policia Federal, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Goiás que vão confirmar essas informações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Era importante dizer a V. Ex^a que essa operação não se realizou exatamente porque ela era parte de uma estratégia da Polícia Federal para identificar justamente quem vazava as informações em operações anteriores.

Portanto, a informação era quente, só que o "de sempre" pensava que era verdadeira. Na verdade, era exatamente para pegar o "de sempre".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Bom, então, V. Ex^a tem informação que eu tenho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Isso foi dito pelo Delegado da Policia Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – E prova, então, que eu fui investigado. Não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, não. V. Ex^a, não. Isso é um diálogo fortuito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Então, se o delegado disse isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu quero concluir aqui as minhas indagações só com mais uma questão.

V. Ex^a, aqui, colocou claramente que não mantém nenhuma relação com a empresa Delta. Pergunto: V. Ex^a já viajou, alguma vez, em algum avião da empresa Delta?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não viajei em avião da empresa Delta. Uma vez, peguei uma carona com o Cláudio Abreu, em um avião Baron que ele tem, que saiu daqui e me levou até Goiânia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Uma matéria de hoje do jornal – desculpe-me – O Estado de S. Paulo diz que V. Ex^a temia flagra de elo com a Delta. Diz o seguinte, vou pedir liberdade para os Senadores para que possa ler e formular a pergunta:

"Escutas telefônicas da Polícia Federal mostram a preocupação do senador Demóstenes Torres (ex-DEM, sem partido) em esconder sua relação com a Delta Construções. Segundo a PF, o parlamentar era uma espécie de "sócio oculto" da empresa. Em 8 de maio de 2011, o senador liga para Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e menciona uma possível doação legal que teria recebido da empreiteira nas eleições de 2010 e demonstra estranhamento e preocupação. [Ai V. Ex^a diz]: 'Eu acho que eles fizeram uma doação oficial para mim', diz, referindo-se à Construtora Delta, de acordo com relatório da PF.

O contraventor, tranquiliza o senador: 'Fez não. Você tá doido?'

Demóstenes, então, completa: 'É. Fez não, né? O João Gualberto que me ligou aqui. Se não fez é melhor ainda. Vou dar uma checada nisso.'

Cachoeira volta a negar a doação: 'Fez não, moço.'

Minutos depois, Cachoeira liga para o senador. 'Foi uma outra empresa.'

Demóstenes comemora. 'OK. Beleza. Maravilha.'

A apreensão é tanta que o contraventor liga novamente após dois minutos. 'É uma usina de álcool. Uma usina não sei o quê', diz.

Aliviado, o senador responde que 'agora é hora de trabalhar para segurar qualquer investigação no Congresso. A semana vai ser quente, mas depois esfria.'

A prestação de contas apresentada pelo senador ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que ele recebeu R\$390 mil de cinco usinas de álcool. A conversa ocorreu durante uma crise envolvendo a empreiteira após reportagem da revista Veja, que abordava contratos de consultoria da Delta Construções com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT).

Os parlamentares da oposição cobravam a presença de Fernando Cavendish, então presidente da Delta, no Congresso. As escutas da PF mostraram que o Senador Demóstenes cumpriu a promessa e atrapalhou o andamento das apurações e preservou a Delta, a pedido do contraventor. Depois de conversar com o Senador, Cachoeira liga para Cláudio Abreu, então Diretor da Delta Centro-Oeste, e passa orientações:

'Tá triste, Cláudio? Levanta a cabeça. Passa. Demóstenes ligou e falou que a imprensa nacional está atrás dele.'

'Fala para o Fernando Cavendish que o Alvaro Dias, Senador do PSDB, vai pedir a convocação dele, mas que não tem. O máximo que vai sair é convite. Ele vai se querer. Fala que é para ele não se preocupar.'

E completa:

"A oposição vai subir em cima. Ele, Demóstenes, quer que a Delta se adIANte. Põe uma nota amanhã cedo na parte da manhã, o mais rápido possível, para não dar muita moral para esse fato não alastrar. A relação entre o contraventor e a empreiteira nacional está na pauta da CPI do Cachoeira..."

E por aí vai...

O que V. Ex^a tem a dizer sobre essa matéria e essas gravações?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Bom. É matéria de jornal, é mais uma vez um tiro à hermeneuta, um policial que faz ilações a respeito disso ou daquilo. E, evidentemente, a segunda parte da matéria é requerida, matéria que já saiu. Aqui qualquer um sabe que os Srs. Senadores de Oposição não têm numero suficiente para convocar qualquer pessoa, no máximo convite, e nem convite sai. Em relação à doação, V. Ex^a está dizendo que é doação oficial de usinas já declaradas no Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas eu pergunto a V. Ex^a: V. Ex^a é um dos Parlamentares não somente um dos mais preparados, mas também um dos mais aguerridos, que nunca deixou de repercutir de forma extremamente dura denúncias, em grande parte, feitas pela revista Veja que envolvessem qualquer integrante ou ex-integrante do Governo? Por que V. Ex^a, neste caso, já que se tratava de uma denúncia que poderia envolver o ex-Ministro José Dirceu, não atuou com a mesma intensidade quanto atuou em outros momentos, a citar, por exemplo, o caso Palocci, a citar, por exemplo, o caso Alfredo Nascimento, em que V. Ex^a chegou a propor, inclusive, que Alfredo Nascimento viesse aqui ao Conselho de Ética responder a um processo e tanto outros? Por que esse comportamento diferente de V. Ex^a nesta ocasião?

O SR. DEMOSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu acho que não tive comportamento diferente, não. Vou procurar, mas acho que nós representamos em algum lugar. Mas há requerimento de convocação. Vou procurar e entregar a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Peço desculpas aos nossos Pares por ter me prolongado tanto, mas espero ter contribuído para que V. Ex^a, na sua defesa, esclarecesse todas as dúvidas deste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, Bloco/PSB – SE) – Bom, dois Membros efetivos deste Conselho estão inscritos. E mais cinco Membros do Senado que não integram este Conselho se inscreveram, manifestando interesse em falar, em questionar.

O primeiro Membro deste Conselho é o Senador Wellington Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quais nomes do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, Bloco/PSB – SE) – Quais nomes? Wellington Dias, Mário Couto, Fernando Collor, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Pedro Taques e Eduardo Suplicy.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dez minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Demóstenes, o nosso Relator já fez boas partes da perguntas, algumas què eu tinha aqui enumerado.

No Inquérito nº 3.430, nas páginas 95 e 96, o Sr. Carlos Cachoeira pede para que V. Ex^a ligue para Carlos Henrique, porque ele estaria perto de ceder uma obra dele.

No diálogo, o Carlos Cachoeira diz: "Ah, tá. Deixa eu te falar. Liga para o Carlos Henrique aí. Ele está pertinho de ceder aquela obra dele. Está precisando dar uma moral para ele aí, porque ele está achando que você está desdenhando dele, tá?".

E V. Ex^a responde: "Não, eu falei para ele cuidar, procê (sic) cuidar, uai? Eu falo com ele, falou?".

E Carlinhos diz: "Dá uma ligada aí para ele. Um abraço. Obrigado".

A pergunta que eu faço é: no caso específico da conversa realizada entre V. Ex^a e o Sr. Carlos Cachoeira, em 30 de março de 2011, resta atestado nessa conversa uma influência de V. Ex^a sobre um senhor denominado Carlos Henrique, sobre uma obra sugestionada. V. Ex^a poderia esclarecer quem é Carlos Henrique e que obra é essa mencionada? Trata-se de uma obra pública?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Não sei que obra. O Carlos Henrique que eu conheço é dono da Eletroenge, mas eu nunca tive conversa com ele a respeito de nada. Pode ser que seja isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É dono da...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – De uma empresa chamada Eletroenge, acredito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a então não se lembra desse diálogo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Eu não estive com ele para conversar sobre nada disso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, em outra oportunidade...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Se for a mesma pessoa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Em outra oportunidade, V. Ex^a realizou um diálogo com o Sr. Carlos Cachoeira, com a intenção de também tratar sobre um amigo de V. Ex^a, numa licitação para a Copa de 2014, em Mato Grosso. Isso consta da página 184 do mesmo inquérito. Em resumo, V. Ex^a diz ter um amigo de uma agência de publicidade querendo dar uma licitação para a Copa, lá em Mato Grosso. E pergunta ao Sr. Carlinhos Cachoeira se ele consegue... E o Carlinhos Cachoeira responde que, se for do interesse de V. Ex^a, ele acha què sim.

A pergunta: V. Ex^a confirma também o pedido feito ao Sr. Carlinhos Cachoeira com a intenção de influenciar uma licitação pública?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Isso é delírio total. Isso aí, a pergunta foi, porque ele tinha negócio em Mato Grosso: há espaço

para que empresas goianas possam entrar? "Não. Vai ser licitação". Pronto. Tanto é que não teve sequência alguma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O senhor não vê nenhuma relação em influenciar com relação a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não há. Deve ter processo licitatório em Mato Grosso. Basta verificar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, no diálogo que V. Ex^a fez aqui com o Relator, no diálogo assumido por V. Ex^a com o Sr. Cachoeira sobre o Projeto de Lei nº 7.222, de 2002, eu tinha uma pergunta no mesmo sentido, onde V. Ex^a diz: "Ah, isso te pega". Ora, se V. Ex^a não sabia que Cachoeira não era um contraventor, qual a importância de dizer: "isso te pega"?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Porque ia transformar em crime. Então nem ele nem nenhum outro poderiam operar sobre máquinas caça-níqueis, mas aí ele mesmo esclarece que tem um artigo 4-A e 4-B que permite, que permitem, melhor dizendo, a exploração desde que autorizada pelos Estados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, basicamente, Sr. Presidente, as demais perguntas foram feitas pelo Relator. Sobraram essas aqui que eu gostaria de fazer. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Demóstenes, V. Ex^a sabe da admiração que tinha por V. Ex^a. V. Ex^a sabe que militamos juntos numa CPI, a CPI do Apagão Aéreo. Fui eu várias vezes à tribuna elogiar V. Ex^a pelo trabalho profícuo que, como Relator daquela Comissão, V. Ex^a fez, um dos mais brilhantes trabalhos que vi na minha vida em relação a uma investigação.

No dia em que V. Ex^a foi ao plenário, eu pedi licença ao Plenário para, de pé, aplaudi-lo. E o aplaudi de pé.

Quando assisti à primeira gravação na televisão, eu falei: minha Nossa Senhora de Nazaré, se essa gravação for verdadeira, é uma das maiores decepções da minha vida!

V. Ex^a afirmou que vai questionar as gravações. E as gravações foram se sucedendo a cada dia que eu ligava a televisão. Eu assistia com a minha família e ficava horas e horas comentando o sofrimento de V. Ex^a.

Mesmo que seja ilegal, Senador, a gravação, pergunto a V. Ex^a, para tirar até meu sofrimento também, porque lhe considero muito meu amigo: A voz das gravações é sua?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Em grande parte sim, Excelência. E truncadas...

Mas eu gostaria, primeiro, de pedir desculpas a V. Ex^a. E, segundo, de pedir a V. Ex^a que olhe os autos e veja que, quando se trata de corrupção, eu fiz a prova negativa hoje; e quando se trata de atuação em favor não só dele, mas de vários outros empresários do Estado de Goiás, realmente eu atuei.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Se a voz é sua, V. Ex^a, nas fitas gravadas, prova que sabia quem era Cachoeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – As provas são todas descontextualizadas e nós não falamos sobre jogo. Em nenhum lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Ex^a sabia que ele era contraventor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não sabia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – As gravações provam, Excelência. “Vai te pegar”. Nessa frase está mais que ratificado que V. Ex^a estava avisando algo a ele, que sabia que ele era contraventor. Então, isso aí é notório.

Nem quero ir mais além, Excelência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu só queria dizer o seguinte, como eu já disse lá atrás: a expressão “te pega” quer dizer que nem ele, nem qualquer outro poderia explorar esse...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, Excelência, mas V. Ex^a sabia que ele era contraventor. Na hora que V. Ex^a afirma “vai te pegar”... Olhe bem a frase: “Vai te pegar”.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Isso aí te pega”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – “Isso aí não te pega”? “Isso aí não te pega”, se for legalizado... Ou seja, se for proibido, não é?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Excelência, o jogo do bicho e os caça-níqueis, principalmente o jogo do bicho é aberto no País. É aberto. Como é que eu convivo houve anos com um contraventor do jogo do bicho e não sei que ele é bicheiro? Depois eu pego o telefone e digo a ele: “Olha, vai ter uma operação aqui, e eles vão te pegar”. Vem um Delegado da Polícia Federal aqui e diz que em função disso, eles fizeram uma operação negativa, que não deu em nada. Então, eu, sinceramente, acho que, apesar de ilegal, se a voz é sua, com a minha sinceridade que você conhece, com a minha sinceridade que você sempre conheceu, a coisa está bem atrapalhada, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Respeito V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Desde as primeiras horas do expediente que o Presidente Fernando Collor está neste Conselho. Naturalmente que sua presença aqui tem um objetivo: fazer perguntas sobre tudo isso que está acontecendo em relação ao Senador Demóstenes Torres.

Tem V. Ex^a 10 minutos, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu pensei que V. Ex^a fosse concluir sua fala, dizendo “mas nós temos que interromper agora porque vai ser iniciada a sessão”. (Risos.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Também pensei que ia ser suspensa, fiquei até preocupado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Não foi?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, ainda vamos ouvir mais quatro oradores e encerramos.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Ética, Antonio Carlos Valadares, excelentíssimo Sr. Relator desta Comissão de Ética, excelentíssimo Sr. Senador Demóstenes Torres, excelentíssimo Sr. Dr. Carlos Augusto de Castro.

Senador Demóstenes Torres, eu gostaria inicialmente de fazer algumas perguntas a V. Ex^a, porque me preocupa fundamentalmente a atuação que teve o Procurador-Geral da República e seu grupo em relação à Operação Vegas e à Operação Monte Carlo.

Eu gostaria rapidamente de passar alguns pontos e ouvir de V. Ex^a sua resposta, se concorda com a afirmação ou não.

O Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que o sobrestamento do inquérito policial relativo à denominada Operação Vegas foi tomado com o intuito de possibilitar a retomada das interceptações telefônicas e da investigação que, a toda evidência – palavras dele – se afigurava extremamente promissora. V. Ex^a, logo no começo de sua oitiva, leu na pasta 1, na pasta 2 e também na pasta 3 vários depoimentos de delegados, inclusive de procuradores, falando serem contrários ao tal sobrestamento promovido pelo Sr. Procurador-Geral.

Para mim, está absolutamente claro que o Sr. Procurador-Geral da República não sobrestou nada. Ao contrário, ele se omitiu ou prevaricou. V. Ex^a, sendo do Ministério Público, entende dessa maneira?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sim, eu comprehendo dessa forma, até porque o processo penal é regido pelo princípio da obrigatoriedade. Ou seja, não tem o Procurador-Geral ou qualquer membro do Ministério Público o condão de dizer: eu não vou atuar aqui ou eu vou atuar aqui. Efetivamente, qualquer membro do Ministério Público tem três situações: ou ele pede o arquivamento, como ele disse que teria que pedir o arquivamento, tanto é que mesmo aqui, nos episódios da Operação Vegas, ele diz claramente que não tinha indício nenhum de crime.

Então, a obrigação dele era pedir o arquivamento. Ou ele pede o arquivamento, ou oferece a denúncia, ou requer diligências. Ou pode tomar outra atitude. Aliás, ele menciona no ofício que enviou para a CPMI. Ele pode entrar com pedido ou pode monitorar o que se chama de ação retardada. Ou seja, pode deixar que as coisas...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Controlada, não?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Controlada, melhor dizendo. Bem disse V. Ex^a.

Então ele pode controlar isso, até determinado ponto, para retardar a ação, controlar essa ação até determinado ponto para que possa o Ministério Público atuar.

Mas, verifique, Sr. Presidente, é uma ação. O que fez o Procurador-Geral da República foi uma inação. Então, não existe inação controlada. De forma que, efetivamente, eu creio que o Procurador-Geral, mais dia menos dia, vai ter que explicar por que fez dessa forma, até porque evidentemente a ação foi totalmente desarrazoada e não tem amparo jurídico.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Então V. Ex^a como Senador e ex-integrante do Ministério P<ú blico, concededor que é da questo n jurídica, está convencido de que o Sr. Procurador-Geral da Rep<ú blica, Roberto Gurgel, ao sobrestrar esse inquérito, incorreu em crime de prevaricação?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Ele prevaricou. A prevaricação exige o elemento que é para satisfazer...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ou improbidade administrativa?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exatamente. Para satisfazer sentimento ou interesse pessoal. Praticar ou retardar ato de ofício para satisfazer sentimento ou interesse pessoal. Então, pode ser que não se prove o sentimento ou o interesse pessoal.

Mas, em relação à improbidade administrativa, é evidente: deixar de praticar ato de ofício. Então, creio que, mais dia, menos dia, o Procurador vai ter que responder por isso.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Perfeito. Então, ele faltou com a verdade ao afirmar a necessidade de serem retomadas as interceptações telefônicas e outras diligências. Se é verdade, como afirmou várias vezes, que verificou no inquérito policial da Operação Vegas a inexistência de qualquer fato com relevância penal, tinha o dever legal de arquivá-lo no prazo previsto no Código de Processo Penal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Tinha que tomar alguma ação. Isso ele não fez. Não arquivou, não denunciou, não pediu diligcia, não fez ação controlada, não fez nada. E mais, o argumento que também ele utilizou no ofício, dizendo que fez isso para que as investigações fossem retomadas no futuro, evidentemente também...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Não são verdadeiras.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu nem conversei, não presenciei a audiência com delegados e tudo o mais, mas evidentemente que os Srs. delegados têm razão, não é verdade? Porque a outra operação ela nem começou na P<ú blica Federal; ela começou no Ministério P<ú blico do Estado de Goiás e foi já na direção do meu irmão, que ele mandou para a P<ú blica Federal, uma vez que apareceu um policial rodoviário federal. Então, essa história um dia vai ter que fechar.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ou seja, o Procurador-Geral da Rep<ú blica mente, mente, mente quando afirma que graças ao sobreramento a que ele procedeu é que a Operação Vegas deu origem à Operação Monte Carlo e que se chegou até onde hoje nós estamos. Porque uma operação não teve nada a ver com a outra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Uma operação não teve nada a ver com a outra. Isso é evidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – A Monte Carlo, para utilizar um termo dele, foi uma operação fortuita em relação à Vegas? Quer dizer, aconteceu independentemente da Vegas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – V. Ex^a conclui brilhantemente. Evidente. Não tem nada a ver uma com a outra.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

V. Ex^a tem conhecimento, Senador Demóstenes, que a Procuradora Lea Batista de Oliveira e o Procurador Daniel de Rezende Salgado entregaram aos repórteres Gustavo Almeida e Rodrigo Rangel, da revista *Veja*, o inquérito que corria na 11^a Vara, que estava sob segredo de Justiça?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não há como se provar, mas...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a tomou conhecimento disso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – ...me disseram isso, Sr. Presidente. Também disseram a mim, como a outras pessoas.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a tomou conhecimento dessa vinculação entre a organização *Veja* com a organização do Sr. Carlos Cachoeira via Sr. Policarpo Júnior?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. O que eu sei a respeito é que o Policarpo, que o Sr. Cachoeira era fonte do jornalista Policarpo Júnior, porque tinham um relacionamento. Na realidade, eu nunca encontrei Policarpo Júnior e Carlinhos Cachoeira, nós três juntos. Não é verdade?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Até porque V. Ex^a não mantinha esse vínculo de relação tão próxima com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exatamente. Jamais. Mas eu sei que o Carlos Cachoeira era fonte dele. Agora, o desdobramento aético em relação a isso tem que ser verificado. Não tenho como aferir.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Porque nós podemos chegar então à conclusão de que, sendo ele fonte do Sr. Carlos Cachoeira, como já está comprovado, e sendo ele também objeto de receptação de inquéritos que corriam na Procuradoria Geral, que estavam parados na Procuradoria Geral da República, sob segredo de Justiça, o Sr. Policarpo Júnior, que faz parte dessa organização *Veja*, ela tinha em suas mãos os dados sob segredo de Justiça, que corria na 11^a Vara, que lhe foi entregue por esses dois procuradores, que V. Ex^a também tomou conhecimento, como eu e outros Senadores, e tinha, pelo outro lado, informações que eram fornecidas pelo Sr. Carlos Cachoeira. E, com base nessas duas ditas fontes dignas, ele poderia, tendo isso em mãos, fazer uma grande divulgação e uma grande publicação com um grande estrago, sem obedecer nem resvalar na mais mínima ética jornalística.

A última pergunta que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, Sr. Senador Demóstenes Torres: No discurso que V. Ex^a pronunciou no Senado da República, em algum momento lhe passou pela cabeça ter uma intenção de faltar com a verdade nas palavras que dirigiu ao Senado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca, Sr. Presidente, até porque eu fui aconselhado pelos colegas a falar. Meus colegas pediram para que eu falasse. Então, com os dados que tinha naquele momento, eu fiz o discurso. Eu não podia saber o que muitos já sabiam. Eu só tive acesso

aos áudios no final do mês de março. Esse discurso foi proferido no início do mês de março. Então, não quis mentir, não menti e falei o que tinha conhecimento naquele momento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Estou satisfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza, Bloco/PMDB – PR) – Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a pode detalhar para os Membros do Conselho, para os Senadores e Senadoras aqui presentes, mais informações que V. Ex^a tinha em relação ao Sr. Carlos Cachoeira?

V. Ex^a já afirmou aqui anteriormente que não tinha conhecimento das atividades contraventorais desse senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entretanto, Senador, V. Ex^a foi integrante da CPI dos Bingos, que concluiu pelo indiciamento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos como incursão no art. 332 do Código Penal (tráfico de influência); art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal e o art. 3º, combinado ainda com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa).

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ou seja: V. Ex^a foi integrante da CPI dos Bingos, e restou a essa CPI o indiciamento do Sr. Carlos Cachoeira nesses crimes. Obviamente, como o senhor foi integrante e votou o relatório final, V. Ex^a tinha conhecimento, não obstante... Ainda, o Procurador competente que foi V. Ex^a, o militante do Direito competente que tem sido V. Ex^a, o conhecimento que V. Ex^a tem da sociedade de Goiás e o notório conhecimento jurídico de V. Ex^a, ou seja, com todo esse arcabouço e ainda com o fato de V. Ex^a ter integrado uma Comissão Parlamentar de Inquérito que concluiu pelo indiciamento do Sr. Carlos Cachoeira, não era de seu conhecimento as atividades contraventorais desse senhor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Está sem áudio, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – (*Intervenção fora do microfone.*)

Mas o que eu tenho conhecimento é da atividade legal que ele tem no Estado de Goiás; da atividade ilegal...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, Bloco/PSB – SE) – Áudio para o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – O de que eu tenho conhecimento é da atividade legal, que durou de 1995 a 2004, e, depois, como divulgado, liminares do Tribunal de Justiça, e, por último, a suspensão definitiva com a Súmula Vinculante nº 2, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para lembrança de V. Ex^a, V. Ex^a era suplente nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou seja, mesmo V. Ex^a tendo participado dessa CPI e tendo a CPI, ao final, indiciado o Sr. Carlos Cachoeira, o senhor não tinha conhecimento?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tinha. Isso foi, como V. Ex^a mesmo diz, em relação ao episódio já mencionado pelo Sr. Relator e mais improbidade administrativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Ex^a falou aqui em conspiração. V. Ex^a poderia declinar quem são os conspiradores que articulam a conspiração?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Delegados da Polícia Federal e Membros do Ministério Públíco Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por qual razão, Excelência?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Para pegar um parlamentar e destruí-lo, não é? Para criar um Estado policialesco no Brasil. É evidente que a tese que nós estamos discutindo no Supremo, não é?... Mas, evidentemente que a investigação foi totalmente torta, e que sujeita a qualquer um, a partir daí, sofrer o mesmo procedimento. Ou nós vamos respeitar a Constituição, o Supremo Tribunal Federal, ou então, evidentemente, nós vamos aceitar que a Polícia, o Ministério Públíco, de primeiro grau, possa investigar qualquer Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De fato. Mas V. Ex^a aqui, manifestamente, em várias oportunidades, sempre foi um ardoroso defensor das atuações da Polícia Federal e da atuação do Ministério Públíco. Não é contraditório?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Continuo sendo e vou continuar a sê-lo. Agora, não posso deixar de cumprir a Constituição. E, evidentemente, nós sabemos que justiçamento não é justiça. Então, é isso que eu quero dizer, e, para isso, nós estamos discutindo no Supremo, que é o foro. Veja que, em vários momentos, eu li, logo no início: os delegados de Polícia Federal sugerem que haja o sobrerestamento ou a remessa ao foro competente, que é o Supremo Tribunal Federal. Mas, o que é que acontece? O primeiro grau não confia no Supremo Tribunal Federal, acha que o Supremo tribunal Federal vai acobertar alguma coisa. Isso ficou evidente. Se eles sabiam do indício da prática de algum delito, evidentemente que o Procurador-Geral da República, que disse, no ofício que enviou à CPI, ter conhecimento da nova Operação Monte Carlo, da nova Operação denominada Monte Carlo, em 2011, março, ele deveria ter assumido essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe, como já terminou mais ou menos o tempo da sessão, eu quero prorrogá-la pelo tempo necessário até o seu término.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Em uma das gravações já citadas em relação à Celg, V. Ex^a comemora uma decisão relacionada à Celg com o Sr. Carlos Cachoeira. Bom, é fato, e V. Ex^a aqui disse, que é do seu interesse, é do interesse público comemorar uma decisão que diz respeito aos interesses do Estado de Goiás. Eu lhe pergunto: Mas por que comemorar com o Sr. Carlos Cachoeira? Por que celebrar com ele? Havia alguma razão em especial?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – (Sem áudio)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, continua sem áudio. Está sem áudio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Randolfe está sem áudio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não. É o Senador Demóstenes que está sem áudio. Eu estou com áudio. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É o Senador Demóstenes. Desculpe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Tudo bem. Na realidade, eu comemorei isso com uma série de interlocutores. Mas é que o telefone dele é que estava grampeado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voltando à questão dos vinte mil. A degravação fala dos vinte mil. V. Ex^a há de concordar que, sendo os vinte mil a ser entregues, sendo os vinte mil a ser recebidos, ambos estariam incursos na quebra de decoro, que é a acusação quer pesa sobre V. Ex^a aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sem dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, como estaria essa história dos vinte mil? Esses vinte mil não existiriam? Essa degravação não existe? A situação não existiu? A degravação não ocorreu?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. A degravação ocorreu e mostra a contradição, porque isso, evidentemente, não existiu. A entrega de vinte mil ou o recebimento de vinte mil, isso não aconteceu. O que recebi foram seis taças de vinho. E a degravação mostra isso, Senador. É isso que eu quero dizer. Na primeira degravação, num diálogo que ocorreu comigo e o Gleyb, ele diz: "Tenho um negocinho para entregar" – é véspera do meu casamento – "queria ver com o senhor onde é que a gente pode, onde quer que eu leve." Isso num diálogo de 13h36. Depois, Carlos cachoeira com ele, Gleyb, às 9h43: "Ó, negão, o problema é o seguinte: aqueles vinte mil lá, você deixa pra ele entregar aqui."

Quer dizer, é uma coisa... Não tem, não... Ele vai me entregar alguma coisa. E ai tem um diálogo que é para algum interlocutor entregar alguma coisa para ele. E pressupõem que sou eu. E os diálogos são contraditórios. E veja que nesse segundo se fala em Mateus, fala-se em Martins, Anac, Valdir, D. Célia, secretário, Ibrahim...

Então, evidentemente, esse é um diálogo totalmente descontextualizado e contraditório. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então V. Ex^a, obviamente, nega a existência dos 20 mil, mas admite que em algum diálogo pode ter tido a citação dos 20 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Teve a citação dos 20 mil?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não comigo. Comigo, em momento algum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas há o diálogo sobre os 20 mil e a dúvida é se os 20 mil estavam indo ou estavam vindo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não comigo. O que está dizendo é o seguinte: o Procurador afirma que eu recebi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – E está evidente que eu não recebi. E, pede para alguém levar. E vários nomes citados nessa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, a sua relação com o Ministro Gilmar Mendes é de que nível?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Boa, relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Próxima?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Saudável. Tivemos, conversamos nada de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ontem, no Jornal Nacional, o Ministro Gilmar Mendes disse que ela é esporádica e profissional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – É isso. Tem razão o Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas dentre as degravações consta um diálogo... Num dos diálogos das degravações da Polícia Federal consta a sua presença em uma festa de aniversário da esposa do Ministro. Parece-me que essa relação é mais pessoal do que esporádica e profissional. O senhor não concorda?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Olha, eu fui em várias festas de vários Ministros, recebi todo mundo. Isso era... Em Brasília, Senador, V. Ex^a sabe disso, nós recebemos todo mundo, nós vamos em todos os lugares. Então, o meu relacionamento era realmente um relacionamento profissional. Não tive nenhum relacionamento de amizade mais profunda, de qualquer outra coisa. Foi um bom relacionamento como com qualquer outro Ministro do Supremo Tribunal Federal com os quais eu convivi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ainda em relação a essa questão, nas citações envolvendo o Ministro Gilmar Mendes, vamos tratar do episódio de Berlim.

No episódio de Berlim, V. Ex^a disse que obviamente não estava com o Sr. Carlos Cachoeira. E V. Ex^a traz como elemento para isso o fato de que numa conversa com o Sr. Carlos Cachoeira ele diz: "O Senador Demóstenes está em Berlim. Demóstenes está em Berlim". Algo do tipo.

A pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE.

Fazendo soar a campainha.) – Senador, V. Ex^a precisa de quanto tempo a mais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em cinco minutos eu concluo, Excelência.

Eu pergunto a V. Ex^a: Como ele saberia que o senhor estava em Berlim? Como o Sr. Carlos Cachoeira saberia que o senhor estava em Berlim?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu disse a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obviamente então o senhor tinha um grau de relação, de intimidade, de proximidade com ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, de amizade que eu já disse aqui, inclusive no discurso do dia 6 de março.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Voltando então, vamos nos reportar a esse discurso do dia 6 de março.

Permita-me, Senador, no discurso de V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Que alguns colegas me ajudaram a elaborar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

No discurso de V. Ex^a, nos dados aqui previstos, nos dados aqui expostos por V. Ex^a, V. Ex^a diz:

"O contato pessoal não significa participação em seus afazeres ocultos, muito menos aprová-los quando eles vierem à luz. Nunca tive negócios com o Sr. Carlos Cachoeira. O único episódio das gravações telefônicas, diretamente ligado a mim, é de ordem estritamente privada. Na ocasião, recebemos diversos presentes, inclusive um fogão e uma geladeira ofertados pelo casal de amigos. A boa educação recomenda não perguntar o preço de um presente, muito menos recusá-los. Foi o que fiz no caso desses objetos e de todos os demais que outros amigos, generosamente, me enviaram como demonstração de gentileza."

V. Ex^a disse mais adiante: "Disse e repito: podem grampear à vontade. Não vão encontrar nada. Isso não vai me intimidar".

Inclusive, eu quero aqui reiterar que, num encontro anterior, entre mim, o Senador Pedro Taques e V. Ex^a, V. Ex^a tinha dito isto para nós: "podem grampear à vontade. Não vão encontrar mais nada".

V. Ex^a acha que os eventos que se sucederam significam que não havia mais nada?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não encontraram mais nada. Não encontraram mais nada. As provas que eu faço agora são provas negativas. Os procuradores dizem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Aqui, nas gravações até esse momento aqui, não existia, por exemplo, o telefone Nextel. Não havia nenhuma informação do telefone Nextel. O telefone Nextel é um evento posterior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – E qual o crime que há nisto ou quebra de decoro: utilizar o telefone Nextel?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Bom, V. Ex^a acabou de afirmar aqui que o telefone Nextel era pago pelo Sr. Carlos Cachoeira. Eu lhe pergunto: Como pode um Senador da República ter um telefone seu pago por terceiro, seja ele quem for?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Quarenta reais, cinquenta reais, isso, me desculpe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Um real que seja, Excelência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não. Me desculpe. Não acho que é assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me, Senador Demóstenes, mas um real que seja. Como pode um Senador da República ter qualquer coisa doada por qualquer cidadão, quanto mais um cidadão que era um contraventor de conhecimento público?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não meu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que tem as suas citações em uma Comissão Parlamentar de Inquérito como indiciado anteriormente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Como eu disse, Senador, se eu soubesse hoje o que... Se eu soubesse antes o que eu sei hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor acha correto, então, alguém pagar qualquer coisa que seja para qualquer agente público, sendo esse o pagador um agente privado e ainda mais sendo empresário?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – O contexto é completamente outro. Isso não teve conotação de pagamento ou de o que quer que seja. O telefone foi-me dado porque era mais fácil falar. Fala dos Estados Unidos, fala daqui, fala dali. Não tem nenhum contexto, além disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Mas o telefone não só foi dado. O telefone era pago pelo Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Tem razão V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para concluir, Senador, V. Ex^a falou em cinco governadores com quem o Sr. Carlos Cachoeira tinha relação. Falo, concluindo; Presidente: V. Ex^a poderia declinar o nome dos cinco?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Estão na imprensa. Fiquei sabendo através da imprensa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Marconi Perillo, Agnelo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Me desculpe, mas alagueete eu não sou, Senador. Então, não vou de forma alguma declinar

nome de quem quer que seja aqui. Está na imprensa. Qualquer um que queria checar vá lá e pegue. Jamais vou declinar nome de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Ex^a se definiria assim se da organização fizesse parte. V. Ex^a não tem... V. Ex^a está alegando aqui, em sua defesa, que não faz parte de nenhuma organização. Então, não seria papel de alcaquete aqui declinar o nome dos governadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não sou... Me desculpe, mas não sou eu. São os Delegados de Polícia Federal, os Procuradores da República, o Procurador-Geral da República e a Subprocuradora da República e alguém que teria sido preso e disse que aconteceu um determinado episódio. Então, não sou apenas... Eu tenho convicção. Eu não participei de nada. Agora, os demais, sim, estão afirmado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Concluso. Teria mais perguntas, mas eu concluo por aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O próximo questionar é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, quero expressar à defesa o meu respeito, porque muitas pessoas na história da humanidade já morreram para que um cidadão pudesse ter o direito de defesa, qualquer que seja o cidadão. Quero expressar o meu respeito à defesa.

Mas, Senador Demóstenes, eu não vou julgá-lo aqui no Conselho de Ética, eu não faço parte do Conselho de Ética. Mas eu, como Senador da República, vou julgá-lo no plenário do Senado. E, diversamente do que V. Ex^a fez referência, eu entendo que não existe um código de ética que possa ser estabelecido. Portanto, as condutas diferentes do que V. Ex^a fez referência, elas são condutas abertas e não existe uma correspondência exata, uma adequação perfeita, diferente do que existe no Direito Penal e aqui no Conselho de Ética, e como eu vou julgá-lo, no momento certo, no plenário.

Então, desvestido de qualquer sentimento de prejulgamento, eu preciso formar a minha convicção, depois de ouvir o outro lado do batalhar do sino. Ouvi V. Ex^a com total atenção, com total respeito e tenho algumas dúvidas que eu gostaria de resolver, dúvidas que são minhas.

O senhor fez referências que o Procurador-Geral da República, na sua peça que dá inicio ao inquérito judicial, fala, fazendo referência a uma interceptação, que um milhão teria sido depositado numa conta, e V. Ex^a disse que não tem dinheiro nesta conta, está entregando aqui os extratos.

Eu pergunto a V. Ex^a de uma forma objetiva: V. Ex^a tem outras contas além desta conta?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tenho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a se utiliza de contas de terceiros a que não V. Ex^a?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a nunca se utilizou de contas de terceiros?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu até quero dizer, Senador Pedro Taques, só para complementar a pergunta de V. Ex^a, que estou fazendo a prova negativa, claro, porque o Procurador-Geral afirmou que eu tenho um milhão na conta, em diálogo, no dia 22 de março de 2011, às 11h:18, entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu, não degravado pela autoridade policial, é expressamente referido que o valor de um milhão foi depositado na conta do Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. Eu quero saber se V. Ex^a se utiliza de conta de terceiros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Já disse que não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não se utiliza.

V. Ex^a já se utilizou de cartão internacional de débito?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca usou cartão internacional de débito?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – De terceiros?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De débito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cartão internacional de débito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – De terceiros?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De terceiros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca se utilizou?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo.

O senhor tinha uma servidora chamada Bruna?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não tive essa servidora... É Bruna – deixa eu me lembrar o sobrenome –, era Bruna Bordoni. É filha de um jornalista de Goiás chamado Luiz Carlos Bordoni.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Essa jornalista... Essa senhora realmente chegou a ser nomeada, não sei se em 2005 ou em 2006, no meu gabinete, só que ela não tomou posse porque ela não foi aprovada no exame médico. Então, ela jamais foi minha servidora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor sabe se essa cidadã Bruna tem parentesco com alguma servidora do gabinete do Governador de Goiás, Marconi Perillo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não sabe?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tenho a menor ideia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor sabe se o Cachoeira, através da empresa Pantoja, depositou dinheiro na conta dessa senhora chamada Bruna?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nem dela nem de ninguém.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor não sabe?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A respeito dos R\$20 mil, V. Ex^a diz que, no dia 12 de junho de 2011...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Julho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – (...) julho de 2011, o senhor recebeu um telefonema do Gleyb – é esse o nome da pessoa, Gleyb? Muito bem –, às 13 horas e 36 minutos, e ele fazendo referência que ia entregar alguma coisa ao senhor – e, pela degravação, dá-se a impressão de que é dinheiro – e V. Ex^a fala que é taça, copo de casamento. Muito bem. Alguma coisinha – a expressão que ele usa. Na interceptação posterior, existe uma conversa do Carlos Cachoeira que diz o seguinte: "Carlinhos diz que aqueles 20 mil é pra deixar lá. Gleyb diz que já está na porta da casa dele, Demóstenes. Carlinhos diz que, então, pode entregar e já vê com ele sobre o trem.

Muito bem. Esse Gleyb estava na porta da casa de V. Ex^a quando ele fez o segundo telefonema?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu queria perguntar a V. Ex^a se está expresso o meu nome ou está entre parênteses.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Senador Demóstenes, mas eu é que faço a pergunta aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, me desculpe, mas, infelizmente, nesse aí, é uma dedução da polícia. Então...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não vou responder perguntas do Senador Demóstenes, com todo o respeito...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, mas eu vou ler, então. Eu quero só responder...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, o Senador Pedro Taques está com a palavra...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Mas não é para eu responder?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E ele ainda está fazendo perguntas. Logo após, V. Ex^a se pronunciará...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Ah, então, perdão. Eu escuto V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço silêncio à plateia, para que continuemos tranquilamente os nossos trabalhos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem, Sr. Presidente.

Demóstenes fala.

"Demóstenes: Gleyb, e aí?

Gleyb: Tô com um negocinho pra entregar."

Ele diz isso. V. Ex^a afirma que é um presente de casamento, porque no outro dia era o casamento.

Depois dessa conversa, o Cachoeira, ao que consta no resumo da Polícia Federal, ele faz referência que "diz que aqueles 20 mil é para deixar lá". Lá, ele estava na porta da casa do senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Me desculpe, mas o contexto é completamente diferente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O contexto...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Demóstenes: "Fala, Gleyb. E aí?"

Gleyb: "Tô com o negocinho para entregar. Queria ver com o senhor onde é que a gente pode, onde quer que eu leve".

Depois Gleyb e Carlinhos: "Ô, Negão, o problema é o seguinte: aqueles vinte mil já você deixa para ele entregar aqui".

Então, o que isso tem a ver comigo?

"Uai, eu estou aqui quase na porta da casa dele. Você marcou para mim pegar aqui. Você quer que eu leve aí?"

Aí vem citação de Mateus, Martins, Valdir, D. Célia, secretário, novamente Mateus e Ibrahim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – OK.

Quem é Hillner Ananias?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Foi meu assessor. Era o segurança.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por gentileza, Senador Demóstenes, em que período?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Creio que a partir de 2005. Por aí.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Até quando?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Até o ano passado, quando ele passou a trabalhar no Gabinete Militar do Governador do Estado, mas, ainda assim, prestava serviços eventuais a mim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Existe um documento que revela isso? Foi formalizada essa requisição?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sim. Foi formalizada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No instante em que ele prestava serviço a V. Ex^a existia documento aqui no Senado dando conta dessa atribuição dele?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, porque ele estava, evidentemente, à disposição para prestar segurança, mas recebendo do Estado de Goiás.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor tem conhecimento de que esse cidadão compareceu à casa do Cachoeira para pegar cem e o senhor saber o que são esses cem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tenho a menor ideia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não tem a menor ideia?

Está certo.

Em alguma oportunidade o senhor já se encontrou com Fernando Cavendish?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Existe uma degravação no dia 8 de maio de 2011, às 19 horas. Nessa degravação o senhor faz referência ao não convite, à não notificação do Cavendish para depor no Senado. O senhor dá conta de que seria um convite e isso poderia não dar em nada. Alguma coisa nesse sentido.

Qual é o interesse do senhor com o Fernando Cavendish?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nenhum. Perguntaram-me qual era o procedimento e eu disse. Todo mundo sabe disto aqui, ou seja, a Oposição hoje não tem número para fazer convocação. E convite se a Situação deixar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor já fez alguma reunião dentro da empresa Delta em Goiás?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, reunião não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Reunião não.

O senhor já foi à sede da empresa Delta em Goiás?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Fui duas vezes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quais os objetivos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Um foi devolver o iPad que me foi emprestado e outro, fazer uma visita à empresa, como eu visitei várias empresas do Estado de Goiás, praticamente todo mundo que me chama eu vou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nesse encontro no posto de gasolina em que o Cláudio entregou o iPad ao senhor, ele só foi para entregar o iPad?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, ele estava lá. Ele estava... Naquele momento, quando eu peguei o Ministro Toffoli no aeroporto, ele estava numa concessionária de caminhão, que também é na estrada que leva a Aparecida de Goiânia, local onde se encontra o ateliê do artista plástico Siron Franco.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então foi coincidência?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não foi coincidência. Ele me ligou e disse que estava lá, e eu passei lá para pegar o iPad, que eu devolvi na segunda-feira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem.

O Carlinhos Cachoeira em alguma oportunidade pediu ao senhor que o senhor retirasse o requerimento do Cavendish?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O requerimento para a oitiva do Cavendish?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor, em alguma oportunidade, pegou um avião em Brasília para pegar de uma reunião no aeroporto de Goiânia para tratar dos assuntos da Delta?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nunca.

Assuntos da Delta?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Jamais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Excelência, só...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Nem da Delta nem de ninguém.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor, no seu discurso do dia 6, confirma que o senhor me ligou no dia 3 de março, de manhã, sábado, e eu me encontrava no interior do Estado de Mato Grosso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu liguei para V. Ex^a. Deve ter sido. Se V. Ex^a afirma, eu confirmo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor confirma que eu e o Senador Randolfe fomos a sua casa, no dia 5 de março, à noite, dizendo que o senhor deveria se explicar aqui, da Tribuna do Senado, e falar toda a verdade? O Senhor confirma isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sem dúvida, inclusive me ajudaram a redigir o discurso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor confirma isso que eu disse para o Senhor falar a verdade?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Confirmo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nesse dia já havia saído a notícia sobre o telefone Nextel que o senhor usava habilitado dos Estados Unidos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não me recordo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Senhor se recorda do dia que saiu a notícia nos jornais sobre a utilização pelo Senhor do telefone Nextel habilitado nos EUA?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Do dia eu não me recordo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Senhor se recorda que eu compareci ao gabinete do Senhor e indaguei ao Senhor, eu e o Senhor Randolfe, qual é a razoabilidade de um Senador da República se utilizar de um telefone nos EUA?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não tenho dúvida, foi exatamente do jeito que V. Ex^a está dizendo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E eu gostaria de indagar do Senhor qual é a razoabilidade de um Senador da República se utilizar de um telefone habilitado nos EUA?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Eu já disse isso, é de ordem prática. Vai lá conversa daqui para lá e de lá e em qualquer outro lugar da América, só não fala da Europa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo, sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – De nada!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Terminada esta fase de depoimento, antes eu gostaria – depois de terminado este depoimento – de dizer o seguinte: que ainda gostaria de fazer uma reunião, proposta pelo próprio Relator – e ele sugere que seja na próxima terça-feira, porque tem um compromisso inadiável em Recife –, para apreciação de requerimentos apresentados pela defesa. Como esses requerimentos não podem ser decididos de forma unilateral pelo Presidente e nem pelo Relator, teremos que submetê-lo conforme resolução à crivo deste Conselho.

De modo que eu gostaria de pedir a todos os Membros deste Conselho que estivessem presentes, como, sem falta, na próxima terça-feira, às 10h, porque nós marcamos às 09h a reunião e não deu certo; então marcamos para as 9h:30 e só começou às 10h. Então, esperamos que, marcando 10h, todos estejam aqui na próxima terça-feira, para apreciação de requerimento do interesse da defesa.

Antes de encerrar, então, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para esta reunião da próxima terça-feira, qual seria o rito dessa próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está V. Ex^a perguntando sobre a forma como será...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Qual seria o rito dessa próxima reunião de terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A próxima somente será uma votação.

Eu vou colocar em votação, vou relembrar mais uma vez o teor dos documentos, o conteúdo de cada um deles, e colocá-los em votação, onde haverá a possibilidade de debate de discussão, inclusive o próprio Relator poderá explicar a sua posição e cada um dos Senadores Membros também.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Como Membro suplente desta Comissão eu gostaria, também, de fazer duas perguntas. É possível neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Claro, teremos muito prazer em inscrever V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Seria agora ou depois, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Após o Senador suplente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como não sou do Conselho de Ética, o Senador Aníbal Diniz tem precedência...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, V. Ex^a entende que ele tem precedência, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não há problema da minha parte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, vamos ouvi-lo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – As minhas duas perguntas são muito mais de ordem filosófica do que técnica, porque eu acho que tecnicamente as perguntas aqui, todas, foram muito bem fundamentadas, e acredito que esta sessão ela vai dar uma fundamentação maior para todos os Srs. Senadores tomarem a sua decisão.

Mas, o Senador Demóstenes, ao fazer a sua apresentação, no início desta sessão, ele falou de um reencontro com Deus, que nesse momento está se sentindo, fazendo uma espécie de revisão dos seus procedimentos, dos seus atos, da sua forma de ser. E, ao mesmo tempo, o senhor também fez referência a sua família, aos seus filhos, e em todas as outras situações em que pessoas foram colocadas no banco dos réus, normalmente elas acabam se utilizando desse aspecto emocional para causar uma sensibilização da opinião pública e também dos possíveis julgadores.

Eu pergunto a V. Ex^a: Teria sido mais uma estratégia do competente Senador Demóstenes Torres, fazer a sua apresentação inicial se utilizando dessa proximidade, desse reencontro, dessa redescoberta de Deus na sua vida?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem partido – GO) – Posso dizer a V. Ex^a: nunca sofri tanto na minha vida. Eu sou um homem que tenho vergonha na cara. Eu fiquei, para entrar no Senado, um mês para ter coragem de olhar nos Srs. Senadores. Acho que ninguém pode usar o nome de Deus em vão como estratégia de defesa. Eu sou um carola, Senador. Já era por conta da minha mãe e tudo o mais, mas eu confesso que fiquei esse tempo meio perdido. Então, ninguém precisa se sensibilizar com isso. Eu contei o que me aconteceu, o que está acontecendo, um momento difícil na minha vida.

Para o senhor ter ideia, eu tomei remédio para dormir; dormi uma hora, uma hora e meia essa noite, e estou aqui com os olhos quase fechando; tomando café, sem poder tomar café, porque eu fiz cirurgia de estômago, para poder ficar acordado.

Então, não tem estratégia, Senador, até porque a verdade prevalece. Então, os senhores vão acreditar no que eu disse ou não vão acreditar, independentemente da emoção. Os senhores são homens tarimbados, preparados, todos, e pode acreditar que o que eu disse é a mais pura verdade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ainda nessa dimensão teológica, espiritual, tendo o senhor a consciência de que este momento lhe proporciona uma reaproximação de Deus, o senhor está preparado para sair deste processo de cabeça erguida, agradecido a Deus e pronto para perdoar os Senadores se, por ventura, eles vierem decidir pela sua cassação?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem partido – GO) – Com certeza! Os meus juízes são os meus colegas Senadores; quem cassa Senador é Senador, ou o Supremo Tribunal Federal. Então, eu respeito a decisão dos meus Colegas.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, ao longo desses anos todos de mandato, tem sido um crítico implacável do lulapetismo, e tem-se utilizado da sua competência técnica para expor de maneira aviltante pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores sob qualquer tipo de acusação, de denúncia que tenham tido em algum momento de se explicar por determinada situação. O senhor considera que este momento que está vivendo agora é uma forma de castigo por sua postura tão arrogante ao longo do seu exercício de mandato?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não acredito nisso, Senador. A minha postura sempre foi uma postura de oposicionista e sempre tive uma relação extremamente cordial mesmo com a Situação. Nós temos um embate técnico, mas temos uma relação de cordialidade muito grande. Os Srs. Senadores todos, maior ou menor intimidade, mas sempre tivemos um excelente relacionamento. Então, não vou dizer que estou sendo castigado por isso ou por aquilo, mas eu posso dizer que o momento é muito duro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Caso V. Ex^a convença o conjunto dos Senadores de sua inocência, e V. Ex^a permaneça na condição de Senador da República para cumprir o seu mandato, V. Ex^a pretende manter a sua postura alta, de acusação e condenação das pessoas? Ou pretende fazer um estágio, um aggiornamento, como se diz na Igreja, para reposicionar seu posicionamento de agora em diante?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Primeiro, eu vou esperar o julgamento dos Srs. Senadores. Eu não posso ser, como diz V. Ex^a, arrogante a ponto de dizer que vai acontecer isso ou aquilo.

Agora, naturalmente, um homem que passa pelo que eu passei, talvez o maior massacre da história... Porque não foi um fato: foi um gotejamento de fatos. Todos os dias uma novidade. Porque não vazaram tudo completamente: foram pingando. Pingando, pingando, pingando, pingando, pingando. Então, a cada dia, eu sofria uma nova acusação, muitas vezes injusta. E é claro que só quem sofreu para saber como sai de uma situação como esta, independentemente do resultado, porque minha vida vai continuar.

Então, naturalmente que todas as experiências nos são dadas para um engrandecimento. Eu não posso desprezar o conhecimento que eu tive. Eu sou um homem que a vida inteira me preparei. Conheço, estudo Literatura, Música, Pintura, Direito, tudo. Eu gosto de aprender, e nunca deixei de compartilhar isso com quem quer que seja, mesmo os colegas de Oposição. Vejam quantos projetos eu relatei dos colegas oposicionistas, ou situacionistas, melhor dizendo, a pedido dos próprios Senadores.

Mas não tenha dúvida de que quem sofre o que eu sofri sabe que as coisas não podem permanecer do mesmo jeito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem consciência de que seus aliados da Oposição se sentem absolutamente decepcionados e, de certa forma, com a voz cassada, uma vez que eles se sentem praticamente sem autoridade para apontar o dedo e falar de malfeitos, quando toda essa situação veio à tona com V. Ex^a, que sempre se portou como um arauto da moralidade, dos bons costumes e da ética, e acabou se vendo no centro desse episódio todo, figurando como uma pessoa ligada a um contraventor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Quem enfrenta a situação que eu estou enfrentando só o tempo pode dizer como é que vai ficar a minha situação, porque, perante a opinião pública, eu estou momentaneamente – é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de fazer a minha defesa –, estou momentaneamente em dificuldades.

Meus Colegas também, por conta disso, meus ex-colegas, se sentem em dificuldade, porque eu saí do DEM, mas meus colegas, Senadores. Eu acho que todos devem continuar exercendo seu papel com alívio. A oposição é importante no País, tem que haver um contraponto, e creio firmemente que eles continuarão no mesmo caminho.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a se diz vítima do maior massacre da história; no entanto, V. Ex^a está sentado aqui, nesta Comissão de Ética, na condição de Senador da República, com um broche distintivo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...e ainda tendo o direito de defesa. O que dizer, por exemplo, de uma figura como o ex-Deputado José Dirceu, que foi banido da política e ficou impossibilitado, continua impossibilitado sequer de disputar cargo eletivo, e o senhor se sente, ainda, digamos, na autoridade de dizer que é vítima do maior massacre da imprensa, da história?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, o que eu digo é que, em relação a mim, pela quantidade de áudios vazados por tanto tempo, então, pelo tempo, não há dúvida de que eu fui o mais sacrificado em relação a isso, não é? E não fiz qualquer alusão aos meus colegas Senadores, ao contrário. Eu respeito os colegas, respeito tudo que está aqui e quero prestar contas. Estou aqui para prestar contas, para responder. Em relação a meus colegas, eu não tenho queixa alguma.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Suplicy, para encerrar, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, cumprimento-o pelo equilíbrio com que V. Ex^a vem conduzindo o Conselho de Ética. Cumprimento, também, o Senador Humberto Costa, o Senador Demóstenes Torres, o Antônio Carlos de Castro, Kakai, pelo trabalho que vem realizando.

Quero transmitir ao Senador Demóstenes Torres que achei muito importante estar aqui hoje. Eu não sou Membro da CPMI ou do Conselho de Ética. Assim preferiu a Liderança do PT, mas eu achei uma responsabilidade minha ouvi-lo com toda atenção; por isso cheguei aqui logo no inicio.

Quando houver depoimento, também, na CPMI, eu pretendo ouvi-lo, ali, com atenção.

Eu gostaria de, primeiro, ler aqui a emenda referida pelo Senador Humberto Costa no seu relatório, que por mim foi apresentada em 2008, para uma Emenda Substitutiva ao PLS nº 274, de 2006.

Eu vou ler alguns trechos, aqui, que dizem assim:

"Ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro do 1940 – Código Penal passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

Exploração do jogo de azar (e, aí, define o que é.)

Art. 232. – A. Estabelecer, promover, explorar e praticar jogo do azar, de origem nacional ou estrangeira, em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele, sem autorização de lei federal, ou explorar loteria estadual, regulamentada pelos Decretos-Lei nº 6.259/1944 e nº 204/1967, fora do território do respectivo Estado ou em desconformidade a quantidade e espécie fixada em lei federal.”

Aí, definem-se as penas.

“Pena – reclusão de um a três anos e multa.

§1º – Considera-se jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa exclusiva ou principalmente da sorte, como também toda atividade que, mediante a distribuição de bilhetes, listas, cupões, vales, cartelas ou meios análogos, contendo sinais, símbolos ou figuras de animais, faz depender da sorteio a obtenção do prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza (...)

Aí, define uma série de... Também menciona, mais adiante: “Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, que passa a vigor com as seguintes alterações: (...).”

Aí, define: “Art. 1º (...) IX – crime de exploração do jogo de azar”, e assim por diante.

Na justificativa, está dito que:

“A aprovação do texto na forma anteriormente proposta criará um ambiente favorável à legitimação da exploração dos mais variados jogos à margem do controle do Estado.

Em virtude do exposto, apresentamos, em anexo, sugestão de texto Substitutivo ao Projeto, a qual abrange todas as modalidades atualmente enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3.688/1941 (...)

Portanto, tendo em conta que V. Ex^a era, então, o Presidente da CCJ e se dizia um diligente cumpridor do Regimento, além de ter se pronunciado aqui, reiterado ser contrário à legalização dos jogos de azar, por que, efetivamente, não considerou como prioritário? Precisaria que eu tivesse solicitado a V. Ex^a, porque é Regimental que o Presidente da CCJ, uma vez recebendo as emendas ou propostas, designe um relator. Que razão haveria para não ter de pronto indicado um outro relator, uma vez que o Senador Jarbas Vasconcelos, anteriormente indicado, tinha aberto mão e apressado a aprovação desse projeto, que alcançaria a finalidade de transformar em crime a contravenção penal da exploração de jogos de azar?

Agradeço se puder responder, Sr. Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a sabe que trabalhamos muito na CCJ, batemos recorde de produtividade, mas ainda assim o seu projeto ficou em companhia de 1.821 outros. Então, foram 1.822 projetos não distribuídos.

Eu digo a V. Ex^a – V. Ex^a sabe que é verdade – que a distribuição do projeto era feita da seguinte forma: minha assessoria se reunia com a CCJ e se reunia com as Lideranças do Governo e ali escolhia o que ia ser distribuído, uma vez que não dava para fazer tudo, além dos pedidos dos Srs. Senadores. Então, infelizmente, não foi distribuído esse projeto, como hoje nós temos na Casa, segundo o site do Senado, 5.444 projetos não distribuídos, e nem por isso os presidentes de comissão podem ser responsabilizados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que consequência haveria para as atividades do Sr. Carlos Cachoeira a aprovação dessa proposta de emenda?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não sei, porque evidentemente ele não tinha, não operava mais jogos legais no Estado de Goiás. Então, para qualquer um passaria a ser crime, em vez de contravenção. Desde que operasse ilegalmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

V. Ex^a conhece o Sr. Roberto Coppola?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Conheço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele é argentino?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – É argentino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E conhece a sociedade dele com o Sr. Carlos Cachoeira em negócios de bingos ou pela Internet?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, não conheço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E quantas vezes se encontrou com o Sr. Roberto Coppola?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Pouquíssimas vezes. Por quê? Porque eu fui apresentado ao Roberto Coppola. Na Argentina o jogo é legal, e o que ele me pediu, o Sr. Roberto Coppola? Que, no Estado de Santa Catarina, havia uma conversa de que haveria lá a legalização de jogos lotéricos, porque em Santa Catarina isso não existe. Não tem nada a ver com caça-níquel ou com uma coisa e outra. O advogado dele era o Sr. Geraldo Brindeiro. O Sr. Geraldo Brindeiro me procurou com um parecer falando da legalidade dessas loterias estaduais, e eu pedi a um amigo meu, o Secretário de Estado de Santa Catarina, Énio Branco, que também é outro que não tem nada a ver com a história – está parecendo que deve estar sendo execrado –, que recebesse o Sr. Roberto Coppola e o encaminhasse ao Vice-Governador, porque o Sr. Roberto Coppola estava com dificuldade para ter acesso ao Vice-Governador de Santa Catarina, que também era Secretário de Estado e que estaria, segundo o Sr. Roberto Coppola, lidando com a legalização desses jogos. Foi isso que aconteceu. O Sr. Roberto Coppola se encontrou com Énio Branco, que era Secretário de Infraestrutura – hoje ocupa outra secretaria –, e não sei se conversou ou não conversou com o responsável pela legalização dos jogos de Santa Catarina de loteria. E nem sei se isso foi adiante ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

A notícia de que V. Ex^a teria comprado uma mesa de um valor muito significativo em Buenos Aires, da ordem de US\$18 mil. Teria sido isso pago por V. Ex^a mesmo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não, já respondi. Não aconteceu a transação por problema alfandegário, então não veio... Eu mesmo iria pagar, e não aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a que título o Sr. Gleyb teria resolvido presentear V. Ex^a com cinco garrafas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... de vinho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – OK, então é outra coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De *Cheval Blanc* 1947, vinhos que no mercado nacional alcançariam algo como R\$30 mil a garrafa e seriam algo como US\$3 mil, algo assim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Não; primeiro, lá diz que eu ia pagar com o cartão, então não era um presente, e, segundo, efetivamente esses vinhos acabaram ficando com alguém, porque eu achei que não valia a pena, se é que compraram.

(Corte na gravação. Sem áudio.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante a sua disposição de hoje ter vindo aqui e responder todas as perguntas. Nós que queremos saber a verdade inteira ainda precisamos aprofundar o conhecimento de tudo aquilo que ainda virá. A CPMI ainda está em andamento, é possível que novos elementos surjam até quando o Sr. Carlos Cachoeira se dispuser também a falar lá...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Tanto é que eu pedi, arrolei-o aqui como testemunha do processo para que ele pudesse vir falar. Também quero que ele fale.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho importante para que nós tenhamos o conhecimento completo.

V. Ex^a hoje mencionou procedimentos usuais que normalmente tem. Posso lhe dizer que eu tenho procedimentos um pouco diferentes. Por exemplo, eu aprendi, desde que aqui cheguei, desde 1991, tomei essa resolução desde quando fui Parlamentar pela primeira vez: quando alguém chega para mim e solicita uma oportunidade de trabalho para o Governo, para o Poder Público ou mesmo para empresa privada o que eu posso fazer é a quem possa interessar, mas eu prefiro não solicitar a qualquer ministro, a dirigente de empresa cargo para alguém. Se alguém me pergunta a respeito, eu dou um testemunho quando conheço a pessoa, assim como também preferi sempre, quando estive na Oposição ou hoje na Situação, nunca fazer com que qualquer procedimento meu aqui no Senado dependesse, seja de aprovação de emenda minha, liberação de recurso, de que uma pessoa por mim indicada tivesse conseguido um trabalho, um emprego em algum lugar.

Mas são formas de agir e tudo isso tem a ver... E quero aqui também reiterar que foram muitas as vezes em que eu próprio inclusive aprendi com os conhecimentos jurídicos de V. Ex^a, com a análise....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... e acho que nós tivemos aqui uma relação de construção, de respeito mútuo....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...mesmo neste momento, que V. Ex^a diz de maior sofrimento para V. Ex^a e para a sua família. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, sinceramente as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência recebeu dois ofícios, um da empresa de aviação Voar e outro da Anac, dos quais faço um resumo.

A Voar afirma, em seu ofício, que não possui autorização para a exploração do serviço de táxi-aéreo e, não obstante tenha requisitado expedição de portaria nesse sentido, para vir prestá-la por meio de aeronaves próprias. À vista disso, a empresa jamais prestou qualquer serviço de táxi-aéreo a qualquer pessoa, especialmente ao Senador Demóstenes Torres.

E também a Anac afirma que, reportando-se ao requerimento aprovado pelo Conselho, a agência não possui informações a respeito de passageiros e tripulantes transportados por companhias aéreas, por ausência de obrigatoriedade legal ou normativa para remessa periódica desses dados à Anac.

Adiante, a Agência Reguladora diz que possui acessos tão somente aos códigos Anac dos pilotos em comando; às regras de voo; aos códigos dos aeródromos de origem, de partida e destino; às datas e horas de voo e aos operadores em questão.

Em suma, segundo a Anac, constam em seus registros apenas informações necessárias à segurança do sistema de aviação. Juntem-se esses dois ofícios ao processado.

Mais uma vez, eu convoco uma reunião deste Conselho para o próximo dia 05, terça-feira da próxima semana, agradecendo a todos os Membros deste Conselho; ao Sr. Relator; ao Senador Demóstenes Torres, que não se furtou em vir aqui responder a todos os questionamentos; e ao advogado Dr. Antonio Carlos de Almeida Castro.

Documentos pertinentes à 13^a Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1. Lista de Presença (1 fl.);
2. Lista de Presença dos Senadores não membros do Conselho (1 fl.);
3. Ofício nº 60/2012 – GAB/SJD, do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em resposta ao Of. CEDP 209/2012 (2 fls.);
4. Of. PL nº 22/12, da empresa Sete Táxi Aéreo, em resposta ao Of. CEDP 212/2012 (4 fls.);
5. Ofício nº 186/CPMI - Vegas, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Vital do Rêgo, em resposta ao Of. CEDP 207/2012 (1 fl.);
6. Ofício nº 295/2012/GAB/DIR-P, da Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC, em resposta ao Ofício CEDP nº 266/2012 (1 fl.); e
7. Of. CF 027/DIR/2012, da empresa Voar Aviação, em resposta ao Ofício CEDP nº 211/2012 (1 fl.).

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**13ª REUNIÃO DE 2012**

Em 29 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Vago	1.
João Alberto Souza	2. Vago
Renan Calheiros	3. Vago
Romero Jucá	4. Eunício Oliveira
PT	
Humberto Costa	1. Antônio Diniz
Wellington Dias	2. Walter Pinheiro
José Pimentel	3. Angela Portela
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda	2. Vago
PTB	
Gilm Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira	
PDT	
Acir Gurgacz	
PSB	
Antonio Carlos Valadares	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

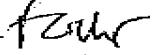
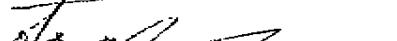
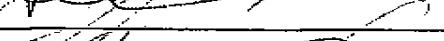
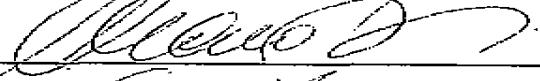
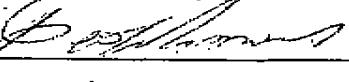
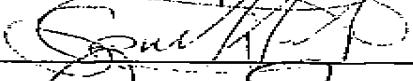
Visto:

Brasília, 29 de maio de 2012

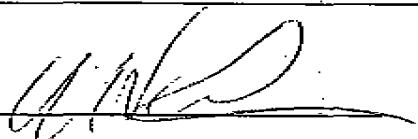
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**13ª REUNIÃO DE 2012**

Em 29 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO CONSELHO

SENADOR	Assinatura
FERNANDO COLARES	
EDUARDO SUPlicy	
ENZO TAVES	
Aloysio Nunes	
ALVANOS DIAS	
PEDRO SIMÃO	
MARTA	
RANDOLPH	
FORJA COELHO	
WAFER GAZZOLA	
Sergio Petrócio	

Visto:



Brasília, 29 de maio de 2012

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**OFÍCIO N. 60/2012 – GAB/SJD**

Goiânia, 21 de maio de 2012.

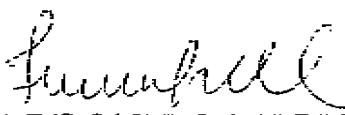
A Sua Excelência o Senhor
Senador Antônio Carlos Valadares
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal
Brasília/DF

Assunto: Encaminha cópia de documentos.

Senhor Senador,

1. De ordem do Exelentíssimo Senhor Presidente deste Regional, e em resposta ao Ofício CEDAP n. 209/2012, proveniente da Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, encaminho a Vossa Exceléncia as cópias integrais dos processos relativos às prestações de contas de Sua Exceléncia o Senhor Senador DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES, referentes às Eleições de 2002 (candidato ao cargo de Senador da República), 2006 (candidato ao cargo de Governador do Estado de Goiás) e 2010 (candidato ao cargo de Senador da República), conforme certidão circunstaciada em anexo.

Respeitosamente,


FLÁVIA DE CASTRO DAYRELL
Secretária Judiciária

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, a autenticidade das cópias em anexo, as quais se referem ao inteiro teor dos seguintes Processos:

- Prestação de Contas n. 131.457/2002 – 1 Volume com 38 laudas;
- Prestação de Contas n. 219.684/2006 – 4 Volumes com 825 laudas;
- Prestação de Contas n. 56.909/2010 – 20 Volumes com 5.022 laudas.

Certifico, ainda, que:

- Entre as fls. 175 e 176 da Prestação de Contas n. 219.684/2006 se encontra encartado um bloco de recibos, numerados em seqüência de 25000071701 a 25000071750, dos quais foram extraídas cópias integrais;
- Entre as fls. 176 e 177 da Prestação de Contas n. 219.684/2006 se encontra encartado um bloco de recibos, numerados em seqüência de 25000070366 a 25000070391, dos quais foram extraídas cópias integrais;
- Entre as fls. 177 e 178 da Prestação de Contas n. 219.684/2006 se encontra encartado um bloco de recibos, numerados em seqüência de 25000070351 a 2500070365 e 25000070392 a 25000070400, dos quais foram extraídas cópias integrais.

É o que me cumpre certificar.

Goiânia, 21 de maio de 2012.



FLÁVIA DE CASTRO DAYRELL

Secretaria Judiciária

OF. PL. Nº 22/12

Goiânia, 25 de maio de 2012.

Excelentíssimo Senhor Senador

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Digníssimo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Senado Federal – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

*Recebido na SECOP em
22/05/2012, sis
lhn 39*

*Daniela de Sousa A. da Costa
Assistente Parlamentar
Matr.: 200790*

Assunto: Resposta ao Ofício CEDP nº 212/2012

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício CEDP nº 212/2012, de 10/05/2012, a Sete Táxi Aéreo informa que no ano de 2010 realizou 08 (oito) voos para a "Eleição 2010 Demóstenes Lázaro Xavier Torres Senador", CNPJ nº 12.174.026/0001-35, totalizando 19h50m (dezenove horas e cinqüenta minutos) de voo, conforme descrito na relação abaixo:

DATA DO VOO	PERCURSOS	AERONAVE	KM	TEMPO DE VOO	RELATÓRIO DE VOO	PASSAGEIROS POR PERCURSO
16/08/2010	GOIÂNIA/JATAÍ JATAÍ/GOIÂNIA	PT-VAF	600	03:00:00	673	GO/JATAÍ - 02 JATAÍ/GO - 03
20/09/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-RQT	360	02:07:00	1020	GO/BRASÍLIA - 02 BRASÍLIA/GO - 02
06/10/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-VAF	360	02:40:00	718	GO/BRASÍLIA - 01 BRASÍLIA/GO - 00
07/10/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-VAF	360	02:23:00	719	GO/BRASÍLIA - 02 BRASÍLIA/GO - 03
19/10/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-RSP	360	02:25:00	1131	GO/BRASÍLIA - 02 BRASÍLIA/GO - 03

03/11/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-VAF	360	02:24:00	725	GO/BRASÍLIA - 02 BRASÍLIA/GO - 03
09/11/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-RQT	360	02:25:00	1034/1035	GO/BRASÍLIA - 02 BRASÍLIA/GO - 00
16/11/2010	GOIÂNIA/BRASÍLIA BRASÍLIA/GOIÂNIA	PT-RQI	360	02:26:00	1527	GO/BRASÍLIA - 01 BRASÍLIA/GO - 00

Em que pese a solicitação contida no ofício em epígrafe, a Sete informa não ter condições de elencar os nomes dos acompanhantes, mas disponibiliza a esse Conselho o número de passageiros que embarcaram em cada voo, sendo essa a informação possível de ser prestada no momento.

A Sete Táxi Aero informa ainda que não houve pagamento dos vôos acima elencados, pois essas horas foram doadas por ela para a campanha eleitoral do candidato Demóstenes Lázaro Xavier Torres, como prova a Nota Fiscal de Serviço de Transporte nº 0007218 em anexo.

Oportuno esclarecer que apesar de terem sido doadas 30 (trinta) horas de voo para a campanha da "Eleição 2010 Demóstenes Lázaro Xavier Torres Senador", o candidato utilizou apenas a quantidade de horas acima descrita (19h50m).

Por fim, além dos vôos acima descritos, a Sete Táxi Aero informa que no dia 23/03/2011 realizou um voo entre as cidades de GOIÂNIA/BRASÍLIA/NIQUELÂNDIA/BRASÍLIA/GOIÂNIA, utilizando a aeronave de prefixo PT-WST. Referido voo, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), foi contratado e pago pelo "Democratas Diretório Regional de Goiás", conforme Nota Fiscal de Serviço de Transporte nº 0007805 em anexo.

Sendo o que nos cumpria reportar, colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos necessários.

Goiânia, 25 de maio de 2012.



Luiz Roberto Vilela

Presidente

NAME / RAZÃO SOCIAL:	ELECAU 2014 CERESTHES LTDA EPP TERCEI SEMPRE		
ENDERECO:	RUA D'IRAS ED. BELLE VIE APTO. 601 - 74100-030		
MUNICÍPIO:	GOIÂNIA		
PRÉIA DE PAGAMENTO:	60 DIAS		
CNPJ/MF/NP:	17.174.628/0001-33	INSC. EST.:	GO
FATURA			

DADOS DO PRODUTO				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	FRETE RS	OUTROS VALORES	VALOR PRESTAÇÃO
	<p>TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIRO/TAXI AÉREO</p> <p>DURADOURO DE 30,00 HORAS</p> <p>AERONAVE = SEMECA</p> <p>VALOR PV/HORA = R\$ 760,00</p>			21.840,00

Nº CONTROLE FORMULARIO	BASE DE CÁLCULO ICMS	ALIQUOTA	VALOR DO ICMS	VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO
007898	0,00	0,00	0,00	21.840,00

OBSERVAÇÃO

DADOS DA AERONAVE / TRANSPORTADOR

TRANSPORTADORA	ENDEREÇO	VEÍCULO/AERONAVE	MODELO/MARCA	ANO	PREFÍXO/PLACA
					UF:
CERTIFICADO DE PROPRIEDADE N.º					

RECEBEDOR DE SETE TAXI AÉREO LTDA. OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MÓDULO 7 - SÉRIE ÚNICA		NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MÓDULO 7 - SÉRIE ÚNICA
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NP

ENDEREÇO:	DEMOCRATAS AVIATION REGIONAL DE BRASILIA RUA 206 N 327 SETOR SUL	72060-030	ESTADO:	DF	
MUNICÍPIO:	BRASILIA		INSC. EST. N°:	111111111111	
PRÉCIA DE PAGAMENTO:	DATA FEVEREIRO/2011	10.500,00			
CNPJ/MF N°:	01.325.374/0001-60				
FATURA:					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	FRETE RS	OUTROS VALORES	VALOR PRESTAÇÃO	
	TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIRO/TAXI AÉREO GOIÂNIA/BRASÍLIA/KIGELANDIA/BRASÍLIA/GOIÂNIA AERONAVE = MITSUBISHI PREFIXO = PT-NST DATA DO RBO = 23/03/2011			10.500,00	
Nº CONTROLE FÓRMULARIO	008492	BASE DE CÁLCULO ICMS	ALIQUOTA	VALOR DO ICMS	VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO
DESCRIÇÃO		0,00	0,00	0,00	10.500,00
DADOS DA AERONAVE / TRANSPORTADOR					
TRANSPORTADORA:					
ENDERECO:					
VEÍCULO/AERONAVE:					
CERTIFICADO DE PROPRIEDADE N°:					
RECEBEMOS DE SETE TAXI AÉREO LTDA. OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MODELO 07-SÉRIE UNICA			NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MODELO 07-SÉRIE UNICA		
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR				

Ofício nº 186/CPMI - Vegas

Brasília, 28 de maio de 2012.

**A Sua Excelência o
Senhor Senador Antonio Carlos Valadares
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do
Senado Federal**

Assunto: Resposta ao Ofício CEDP Nº 207/2012

Senhor Senador,

Comunico a Vossa Excelência que as informações solicitadas no Ofício CEDP Nº 207/2012, que encaminhou o Requerimento nº 8, de 2012-CEDP, foram disponibilizadas a esse conselho nos exatos termos do Ofício nº 43/CPMI-Vegas, de 16 do corrente (cópia em anexo)

Atenciosamente,

Senador Vital do Rêgo

Presidente

OFÍCIO N° 295 2012/GAB/DIR-P

Brasília, 29 de maio de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Assunto: Representação nº 1, de 2012

Referência: Ofício CEDP nº 266/2012

Senhor Presidente,

1. De ordem do Senhor Diretor-Presidente, e reportando-me ao ofício em referência, informo que esta Agência não possui informações a respeito de passageiros e tripulantes transportados por companhias aéreas, por ausência de obrigatoriedade legal ou normativa para a remessa periódica desses dados à ANAC.
2. Esta Agência Reguladora possui acesso tão somente aos códigos ANAC dos pilotos em comando, às regras de voo, aos códigos ICAO dos aeródromos de origem, de partida e de destino, às ditas e horas de voo, e aos operadores em questão – em suma, constam em nossos registros apenas informações necessárias à segurança do sistema de aviação.
3. Ressalto que esta Agência Nacional de Aviação Civil encontra-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

Paula B C Magalhães
PAULA BICUDO DO CASTRO MAGALHÃES

Chefe de Gabinete

Goiânia, 28 de maio de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Valadares
DD. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.
Senado Federal – Anexo II, Térreo
Brasília – DF.

CF 027/DIR/2012 – Resposta ao vosso OF. CEDP nº 211/2012, datado do dia 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Nesta oportunidade, em atenção ao respeitável OF. CEDP nº 211/2012, datado do dia 10 de maio de 2012, vimos prestar-lhes as seguintes informações:

- a) A Voar Taxi Aéreo Ltda., atual denominação de Voar Aviação Ltda., ainda não possui autorização para exploração do serviço de táxi aéreo, não obstante tenha requisitado a expedição de Portaria nesse sentido, desde julho de 2010, para vir prestá-lo, quando autorizada, por meio de aeronaves próprias.
- b) À visto disso a empresa jamais prestou qualquer serviço de táxi aéreo a qualquer pessoa, especialmente o Senador Demóstenes Torres, referido no Ofício de Vossa Excelência, que ora se responde.
- c) Não obstante tal fato, a Voar também presta serviços de oficina, hangaragem e apoio de embarque e desembarque de aeronaves executivas e táxi aéreo que, eventualmente, utilizem suas instalações no Aeroporto Santa Genoveva, de Goiânia, Goiás.
- d) Todavia não exerce controle quanto à qualificação das pessoas convidadas pelos proprietários das aeronaves particulares ou transportadas pelas empresas de táxi aéreo que utiliza dos serviços prestados pela informante, missão que, supõe-se, esteja à cargo das autoridades aeroportuárias.

Posto isto, lamenta não poder prestar informações a respeito de fatos que desconhece.

Ateiosamente,

Alessandra A. Coutinho Abrão
Sócia-Diretora

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
Encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clóvis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rolemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽¹¹⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)⁽¹²⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.
2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.
3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR
O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20**

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL ⁽²⁶⁾

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (19)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) (24)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (7,18,24)
Paulo Davim (PV) (2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) (24)
Romero Jucá (PMDB) (3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) (24)
Casildo Maldaner (PMDB) (24)	4. Eduardo Braga (PMDB) (24)
Ricardo Ferraço (PMDB) (24)	5. Roberto Requião (PMDB) (24)
Ana Amélia (PP) (15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) (11,24)
VAGO (24)	7. VAGO (24)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) (8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) (1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) (25)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) (20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. n° 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. n° 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. n° 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. n° 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. n° 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. n° 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude do Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP)⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
 2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	1. Roberto Requião (PMDB) (2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) (3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) (40)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) (40)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) (21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloisio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDb nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferrão, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nº's 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR).
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amonim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
- Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Vicentinho Alves (PR) ^(11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amonim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012/GLBUF/SF).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Amílcar Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,28,29,30,41)	2. VAGO (39)
VAGO (31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, de fériado na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- * Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- ****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSD e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,32,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunicio Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude da Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício n° 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude do o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolímpiada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Egli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 30/05/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(9,16)**PT**

Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**

VAGO ^(8,14,15)**PP**

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**

Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**

VAGO ^(4,11)**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)

PSD

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾**PT**

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾**PSDB**

Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾**PR**

VAGO ^(11,21,22)**PP**

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾**PDT**

Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾**PSOL**

VAGO ^(14,15)**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)**PSD**

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS)⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE)⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB)⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF)⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO)⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS)⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF)⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP)⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE)⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP)⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ)⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC

PSD

Kátia Abreu (TO) (8)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

- Presidente:** Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)

Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.

PTB

Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
---------------------------	----------------------------------

PR

Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
--------------------------	--------------------------

PSD¹

Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)
-------------------------	-------------------------

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Fóletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}**Relator:** Senador Sérgio Souza^{16 e 20}**Instalação:** 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDb / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelies (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação da Comissão:** 14-12-2011**Instalação da Comissão:** 8-2-2012**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
"	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferreira (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Peláez
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

